

Câmara dos Deputados

Comissão de Direitos Humanos e Minorias



Relatório de Atividades 2018

**Sumário**

[Composição da CDHM 3](#_Toc532921881)

[Equipe da CDHM 6](#_Toc532921882)

[Apresentação 7](#_Toc532921883)

[2018: CDHM em números 9](#_Toc532921884)

[Produção legislativa 10](#_Toc532921885)

[Emendas ao Orçamento da União 11](#_Toc532921886)

[PROGRAMAS/AÇÕES 11](#_Toc532921887)

[Audiências públicas e seminários realizados 12](#_Toc532921888)

[CDHM inicia os trabalhos em 2018 recebendo demandas do movimento negro 12](#_Toc532921889)

[Em audiência da CDHM, povos indígenas reafirmam a importância da demarcação de terras 13](#_Toc532921890)

[Movimentos e entidades de Direitos Humanos apresentam demandas e seguem vendo a CDHM como espaço de defesa e promoção dos DH 15](#_Toc532921891)

[CDHM discute crimes de ódio, discriminação e intolerância na Internet 17](#_Toc532921892)

[CDHM debate violações de Direitos Humanos em manifestações e a pertinência do PL 6500/2013 19](#_Toc532921893)

[CDHM discute com comunidade LGBTI propostas em tramitação no colegiado 22](#_Toc532921894)

[Mecanismos de monitoramento das recomendações feitas na RPU da ONU não estão claros, concluem expositores de audiência da CDHM 24](#_Toc532921895)

[Falta de registro civil ainda é uma realidade para minorias, constata audiência da CDHM 26](#_Toc532921896)

[Democracia e saúde mental andam juntas, afirmam usuários e especialistas 28](#_Toc532921897)

[CDHM ouve o ex-advogado da Odebrecht Rodrigo Tacla Duran e constata violação dos direitos humanos 31](#_Toc532921898)

[“O tempo não para” 33](#_Toc532921899)

[Terra sem direitos 37](#_Toc532921900)

[Cortes no orçamento prejudicam políticas públicas para a educação no campo 40](#_Toc532921901)

[Nas ondas das rádios comunitárias 43](#_Toc532921902)

[Na rota da liberdade e da realização de um sonho 45](#_Toc532921903)

[Políticas públicas para enfrentar o preconceito e a intolerância religiosa 47](#_Toc532921904)

[Diferentes, mas nem tanto 49](#_Toc532921905)

[Doenças raras mataram 16 brasileiros em dez meses 53](#_Toc532921906)

[Falta de capacitação e recursos impede trabalho de organizações da sociedade civil 56](#_Toc532921907)

[Do luto à luta 59](#_Toc532921908)

[“São Francisco vivo, território pesqueiro livre” 62](#_Toc532921909)

[Sonhos x realidade 65](#_Toc532921910)

[Brasil pode ter um milhão de presos até 2025 68](#_Toc532921911)

[Alimentação, ritos e tradições 70](#_Toc532921912)

[Impasse sobre novo traçado da BR 158 no Mato Grosso está perto do fim, após audiência pública da CDHM 73](#_Toc532921913)

[Direitos Humanos querem levar propostas a presidenciáveis para superar violência 75](#_Toc532921914)

[A Lei da Anistia 39 anos depois: ainda restrita e parcial 77](#_Toc532921915)

[Direitos das crianças e adolescentes em risco 81](#_Toc532921916)

[O fim da inocência 84](#_Toc532921917)

[Mentes perigosas 88](#_Toc532921918)

[Uma pastoral de risco 91](#_Toc532921919)

[Direitos Humanos para imigrantes e refugiados no Brasil 94](#_Toc532921920)

[Fé sem censura 95](#_Toc532921921)

[Intolerância política x democracia 97](#_Toc532921922)

[Participantes de audiência pública alertam para tempo de combate e resistência 100](#_Toc532921923)

[Trabalhadores e especialistas sugerem cautela do Estado nas privatizações 102](#_Toc532921924)

[CDHM comemorou os os 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos 104](#_Toc532921925)

[Reunião na CDHM debate repressão contra manifestantes em defesa da UnB 107](#_Toc532921926)

[Equipes da CDHM e PFDC fazem reunião de trabalho sobre temas de atuação conjunta 109](#_Toc532921927)

[Comissões de Direitos Humanos fortalecem parceria com o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura 110](#_Toc532921928)

[A cada cinco dias uma pessoa foi assassinada no campo em 2017 112](#_Toc532921929)

[Presidente da CDHM discute indenizações para vítimas de assassinatos na Paraíba 113](#_Toc532921930)

[Povos indígenas e quilombolas buscam apoio na CDHM contra cortes de bolsas para estudantes 115](#_Toc532921931)

[Famílias de camponeses da Revolta dos Perdidos dão depoimento na Comissão de Direitos Humanos e Minorias 116](#_Toc532921932)

[Cidadania arrancada” 117](#_Toc532921933)

[APRESENTAÇÃO 136](#_Toc532921934)

Manifestações da CDHM (notas públicas, moção de repúdio e de apoio e outras manifestações)

# Composição da CDHM

**Em 12/12/2018**

**Presidente:** LUIZ COUTO (PT/PBAL)   
**1º Vice-Presidente:** MARCON (PT/RS)   
**2º Vice-Presidente:**   
**3º Vice-Presidente:**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Titulares** | | |
| http://www.camara.leg.br/Internet/Deputado/bandep/178829.jpg [Capitão Augusto](http://www.camara.leg.br/Internet/deputado/Dep_Detalhe.asp?id=5830434) PR/SP (Gab. 273-III) | http://www.camara.leg.br/Internet/Deputado/bandep/178908.jpg [Delegado Éder Mauro](http://www.camara.leg.br/Internet/deputado/Dep_Detalhe.asp?id=5830498) PSD/PA (Gab. 586-III) | http://www.camara.leg.br/Internet/Deputado/bandep/160575.jpg [Erika Kokay](http://www.camara.leg.br/Internet/deputado/Dep_Detalhe.asp?id=5830715) PT/DF (Gab. 203-IV) |
| http://www.camara.leg.br/Internet/Deputado/bandep/178979.jpg [Floriano Pesaro](http://www.camara.leg.br/Internet/deputado/Dep_Detalhe.asp?id=5830671) PSDB/SP (Gab. 915-IV) | http://www.camara.leg.br/Internet/Deputado/bandep/67138.jpg [Iracema Portella](http://www.camara.leg.br/Internet/deputado/Dep_Detalhe.asp?id=5830389) PP/PI (Gab. 924-IV) | http://www.camara.leg.br/Internet/Deputado/bandep/73926.jpg [Janete Capiberibe](http://www.camara.leg.br/Internet/deputado/Dep_Detalhe.asp?id=5830358) PSB/AP (Gab. 209-IV) |
| http://www.camara.leg.br/Internet/Deputado/bandep/112437.jpg [João Marcelo Souza](http://www.camara.leg.br/Internet/deputado/Dep_Detalhe.asp?id=5830331) MDB/MA (Gab. 639-IV) | http://www.camara.leg.br/Internet/Deputado/bandep/74041.jpg [Luiz Couto](http://www.camara.leg.br/Internet/deputado/Dep_Detalhe.asp?id=5830317) PT/PB (Gab. 442-IV) | http://www.camara.leg.br/Internet/Deputado/bandep/178866.jpg [Luizianne Lins](http://www.camara.leg.br/Internet/deputado/Dep_Detalhe.asp?id=5830427) PT/CE (Gab. 713-IV) |
| http://www.camara.leg.br/Internet/Deputado/bandep/160535.jpg [Marcon](http://www.camara.leg.br/Internet/deputado/Dep_Detalhe.asp?id=5830794) PT/RS (Gab. 569-III) | http://www.camara.leg.br/Internet/Deputado/bandep/74398.jpg [Maria do Rosário](http://www.camara.leg.br/Internet/deputado/Dep_Detalhe.asp?id=5830300) PT/RS (Gab. 312-IV) | http://www.camara.leg.br/Internet/Deputado/bandep/160556.jpg [Padre João](http://www.camara.leg.br/Internet/deputado/Dep_Detalhe.asp?id=5830781) PT/MG (Gab. 743-IV) |
| http://www.camara.leg.br/Internet/Deputado/bandep/171617.jpg [Paulão](http://www.camara.leg.br/Internet/deputado/Dep_Detalhe.asp?id=5830375) PT/AL (Gab. 366-III) | http://www.camara.leg.br/Internet/Deputado/bandep/160601.jpg [Pr. Marco Feliciano](http://www.camara.leg.br/Internet/deputado/Dep_Detalhe.asp?id=5830379) PODE/SP (Gab. 254-IV) | http://www.camara.leg.br/Internet/Deputado/bandep/163321.jpg [Ronaldo Nogueira](http://www.camara.leg.br/Internet/deputado/Dep_Detalhe.asp?id=5830723) PTB/RS (Gab. 625-IV) |
| http://www.camara.leg.br/Internet/Deputado/bandep/178947.jpg [Sóstenes Cavalcante](http://www.camara.leg.br/Internet/deputado/Dep_Detalhe.asp?id=5830563) DEM/RJ (Gab. 560-IV) | http://www.camara.leg.br/Internet/Deputado/bandep/189593.jpg [Wadih Damous](http://www.camara.leg.br/Internet/deputado/Dep_Detalhe.asp?id=5830842) PT/RJ (Gab. 413-IV) |  |
| **Suplentes** | | |
| http://www.camara.leg.br/Internet/Deputado/bandep/178890.jpg [Adelmo Carneiro Leão](http://www.camara.leg.br/Internet/deputado/Dep_Detalhe.asp?id=5830314) PT/MG (Gab. 627-IV) | http://www.camara.leg.br/Internet/Deputado/bandep/186775.jpg Franklin (\*) PP/MG | http://www.camara.leg.br/Internet/Deputado/bandep/178970.jpg [João Daniel](http://www.camara.leg.br/Internet/deputado/Dep_Detalhe.asp?id=5830751) PT/SE (Gab. 605-IV) |
| http://www.camara.leg.br/Internet/Deputado/bandep/74585.jpg [Lincoln Portela](http://www.camara.leg.br/Internet/deputado/Dep_Detalhe.asp?id=5830687) PR/MG (Gab. 615-IV) | http://www.camara.leg.br/Internet/Deputado/bandep/74784.jpg [Luiza Erundina](http://www.camara.leg.br/Internet/deputado/Dep_Detalhe.asp?id=5830288) PSOL/SP (Gab. 620-IV) | http://www.camara.leg.br/Internet/Deputado/bandep/171619.jpg [Margarida Salomão](http://www.camara.leg.br/Internet/deputado/Dep_Detalhe.asp?id=5830442) PT/MG (Gab. 236-IV) |
| http://www.camara.leg.br/Internet/Deputado/bandep/178986.jpg [Nilto Tatto](http://www.camara.leg.br/Internet/deputado/Dep_Detalhe.asp?id=5830749) PT/SP (Gab. 267-III) | http://www.camara.leg.br/Internet/Deputado/bandep/66179.jpg [Norma Ayub](http://www.camara.leg.br/Internet/deputado/Dep_Detalhe.asp?id=5830912) DEM/ES (Gab. 601-IV) | http://www.camara.leg.br/Internet/Deputado/bandep/74160.jpg [Patrus Ananias](http://www.camara.leg.br/Internet/deputado/Dep_Detalhe.asp?id=5830356) PT/MG (Gab. 720-IV) |
| http://www.camara.leg.br/Internet/Deputado/bandep/160637.jpg Ronaldo Fonseca (\*) PODE/DF | http://www.camara.leg.br/Internet/Deputado/bandep/73931.jpg [Zé Geraldo](http://www.camara.leg.br/Internet/deputado/Dep_Detalhe.asp?id=5830518) PT/PA (Gab. 266-III) |  |

# Equipe da CDHM

**Secretário Executivo:**

Clotildes de Jesus Vasco

**Secretária Executiva Substituta**:

Clemilda Souza Neto Pimentel Ferreira

**Equipe:**

Andréia de Andrade Taborda

Adla Micheline de Sousa Oliveira

Adalberto Angelo Custodio

Carlos Magno Zuqui Lisboa

Elen Pedro

Fernando Bola

Lucas Assis Nascimento

Leonardo Daniel Santos Formentini

Leonardo da Silva Santana

Mariana Trindade Oliveira

Márcio Marques de Araújo

Simone Machado de Mendonça

Waleria Justino Dutra

**Adolescentes**:

Gabriel Ribeiro de Carvalho

Davi da Silva Santana

# Apresentação

É com satisfação e sentimento de dever cumprido que apresentamos este balanço de 2018 da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM). Neste relatório, lançado durante a comemoração dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e os 30 da Constituição Federal, em 12 de dezembro, estão relatadas as principais atividades do colegiado no ano legislativo.

Foi um período marcado por debates e ações sobre uma ampla gama temática, sem exclusões nem preconceitos, em que adotamos uma estratégia mais de resistência e preservação de conquistas do que de obtenção de novos avanços, dada a conjuntura adversa no País.

Temas clássicos da agenda dos direitos humanos foram tratados pela CDHM, ao lado de questões emergentes, como a da adoção dos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos, um conjunto de parâmetros da ONU para proteger, respeitar e reparar violações. Uma plataforma indispensável para enfrentar problemas como o vazamento da Samarco em Mariana e o lançamento de resíduos em rios no Pará.

Mas a deterioração das relações políticas e os conflitos advindos do processo eleitoral nas circunstâncias em que se deram – com um governo formado pelas forças que promoveram o impeachment da presidenta eleita, com o principal líder do país encarcerado e afastado da disputa por uma condenação mundialmente questionada e a corrida eleitoral conturbada pelas *fake news* – condicionaram o ambiente, atingindo com a violência política especialmente movimentos sociais e segmentos vulneráveis.

A CDHM atuou no sentido de abrir espaço para todas denúncias fundamentadas de violações de direitos humanos encaminhadas pelos cidadãos e cidadãs, cobrando as providências cabíveis e realizando mediações políticas em todos os casos que recebeu. Não deixamos nenhuma demanda sem resposta.

Com outras instituições de Estado, da sociedade civil, de movimentos sociais e organismos internacionais ligados aos direitos humanos, nossa atitude foi de promover a cooperação e interlocução permanente.

Internamente, esta presidência procurou preservar uma convivência respeitosa entre todos os membros do órgão, adotando como parâmetros a civilidade e o pluralismo, sempre assentados no compromisso inarredável com os direitos humanos.

A CDHM nunca teve uma pauta legislativa muito pesada, até porque o conceito de direitos humanos que informa a atual distribuição, pelo presidente da Câmara, dos projetos entre as comissões não tem considerado a evolução histórica da área. Por outro lado, proliferam comissões especiais e comissões externas sobre temas clássicos de direitos humanos, não raro motivadas mais pelos holofotes que possam atrair do que pelo compromisso em construir soluções bem informadas e sustentáveis.

Entretanto, essa tendência não impediu que assuntos relevantes para os direitos humanos fossem objeto de atuação do colegiado no debate, na formulação e articulação da CDHM, a partir de suas atribuições regimentais.

O compromisso de um país com os princípios e valores humanos expressa a medida do grau civilizatório de seu povo e serve como referência nas relações internacionais. Portanto, nos unimos na celebração dos 70 anos da Declaração Universal e dos 30 da Constituição Federal com a certeza de que defender e promover os direitos humanos é expressar o compromisso com os padrões universais da democracia.

Espero que você, leitor, ao ler essa retrospectiva da CDHM de 2018 compreenda que ela trabalhou efetivamente para um Brasil melhor e um Legislativo mais eficiente na sua interação com a sociedade. Entretanto, o caminho percorrido não significou um ciclo encerrado, nem teve uma geografia linear. Conquistar e consolidar direitos são tarefas inacabadas por definição, sobretudo diante dos riscos de graves retrocessos que ora vivemos.

À cidadã, ao cidadão, que vierem a ler esta prestação de contas, desejamos que ela possa inspirar para que todos, sem exceção, possam ser, cada um à sua maneira, uma defensora, um defensor, dos Direitos Humanos - os Direitos de Todos!

Deputado Luiz Couto (PT-PB)

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias

# 2018: CDHM em números

REUNIÕES DELIBERATIVAS – 9

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS – 32

OUTROS EVENTOS – 03

PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES CONJUNTAS COM OUTRAS COMISSÕES

(Seminários e audiências públicas) - 03

DILIGÊNCIAS – 07

# Produção legislativa

A CDHM aprovou \_\_\_\_ projetos em 2018.

|  |  |
| --- | --- |
| **PDC-861/2017** | COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL - Aprova o texto da Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, adotada na Guatemala, por ocasião da 43ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos, em 05 de junho de 2013. |
|  | **Aprovado o Parecer.**  **Parecer do Relator, Dep. Paulão (PT-AL), pela aprovação.** Em 23/05/18. |
|  |  |

|  |  |
| --- | --- |
| **PL-4071/2015** | SENADO FEDERAL - RANDOLFE RODRIGUES - Institui o Dia Nacional de Combate à Tortura. |
|  | **Aprovado o Parecer.**  **Parecer do Relator, Dep. Lincoln Portela, pela aprovação.** Em 04/07/18. |

# Emendas ao Orçamento da União

As comissões técnicas da Câmara dos Deputados têm a prerrogativa de apresentar, cada uma, quatro emendas coletivas ao Orçamento da União. Essas emendas devem incidir sobre as respectivas áreas temáticas e ações já previstas no projeto original, encaminhado anualmente pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional. Estas foram as emendas aprovadas pelo plenário da CDHM, em 20/12/2018, e submetidas à Comissão Mista de Orçamento:

PROPOSTAS DE EMENDAS DA CDHM AO ORÇAMENTO DA UNIÃO 2019

| PROGRAMAS/AÇÕES | **VALOR PREVISTO NO ORÇAMENTO PARA 2019** | **EMENDA**  **PROPOSTA PELA CDH** |
| --- | --- | --- |
| Programa: Promoção e Defesa dos Direitos Humanos. (Ministério dos Dir. Humanos)  **1.Ação: Promoção dos Direitos Humanos**  (OBS: Ação abrangente, contempla os programas orçamentários: centro de referência; população de rua; educação em direitos humanos; direito à memória e à verdade; fornecimento de documento civil; combate à tortura; combate ao trabalho escravo; diversidade religiosa; refugiados e migrantes) | R$ 1.875.760,00 | R$ 100.000.000,00 |
| Programa: Promoção da Igualdade Racial e Superação do Racismo. (Ministério dos Direitos Humanos)  **2.Ação: Fomento a Ações Afirmativas e Outras Iniciativas para o Enfrentamento ao Racismo e a Promoção da Igualdade Racial**. | R$ 2.000.000,00 | R$ 50.000.000,00 |
| Programa: Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes. (Ministério dos Direitos Humanos)  **3. Ação: Promoção, Defesa e Proteção dos Direitos de Crianças e Adolescentes.** | R$ 20.050.000,00 | R$ 50.000.000,00 |
| Programa: Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas (Ministério da Justiça)  **4. Ação: Regularização, Demarcação e Fiscalização de Terras Indígenas e Proteção dos Povos Indígenas Isolados. (seq. 1292)** | R$ 34.989.110,00 | R$ 200.000.000,00 |

# Audiências públicas e seminários realizados

**CDHM inicia os trabalhos em 2018 recebendo demandas do movimento negro**

As reuniões públicas da Comissão de Direitos Humanos e Minorias começaram em 2018 com o recebimento de uma representação de jovens integrantes da Educafro, organização social que atua na promoção e defesa dos direitos de negros e negras no Brasil. A reunião, no dia 5 de fevereiro, destinou-se a receber a agenda e as demandas legislativas do Movimento Negro**.**

*Leonardo Aragão / CDHM*

[](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/cdhm-inicia-os-trabalhos-em-2018-recebendo-demandas-do-movimento-negro/image/image_view_fullscreen)

A mesa foi composta por figuras de representatividade nessa luta, como o diretor-executivo da Educafro, Frei David Raimundo dos Santos; o ex-secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, Marivaldo Pereira; a jurista Ana Túlia de Macedo; Deise Benedito, integrante do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; e Gabriel Sampaio, que assim como Marivaldo, também ocupou a função de secretário de Assuntos Legislativos no Ministério da Justiça. Os trabalhos foram coordenados pela deputada Benedita da Silva (PT-RJ) e o deputado Luiz Couto (PT-PB), com a participação de Alessandro Molon (Rede-RJ).

**Em audiência da CDHM, povos indígenas reafirmam a importância da demarcação de terras**

Na semana do Acampamento Terra Livre, em que cerca de 3 mil indígenas ocuparam as ruas de Brasília, momento importante da articulação indígena pela garantia de seus direitos, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM), por iniciativa de seu presidente, deputado Luiz Couto (PT-PB), realizou no dia 24/04, uma audiência pública que teve como principal resultado o diagnóstico sobre a estagnação dos processos de demarcação de terras indígenas no Brasil.

*Michel Jesus / Câmara dos Deputados*

[](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/em-audiencia-da-cdhm-povos-indigenas-reafirmam-a-importancia-da-demarcacao-de-terras-2/image/image_view_fullscreen)

A audiência contou com ampla participação de representações dos povos indígenas, que compuseram a primeira mesa do debate, ao lado do presidente da CDHM, além de lotarem o Plenário 8 do Anexo II da Câmara, permitindo a fala de todos os indígenas que quiseram se manifestar.

**“Queremos apenas reivindicar nossos direitos”**

Os indígenas que compuseram a primeira mesa foram uníssonos ao apontar um processo de criminalização das lutas dos povos originários do Brasil, como se exigissem algo além do que têm por direito segundo a Constituição de 1988. Ângela Kaxuyana, que falou representando a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), organizadora do Acampamento Terra Livre. Integrante de povo que vive na região norte do Pará, Angela foi incisiva: “quando o governo promove a estagnação dos processos de demarcação de terras indígenas, nossa vida é duramente atingida. São retrocessos para nossa sobrevivência, ameaçam nossa existência. A terra garante a construção da identidade dos nossos povos. Mas o fato de nos maltratarem não nos vai fazer parar, mas temos observado que as violações de Direitos Humanos estão aumentando”.

 Em alguns estados, a criminalização ocorre também pela força do poder econômico, que empurra os indígenas para fora de suas terras, como relata Sandro Potiguara sobre o estado da Bahia. “É muito comum as empresas e políticos defenderem a expulsão dos indígenas de nossas terras para construir resorts e empreendimentos imobiliários. Índio sem terra é índio sem vida. Queremos apenas reivindicar nossos direitos. Não somos bandidos”, apontou. Potiguara criticou também a atuação dos segmentos do Congresso Nacional que agem contra os direitos humanos dos povos indígenas.

O estado do Mato Grosso do Sul apresenta os índices mais preocupantes em relação à questão indígena, segundo dados divulgados na audiência. O deputado Luiz Couto lembrou que esse foi um dos principais fronts de atuação da CDHM nessa legislatura. “Realizamos sete diligências ao Mato Grosso do Sul, inclusive em momentos de extrema tensão, como após o massacre de Caarapó e uma das missões oficiais contou com a participação de membros do Parlamento Europeu. Valcelio Terena, liderança indígena sul-matogrossense, complementou. “Não consigo compreender como o Mato Grosso do Sul é o segundo estado em população indígena e o que menos tem demarcações.

 Para Kretá Kaingang, o discurso de criminalização dos povos indígenas é usado para a perpetuação dos projetos econômicos e anti-indígenas. “A nova fronteira agrícola brasileira, que torna Mato Grosso do Sul campeão na produção de soja transgênica, contamina os rios, os alimentos... Mas para se perpetuar necessita do discurso de que os indígenas são criminosos, não querem trabalhar. Não somente os indígenas, eles dizem ao país que nós, os quilombolas, os gays e outras minorias são grupos que não prestam”, afirmou.

**Violência anti-indígena**

A segunda mesa trouxe para reflexão do público as diversas formas de violência a que os indígenas são submetidos. Danielle da Silva Osório, defensora pública federal e coordenadora do GT de Comunidades Indígenas na DPU, apresentou números que requerem atenção do Estado. “Tomando como exemplo o Mato Grosso do Sul, a média de suicídios entre indígenas é três vezes maior que a média nacional. Se formos avaliar os homicídios, a taxa de morte dos indígenas é quase o dobro do que a média do país. Isso mostra a tensão à qual os povos indígenas são submetidos”. Danielle critica também a cultura vigente entre os brancos de olhar o indígena como um povo que necessita de favores. “A demarcação de terras indígenas tem que ser considerada um direito dos povos, e os operadores do direito têm o dever de implementar as políticas públicas previstas na Constituição Federal”, disse.

 Cleber Buzzatto, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), organização atuante na defesa dos povos indígenas, denunciou uma série de medidas que, na avaliação da entidade, atentam contra os direitos humanos dos indígenas. É o caso, por exemplo, do Parecer nº 01/2017 da Advocacia Geral da União, que tenta anular processos já definidos de terras demarcadas com base na tese do marco temporal, considerada inconstitucional em pareceres proferidos pelo Supremo Tribunal Federal. A Câmara dos Deputados tem sido um palco de discursos e projetos contrários aos indígenas, argumenta Buzzatto. “Há uma articulação muito forte de determinados grupos que fazem discursos abertamente anti-indígenas, que fomentam ameaças e apresentam projetos, como a PEC 215, que não deve ser aprovada, se os direitos humanos forem considerados”.

 O artigo 169 da OIT é um instrumento fundamental na defesa dos povos indígenas, afirma o subprocurador-geral da República e membro da 6ª Câmara, que trata das Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais da Procuradoria-Geral da República, Antônio Carlos Bigonha, que sugeriu ao Cimi reiterar a representação sobre o cumprimento do artigo, cujo teor ressalta a necessidade de oitiva prévia das comunidades indígenas em sua língua nativa, sobre todos os assuntos de interesse da comunidade no bojo do processo judicial, sob pena de nulidade processual. Em muitos casos, os povos indígenas não tomam sequer conhecimento do andamento das etapas de processo demarcatório, o que os prejudicam. Na primeira ocasião em que a representação foi entregue pelo Cimi, acabou arquivada pelo então procurador-geral da República, Rodrigo Janot, informou Bigonha.

**Movimentos e entidades de Direitos Humanos apresentam demandas e seguem vendo a CDHM como espaço de defesa e promoção dos DH**

Pela quinta vez na história, em tradição iniciada no ano de 2014, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM) promoveu, no dia 25 de abril, em sua primeira semana de audiências públicas, um processo de escuta de representações da sociedade civil, movimentos sociais e agentes públicos com atuação em Direitos Humanos para debater uma agenda comum, de modo a subsidiar a elaboração do plano de trabalho do colegiado parlamentar e eventuais ações conjuntas com outras entidades. A iniciativa desta audiência partiu do presidente da CDHM, deputado Luiz Couto (PT-PB).

*Cleia Viana / Câmara dos Deputados*

[](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/movimentos-e-entidades-de-direitos-humanos-apresentam-demandas-e-seguem-vendo-a-cdhm-como-espaco-de-defesa-dos-dh/image/image_view_fullscreen)

Foi uma oportunidade de receber demandas, conhecer a posição das entidades acerca da conjuntura dos Direitos Humanos no país e abrir as portas da Câmara dos Deputados a segmentos que historicamente são parceiros e acompanham com frequência as atividades da CDHM.

A audiência intercalou manifestações de representantes dos movimentos e entidades com as dos deputados integrantes do colegiado.

 Para nortear o debate, quem abriu a reunião foi a procuradora federal dos Direitos do Cidadão da Procuradoria-Geral da República, Deborah Duprat. Ela apontou três desafios importantes para a CDHM se debruçar em 2018: “a violência do centro contra as margens, ou seja, a atuação contrária aos que na prática mais precisam do Estado, como os jovens, mulheres, negros e minorias; o fato de que o Brasil é o país onde mais defensores e defensoras de Direitos Humanos são assassinados, e que teve no caso recente da morte da vereadora do Rio de Janeiro, Marielle Franco, um dos episódios mais emblemáticos nesse sentido, e finalmente o fortalecimento dos mecanismos de participação social junto ao Poder Legislativo, compreendendo este elemento como fundamental, independente de quem esteja no poder”, defendeu.

 A presidenta do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), Fabiana Severo, indicou que tem sido exatamente esse o caminho seguido pelo conselho, que conta com representantes da sociedade civil e de órgãos governamentais, de forma paritária. “O papel das instituições é voltar seu olhar de forma muito aprofundada ao momento em que vivemos, e essa visão tem pautado o CNDH”, afirmou. Segundo a defensora pública federal, uma das ações do conselho na consolidação dos instrumentos de participação foi a criação de subcomissões sobre diversos temas, que aproximam as populações diretamente afetadas, como a de Pessoas em Situação de Rua, Liberdade de Expressão e Comunicação, Pessoas Privadas de Liberdade, Alimentação Adequada e de Enfrentamento à Criminalização dos Movimentos Sociais.

Para Thaisa Oliveira, vice-presidenta da Associação Nacional de Defensores Públicos (Anadep), a própria atuação dos defensores está sendo alvo de cerceamento pelo Poder Judiciário. Ela deu como exemplo a negativa do pedido da Anadep de ingressar como *amicus curiae* da ação que pede reavaliação da interpretação da possibilidade de prisão após julgamento em segunda instância, na alegação do ministro do Supremo Tribunal Federal, Marco Aurélio Mello, por falta de pertinência, apesar do fato envolver o interesse de muitos dos que recorrem às defensorias públicas no Brasil. “Ainda temos estados que sequer possuem Defensoria Pública, como é o caso do Amapá, ou que contam com estrutura insuficiente para o atendimento do cidadão. Isso acaba restringindo o direito que todo cidadão brasileiro tem à Justiça”, conclui.

 A democratização do sistema de justiça e a salvaguarda da Constituição são as principais lutas que devem ser encampadas pelos defensores de Direitos Humanos, entende Darci Frigo, da Plataforma de Direitos Dhesca Brasil. “É tempo de resistência. Vivemos um período de ataque à democracia, ao Estado Democrático de Direito, e precisamos garantir os compromissos que o país assumiu em tratados internacionais de Direitos Humanos, além de guardar nossa Constituição. A aprovação da Emenda 95 [que congela os gastos públicos por 20 anos] é um instrumento que permite a violação massiva de Direitos Humanos da nossa população. Alterar esse cenário vai requerer muita luta”, pontuou.

 Eneias da Rosa, secretário-executivo da Articulação para o Monitoramento dos Direitos Humanos no Brasil, concordou com Frigo e foi enfático ao apontar que o país vive um período de retrocessos. “Para usar um termo do momento, estamos em uma era de austeridade de democracia, que está cambaleante. Criou-se uma arquitetura entre mídia e mercados que não se importa com princípios democráticos”. O Estado brasileiro é um promotor desses retrocessos, na opinião de Eneias. “É uma opção clara do Estado ao adotar medidas que acabam com a proteção social dos brasileiros. Uma opção expressa em manter mazelas históricas que privilegiam parcela pequena da sociedade.

**Demandas**

Com a conclusão da mesa da audiência, os microfones da CDHM seguiram abertos e houve uma sucessão de falas dos representantes de movimentos e entidades, que trouxeram pautas relativas aos seus respectivos nichos de atuação.

# CDHM discute crimes de ódio, discriminação e intolerância na Internet

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM), presidida pelo deputado Luiz Couto (PT-PB), promoveu no dia 09/05, um debate sobre a prática de crimes de ódio, discriminação e intolerância na Internet. A audiência pública, iniciativa do parlamentar paraibano, contou com uma mesa composta apenas por expositoras mulheres.

*Leonardo Aragão / CDHM*

[](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/cdhm-discute-crimes-de-odio-discriminacao-e-intolerancia-na-internet/image/image_view_fullscreen)

O debate foi aberto com a explanação de Bia Barbosa, do coletivo Intervozes, uma das principais referências das discussões acerca da comunicação no Brasil. Segundo ela, a discussão sobre o tema fica prejudicada em função do fato de os crimes de ódio não estarem definidos no ordenamento jurídico brasileiro. Bia avalia que há projetos que tramitam na Câmara que aparentemente até são bem-intencionados, mas podem criar entraves à liberdade de expressão. “Quais os critérios definidos para definir o que é um discurso de ódio? Restrições de conteúdo necessitam passar por uma ordem judicial. Se transferirmos o poder de remover os conteúdos aos provedores, correremos o risco de isso se voltar a um contexto seletivo, silenciando ainda mais as minorias sob o discurso de que estão praticando ódio”.

Daniela Luciana, integrante da Irmandade Pretas Candangas, lamenta que a política seja um elemento de perpetuação do ódio no cenário político. A irmandade, que luta pelos direitos das mulheres, com ênfase na mulher negra, considera que seria fundamental a aplicação de legislações anti-racistas em todos os âmbitos, citando as redes sociais e Internet como elementos de difamação e propagação de violência contra os negros.

**Jovens e mulheres entre as mais vitimadas**

Jovens e mulheres estão entre o público mais atingido pela violência e prática de ódio e discriminação na Internet. É o que afirma Juliana Cunha, da Safernet, organização não governamental, sem fins lucrativos, que reúne cientistas da computação, professores, pesquisadores e bacharéis em direito com a missão de defender e promover os direitos humanos na Internet.

“30% das denúncias que recebemos são de jovens, e 69% de mulheres, público-alvo preferencial dos assediadores virtuais, sobretudo com ameaças e exposição de imagens íntimas. Em 12 anos, recebemos quase 4 milhões de denúncias anônimas, então percebemos como é alto o número de vítimas”, conclui Juliana, que alerta para o fato de muitas vezes a violência virtual ser minimizada. “Violências online e off-line são iguais, ambas são igualmente perigosas e terríveis a quem sofre com tais atos”.

Natália Neris, pesquisadora do laboratório InternetLab e ativista anti-racista na Internet, lembra que em especial para as mulheres negras, historicamente subalternizadas, o direito é muito importante, para formulação de leis. Segundo ela, apenas com a Constituição de 1988 foram criados mecanismos de criminalização do racismo, classificando-o como inafiançável e imprescritível. No entanto, além da letra da lei, a pesquisadora ressalta que ainda com os marcos legais estabelecidos, muitos casos de racismo eram classificados em outras tipificações, descaracterizando crimes cometidos e permitindo a não responsabilização por falta de provas ou ausência de dolo. “Criar políticas que ofereçam contra-narrativas, que permitam que grupos que são vítimas tenham espaço para se manifestar, contar suas histórias, seus pontos de vista e desconstruir discursos de intolerância é essencial além da formulação de leis”, considera.

**Iniciativas de governos e autoridades**

O governo federal, por meio da ouvidoria do Ministério dos Direitos Humanos, realizou 350 mil atendimentos, sendo que 40,8% deles se referiram a violações de Direitos Humanos, informou a representante do ministério no debate, Sueli Francisca Vieira. “Temos quatro canais para recepção de denúncias, o Disque 100, a Ouvidoria Online, o Clique 100 e o Departamento de Ouvidoria”, disse Sueli, que celebrou a criação de um aplicativo, o Proteja Brasil, já disponível para smartphones, que permitirá o envio de denúncias a qualquer momento, bastando uma rede móvel ou de internet Wi-Fi.

Os Estados nacionais se comprometem a realizar mudanças e combater o racismo, mas muitas vezes suas aspirações acabam ficando apenas no papel, opina a procuradora regional do grupo de trabalho sobre crimes cibernéticos do Ministério Público Federal, Priscila Costa Shreiner Roder. “O Brasil, por exemplo, é signatário da Convenção Interamericana contra Racismo, Discriminação e formas correlatas de intolerância, se comprometendo a prevenir e eliminar, proibir e punir de acordo com normas constitucionais todos os atos e manifestações de racismo. Mas falta muito a ser feito. Temos que fortalecer iniciativas da sociedade civil, com foco não-punitivista e preventivo, o que envolve educação”, diz Priscila.

# CDHM debate violações de Direitos Humanos em manifestações e a pertinência do PL 6500/2013

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM), por iniciativa do seu presidente, deputado Luiz Couto (PT-PB), realizou hoje (16/05) audiência pública para debater a aplicação do princípio da não violência e garantia dos direitos humanos no contexto de manifestações e eventos públicos.

*Ascom Dep. Luiz Couto*

[](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/cdhm-debate-violacoes-de-direitos-humanos-em-manifestacoes-e-a-pertinencia-do-pl-6500-2013/image/image_view_fullscreen)

A audiência debateu também a pertinência do Projeto de Lei 6.500/2013, de autoria do deputado Chico Alencar (PSOL-RJ), que dispõe sobre o tema, incluindo a garantia dos direitos humanos e adoção do princípio da não-violência na execução de mandados judiciais de manutenção e reintegração de posse, em tramitação na CDHM.

O coordenador de Defesa Criminal da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), Emanuel Queiroz Rangel, recorda que a liberdade de expressão e o direito à reunião, inclusive o de manifestação, não é um pedido de movimentos sociais ou de manifestantes, mas um direito assegurado pela Constituição brasileira e em tratados internacionais, dos quais o Brasil é signatário. “A ONU, em Assembleia Geral e com anuência do Brasil, aprovou um Código de Conduta para Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei, que normatiza o emprego da força apenas quando estritamente necessário e na medida para o cumprimento do dever, em situações de excepcionalidade”, recorda Rangel, que complementa lamentando que nem sempre é isso o que ocorre. “Muitas vezes, os agentes policiais rompem totalmente esse protocolo e eles acabam tomando a iniciativa do confronto“, afirma.

As manifestações de junho de 2013 foram um estopim para que a criminalização dos protestos subisse ao topo das prioridades das políticas públicas de segurança pública, de forma articulada e engendrada, avalia Camila Marques, coordenadora do Centro de Referência Legal em Liberdade de Expressão e Acesso à Informação – Artigo 19. “Historicamente o estado sempre foi violento e repressor, mas a partir das manifestações de massa de 2013 começou a sofisticar as formas de repressão, com o uso indiscriminado de armamento não-letal. O poder público passou a gastar somas vultosas em inovações tecnológicas como os blindados conhecidos como caveirões, trajes que cobrem todo o rosto do policial, canhões sônicos de dispersão de água e uso de técnicas de dificultação de fuga de manifestantes em situações de perigo”, disse.

**PL 6500/2013**

Camila defende que a aprovação do PL 6500/2013 é muito importante nesse cenário de garantia de direitos. “O PL em questão proíbe o uso de armas de fogo no contexto de manifestações de rua, inclusive o uso de armas de eletrochoque, e garante a atuação dos profissionais da comunicação no contexto das manifestações de rua, considerando que o direito à comunicação não é restrito apenas aos profissionais da imprensa, mas também cidadãos que fazem seus registros de forma amadora, e impede a criação de obstáculos à atuação de profissionais de saúde que estejam prestando serviços de primeiros-socorros”, listou a representante da Artigo 19.

**Aviso Prévio de manifestações**

O integrante do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), Leonardo Pinho, lembrou que tramita no Supremo Tribunal Federal o processo que prevê a informação prévia de realização de manifestações, com o intuito de cientificar as autoridades competentes e impedir o fechamento do trânsito. Segundo Leonardo, a medida, se validada pelo STF, será muito perigosa ao direito de manifestação e endossará ainda mais as ações arbitrárias de policiais contra manifestantes. “Em um cenário de respeito à constituição, as forças policiais deveriam atuar no sentido de impedir qualquer ato que interferisse no direito à manifestação. Mas temos visto justamente o contrário, como vimos no episódio recente na UnB, a formação dos policiais tinha caráter de confronto e buscou intimidar o ato. O aviso prévio de uma manifestação não é possível de ser feito em muitas ocasiões e enfraquece os movimentos reivindicatórios”, considera o conselheiro do CNDH.

A procuradora federal dos Direitos do Cidadão da Procuradoria-Geral da República (PGR), Deborah Duprat, pensa que é natural em uma sociedade que se organiza de forma irregular desde sua formação e que apenas muito recentemente teve acesso a condições razoáveis de melhoria de vida esteja presente nas ruas protestando. “A Constituição de 1988 surgiu com esse objetivo, defender a possibilidade de articular os direitos à expressão e manifestação depois de um período de repressão e censura total”, acredita. A lei que qualifica os movimentos sociais como terroristas, em tramitação no Congresso Nacional, precisa ser combatida, na opinião da procuradora. “Ela carrega consigo uma interpretação que remonta ao período ditatorial”.

Deborah também é contra o aviso prévio de manifestações, por crer que um direito fundamental está sendo cerceado se o STF entender pela constitucionalidade dessa medida. “Uma manifestação espontânea de insatisfação com determinada situação poderia ser caracterizada como crime e resultar na prisão de uma pessoa. Essa garantia não pode ser instrumentalizada para negar um direito fundamental previsto no artigo 5º da Constituição”.

A garantia do direito constitucional à manifestação é compartilhada pelo consultor da Conectas, Henrique Apolinário. “O cidadão quando recorre às ruas para protestar muitas vezes esgotou todas as possibilidades de diálogo com o Estado. A esse direito jamais cabe cerceamento”, afirmou, defendendo a aprovação do PL 6500/2013.

A criminalização dos protestos fica evidente ao apresentar dados de uso de armas tidas como não-letais, opina o presidente do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM), Cristiano Ávila Maronna. “Apenas entre janeiro e agosto de 2016, a Polícia Militar de São Paulo utilizou 95,8 bombas de gás por dia em média, e 158 munições químicas/dia. Como sabemos que não há manifestações todos os dias, está claro que, quando estes ocorrem, o uso dessas táticas na dispersão de manifestações é extremamente desproporcional da força”.

**CDHM discute com comunidade LGBTI propostas em tramitação no colegiado**

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM) realizou em 17/05, uma audiência pública que debateu os projetos em tramitação no colegiado parlamentar que garantem direitos humanos à população LGBTI. O debate ocorreu a partir de requerimentos aprovados pela deputada Luizianne Lins (PT-CE) e do vice-presidente da Comissão, Marcon (PT-RS).

*Lula Marques / PT na Câmara*

[](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/cdhm-discute-com-comunidade-lgbti-propostas-em-tramitacao-no-colegiado/image/image_view_fullscreen)

O evento ocorreu simbolicamente no dia 17 de maio, Dia Internacional da Luta contra a Homofobia, e teve como um dos motes do debate a tramitação do PL 7292/2017, de autoria de Luizianne Lins, conhecido como Lei Dandara.

**Lei Dandara**

Em fevereiro do ano passado, a travesti Dandara dos Santos foi espancada e assassinada a tiros em Fortaleza. O crime motivou a deputada Luizianne Lins (PT-CE) a apresentar um projeto de lei na Câmara que modifica o Código Penal e qualifica o crime de LGBTCídio. Ou seja, se ficar comprovado que foi uma atitude de ódio, motivada exclusivamente pelo gênero da vítima, o crime se torna hediondo e as penas aumentam.

A deputada explicou por que é importante qualificar assassinatos como o de Dandara dos Santos como crimes de ódio. "Esse crime tem endereço e tem motivação, advém do ódio pela dificuldade de as pessoas se assumirem ou de conviverem com a diversidade", afirmou.

A proposta, batizada de Lei Dandara, está em tramitação na CDHM,  o que chamou a sociedade civil para debater uma agenda legislativa para a população LGBTI (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneros e intersexos).

**Articulação política**

Para Toni Reis, presidente da Aliança Nacional LGBTI, o momento exige diálogo com todas as forças políticas da sociedade no sentido de construir sinergias na garantia de direitos à população LGBTI. Toni recordou a criação do manifesto intitulado “Carta pela Diversidade”, que contou com a assinatura de diversas entidades e de 18 partidos políticos como um exemplo desse processo de construção e eliminação de resistências às conquistas e direitos dos LGBTI.

Ainda segundo Toni, a Aliança apresentará nas eleições de 2018 uma plataforma às candidaturas para firmarem seu compromisso com questões que são prioritárias para a realização dos direitos humanos e a consolidação da cidadania plena da população LGBTI. “No Legislativo, buscamos como prioridades a aprovação do marco legal que proteja as pessoas LGBTI e puna criminalmente as discriminações com base na orientação sexual e de identidade de gênero e, no Executivo, políticas públicas afirmativas para a população LGBTI por meio do “tripé” da cidadania, que inclui planos, coordenações e conselhos.

**Outras propostas**

 Andrey Lemos, da União Nacional LGBT, listou alguns projetos em tramitação na Câmara, como o que defende a identidade de gênero, o que estimula a notificação de violência contra esse grupo, o que valoriza os novos arranjos familiares e o que inclui na Lei Maria da Penha a violência contra travestis e transexuais.

"Há uma série de iniciativas que podem ser feitas a partir desta Casa, mas que lamentavelmente os deputados que compreendem a importância desse tema ainda são poucos", lamentou.

Presidenta da ABGLT, Symmy Larrat, reclamou da invisibilidade. "O Estado continua sem nos enxergar, não há um censo que leve em consideração essa população, ninguém sabe quantos somos oficialmente".

**Cura gay**

Já a representante do Conselho Federal de Psicologia Sandra Sposito criticou a parcela da sociedade que defende os tratamentos conhecidos popularmente como "cura gay" e refutou o argumento de que o grupo LGBTI é formado por pessoas que estão sempre em sofrimento.

"Não é das vivências, dos desejos, das formas de expressão do gênero que nasce o sofrimento. É do impedimento de existir dessas formas de ser, é da impossibilidade de atuar no mundo, de ser aceito nos espaços sociais", explicou.

**Mãe de Dandara**

Francisca Ferreira, mãe da travesti Dandara dos Santos, assassinada no Ceará, foi uma das convidadas da audiência pública. Ela emocionou os participantes ao relatar detalhes do assassinato e a história de Dandara, bem como o modo brutal como ela foi assassinada. Atualmente, 9 dos 12 criminosos que participaram do crime estão presos.

**Mecanismos de monitoramento das recomendações feitas na RPU da ONU não estão claros, concluem expositores de audiência da CDHM**

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM), por iniciativa de seu presidente, deputado Luiz Couto (PT-PB), realizou em 22/05, audiência pública sobre a elaboração do Plano de Monitoramento do Estado Brasileiro para as recomendações da Revisão Periódica Universal (RPU) da Organização das Nações Unidas.

*Michel Jesus / Câmara dos Deputados*

[](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/mecanismos-de-monitoramento-das-recomendacoes-feitas-na-rpu-da-onu-nao-estao-claros-concluem-expositores-de-audiencia-da-cdhm/image/image_view_fullscreen)

A RPU é um processo de avaliação da situação dos Direitos Humanos em todos os países integrantes da ONU, que apresentam relatórios a cada quatro anos e meio narrando os avanços realizados na implementação de políticas públicas de garantia de direitos humanos. A última ocasião em que o Brasil apresentou seu relatório foi em maio de 2017, em Genebra, na Suíça, oportunidade em que a CDHM esteve representada pelo seu então presidente, deputado Paulão (PT-AL).

Após a manifestação oficial do país, pela ministra dos Direitos Humanos à época, Luislinda Valois, representantes de 103 países pediram a fala e fizeram 246 recomendações ao Brasil de políticas de Direitos Humanos sobre diversos temas. O governo brasileiro aceitou 242 das 246, ou seja, quase a totalidade das recomendações. É a partir de então que surgiu a necessidade de debater a forma como o país irá monitorar o cumprimento das recomendações durante esse ciclo.

**Estabelecimento de GTs e diversidade de temas**

Fernando de Oliveira Sena, chefe da Divisão de Direitos Humanos do Ministério das Relações Exteriores, ressaltou que o Governo Federal tem observado um aumento na participação dos membros da ONU no processo da RPU, inclusive no número de recomendações efetuadas a todos os países. Sena apontou que os temas mais citados que requerem a atenção do Brasil são os ataques contra defensores e defensoras de Direitos Humanos, direitos humanos dos povos indígenas, violência contra as mulheres e encarceramento em massa.

O Governo Federal deve publicar nos próximos dias um relatório preliminar monitorando o estado de cada recomendação, informou o secretário-executivo adjunto do Ministério dos Direitos Humanos, Marcelo Dias Varella. O MDH criou uma série de grupos de trabalho que avaliaram cada grupo temático de recomendações no sentido de criar métodos de monitoramento, afirmou Varella.

**Falta de assertividade e clareza**

Os demais expositores, mencionando aspectos distintos, avaliam que há falta de assertividade e clareza na definição dos mecanismos de monitoramento e disposição política de cumprimento das recomendações. É o caso, por exemplo, da procuradora federal dos Direitos do Cidadão da Procuradoria-Geral da República, Deborah Duprat, que pede mais participação e atenção a projetos que violam os Direitos Humanos.

“Os Direitos Humanos são frutos de conquistas, de lutas e sofrimentos, e não foram assegurados por meio de decretos e vontades de uma única cabeça. Portanto, a participação social é essencial nesse processo e a sociedade deve participar de todas as construções em torno dessas recomendações. Além desse tema, é fundamental revisar a PEC 95, que congela os gastos públicos. Será praticamente impossível cumprir as recomendações se o Estado tiver uma capacidade quase nula de investimentos”, ponderou.

A coordenadora da PFDC apontou que nota na elaboração dos relatórios uma disposição em considerar como avanços atuais temas que já foram implementados em ciclos anteriores da RPU, passando a sensação de conquista quando se tratam de assuntos superados e assimilados pela sociedade. Esse cenário demonstra falta de transparência sobre os critérios adotados. “Qual os mecanismos adotados para o monitoramento? Quais as metodologias? Há interlocução com os demais poderes e com a sociedade civil? Tais perguntas não estão sendo respondidas satisfatoriamente pelo governo e esse relatório que está prestes a ser divulgado me parece que não dará conta desses anseios”, apontou Deborah.

Os direitos dos povos indígenas, um dos temas mais citados nas recomendações ao Brasil, estão longe de serem garantidos e o cenário é de piora na conjuntura, opina Dinaman Tuxá, coordenador-executivo da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib). “Ao falarmos do direito à terra dos povos indígenas, estamos falando diretamente do direito à vida”, lembrou o indígena, crítico do desmantelamento estrutural e institucional da Funai. “Atender as recomendações referentes aos povos indígenas passa pelo fortalecimento institucional da Funai, e com a suspensão dos processos de demarcação, o desmantelamento do órgão e a PEC 95, torna-se impossível”, afirmou.

**Sugestões para o monitoramento**

A coordenadora-executiva do Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos, Fernanda Lapa, avalia que há insuficiências na publicidade dos dados relativos ao cumprimento das recomendações e sugeriu uma série de medidas para criar a plataforma de monitoramento, como a definição de uma metodologia de sistematização das recomendações (por país, continente ou tema), a criação de um comitê interministerial de análise das recomendações, pois muitas pastas são instadas a implementar políticas que atendam à RPU, a formulação de indicadores de cumprimento, a realização de consultas nacionais, submetendo à sociedade civil as versões preliminares do relatório final, e a publicação de um relatório de “meio período”, na metade do prazo da próxima avaliação, com o indicativo do atendimento a cada uma das 242 recomendações assumidas.

Para Rodrigo Deodato, representante do Comitê Brasileiro de Direitos Humanos e Política Externa, essas ações devem ter caráter transversal. “A adoção de métodos transparentes das iniciativas do Executivo na temática de Direitos Humanos deveria ser a tônica em todas as políticas públicas de implementação, cumprimento e estruturação de garantias de Direitos Humanos, e não apenas aquelas no âmbito da RPU”.

**Falta de registro civil ainda é uma realidade para minorias, constata audiência da CDHM**

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM) promoveu em 24/05, em iniciativa de seu presidente, deputado Luiz Couto (PT-PB), audiência pública que debateu como erradicar o sub-registro civil no Brasil.

*Michel Jesus / Câmara dos Deputados*

[](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/falta-de-registro-civil-ainda-e-uma-realidade-para-minorias-constata-audiencia-da-cdhm/image/image_view_fullscreen)

Apesar de o país ter evoluído no tema, ainda é uma realidade a ser combatida. É o que constata a vice-presidenta da Associação Nacional dos Defensores Públicos do Brasil (Anadep), Thaisa Oliveira. Segundo ela, hoje há 3 milhões de pessoas sem documentos no país. A questão é tão importante que será o tema da campanha nacional da Anadep, intitulada “Erradicação do sub-registro e acesso à documentação pessoal”, que promoverá breves cursos de educação em direitos, mutirões de atendimento e agendas de conscientização de autoridades acerca da importância do registro.

Thaisa aponta que populações vulnerabilizadas são as mais afetadas com o sub-registro. “A Anadep observou na formatação da campanha que setores vulneráveis da sociedade são os que mais sofrem com o sub-registro: pessoas privadas de liberdade, povos indígenas, quilombolas, a comunidade LGBTI, entre outros, têm dificuldades maiores que um cidadão comum para obter seu registro de nascimento”, diz.

**Povos indígenas com direito cerceado**

O defensor público do Pará, Johny Giffoni, tem sua trajetória marcada pela luta em defesa dos povos indígenas, em especial na questão do sub-registro, atuação que resultou na vitória do 14º Prêmio Innovare. A tentativa de um indígena em obter seu registro esbarra em muitas dificuldades, como narra o defensor. “Temos três problemas graves enfrentados pelos indígenas. Os cartórios os impedem de efetuar o registro de nascimento alegando falta de documentação, suas etnias não são consideradas indígenas pelo registrador civil e um equívoco comum, situações em que o nome da etnia é considerado sobrenome”. Além disso, alguns indígenas só possuem nome “branco” no mundo jurídico, pois não há comprovação formal da existência de determinadas etnias, o que compromete a própria identidade do indígena, denuncia Johny.

**Corte de recursos para políticas públicas**

O corte orçamentário e reestruturação de pessoal na Fundação Nacional do Índio (Funai) pode comprometer a execução de políticas públicas em andamento, considera a coordenadora geral de Promoção de Direitos Sociais do órgão, Priscila Ribeiro da Cruz. “Estamos elaborando um sistema novo de cadastro do indígena, o Cadin, que pretende superar as deficiências do Rani, o registro administrativo de nascimento indígena, mas temo que o corte orçamentário impeça atividades importantes como os mutirões de registro”, avalia Priscila.

O coordenador de Registro Civil do Ministério dos Direitos Humanos, Thiago Garcia, garantiu que, para o Governo Federal, o acesso ao registro civil é considerado um direito humano. Garcia ressaltou a evolução nas políticas públicas do país no sentido de erradicar o sub-registro. “Em 2004, 17% das crianças brasileiras não eram registradas ou seu registro apresentava equívocos. Esse índice baixou para 1% em 2014”, informou. Segundo ele, o Ministério dos Direitos Humanos seguirá implementando a Política Nacional do Registro Civil de Nascimento, com foco na população ribeirinha, quilombolas, ciganos, pessoas em situação de rua e em privação de liberdade, segmentos mais vulneráveis de acordo com pesquisas do MDH.

Os registradores civis tiveram um papel fundamental nesse êxito, opina Paulo Henrique de Araújo, representante da Associação Brasileira dos Registradores Naturais. “A partir da Constituição de 1988, que regulamentou nossa atividade, instalamos 13 mil pontos de atendimento de registro civil”, destacando que irá apurar as denúncias de dificuldades criadas por cartórios para registro, sobretudo de indígenas.

**Democracia e saúde mental andam juntas, afirmam usuários e especialistas**

O Ministério da Saúde aprovou em dezembro de 2017 mudanças na Política Nacional de Saúde Mental. Apesar da resolução que estabelece diretrizes para o fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) ter recebido apoio do Conselho Federal de Medicina (CFM), da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), e de outras entidades médicas, ela é alvo de fortes críticas. Entre elas, que foi feita sem a participação dos usuários dos serviços de saúde mental e que, por causa disso, é contrária à Constituição, às Leis e à compromissos internacionais firmados pelo Brasil.

*Banco de Imagens da Câmara dos Deputados*

[](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/democracia-e-saude-mental-andam-juntas-afirmam-usuarios-e-especialistas/image/image_view_fullscreen)

Para discutir a atual situação da Política Nacional de Saúde Mental, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados promoveu em 30/05, uma audiência pública reunindo usuários e especialistas do setor.

Uma das maiores críticas contra a Portaria 3.588 do governo federal, que consolida a resolução de dezembro de 2017, é que as mudanças trazem de volta a criação de leitos em hospitais psiquiátricos. Dessa forma, vai contra o Movimento Nacional da Luta Antimanicomial de 1987, e que criou o movimento “Por uma sociedade sem manicômios”. Na década de 80, haviam aproximadamente 100 mil leitos em hospitais psiquiátricos. Atualmente, são cerca 23 mil leitos em 161 hospitais.

**Cemitérios de vivos**

“Poderíamos estar comemorando os 31 anos do Movimento de Luta Antimanicomial, mas estamos vivendo um retrocesso. Faltam Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), não há investimento na formação dos profissionais desses Centros, além do desmonte do SUS, que está sendo absorvido pelos planos de saúde e dos pactos sociais conquistados nos últimos anos, que garantiam direitos para doentes mentais, idosos, excluídos”, destaca o médico Paulo Amarante, vice-presidente da Associação Nacional de Saúde Coletiva (Abrasco). Ele diz ainda que a própria Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) foi conivente com as mudanças, defendendo a mercantilização da dor e da medicina. “A Portaria 3.588 inverte toda a política que existia, foi aprovada a toque de caixa, sem participação de ninguém, prevê mais investimentos para hospitais particulares e traz de volta os manicômios, os cemitérios de vivos, como dizia Lima Barreto”.

Rogério Giannini, presidente do Conselho Federal de Psicologia vai na mesma direção. “Estamos vivendo tempos de intolerância com os diferentes e falta de compreensão com quem precisa ser cuidado. Vivemos um Estado de exceção, com a redução dos recursos para políticas públicas e crescimento da linguagem do ódio. Democracia é instrumento terapêutico e exercício da cidadania”, conclui Giannini.

**A volta do eletrochoque**

De acordo com Lúcio Costa, do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, o Ministério da Saúde, através da Coordenação de Saúde Mental, está oferecendo aporte de R$ 110 mil para municípios que queiram usar a terapia do eletrochoque. “ Em vez de olhar para as patologias, temos que olhar para as necessidades das pessoas e não dar medicação, psicotrópicos que trazem sérios efeitos colaterais e dificultam ainda mais reinserção dos pacientes na comunidade”, observa.

**Defender o óbvio**

Andressa Ferrari, da Rede Nacional da Luta Antimanicomial, trabalha em um CAPS em Brasília (DF)e  afirma que há uma luta diária para “defender o óbvio”, como ela diz. “ Temos que fazer esforços para defender o SUS e o pleno funcionamento dos CAPS. Porque tanto esforço para defender a volta dos leitos psiquiátricos? Qualquer lugar que cerceia a liberdade, tem uma premissa manicomial, como os hospitais psiquiátricos e aldeias”.

“Se não fosse o atendimento num CAPS, uma moça ia se suicidar na nossa frente”, testemunha Tiago Borges, integrante do Movimento Pró Saúde Mental e usuário desse serviço também em Brasília. Ele é enfático nas críticas. “ Ninguém visita os CAPS, a Secretaria de Saúde do DF não vai à campo nem o governo federal. Como vamos comemorar a luta antimanicomial dentro de um manicômio? A gente tem que despertar e lutar pelos nossos direitos”, conclui.

Deborah Duprat, procuradora federal dos Direitos do Cidadão, alerta que a Portaria do Ministério da Saúde é contrária à Constituição e antiética. “Para manicômios iam as mulheres histéricas, mães solteiras, gays, trans, pessoas fora dos padrões hegemônicos, mas a Constituição superou tudo isso. Além disso, o Brasil assumiu compromisso internacional através de uma Convenção de respeito e atenção às pessoas com deficiências de várias ordens. Quem tem que formular políticas públicas são os usuários e não especialistas”.

“Em tempos difíceis, saúde mental é democracia”, ressalta Ana Maria Pita da Associação Brasileira de Saúde Mental. “ A luta pelos direitos, principalmente pelos excluídos, continua. Temos que reverter essas portarias esdrúxulas, principalmente neste este ano de eleições”.

**O outro lado**

Rafael Ribeiro da Coordenação de Saúde Mental do Ministério da Saúde, apresentou dados de uma pesquisa que mostra que houve uma redução de leitos psiquiátricos de 120 mil para 18 mil; que há um aumento de doenças mentais em presidiários, estima-se que são 61 mil pacientes encarcerados; sobrecarga dos serviços de emergência e urgência psiquiátricos; a falta de uso pelos governos estaduais e municipais dos recursos enviados pela União e falta de prestação de contas do que desses recursos.

A deputada Érika Kokay (PT/DF), que solicitou a realização da audiência pública, pediu que todos os segmentos envolvidos nas questões de saúde mental continuem mobilizados para, juntos, revogarem a Portaria 3.588. “Não podemos aceitar nenhum tipo de retrocesso nos cuidados com a saúde mental, isso também significaria o fim de muitas conquistas, violação dos direitos humanos, da democracia e do exercício da cidadania”, avaliou a deputada.

**CDHM ouve o ex-advogado da Odebrecht Rodrigo Tacla Duran e constata violação dos direitos humanos**

O advogado e ex-consultor Rodrigo Tacla Duran, que realizou serviços como advogado da Odebrecht e que seria testemunha de defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, participou através de videoconferência de audiência pública na CDHM, realizada no dia 05/06. Ele vive na Espanha, já que tem também a cidadania daquele país. A audiência foi solicitada pelo deputado Wadih Damous (PT/RJ).

*Cleia Viana/Câmara dos Deputados*

[](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/cdhm-ouve-o-ex-advogado-da-odebrecht-rodrigo-tacla-duran/image/image_view_fullscreen)

Em novembro de 2016 Tacla Duran teve a prisão preventiva decretada pelo juiz federal Sergio Moro, foi preso na Espanha mas libertado por causa da dupla cidadania, o que impediu a extradição.

A audiência, que teve aproximadamente 4 horas e meia, levantou questões sobre a possível adulteração de documentos e extratos bancários pela empresa, o cerceamento à defesa do ex-advogado, que já prestou esclarecimentos, através de carta rogatórias, sobre os casos de corrupção na Odebrecht e JBS no Equador, Angola, Suíça, Antígua e Barbados, México, Peru e Argentina.

A defesa do ex-presidente Lula solicitou que Duran prestasse depoimento no âmbito do incidente de falsidade de documentos por parte da Odebrecht, no âmbito da operação Lava Jato. O Ministério Público Federal pediu que o Superior Tribunal de Justiça rejeitasse o pedido, no que foi atendido.

Em dois depoimentos, um à CPI da JBS e outro à defesa do ex-presidente Lula, Rodrigo Tacla Duran mostrou documentos que não conferem com os que teriam sido obtidos no sistema eletrônico de contabilidade da Odebrecht – o “My Web Day”. Essa diferença pode indicar que houve alteração nos documentos. Tacla Duran submeteu esses documentos à uma perícia na Espanha, onde morou, e a autenticidade foi atestada. Mas uma perícia não foi feita Polícia Federal no Brasil por falta de acesso ao sistema.

***Fiscalização do Judiciário***

A deputada Maria do Rosário (PT/RS), destaca que acontece um cerceamento do direito de defesa. “O ex-advogado fez denúncias importantes sobre uma estrutura jurídica que responsabiliza pessoas sem provas, e quando há contradição são renegadas. Tacla Duran não é um foragido, tem endereço certo e reconhecido pela justiça espanhola, mas é tratado como tal pelo judiciário brasileiro. Todo esse processo fere a nossa Constituição e os pactos de direitos políticos e sociais. Agora, a CDHM deve acompanhar as razões de direitos humanos que envolvem o caso e cobrar respostas do CNJ, MPF e CNMP, porque eles devem fiscalizar, e se o Estado deixa de ser de direito, deixa de ser democrático e os direitos humanos são violados”, conclui a deputada.

Paulo Pimenta do PT, entre várias perguntas, levantou a questão do possível desaparecimento de parte do Inquérito 186/2016, da Polícia federal, que traz esclarecimentos sobre as acusações feitas ao ex-advogado. O processo estava em São Paulo e foi enviado para Curitiba. “O Dr. Tacla Duran teve negada por 5 vezes a sua solicitação para que pudesse depor como testemunha de defesa dos inquéritos da Lava. A última delas foi pelo STJ.  Em início do ano passado protocolamos na PGR todos os documentos que ele nos entregou após a o depoimento na JBS. Tentamos durante meses uma audiência com a presidência do órgão para falar sobre as denúncias. Agora, recebemos um despacho dizendo que as denúncias não serão investigadas porque são ineptas e que não teriam consequência. Estamos buscando agora o que é possível fazer, no Supremo Tribunal Federal”, informa Paulo Pimenta.

***Tacla Duran***

Essa é a segunda vez que Rodrigo Tacla Duran fala no Congresso Nacional. “Nunca tive a oportunidade de fazer isso perante a Força Tarefa da Lava Jato de Curitiba e o juiz Sérgio Moro da 13ª Vara Federal do Paraná. Eles nunca quiseram me ouvir sobre as acusações que fazem contra mim. Me acusam de crimes que não cometi, me ofendem publicamente e tentam me desqualificar o tempo todo”, argumenta Duran.

O ex-advogado também falou sobre o cerceamento de sua defesa. “Existem fatos graves que cerceiam o meu direito de defesa e que quero relatar. O primeiro deles é o desaparecimento do Inquérito 186/2016, da Polícia Federal de São Paulo, que contém todos os esclarecimentos sobre as acusações que me foram feitas, ele é muito importante para o exercício da minha ampla defesa. Estou em busca deste inquérito há cerca de dois meses. A Polícia Federal em São Paulo informou que o inquérito foi encaminhado para Curitiba. Porém em Curitiba, este inquérito não existe, porque ninguém sabe dizer onde ele está. Sumiço de inquérito é algo gravíssimo. Eu peço a esta Comissão que oficie o juiz corregedor competente, para que ele investigue este fato, e tome as medidas cabíveis. Outro grave cerceamento de defesa que venho sofrendo é a procrastinação injustificada pela PGR da emissão do parecer de Homologação de Decisão Estrangeira, reconhecendo as decisões que a Justiça Espanhola tomou em relação ao meu caso. Já são sete meses aguardando uma manifestação da PGR. Também sumiu. Peço a esta comissão que oficie à senhora Procuradora-Geral Raquel Dodge para que seja despachado o parecer”, reitera Tacla Duran.

***Perseguição política***

Para Wadih Damous (PT/RJ), as informações de Tacla Duran corroboram o que já vinha sido dito há algum tempo. “A Operação Lava Jato não se presta para combater a corrupção, se presta à seletividade da perseguição política sem precedentes aqui no Brasil. Documentos falsos são usados para condenar pessoas, delações são obtidas mediante extorsão e chantagem. Presos, acusados e réus são induzidos a delatar com base em prêmios. Vamos continuar insistindo que os fatos sejam apurados, investigados e os documentos sejam apreciados pelo judiciário”, conclui Wadih.

A transmissão da audiência pública pelo Youtube da Câmara dos Deputados bateu o recorde de audiência desde o início das transmissões da CDHM por essa mídia, com 14 mil visualizações.

Participaram da audiência pública os deputados Luiz Couto (PT/PB), presidente da CDHM; Wadih Damous (PT/RJ), Adelmo Leão (PT/MG), João Daniel (PT/SE); Lincoln Portela (PT/CE), Marcon (PT/RS), Leo Brito (PT/AC); Luizianne Lins (PT/CE) e Erika Kokay (PT/DF).

**“O tempo não para”**

Como na música do cantor e compositor Cazuza, que morreu em 1990 vítima de complicações causadas pela Aids, é sobre a passagem do tempo na vida da população LGBT, que aconteceu no dia 06/06, em Brasília, o 15º Seminário LGBT do Congresso Nacional. Este ano, as discussões foram em torno do tema “O tempo de nossas vidas – Saúde, Bem-estar, Envelhecimento e Morte na Perspectiva da Comunidade LGBT”. A pauta coincidiu com a promulgação da Lei 13.646/18, que declara 2018 o Ano de Valorização e Defesa dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa.

*Cleia Viana/Câmara dos Deputados*

[](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/201co-tempo-nao-para201d/image/image_view_fullscreen)

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, é uma das Comissões realizadoras do Seminário, ao lado das Comissões de Seguridade Social e Família, de Legislação Participativa, de Cultura e de Educação da Câmara dos Deputados. Já pelo Senado Federal, participam as Comissões de Assuntos Sociais e a de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

***Abertura***

O deputado Jean Wyllys (PSOL/RJ), que pediu a realização do evento, ressaltou a dificuldade para que ele acontecesse. “Fazer esse Seminário não é uma coisa simples. Durante todo ano, a agenda do Congresso tenta banir a pauta LGBT das discussões da Casa. Tivemos dificuldades como a falta de dinheiro e hoje tem gente que veio como voluntário. Nos governos anteriores era diferente, havia apoio material e institucional. Hoje vivemos um país dividido pelo ódio”, afirma.

 “Nem todos da comunidade LGBT envelhecem, o índice de suicídios é imenso, principalmente na adolescência, por causa da ruptura do amor dos pais, bullying em casa na escola, ou assassinado”, completa Jean Wyllys.

 Para o presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, deputado Luiz Couto (PT/PB), o tema deste ano une duas situações importantes.

“Trata-se da intersecção de dois grupos que sofrem preconceito, são alvos de intolerância, ódio e falta de políticas públicas. A população LGBT e os idosos. Queremos trabalhar, cada vez mais, por respeito e dignidade, somos brasileiros e brasileiras e a Constituição garante tratamento igual para todos”, observa Luiz Couto

  “Sou a pessoa mais interessada pelo tema desse Seminário. A velhice não está em mim, está no olho de quem me vê. Tenho 83 anos, mas o sonho não envelhece. E peço, que quando falarem de velhos, não falem em doenças ou cuidadores, mas sim de uma pessoa que continua lutando e sonhando. Temos uma sociedade envelhecida que não percebe que o mundo mudou”, testemunhou a deputada Luiza Erudina (PSOL/SP).

***Família, previdência, saúde***

Margarida Pressburger, que foi a primeira representante do Brasil no Subcomitê de Prevenção à Tortura da Organização das Nações Unidas (ONU) e detentora do Prêmio Direitos Humanos afirma que o Brasil é um país machista e homofóbico. “Até um tempo atrás as viúvas e viúvos de casais homoafetivos eram expulsos de casa ou perdiam todos os bens adquiridos enquanto estavam juntos, para a família de um deles. Tenho fé que isso vai mudar. Mas precisamos de políticas públicas que, por exemplo, criem casas de custódia para pessoas trans, também abrigos para que possam envelhecer em boas condições e não sozinhos e abandonados. Envelhece o corpo, mas a cabeça não. Homoafetividade é a afetividade da vida”, pondera a advogada.

Para Ana Brocanelo, advogada especialista em Direito de Família, Sucessões e Direito Homoafetivo, o maior problema está na falta de preparo da Previdência Social para cuidar, tratar e receber a população LGBT idosa. “O INSS não está preparado para encaminhar pensões por morte de companheiro (a), a legislação trabalhista não está preparada para receber companheiros do mesmo sexo em um plano de saúde, por exemplo. Além disso, o estatuto do idoso não faz distinção entre homem e mulher, muito menos LGBT. O que acaba acontecendo é a judicialização do que deveria ser legislação”, observa Ana.

Alguns avanços são registrados, por exemplo, no Hospital Universitário Gaffrée  e  Guinle, do Rio de Janeiro. A instituição deve passar a ser um “hospital amigo” da população LGBT. Uma série de medidas estão sendo adotadas. Entre elas, processo de transgenitalização pelo no SUS, tratamento de lipodistrofia, cirurgia plástica pra travestis e trans, histerectomia, cirurgia estética íntima peniana e vulvar, ambulatório e clínica médica para população trans, ambulatório de psicologia, ambulatório de IST com diagnóstico por biologia molecular e tratamento integral da violência por homofobia ou estupro. “O envelhecimento é uma questão inerente em todos, todos vamos morrer. Mas temos que ter envelhecimento bem-sucedido, com boa alimentação, produzindo, amando e usando poucos remédios”, avalia Fernando Ferry, médico e diretor do Hospital.

Heliana Hemetério, historiadora pós-graduada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Secretária de Direitos Humanos da ABGLT, e  também faz parte da Rede de Mulheres Negras e da Candace/Coletivo de Lésbicas Negras. Ela lembra que é difícil falar de previdência e trabalho em uma sociedade separada por raça e classe. “ O racismo nos coloca no lugar de pobreza. Sou negra e lésbica concursada do IBGE. Mas não pude ascender porque era negra, o que me “salvou” foi não dar “pinta” de lésbica. Como falar em previdência quando a pessoa tem que se prostituir para comprar comida, sapato, casa? Falar de dignidade numa sociedade hipócrita, construir um envelhecimento com dignidade, numa sociedade que diz que você tem que ser jovem, magra, maravilhosa e branca? Nós construímos nossa sexualidade na clandestinidade”, denuncia Heliana.

João Nery, psicólogo, professor universitário, psicoterapeuta e consultor em gênero e sexualidade, aponta a causa para a falta de informação sobre o que é cisgênero, trans e sexo. “Das faculdades no Brasil, só 5 tem como obrigatoriedade cadeiras sobre gênero. Então, são formados psicólogas, médicos, assistentes sociais, que não sabem diferenciar gênero de sexo”, completa o também escritor. Ele é autor do livro “Viagem Solitária: memórias de um transexual trinta anos depois”. Nery foi o primeiro homem trans a fazer cirurgia de redesignação de gênero no Brasil.

Marcia Rachid, médica e mestre em Doenças Infecciosas e Parasitárias pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, destaca os avanços no tratamento da Aids. “Durante 10 anos trabalhamos sem nenhum antirretroviral e existia muita ignorância em relação à infecção pelo HIV. Mas o preconceito permanece e até dos familiares, a partir do diagnóstico positivo, tratam o assunto como um segredo. A ciência progrediu, mas o preconceito voltou. E hoje o vírus atinge principalmente os jovens de 19 a 24 anos, eles ficam perdidos e são expulsos de casa. Se for transgênero complica muito mais ainda”, explica a médica.

***Preconceito entre os gays***

Para Raicarlos Durans, homem trans, militante de direitos humanos, no município de Marituba (PA) e colaborador para a criação do “processo transexualizador” do Ministério da Saúde no Estado do Pará, o Estado tem responsabilidade sobre a atual situação da população trans. “Temos um Estado anacrônico e de classes. A violência está nos quatro cantos do país, e temos um Legislativo atrasado, que estimula a violência”, critica Raicarlos.

Rogério Pedro, é idealizador e presidente da ONG Eternamente SOU, para a implantação de serviços e projetos voltados ao atendimento psicossocial de pessoas idosas LGBTI60+. Ele afirma que existe preconceito dentro do próprio público gay. “Jovens discriminam os gays idosos, que ficam num canto, numa balada, porque não são bem-vindos. Mas estamos falando de um indivíduo que nasceu, cresceu e criou uma identidade própria. Então, na velhice não se deve voltar para o armário. Devemos pensar sobre o que estamos fazendo para o nosso envelhecimento e levar adiante a revisão do Estatuto do Idoso”, pede Rogério.

Bayard Tonelli, ator e coreógrafo, é um dos fundadores do grupo artístico Dzi Croquettes, que rompeu barreiras e preconceitos nos anos 70. “Envelhecer é um aprendizado, tenho 71 anos e me sinto um privilegiado. Quero vida, quero ser atrevido, mas não tenho aposentadoria e não tenho plano de saúde”, pondera o ator.

As várias facetas da velhice começam a ser discutidas na chamada gerontologia LGBT. Carlos Eduardo Henning, antropólogo e professor da Universidade Federal de Goiás (UFG), estuda, há dez anos, o envelhecimento de homens homossexuais. Ele aponta uma fragilidade nas redes de apoio sociais e das famílias. “ Hoje os LGBTs têm as chamadas famílias do coração formadas por amigos, sejam gays ou não. E temos desafios extras. Não tem como imaginar idosos LGBT nos asilos convencionais e a atual geração LGBT tem uma série de conquistas em todas as áreas vai chegar à terceira idade numa situação bem diferente, não vai aceitar ter negado o direito de viver plenamente essa etapa da vida”, observa Henning.

***“Gay não morre, vira purpurina”***

“Nada disso, gay morre e muito. O Brasil é o país do mundo que mais mata travestis e transexuais. A cada 27 horas uma pessoa é morta no país por causa da identidade de gênero” informa Elcimar Reis Bitencourt, procurador do Ministério Público do Trabalho e responsável pelo projeto Transformando Vidas, em Rondonópolis (MT), para capacitação de mulheres trans. “ O MPT tem tratados de igualdade no trabalho. Hoje são três projetos que tratam da empregabilidade trans. Em São Paulo e em Rondonópolis, onde 20 travestis fazem um curso de empreendedorismo e estética para trabalhar por conta própria e, nessas circunstâncias, poderão ter uma aposentadoria ou ir para um lugar onde recebam cuidados”, acrescenta Elcimar.

Tramita na Câmara dos Deputados um Projeto de  Lei que propõe alterar  os processos de licitação para contratação de serviços, dando preferência para empresas que tenham índices de equidade de gêneros nas suas propostas. O PL é de autoria do deputado Jean Wyllys.

**Terra sem direitos**

De acordo com um levantamento divulgado pelo Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos (CBDDH), no ano de 2016 foram assassinados 66 defensores e defensoras de direitos humanos no país e outros 64 foram criminalizados, atacados ou ameaçados. O dossiê aponta também a possível ação criminosa de empresas, agentes privados e inclusive do Estado para impedir a o exercício de direitos humanos e o trabalho luta de quem os defende.

*Foto: Fernando Bola*

[](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/terra-sem-direitos/image/image_view_fullscreen)

Situações como essas foram discutidas no dia 13/06, em audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, sobre a criminalização e ameaças aos defensores de direitos humanos.

Para Dom Leonardo Steiner, secretário-geral da Conferência nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a população brasileira é, atualmente, vítima da violência social e ética. “A violência contra os povos indígenas, quilombolas, negros ou nas prisões onde temos 700 mil pessoas sem julgamento. A entrega de nossas riquezas naturais, como o petróleo e a geração de energia ao mercado internacional também é violência. Além do tráfico de pessoas e crianças, os maus tratos aos imigrantes chineses, venezuelanos, paquistaneses, exploração sexual e trabalho escravo”, pontua Dom Leonardo. Ele afirma ainda que a superação da violência só poderá acontecer com uma mudança de mentalidade, criando novas formas de relação onde as pessoas não sejam tratadas como inimigos.

***Quando a vítima vira o criminoso***

Liliana dos Santos, da Comissão Pastoral da Terra de Rondônia, denunciou dois casos de criminalização e violência no estado. Um deles, envolveu os trabalhadores da Associação Águas Vivas de Chupinguais. Eles moravam há dez anos em terras públicas provenientes de contratos de alienação e foram despejados. Ao tentar voltar para a área foram acusados de diversos crimes, como formação de quadrilha, e tiveram penas mínimas de 8 anos de prisão. Os que não foram presos usam tornozeleiras e estão proibidos de se encontrar. Em outro caso, em 2016, na Fazenda Tucuman, que tinha indícios de terra pública, dois jovens foram assassinados numa reintegração de posse. Depois, no mesmo ano, outras pessoas que apoiavam a reintegração também foram mortas. “É uma realidade que Rondônia enfrenta principalmente a partir de 2015, quando o estado figurou como onde mais se mata em questões agrárias. Só no sul de Rondônia temos 50 áreas de conflitos agrários provocados pela expansão do agronegócio. Não é a ação dos movimentos sociais que desencadeia a violência”, ressalta Liliana.

“Enquanto houver disputa pelo modelo de desenvolvimento no campo, na medida em que o agronegócio tem mais domínio sobre todo território, a violência vai crescendo e vira regra. Hoje, a família pobre do campo não tem acesso a nenhum palmo de terra. Todas as conquistas foram destruídas ”, observa Silvio Cardoso Rabello, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. Ele também denuncia a criação de uma milícia no norte de Minas Gerais, chamada “Patrulha do Chicote”, que ataca trabalhadores rurais.

Para Mateus Pinheiro, do Movimento dos Pequenos Agricultores no Pará, existem dois tipos de justiça para apurar crimes no campo. “Quando um agricultor é assassinado, o caso nem é apurado ou finalizado. Se envolver uma empresa ou fazendeiro a justiça é bem mais ágil. Quem busca seus direitos vai para cadeia, quem manda matar fica livre”, conclui Mateus.

A falta de políticas públicas para a demarcação de terras indígenas é, segundo Dinaman  Tuxá, da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, responsável pelo acirramento dos conflitos agrários. “Cerca de 890 índios foram assassinados nos últimos 13 anos. Nossas terras são invadidas pelo agronegócio. Em 2016 tentaram criminalizar ONGs que trabalham com os direitos dos povos indígenas. Estamos vivendo o fim das comunidades tradicionais, dos quilombolas, o fim da diversidade”, afirma Dinaman.

Antônio Canuto, da Comissão Pastoral da Terra, apresentou números alarmantes do relatório de 2017 da CPT, onde foi constatado o maior número de assassinatos em conflitos no campo dos últimos 14 anos com 71 assassinatos. Dez a mais que no ano anterior. Desses, 31 foram chacinas, o que corresponde a 44% do total. Os massacres aconteceram no Mato Grosso, Pará, Tocantins, Bahia e Amazonas. Além do aumento no número de mortes, o relatório indica ainda um aumento em outras violências. As tentativas de assassinatos subiram 63% e ameaças de morte 13%, em relação a 2016.

***O Estado***

Domingos Sávio Dresch da Silveira, procurador federal dos Direitos do Cidadão Substituto do Ministério Público Federal, diz que existem “muitos MPs, entre eles aquele que é copatrocinador da violência e outro que está do lado dos defensores”. Ele afirma que existe uma violência sistemática e silenciosa no meio rural. “Estamos vivendo um Estado de exceção, onde coisas quase medievais parecem comuns, reconhecemos como algo normal algo que não é normal. A morosidade do Judiciário na resolução de conflitos e do Congresso na aprovação de leis colaboram para essa situação”, ressalta Domingos.

O secretário-adjunto da Secretaria Nacional de Cidadania do Ministério dos Direitos Humanos, Herbert Borges Paes de Barros informa que em dois programas de proteção de defensores dos direitos humanos estão incluídas 379 pessoas. Deste total, 201 são acompanhadas pelo programa federa e os outros em 4 iniciativas estaduais, no Ceará, Maranhão, Pernambuco e Pará. “Oitenta por cento dos casos são pela luta de direito à terra. Temos o desafio de restabelecer uma rede de proteção e atenção, envolvendo secretarias estaduais, munícipios e também com a participação de movimentos sociais”.

Marco Apolo, advogado do Movimento de Direitos Humanos do Pará, denunciou o uso de aparatos repressivos contra integrantes do Movimento “XIngu vivo para sempre”, formado por pessoas que se manifestam contra a construção da usina de Belo Monte.

“O Brasil tem um número alarmante de defensoras e defensores de direitos humanos anualmente assassinados, ameaçados e criminalizados. Assolados por um modelo de justiça seletivo e por um modelo de desenvolvimento que privilegia o lucro acima da vida, as defensoras e defensores cumprem um papel essencial para o fortalecimento da democracia, construção dos direitos humanos e enfrentamento a graves violações” esclarece Luciana Pivato, da Terra de Direitos, uma organização de Direitos Humanos. “ Em muitos casos, existem requintes de crueldade, como dez tiros na cara ou estupro das mulheres, características da violência nas comunidades quilombolas”, exemplifica.

***Histórico***

Uma resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 9 de dezembro de 1998, trata dos Defensores de Direitos Humanos. O documento reconhece a importância dos indivíduos, grupos, instituições e organizações não governamentais que realizam ações e exercem a responsabilidade de defender a democracia, proteger os direitos humanos e liberdades fundamentais.

A luta por direitos também está prevista na Constituição de 1988, que afirma que são objetivos fundamentais da República construir uma sociedade livre, justa e solidária, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades.

O presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, deputado Luiz Couto (PT/PB), destaca o papel dos defensores dos direitos humanos para o equilíbrio da sociedade brasileira. “Temos profundas desigualdades e injustiças da nossa realidade e esses defensores querem mudar essa situação. Mas, lamentavelmente são criminalizados. A audiência pública desta quarta-feira debateu casos emblemáticos de perseguição jurídico-criminal a essas pessoas. A CDHM vai encaminhar os pedidos feitos durante o debate. E devemos lembrar do que diz Leonardo Boff no último livro dele. Os princípios da esperança são a indignação e a coragem”, conclui Luiz Couto.

**Cortes no orçamento prejudicam políticas públicas para a educação no campo**

Há 20 anos foi criado o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), uma política para ampliar e qualificar a oferta de educação básica e superior às populações do campo. Como Política Pública institucionalizada, o Programa precisa de continuidade das ações, como as dezenas de cursos formais de educação de jovens e adultos, além de cursos técnicos e de nível superior, incluindo mestrado. Mas, a Emenda à Constituição n. 95/2016, congelou investimentos públicos por vinte anos, atingindo em cheio políticas públicas importantes nas áreas de saúde e educação.

*Foto: Fernando Bola*

[](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/cortes-no-orcamento-prejudicam-politicas-publicas-para-a-educacao-no-campo/image/image_view_fullscreen)

Os impactos da Emenda 95 e mais recentemente dos cortes no orçamento de programa sociais, por causa da subvenção ao preço do diesel, foram discutidos no dia 14/06, em uma audiência pública no Congresso Nacional. A iniciativa foi das Comissões de Fiscalização Financeira e Controle; e de Direitos Humanos e Minorias.

Para o deputado Padre João (PT/MG), que pediu a audiência pública, o desmonte das políticas públicas e a radical redução do orçamento, estão inviabilizando a continuidade dos cursos do Pronera em andamento e a implantação de novos. “ O fechamento de escolas do campo precisa ser fiscalizado, temos que buscar soluções para os atuais problemas que engessam a educação do campo que atende estudantes dos grupos sociais da reforma agrária e da agricultura familiar. E também precisamos revogar essa Emenda que está impondo retrocessos incomensuráveis à população brasileira”, destaca Padre João.

Já o presidente da CDHM, deputado Luiz Couto (PT/PB), ressalta que o governo federal promove um quadro gravíssimo consolidado com o Novo Regime Fiscal, a Emenda 95, que instituiu um teto de gastos por 20 anos. “Ao longo da história as políticas de redução do Estado aumentam os níveis de desigualdade e prejudicam os trabalhadores e os setores empobrecidos e vulneráveis da população, e é o que dramaticamente se acentua dia-a-dia no Brasil”, afirma o deputado.

***Desmonte***

Para Luiz Antônio Lima, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Pronera foi uma revolução na educação. “Milhares de pessoas que não teriam acesso ao ensino superior passaram a ter, o Programa é um direito dos povos do campo, das águas e das florestas. Mas precisamos denunciar que está acontecendo um desmonte dos direitos da classe trabalhadora. Só em 2014 mais de 4 mil escolas no campo foram fechadas. Os cortes no orçamento para a reforma agrária e a titulação imposta aos assentados, são criminosos”, denuncia Luiz.

“Se não temos democracia no Congresso, vamos fazer democracia nas ruas”. A frase é de Edjane Rodrigues, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Ela acrescenta que a educação é um direito assegurado na Constituição de 88 e dever do Estado. “O que está acontecendo é um desmonte e anda na contramão do crescimento social e econômico. Na educação no campo as conquistas são frutos de muita luta e porque tivemos um governo democrático até 2016. De lá para cá houve um corte de 90% no orçamento para o Pronera. Um milhão e 800 mil foram cortados por causa da subvenção ao óleo diesel”, enumera Edjane.

Essa situação traz graves prejuízos aos estudantes que estão em sala de aula e que correm o risco de não conseguirem concluir os cursos. A Lei Orçamentária Anual de 2018 destinou apenas três milhões de reais, mas são necessários cerca de dezesseis milhões para manter os cursos do Pronera em andamento.

Outra consequência dos cortes de recursos foi lembrada por Maria Isabel Farias, do Fórum Nacional de Educação do Campo (Fonec). Ela afirma que a escola pública vem passando por um processo de terceirização que acontece através da entrega, por exemplo, de escolas municipais à gestão privada.  “Grandes empresas editoras de livros estão controlando escolas públicas em seis estados do país. E a ideia não é só vender livros, mas controlar o conteúdo. No Paraná, Ceará e Pará, algumas escolas públicas estão servindo de laboratório para essas grandes empresas. Temos salas com mais de 50 alunos e professores terceirizados, sem os devidos direitos trabalhistas”, informa a educadora.

O modelo da pedagogia de alternância, criado em 1969, que prevê uma escola pública com gestão comunitária foi destacado pelo representante da União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil (Unefab), Idalgizo Nonequi. “Hoje temos 268 centros familiares que atendem 10 mil jovens, com dois mil monitores e 80 mil famílias em 21 estados. Mais de 500 escolas do campo usam a pedagogia da alternância. Porém, pela falta de recursos, os educadores ficam até 1 ano sem receber. Precisamos garantir recursos no orçamento da União, porque fechar uma escola no campo é fechar uma comunidade inteira”, pondera Idalgizo.

***Falta de estrutura e queda no número de alunos***

Susana Guimarães, da coordenação geral de políticas de educação no campo do Ministério da Educação, apresentou números gerais sobre escolas no campo. Hoje, são 60.047 escolas com cerca de 345 mil professores. Porém a falta de estrutura é um desafio. Quase cinco mil dessas escolas não têm energia elétrica, 5.589 não possuem água potável e mais de oito mil não contam com esgotamento sanitário.

O representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Ministério do Desenvolvimento Social Agrário (Incra), Iradel da Costa, destaca que o Pronera já atendeu 186 mil estudantes nos últimos 19 anos, da alfabetização a pós-graduação. Porém, houve uma queda drástica no número de alunos que iniciaram cursos do Programa. Em 2005 forma 34 mil e em 2017 apenas 217 alunos.

Também participaram da audiência pública, Marcelo Jimenes, da Universidade de Brasília (UnB), que falou sobre a importância da integração entra as universidades e as escolas no campo; Maicon Fontanive, do Fórum de Educação no Campo, que afirmou que os cortes orçamentários também têm prejudicado os 644 campi dos Institutos Federais localizados, principalmente, em munícipios na área rural, e Berenice Jacinto da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Para ela, a Emenda 95 “congelou” o desenvolvimento do país.

**Nas ondas das rádios comunitárias**

Em 1998 o Congresso Nacional aprovou a Lei das Rádios Comunitárias para democratizar o acesso aos meios de comunicação. Vinte anos se passaram e hoje operam no Brasil 4.781 rádios desse tipo em aproximadamente 4.300 municípios. Mas o setor enfrenta uma série de dificuldades para se manter, desde as restrições legais para captar patrocínio até um suposto abuso na fiscalização feita pela Anatel.

*Foto: Fernando Bola*

[](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/nas-ondas-das-radios-comunitarias/image/image_view_fullscreen)

Para discutir a atual situação das rádios comunitárias e as medidas necessárias para fortalecer o setor, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM) fez, realizou no dia 19/06, uma audiência pública que reuniu representantes e usuários dessas rádios.

O coordenador executivo da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço), Geremias dos Santos, afirma que existem na Câmara dos Deputados cerca de 30 projetos de lei que beneficiariam o setor. “Entre eles, estão o que autoriza aumentar a potência de 25 watts para até 250 watts, e outro que está há 20 anos aqui e isenta as rádios comunitárias do pagamento do ECAD. Além disso, enfrentamos a fiscalização discriminatória da Anatel, com a apreensão, às vezes, destruição de equipamentos de rádios com alguma irregularidade. Com as rádios comerciais não fazem isso”, denuncia Geremias.

O ECAD é o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição, uma instituição privada responsável pela arrecadação e distribuição dos direitos autorais das músicas aos seus autores.

Para José Moreira da Silva, do Conselho de Ética da Abraço na Paraíba, os grandes meios de comunicação mentem e manipulam, o que não aconteceria nas rádios comunitárias. “A grande mídia no nosso país é muito poderosa e quando surge qualquer meio alternativo de comunicação, é imediatamente desqualificado. Isso acontece com as rádios comunitárias, que ainda são chamadas de clandestinas e piratas. Como uma rádio com CNPJ e com projetos de lei no Congresso pode ser pirata? Outra questão é a distribuição desigual de outorgas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Em uma pequena cidade do sertão paraibano, por exemplo, existem três rádios comunitárias enquanto na capital, João Pessoa, com um milhão de habitantes, há apenas uma”, pondera.

***Tirar do “gueto”***

Renata Mielli, coordenadora-geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), lembra que a Constituição de 88 tem um capítulo destinado à comunicação social e trata de aspectos como a distribuição do espectro de frequência, que deveria ser compartilhado de forma equilibrada entre o público, o privado e o estatal. “As comunitárias são públicas e sofrem com a omissão do Congresso, que ainda não regulamentou o artigo da Constituição sobre comunicação social. Discutir as rádios comunitárias a partir de perspectivas restritas é considerar essas rádios como um serviço inferior. Os sistemas de radiodifusão devem se completar, ainda mais se queremos combater o oligopólio da grande mídia. Também não existe fomento para a produção de conteúdo nessas rádios. A dívida do Estado brasileiro com a radiodifusão é imensa. Temos que tirar as rádios comunitárias do gueto e mudar a legislação, que está anacrônica”, conclui Renata.

***O outro lado***

Inalda Madio, coordenadora de rádios comunitárias do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações contesta algumas colocações dos outros participantes da audiência. “O papel do Ministério é executar as leis que saem do Congresso e zelar pelo cumprimento delas. Não inventamos nada, apenas seguimos a lei. Trabalhamos com demanda reprimida e não importa se é uma cidade pequena ou grande. Já o projeto de lei que aumenta a frequência, precisa de um amplo estudo técnico. O espectro de rádio frequência é um bem da União e somos contra a forma que está sendo feito esse encaminhamento. Vale lembrar que as rádios comunitárias foram criadas para atender quilombolas, assentamentos, aldeias indígenas, para pequenas comunidades. Quanto à cobrança do ECAD, somos totalmente a favor da isenção de pagamento por parte das rádios comunitárias’, destaca Inalda.

***Mais fiscalização***

Luiz Couto (PT/PB), presidente da CDHM, diz que a reação de segmentos que mandam na comunicação brasileira, tanto em TV como nas rádios comerciais, é sempre para impedir que se faça algo em prol de formas alternativas de comunicação. “Lembro que tudo é concessão pública. Se as rádios comunitárias não podem ter políticos, porque tantas emissoras de rádio e TV nas mãos de deputados, senadores e governadores? Temos que ter uma fiscalização maior e igual para todos. Outro grande problema são os chamados “laranjas” que assumem as rádios comerciais em nome de outras pessoas. Mais uma vez, onde está a fiscalização? ”, questiona Luiz Couto.

Também participou do encontro Ronaldo Martins, secretário-geral da Abraço Brasil.

A proposta das rádios comunitárias é levar informação, cultura, entretenimento e lazer a pequenas comunidades. Somente associações comunitárias sem interesse financeiro podem explorar este serviço, devem ser legalmente constituídas e registradas, com sede na comunidade e com dirigentes brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, maiores de 18 anos, residentes e domiciliados na comunidade onde a rádio atua.

**Na rota da liberdade e da realização de um sonho**

Há 33 anos Mehran Ramezanali fugiu do Irã. Atravessou desertos e montanhas do Afeganistão até chegar ao Paquistão, onde pediu asilo. Ele fugia da perseguição religiosa e da proibição para fazer um curso superior por causa da sua religião, a Fé Bahá’i. Depois de dois anos veio para o Brasil, onde está até hoje. Fez faculdade e hoje realiza pesquisas sobre gestão e marketing no Centro Universitário do Vale do Alto Itajaí (Unidavi), em Santa Catarina.

[](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/na-rota-da-liberdade-e-da-realizacao-de-um-sonho/image/image_view_fullscreen)

*Foto: Fernando Bola*

Agora, essa história virou o livro "Rota para a liberdade", no qual o professor Mehran conta a jornada para realizar o sonho de entrar numa universidade. E o livro foi o ponto de partida para a audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM), realizada no dia 26/06.

***Perseguição, prisões e violações de direitos humanos***

“Difícil acreditar que ainda neste século, onde buscamos a paz, ainda existam países como o Irã, que neguem acesso ao estudo superior ou até mesmo trabalhar nas grandes empresas do setor público. Os Bahá’i são cidadãos que servem humildemente o país e enfrentam desafios para sobreviver na terra natal. Até o ensino à distância é proibido. Por causa disso, muitos jovens são obrigados a deixar o país para estudar. Há 33 anos tomei essa decisão. Deixei minha família e meu país para fazer uma universidade”, conta Mehran.

Maria Laura Canineu, diretora para o Brasil da Human Rights Watch, relata que as violações aos direitos humanos no Irã são acompanhadas através de aplicativos de telefone ou outras formas de mídia, já que a instituição não é bem-vinda no país. “Nossa organização está presente em 90 países. Mas não podemos trabalhar no Irã, nem na Venezuela, Cuba ou Egito. No Brasil estamos há 5 anos e acompanhamos questões ligadas à segurança pública e sistema prisional. Em todos os casos buscamos influenciar no âmbito da Organização das Nações Unidas, por exemplo”, explica Maria Laura.

A diretora da Human Rights Watch ainda explicou que no Irã, o islamismo é a religião oficial e são reconhecidos como minorias os cristãos, judeus e zoroastras. A Fé Bahá’i não é reconhecida, apesar da Constituição do país destacar a liberdade religiosa. “Após a revolução islâmica de 1979, lideranças religiosas foram presas e algumas continuam até hoje. Só em 2008, 92 seguidores da Fé Bahá’i foram presos”, denuncia.

A Human Rights Watch é uma organização internacional de direitos humanos, não-governamental, sem fins lucrativos e tem cerca de 400 integrantes. Fundada em 1978, a HRW é reconhecida pelas investigações sobre violações de direitos humanos e relatórios imparciais sobre essas investigações.

Fernando de Oliveira Sena, chefe da Divisão de Direitos Humanos do Ministério das Relações Exteriores, ressalta que, tanto em encontros bilaterais como multilaterais, o Brasil tem expressado preocupação com perseguições por motivo de crença: “Temos compromisso com o exercício da liberdade religiosa e de crença. Procuramos manter um diálogo construtivo com as autoridades iranianas e com respeito pela forma como essas questões são conduzidas no país”, informa o diplomata.

Isadora Laguna, assessora da comunidade Bahá’i no Brasil, afirma que situação no Irã permanece praticamente a mesma que há 30 anos. “Comércios e casas de Bahá’is são fechados ou invadidos, bens e documentos são apreendidos.  Prisões arbitrárias ocorrem todos os dias e o mais triste são os cerca de 200 Bahá’is que foram assassinados desde a revolução de 1979. Desde essa época crianças e adultos foram expulsos das escolas, e até um documento foi redigido pelo governo iraniano orientando para que o desenvolvimento e a educação do povo Bahá’i fossem bloqueados”, conta Isadora. Ela reporta ainda, que os estudantes devem assinar um documento sobre qual religião praticam para poderem fazer o teste de admissão nas escolas.

“É uma vergonha para a democracia do país ter que assinar um documento dizendo qual religião pratica para poder estudar. Um profundo desrespeito ao ser humano. E se não for uma das quatro religiões reconhecidas, ser expulso ou proibido de estudar. Temos que manter uma relação de solidariedade com todas as formas de religião ou crença”, argumenta o deputado Luiz Couto (PT/PB), presidente da CDHM.

Também participaram da audiência pública representantes de outros grupos religiosos, como luteranos e israelitas, além de imigrantes iranianos.

|  |
| --- |
| ***A Fé Bahá’í***  A Fé Bahá’í é uma religião que surgiu na Pérsia,   hoje Irã, em 1844. Tem leis próprias e   escrituras sagradas que se baseiam nos   ensinamentos de Baha’u’llah, e não possui rituais, cultos, cleros e dogmas. A   religião prega a unidade, a tolerância, a aceitação das diferenças, uma   civilização que se baseia na crença em um único Deus e de uma só verdade, que   seria gradualmente revelada à medida que evoluímos espiritualmente.   Segundo a comunidade Bahá'í, hoje a crença atrai cerca de 7 milhões de   seguidores. |

**Políticas públicas para enfrentar o preconceito e a intolerância religiosa**

28/06/2018 18h41

Criação de delegacias especializadas para crimes de racismo e intolerância religiosa em todos os estados, aplicação da Lei 10.639, que prevê aulas obrigatórias de História e Cultura Afro-brasileira na grade curricular das escolas, mapeamento da violência contra às religiões de matriz africana e a aplicação de medidas indenizatórias para os casos de racismo, injúria racial e intolerância religiosa. Essas foram algumas das sugestões de políticas públicas para os terreiros de candomblé e umbanda, apresentadas nesta quinta-feira (28), na audiência pública promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM).

*Foto: Fernando Bola*

[](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/politicas-publicas-para-enfrentar-o-preconceito-e-a-intolerancia-religiosa/image/image_view_fullscreen)

"Existe um imaginário negativo sobre nós, pensam que a gente fica matando galinha e tocando tambor todo o dia. Padres e pastores podem entrar em hospitais, mãe de santo não pode. A população desconhece o que acontece nos terreiros”, conta Nilce Naira Nascimento, a Mãe Nice, coordenadora da Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde (Renafro).

Mãe Nice trouxe para audiência pública a experiência do terreiro dela. Lá, acontece uma experiência de sucesso para geração de renda e emprego. São feitas oficinas de fios de contas e bijuterias, culinária afro-brasileira e toques de atabaque. Além do Projeto Mulheres de Axé, contra a violência doméstica e familiar e ações de combate à intolerância religiosa. Somente no Rio de Janeiro, casos de intolerância cresceram em 56% até abril deste ano, com 112 denúncias e 900 atendimentos na Renafro. Do total de casos, 20% são de depredação de casas de umbanda ou candomblé. “Estão quebrando, destruindo os terreiros no Rio de Janeiro. Por favor, vamos respeitar o saber e as crenças de cada um”, afirma Nice.

***Mapeamento***

Rafael Moreira, presidente da Federação de Umbanda e Candomblé de Brasília e Entorno, destaca que existem na região cerca de 700 terreiros. Em maio deste ano foi apresentado um mapeamento desses locais, feito pela Universidade de Brasília (UnB) com a Fundação Cultural Palmares.

“Na primeira parte da pesquisa foram catalogados 230 sítios. A maioria deles estão em regiões afastadas do Plano Piloto, como Ceilândia, que tem 43 registros, e Planaltina, com 25. Somos muitos e enfrentamos intolerância religiosa dentro do próprio Estado. Muitos processos de legalização de terreiros, por exemplo, ficam engavetados por causa disso. Outras religiões têm tratamento diferente pelo mesmo Estado”, expõe Rafael.

Criada em 2012, a Rede Brasil Afroempreendedor (Reafro), tem 2 mil associados. São pequenos e microempreendedores que atuam em várias cadeias produtivas e esse número deve aumentar. “No próximo dia 15 vamos lançar uma plataforma nacional e já temos 3 mil cadastrados para fazer parte da Rede. Temos que lembrar que existem no país 24 milhões de microempreendedores, cerca de 24% do PIB brasileiro, e desse total 54% são autodeclarados negros ou pardos. Precisamos de políticas públicas, como o acesso ao crédito, para que os microempreendedores possam evoluir”, informa João Carlos Nogueira, da Reafro.

O Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais e Matriz Africana (FONSANPOTMA), é um movimento autônomo e foi criado em 2011.Entre os objetivos da organização, está aelaboração, promoção e a construção de políticas públicas que atendam a soberania alimentar e nutricional, de acordo com a tradição e a cultura dos povos de matriz africana.

Edson Augusto Nogueira, representante doFórum, explica que o trabalho tem como base a Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT).  “ Já desenvolvemos várias ações, como a instalação da Frente Parlamentar e a Teia em Defesa dos Povos Tradicionais de Matriz Africana, para organizar o apoio no âmbito dos legislativos federal, estaduais e municipais, a criação da Cooperativa Estadual de Desenvolvimento Rural e Trabalho dos Povos Tradicionais de Matriz Africana no Rio Grande do Sul, e o Fundo Solidário Ubuntu, que é um mecanismo de crédito para esse segmento da sociedade brasileira, além da moeda social Grão Digital”, enumera Edson.

**Coletivo 105**

A organização Coletivo 105 trabalha com economia criativa e visibilidade. Wagner Lucena, do Coletivo, apresentou dois projetos para capacitação e empregabilidade através de uma ferramenta contemporânea, como o áudio visual. No projeto “Coisa de índio”, 27 jovens de tribos no Amapá e no Maranhão fizeram aulas de fotografia, como fazer filmes, documentários e roteiro.

“Esses jovens são agentes de transformação através do áudio visual, o que fortalece a preservação da memória dos povos. Também ajudamos na construção de uma cartela de clientes. Agora, são autores e protagonistas. Os equipamentos usados nos cursos ficam nas aldeias. É empregabilidade e visibilidade”, ressalta Wagner. Outro projeto do Coletivo, “Povo de santo, a voz das cabeças” vai atender 30 jovens dos terreiros e que fazem parte da Rede Jovens de Axé. A iniciativa quer combater a vulnerabilidade da juventude das religiões afro-brasileiras.

“Estamos falando de cultura, saúde e geração de renda, entre outros pontos. Os tambores tocados são prova de resistência e transformação. Toda prática religiosa deve ser respeitada. Essa audiência serviu para mapear as experiências e identificar o trabalho das casas e terreiros e, a partir disso, pleitear que ações para esses povos possam também entrar no orçamento da União. As potencialidades são imensas. Não existe terreiro ou casa de religião afro-brasileira que não exerça uma função social, desde o acolhimento em momentos de dor até a geração de trabalho e fonte de renda”, observa a deputada Erika Kokay (PT/DF), que pediu a realização da audiência pública. Ela também sugeriu a criação de um observatório para acompanhar iniciativas de políticas públicas relacionadas aos povos tradicionais de matriz africana.

***História***

Os terreiros de religiões dos povos tradicionais de matriz africana foram proibidos em diferentes momentos da história brasileira. Além do frequente preconceito. No passado, os terreiros se instalavam em áreas rurais. Porém, com a urbanização o cenário mudou. Hoje, de acordo com a Fundação Cultural palmares, 87,8% dos sítios estão nas cidades. A maioria deles é de umbanda, de matriz afro-brasileira, com 57,8%. Logo depois, vem o candomblé, de matriz africana com 33,5%. Apenas 8,9% são de umbanda e candomblé conjuntamente.

**Diferentes, mas nem tanto**

Amanda é estudante de artes visuais. Bernardo está terminando o ensino médio. Mas outras pessoas que, assim como eles dois, são autistas, vivem acorrentadas ou até mesmo em jaulas. Como o caso de um menino que ficou preso durante 15 anos em casa. A família pobre não conseguia tratamento na rede pública. Até o dia em que o menino recebeu atendimento por 6 meses. Começou a falar, sorrir e conheceu o pátio de casa, onde tinha pisado pela última vez há 11 anos. Cada um deles tem uma capacidade, ou várias. E elas podem ser desenvolvidas da forma que for mais adequada. Podem ser diferentes, mas com direitos iguais a todos.

*Foto: Fernando Bola*

[](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/diferentes-mas-nem-tanto/image/image_view_fullscreen)

São histórias de conquistas e desafios que foram contadas na audiência pública realizada, no dia 03/07, pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados. Tudo começa com a Lei que, em 2012, criou a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, seguida da Lei Brasileira de Inclusão, de 2015. Para as famílias dos autistas essas Leis nunca saíram do papel e a síndrome ainda é cercada de desinformação e preconceito.

Atualmente, um dos serviços públicos que podem ser procurados por pacientes autistas é o Caps (Centro de Atenção Psicossocial). Os Centros são usados no tratamento de autistas justamente pelo caráter, a princípio, intensivo. Mas, os profissionais que atuam nessas instituições, muitas vezes não estão preparados para lidar com essa demanda.

O autismo é uma síndrome integrante do grupo de desordens cerebrais chamado Transtorno Invasivo do Desenvolvimento (TID) ou Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD). Estima-se que há setenta milhões de autistas em todo o mundo.

Também não existem números sobre o autismo no Brasil. Há a estimativa que sejam 2 milhões. Porém, o Requerimento 179, deste ano, que tramita na Câmara dos Deputados, pede ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) inclua o autismo no Censo Demográfico de 2020. O objetivo é apurar a quantidade e a condição socioeconômica das pessoas que se enquadram dentro do Transtorno do Espectro Autista.

***Pais***

Fernando Cotta é pai de autista severo e Fundador do Movimento Orgulho Autista Brasil (Moab). Ele afirma que as leis que preveem inclusão e diagnóstico precoce nunca foram colocadas em prática. Ele também pede que autistas tenham direito às vagas especiais nos estacionamentos e também redução de impostos na compra de veículos. Afinal, são reconhecidos como deficientes. Então, que os mesmos direitos sejam estendidos a todos. Ele também conta que há pouco mais de um ano, servidores federais pais de autistas conseguiram ter carga horária reduzida, mas são discriminados com maior carga de trabalho ou perda de funções. “Ainda há pessoas encarceradas em suas casas por causa do autismo. Precisamos de escolas inclusivas, que os professores e monitores estejam preparados. Na saúde, os médicos também não sabem diagnosticar a síndrome. As pesquisas sobre o uso do canabidiol também devem avançar, para que seja usado nos casos de convulsões, por exemplo”, sugere Fernando.

O canabidiol é um dos componentes não psicoativos encontrados na canabis sativa, ou planta do cânhamo. Hoje, no Brasil, o medicamento deve ser importado com autorização da justiça.  A Agência Nacional de Vigilância Sanitária realiza estudos para regulamentar o plantio de maconha para pesquisa e uso medicinal.

O coordenador Nacional do Núcleo de Atenção ao Transtorno do Espectro do Autismo (Natea), Lucelmo Lacerda, quer que a comunicação alternativa seja implementada de fato. Essa forma de comunicação usa imagens ou fotos como meio de comunicação funcional e pode ajudar crianças com atraso de desenvolvimento que afete a fala. “Existe uma violação de direitos humanos brutal com nossos autistas. Vivemos uma visão falsa da realidade. Todo mundo deve ser matriculado na escola regular porque lá tudo vai se resolver. Mera ilusão. O Estado adota o modelo porque é barato. Também não existe uma política de comunicação, de linguagem especial nas escolas. Além da falta de preparo dos professores. Nas crises agressivas, o professor segura do jeito que dá. Sem falar em ensino de habilidades” expõe Lucelmo. Ele também aponta o mau uso do dinheiro público como responsável pela falta de sucesso na execução de políticas inclusivas, e pede a construção de consensos entre todos os campos ideológicos para que os desafios sejam vencidos.

Para Viviane Guimarães, coordenadora de educação do Moab e mãe de autista, é preciso falar dos pais. “Só pode cuidar do outro quem está bem. Pais se separam mesmo se amando, porque não têm tempo para o casal.  Diagnóstico precoce é a exceção da exceção. Médicos não conseguem fazer. E não sei o que era pior, quando a escola recusava meu filho ou agora que é obrigada a aceitar. Professores tem uma enorme boa vontade, mas não sabem o que fazer com nossos filhos”, pondera.

“Quem vai ficar com nossos filhos quando falecermos? Porque não pensamos em instituições que possam recebe-los? Mas com profissionais preparados”, as perguntas são feitas por Luciana Medina, mãe de Bernardo, autista. Ela também sugere mudanças no Enem, como o aumento do tempo para a prova de redação.  “Talvez os autistas precisem de mais tempo para a redação. O funcionamento é diferente e a objetividade não é como a nossa. Mas a inteligência e a cognitividade estão ali”, ressalta.

Outra mãe de autista, Simone Maia Franco, pede apoio do Legislativo para que o requerimento sobre o Censo 2020 seja enviado logo ao governo federal, além do estudo sobre a curatela, que é um instrumento jurídico para que um adulto possa se responsabilizar pela gestão de pessoas. No caso, de autistas. “Também foi prevista prioridade na restituição do Imposto de Renda já no primeiro lote, o que não está acontecendo. O Conselho Nacional de Trânsito também poderia criar uma placa indicativa para autistas terem direito ao estacionamento para deficientes. Eles têm esse direito”, afirma Simone.

***Filhos***

Bernardo Mendina Martínez, tem 17 anos, é estudante e integra o Projeto Desabafo Autista e Asperger. Ele é um caso raro de diagnóstico precoce, com 1 ano e meio de idade. “Temos níveis diferentes de autismo e as políticas públicas devem observar isso e serem direcionadas. As necessidades dos autistas mais leves são diferentes dos severos. No Censo 2020 talvez possamos ter os números de quantos somos, onde estamos e como vivemos, e aí embasar políticas públicas com maior precisão. Acompanhei de perto a luta da minha mãe na conquista da lei que estabelece o diagnóstico precoce. Luta que virou um livro contando essa experiência. O autismo não pode e nem deve nos limitar”, conclui Bernardo.

“Toda vez que venho na Câmara ou no Senado repito as mesmas reivindicações. Insisto nelas e tudo bem. Sou autista e repetir é comigo mesmo”, afirma com bom humor Amanda Paschoal, estudante universitária e diagnosticada autista. “ São tantas leis boas que não são colocadas em prática. Cadê a comunicação alternativa? Onde estão os fonoaudiólogos? Acho que é uma vergonha para uma Nação quando os cidadãos devem agir sozinhos porque cansaram de esperar o governo. Além de uma absoluta falta de informação com diagnósticos. Se é transtorno leve, dizem que é ansiedade. Se é severo, que é esquizofrenia”, aponta Amanda.

***Ama ameaçada de despejo pelo GDF***

Gilberto Ferreira Pereira, presidente da Associação Amigos dos Autistas (Ama) e pai de uma moça autista, está na luta pela manutenção do espaço. O Governo do Distrito Federal pediu o despejo da instituição do imóvel que ocupa. Porém, uma liminar da Justiça mantém a Ama no local. “A Ama existe há 20 anos e é a única associação que atende autistas adultos e severos. Prestamos atendimento funcional, as pessoas são cuidadas com as suas habilidades. Ensinamos como ir no banheiro ou trocar de roupa. Pedimos diálogo com o governo do Distrito Federal”.

Para a deputada Erika Kokay, há uma distância entre o que está previsto na Lei e o que acontece na prática. “As leis são marcos importantes e adaptações são necessárias. Como encaminhamento dessa audiência sugiro incluir no sistema de cotas o Transtorno de Espectro Autista. Também a inclusão de políticas públicas para autistas severos. A questão da Ama é cruel e vamos marcar em caráter de urgência uma reunião com o governador do Distrito Federal para impedir o despejo, através da Comissão de Direitos Humanos e Minorias”, afirma a deputada.

“O importante não são as conquistas, mas lutar sempre. Queremos que, além de todas essas políticas públicas, haja mais respeito com os autistas. Temos que entrar no coração e nas mentes das pessoas. Vamos cobrar do executivo, do judiciário, do Ministério Público a garantia e o cumprimento das leis e das conquistas”, encerra o deputado Luiz Couto (PT/PB), presidente da CDHM.

Também participaram do encontro os deputados Carmen Zanotto (PPS/SC) e Adelmo Carneiro Leão (PT/MG), Adriana Zink, coordenadora estadual em São Paulo do Movimento Orgulho Autista Brasil e Viníciu Mariano, pai de autista e delegado representante do Autismo na Conferência Nacional das Pessoas com Deficiência.

**Doenças raras mataram 16 brasileiros em dez meses**

De setembro de 2017 a junho deste ano, a Associação de Famílias, Amigos e Portadores de Doenças Graves e Raras (Afag) registrou 15 óbitos de pacientes com HPN e um óbito de paciente de SHUa. Todos por causa de complicações envolvendo a falta dos tratamentos que eles deveriam receber do governo federal, mas não eram entregues. O tratamento para a HPN, por exemplo, com o medicamento eculizumab é muito caro e pode chegar a mais de 72 mil reais por mês. Júlia Vallier é portadora de SHUa e conseguiu na justiça o remédio para a doença. “Fiquei três meses internada. Vi meu corpo sucumbir. Meu sangue não era mais meu, mas de muitos por causa da hemodiálise. Pessoas com a mesma doença morriam ao meu lado. Foi como estar na fila do abatedouro”.

*Foto: Fernando Bola*

[](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/doencas-raras-mataram-quinze-brasileiros-em-10-meses/image/image_view_fullscreen)

A situação dos pacientes de doenças graves e raras foi debatida em audiência pública, no dia 04/07, pelas Comissões de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) e de Seguridade Social e Família (CSSF), da Câmara dos Deputados.

***A SHUa***

A Síndrome Hemolítica Urêmica Atípica (SHUa) é uma doença extremamente rara e com risco de vida. Acontece uma coagulação do sangue por todo o corpo. Isso provoca danos irreversíveis aos rins e outros órgãos, com sérias complicações, incluindo acidente vascular cerebral, problemas cardíacos e falência renal.

Segundo o Orphanet, um portal para doenças raras e produtos médicos destinados à prevenção, diagnóstico ou tratamento de doenças muito graves ou que constituem um risco para o paciente, a incidência é de 1 a 9 casos por milhão de pessoas.

Nos primeiros relatos, a SHUa tinha uma taxa de mortalidade de 100%. Hoje, a droga eculizumab é uma terapia de primeira linha. Mas o início precoce do tratamento é fundamental para evitar a evolução para doença renal crônica e a necessidade permanente de diálise. Logo, um diagnóstico rápido e preciso da SHUa é o maior desafio da doença.

***A HPN***

A Hemoglobinúria Paroxística Noturna é uma doença adquirida e pode atingir pessoas em qualquer faixa etária, embora seja mais comum entre 40 e 50 anos de idade. Apresenta sinais e sintomas não específicos, imprevisíveis e muitas vezes semelhantes aos de outras doenças. Além disso, a HPN tem características únicas de pessoa para pessoa.

A doença ainda é caracterizada pela presença total ou parcial de glóbulos vermelhos desprovidos de uma proteína protetora importante. Sem esta proteína, os glóbulos vermelhos podem ser destruídos por uma parte do sistema de defesa do organismo. Assim como outras doenças crônicas, a HPN pode resultar em graves problemas de saúde se não for tratada.

Alguns estudos apontam que o HPN atinge, em média, 2 a cada 100.000 pessoas.

***Consegue o remédio na justiça, mas o governo não entrega***

Ruth Araújo Mendes, é voluntária da Afag e irmã da ativista Margareth Mendes que morreu em fevereiro deste ano porque estava há meses sem receber os remédios para o tratamento. “Minha irmã lutava pelo coletivo e doou o corpo para a Universidade Federal de Minas Gerais fazer pesquisas. Para nós ficou a dor de perder alguém porque lhe foi negado um medicamento. Ouvimos, do então ministro da Saúde, Ricardo Barros, que ele não temia s óbitos, pressões ou processos na justiça. Muitos pacientes com doenças raras ganharam na Justiça o direito ao tratamento, mas o governo não entrega porque está economizando dinheiro. A Margareth não está mais aqui por causa dessa economia. A justiça divina não falta, mas queremos justiça aqui, agora. Ela contribuiu com o INSS a vida inteira e nunca teve algum benefício concedido. Hoje um paciente de doença rara está aqui e amanhã pode estar na UTI”, relata Ruth.

“É tudo muito triste e revoltante. Me considero uma pessoa de sorte porque tive o diagnóstico cedo. Entrei com ação na justiça para ter o eculizumab, que recuperou meus rins depois de muita hemodiálise. Mas muitos não conseguiram e morreram. Outros esperam a decisão judicial. Precisamos nos unir para conseguir nossos direitos porque pagamos impostos. Queremos organização e respeito por parte do Ministério da Saúde”, conta Júlia Vallier, que tem SHUa.

***Apoio***

A Associação de Familiares, Amigos e Portadores de Doenças Graves e Raras (Afag), trabalha desde 2005 na defesa dos direitos das pessoas acometidas de doenças graves e raras. A instituição reúne 300 pacientes com HPN e 150 pacientes com SHUa.

Maria Cecília Oliveira, é presidente da Afag e explica o que acontece com os pacientes dessas doenças. “A HPN e a SHUa são doenças raras diferentes, mas que compartilham o mesmo tratamento, que é muito caro e não está disponível nos protocolos do SUS. Por este motivo, os pacientes brasileiros dependem do governo para importar o único medicamento existente para as doenças, o eculizumab. Infelizmente, por conta da gravidade da doença, quando o Ministério da Saúde deixa de entregar este tratamento aos pacientes, os resultados são irreparáveis, ou seja, vão óbito”, constata com tristeza.

Jaqueline Silva Misael, é analista de políticas sociais do Ministério da Saúde e afirma que a política para doenças raras é recente, de 2014. “Hoje temos sete estabelecimentos para diagnóstico e tratamento de doenças raras. Porém, enfrentamos dificuldades regionais muito grandes. Além disso, cada pessoa tem um tipo de tratamento, com os mesmos sintomas, mas com reações diferentes”, pondera.

Na audiência pública foi apresentada a minuta de um Projeto de Lei, do deputado Padre João (PT/MG), que institui o dia 24 de setembro como “Dia Nacional da Síndrome Hemolítica Urêmica Atípica”, e o dia 26 de fevereiro como “Dia Nacional de Conscientização sobre a Hemoglobinúria Paroxística Noturna”.

“Perdi duas pessoas da minha família que tinham doenças raras. E eu ouvi o ex-ministro da Saúde dizer que estava fazendo economia e empurrar para Anvisa a questão sobre os medicamentos para combater essas doenças. Quem mata pessoas é criminoso. Não existe economia que possa deixar uma pessoa vulnerável e leva-la à morte”, afirma Padre João.

O presidente da CDHM, deputado Luiz Couto (PT/PB), destaca que, entre 2010 e 2017, os gastos totais da União com demandas judiciais ligadas à saúde foram de R$ 5,2 bilhões. Apenas em 2016, o montante foi de R$ 1,3 bilhão, e dos 20 medicamentos demandados, dez eram para doenças raras. “ O custo orçamentário, porém, é irrisório quando comparado ao custo social que pacientes e familiares têm de arcar. Um triste exemplo dessa situação foram os 15 pacientes que morreram de 2017 pra cá por falta de medicação”, pontua Luiz Couto.

**Quem foi Margareth Araújo Mendes**

Margareth Maria Araújo Mendes não suportou a batalha que travou com a sua doença rara, a HPN. Ela deixou um legado de luta, resistência e coragem. Era pesquisadora nas áreas de protagonismo juvenil, educação e juventude. Em 2012 foi diagnosticada com HPN. Margareth foi uma das principais ativistas das doenças raras no Brasil.  
  
Liderava um grupo nacional de pacientes dentro da Afag. Liderou diversas reuniões com autoridades cobrando providências na dispensação de tratamentos de alto custo pelo governo. Quando morreu, no dia 26 de fevereiro de 2018, estava há meses sem receber seu tratamento e mesmo assim não deixou de lutar por todos.

# Falta de capacitação e recursos impede trabalho de organizações da sociedade civil

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), existem no Brasil cerca de 820 mil organizações da sociedade civil. Hoje, aproximadamente sete mil recebem recursos públicos através da Lei nº 13.019 de 2014, tem o objetivo de aperfeiçoar a relação entre essas organizações e o Estado. A Lei trata do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), que também estabelece um novo regime jurídico para parcerias, estimular a gestão pública democrática e valorizar organizações parceiras na garantia e efetivação de direitos.

*Foto: Fernando Bola*

[](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/falta-de-capacitacao-e-recursos-impede-trabalho-de-organizacoes-da-sociedade-civil/image/image_view_fullscreen)

Mas as organizações da sociedade civil têm enfrentado muitas dificuldades na hora de celebrar qualquer dos termos previstos pelo MROSC, como o Termo de Fomento ou Colaboração, bem como o Acordo de Cooperação. Além disso, houve uma grande diminuição nos recursos da União para repasse ao setor.

E foi para debater a implementação e possíveis alterações do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, que as Comissões de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) e a de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC), realizaram, no dia 05/07, uma audiência pública.

***As organizações***

Eleutéria Amora da Silva, da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong) e da Casa da Mulher Trabalhadora, considera as organizações da sociedade civil um “motor da sociedade”. “Quando falamos de organizações da sociedade civil, falamos em transformação da sociedade, na medida que assume funções que o Estado não executa. Mas a burocracia e a falta de recursos têm nos colocado num trapézio, na insegurança. Hoje, a grande maioria das organizações funciona graças ao trabalho voluntário e, se estamos numa democracia, temos que ter direito ao dinheiro público”, pondera Eleutéria.

Fernando Zamban, coordenador nacional da Cáritas Brasileira, considera a Lei 13.019 limitada. “Além das dificuldades regionais e das diferenças de interpretação, as organizações da sociedade civil pagam tributos indevidos, como uma empresa privada. Isso tem provocado o fechamento de portas. A nossa tributação não pode ser a mesma”, pondera. Fernando destaca ainda a falta de capacitação, em vários níveis, para a implementação da Lei.

Aline Viotto Gomes, coordenadora de advocacia do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife), que é uma instituição que trabalha com investimentos privados em causas de interesse público, trouxe dados de uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (FGV). “A MROSC é uma lei nacional, mas com aplicação nos estados e municípios. E de acordo com a pesquisa, 160 municípios, sendo dez capitais, e dez estados e o Distrito Federal, já regulamentaram a Lei. Mas, entre 2014 e 2016 o repasse caiu de 12,1 bilhões de reais para cerca de 2 bilhões de reais. Uma queda considerável. E sem recurso não tem parceria. Isso leva as organizações, como acontece hoje, a viverem de recursos privados, cotas associativas ou doações. Outro ponto importante é a tributação. De 75 países, apenas três tributam doações: Brasil, Coreia do Sul e Croácia”, informa Aline.

Laís Lopes, advogada, que já foi responsável pela articulação técnica e política do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil no governo federal, destacou que a agenda das organizações da sociedade civil soma participação social, gestão pública e transparência na aplicação dos recursos públicos.  “Precisamos construir uma governança local para implementar o MRSOC, como acontece na Bahia e em Belo Horizonte, por exemplo, com a criação de conselhos de fomento e cooperação”.

***Experiência baiana***

Candice de Araújo, representante da Plataforma MROSC da Bahia apresentou como foi organizado o Marco naquele estado, onde atuam 80 organizações da sociedade civil. Na Bahia, a implementação começou em 2014. Depois de várias iniciativas, como seminários, videoconferências e parcerias com universidades e instituições públicas, foi criado em 2016 o decreto estadual que regulamenta o Marco. “Nosso trabalho é desenvolvido junto com o Conselho Estadual de Fomento e Cooperação, que atua em dez segmentos, entre eles a juventude, idosos e saúde. Porém, temos desafios como a falta de conhecimento da Lei e dificuldade em mensurar indicadores e resultados. Por causa disso, chegamos à conclusão que há uma necessidade de alterar o decreto estadual e até mesmo a Lei 13.019 de 2014.

***Plataforma da Enap***

A diretora do Departamento de Transferências Voluntárias (DETRV), do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, Débora Arôxa, defendeu cautela dos gestores públicos que atuam junto às organizações civis. “ Na dúvida, você se acautela, e como gestor público exige mais para garantir que não está envolvido num potencial problema. Precisamos rever a forma de fazer parcerias.  O Brasil tem 5.670 municípios, cada um com uma possibilidade de criar uma orientação e interpretar a Lei. Temos que capacitar as pessoas para que haja uma mudança comportamental. No lugar de mudar regras, mudar as pessoas. Para ajudar, estamos criando uma plataforma na Escola Nacional de Administração Pública (Enap), sobre o Marco Regulatório. Isso vai possibilitar o acesso a qualquer cidadão, em qualquer lugar do país”, informou Débora.

“Esse Marco instituiu normas gerais para parcerias celebradas entre a Administração Pública, nos três níveis de governo e as entidades civis sem fins lucrativos. O principal objetivo que era desburocratizar o processo de prestação de contas, na transparência na aplicação do dinheiro público e possibilitar um maior planejamento para executar as parcerias, não está acontecendo por causa da falta de capacitação para a implementação da Lei. Tivemos avanços, mas temos entidades que prestam serviços há décadas e que não estão recebendo recursos. Alguns municípios se adequaram e outros não. As prefeituras usam como desculpa o Ministério Público para não aderir ao MROSC, já que pode haver problemas na prestação de contas”, explicou o deputado Padre João, que pediu a realização da audiência pública.

Também participou do encontro Valéria Salgado, do Instituto de Direito Sanitário Aplicado (Idisa)

***A Lei***

A nova lei define o chamamento público como regra geral, com um padrão nacional para as parcerias entre as organizações e os órgãos gestores. A Lei foi regulamentada pelo Decreto n. 8726 de 2016.  Em 2015, houve a publicação da nova Lei 13.204, retirando estados, municípios e o Distrito Federal do texto da Lei originária, porque considerou que eles têm autonomia para criarem suas próprias leis e regulamentos.

“ A capacitação e conhecimento das responsabilidades, por parte das organizações da sociedade civil, no que diz respeito à transparência na gestão dos recursos dessas parcerias com o setor público é imprescindível. É importante ter ciência das penalidades da lei, principalmente, para evitar problemas com prestação de contas”, destacou o deputado Luiz Couto (PT/PB), presidente da CDHM.

***Formas de acordos***

O Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil criou três instrumentos jurídicos próprios. O Termo de Fomento, o Termo de Colaboração e o Acordo de Cooperação.

Pelo Termo de Colaboração são feitas parcerias para a consecução de planos de trabalho cuja concepção seja da administração pública federal, para projetos com finalidades de interesse público.

O Termo de Fomento é para as parcerias destinadas à execução de projetos que venham das organizações da sociedade civil, com projetos desenvolvidos ou criados por essas organizações.

Já o Acordo de Cooperação regulamenta as parcerias sem transferências de recursos financeiros, para atividades de interesse público, entre as organizações da sociedade civil e a Administração Pública.

**Do luto à luta**

O adolescente Marcus Vinícius da Silva, de 14 anos, morreu com um tiro nas costas quando voltava da escola. No mesmo momento acontecia a Operação Vingança da Polícia Civil, no Complexo da Maré, no Rio de Janeiro. Outras seis pessoas foram mortas e duas crianças ficaram feridas. A mãe dele, Bruna, carrega hoje a blusa do uniforme escolar, manchada de sangue, que o menino usava no dia do assassinato. Agora é o símbolo da luta dela por justiça. Essa história começa às 7 e meia da manhã do dia 20 de junho, uma quarta-feira.

*Foto: Fernando Bola*

[](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/do-luto-a-luta-1/image/image_view_fullscreen)

*Bruna*

“No dia 20 de junho, meu filho acordou atrasado. Ele sempre me pedia para colocar pra despertar o telefone às 7 da manhã. Nesse dia coloquei às 7 e meia e até levei um esporro dele”.

*Marcus*

“Puxa, minha mãe, a senhora sabe que é meu horário é 7 horas e bota pra despertar 7 e meia?”

*Bruna*

“Ai, meu filho, desculpa. Aí ele foi se arrumar pra ir pra escola. Quando se arrumou foi lá no quarto, que eu ainda tava sonolenta...ele bateu... eu ia trabalhar também, só ele saía primeiro que eu”.

*Marcus*

“Mãe, tô indo embora, tô indo pra escola”.

*Bruna*

“Meu filho, que horas são aí no teu celular?”

*Marcus*

“Oito horas”.

*Bruna*

“Mas meu amor, não vai dar tempo. A tua escola é um pouco longe e até você ir andando vai chegar atrasado”.

*Marcus*

“Não, mãe, vai dar tempo sim. Vou passar na casa do meu amigo, chamar ele e vamos juntos que nem todo dia”.

*Bruna*

“Não vai dar tempo”.

*Marcus*

“Vai dar tempo sim”.

*Bruna*

“Me pediu a benção, abençoei e ele foi. Chegando na casa do amigo dele, o amigo ainda estava dormindo.  A tolerância da escola é até 8 e quinze. Até o amigo botar o uniforme e eles caminharem para escola, já tinha estourado o horário, já tinha dado 8 e quinze. O que fizeram? O amigo voltou pra tirar a roupa e saíram”.

*Amigo*

“Marcus, agora vou te levar pra você tirar a sua roupa. Você tá sozinho em casa?”

*Marcus*

“Pô, eu acho que eu tô. A minha mãe já deve ter saído pra trabalhar”.

*Bruna*

“Só que não, eu estava me arrumando. Nesse caminho que eles vieram fazendo...viram o blindado e meu filho, o meu filho, pediu pra voltar, não passar pelo blindado.  Porque quando o blindado vai na nossa comunidade ele dá tiro na gente, sim. A gente é sobrevivente do Estado lá, sim. Meu filho morreu na rua que eu moro”.

*Marcus*

“Mãe, o blindado me deu um tiro. Eles não viram que eu estava de uniforme de escola? ”

**Hoje, 11 de julho, Bruna**

“Não estou destilando raiva ou ódio da polícia. Polícia tem que ser levada à sério. Mas tem que trabalhar com sucesso, com êxito. Foram na imprensa falar que a operação na Maré foi um sucesso. Não foi um sucesso. Sucesso que derrama o sangue de um inocente? Com material de escola dentro da mochila? Apostila é um fuzil? Às vezes me sinto culpada porque cobrava estudo do meu filho”.

“Fizeram fake news, colagem com fotos, que meu filho era do tráfico. Não pari traficante. Sou um tipo de mãe que olha as redes sociais dos meus filhos. Criei meu filho na comunidade até os 14 anos sem tomar um tiro. O Estado entra e mata? Nesse dia 20, o Estado entrou já dando tiro. O nome da operação era Operação Vingança. Foram vingar a morte de um delgado lá de Acari. Eu não sou do Acari, sou do Complexo da Maré”.

“É muito triste chegar em casa e não ter mais alegria. Meu filho era o que brincava, fazia piada. Ele estava estudando...ele estava no lugar certo, na hora certa”.

“Nessa mesma operação já tinham matado 6 pessoas dentro de uma quitinete. O Estado se vingou no sangue dos seis e na alma de um inocente com roupa de escola”.

“Quando tem operação na Maré, o primeiro tiro sempre vem da polícia, os traficantes revidam e a gente fica no meio. É uma chuva de bala. Fica todo mundo doido, e mãe correndo para pegar os filhos na escola”.

“Eu trabalhei no lixão do Caju pra reciclar lixo e levar dinheiro pra casa. Isso nunca me fez mal. Eu suei e o pai suou. A gente ralou mas deu jeito. Nunca pensei na vida que o Estado ia matar meu filho. Só na rua que meu filho foi assassinado tinha um rastro de 51 tiros. O blindado dando tiro na terra, o helicóptero dando tiro de cima. Ficaram 200 marcas de tiros no Complexo, só do blindado aéreo”.

“Os nossos mortos têm voz e nossas filhos têm mães. Calaram meu filho, mas não calaram a mãe dele”.

 “Quem socorreu meu filho foi o amigo dele. A ambulância demorou pra chegar e levar para a UPA. Ele tomou quatro bolsas de sangue em menos de duas horas. Perdeu baço, um rim e parte do estômago. A bala destruiu meu filho por dentro”.

 “A pressão dele subia e descia. Eu falava no ouvido dele...reage...você não queria fazer reflexo no cabelo? Reage para fazer o reflexo. Meu filho está morto. A lógica da vida é os filhos enterrarem os pais e não o contrário”.

“Deus deve estar levando os bons pra junto dele. Os ruins estão ficando. E não foi só o Marcus. Teve a Maria Eduarda, com 4 tiros e o Geremias, também com tiro nas costas. Crianças mortas na comunidade em operações da polícia”.

“Marcus Vinicius hoje e sempre. Ele está com a Marielle. Ela toma conta dele lá em cima e eu toma conta da filha dela aqui”.

 “Foi a intervenção militar que matou meu filho. E eu não vou parar. A operação policial não foi um sucesso, foi como o Rio de Janeiro, falida. Deram um tiro no próprio pé”.

“Não tive luto, eu fui pra luta. Meu kit de luta, é a mochila e a camiseta manchados de sangue. Se eu era o braço forte dele na criação, agora vou ser o braço forte em busca de justiça.

"Quero agilidade no processo. Aqui não é lugar de democracia? Então peço a ajuda de vocês. Meu filho já me levou pra São Paulo e hoje estou em Brasília”.

“Força eu tenho. Sou guerreira pra caramba. Sou ariana e meu nome é Bruna da Silva. Hoje, a irmã do Marcus olha para o céu e fala... olha a estrela Vini. O luto eu vivo em casa. Na rua eu vou à luta”.

Bruna da Silva deu esse depoimento em audiência pública realizada no dia 11/07, na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados.

**“São Francisco vivo, território pesqueiro livre”**

Com essas palavras de ordem começou a audiência pública, no dia 12/07, na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, sobre os conflitos fundiários no Norte de Minas Gerais e as violações aos direitos territoriais dos povos das águas. Pelo menos quinze comunidades em nove municípios enfrentam conflitos com casos de violência e até assassinatos. São comunidades de povos tradicionais, como pescadores artesanais, vazanteiros, geraizeiros e quilombolas. O encontro foi promovido pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM), em parceria com a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC). São comunidades que já cumpriram as exigências técnicas para ter direito à terra, mas as ações ficam paradas na Secretaria do Patrimônio da União (SPU), enquanto os despejos continuam através de liminares na Justiça.

*Foto: Fernando Bola*

[](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/201csao-francisco-vivo-territorio-pesqueiro-livre201d/image/image_view_fullscreen)

 “As comunidades em situação de conflito nas barrancas do Rio são Francisco, vivem uma violência crescente. O latifúndio vem aumentando e retomando espaço. As comunidades estão amparadas na Constituição, têm direito à terra, mas a Secretaria do Patrimônio da União não faz o que deveria fazer”, aponta Neuza Francisca do Nascimento, da Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais.

Neuza informa ainda que, durante a enchente de 1979, os povos que moravam nas margens do Rio São Francisco tiveram que sair do local e, ao voltar, foram barrados pelos fazendeiros e nunca mais puderam retornar. “Hoje, os fazendeiros usam aparatos judiciais e policiais para ações de posse. O povo das barrancas está desprotegido, sem condições jurídicas, políticas e até de educação. Além disso, os conflitos, que são coletivos, passaram a ser individualizados. Pescador tem casa destruída com trator e até vazantes são envenenadas para forçar a saída das famílias”, denuncia.

Letícia Rocha, da Comissão Pastoral da Terra de Montes Claros (MG), apresenta números sobre a violência no campo. O relatório da CPT de 2017 mostra que nesse ano houve o maior número de assassinatos em conflitos no campo dos últimos 14 anos, com 71 assassinatos. Dez a mais que no ano anterior. Desses, 31 foram chacinas, o que corresponde a 44% do total. Os massacres aconteceram no Mato Grosso, Pará, Tocantins, Bahia e Amazonas. “Por trás dos números tem o drama social de famílias privadas dos seus direitos por causa desse modelo arcaico do latifúndio e bens públicos como commodities”, observa Letícia.

A representante do Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil e da Articulação Nacional das Pescadoras, com sede em Januária (/MG), Enedina dos Santos, testemunhou ameaças. “Nós somos uma comunidade tradicional, vivemos da terra ou da água e não temos outro lugar para trabalhar. Recebemos ameaças todos os dias, por telefone, por terceiros ou de dentro de carros que passam. Somos um povo fraco no financeiro, mas forte na batalha. Não temos acesso a nada, ainda usamos candeeiro, nem luz temos”!

“Desculpe não ter palavras bonitas, sou quase um analfabeto, essa casa aqui eu só conheço através da televisão. O governo não quer reconhecer nós. O que eu sei fazer é o que meus pais ensinaram, plantar mandioca, feijão de corda, que dá um tropeiro gostoso. Se eu for pra cidade que serviço sobra pra mim? Uma vassoura pra limpar e tem que ter segundo grau completo. Quando vou ter segundo grau completo? Só quero cuidar dos meus filhos lá no lugarzinho que eu tô” Cleber Santana, Comunidade Barrinha

***Paz no campo, mas só nome***

Criado com pretexto de defender a paz no campo, foi criado um movimento nacional justamente com esse nome, Paz no Campo. Porém, denunciam os participantes da audiência, virou um movimento de insegurança no campo. Segundo as lideranças dos movimentos sociais, milícias armadas atuariam sob a liderança de latifundiários e ameaçam transformar a zona rural do Norte de Minas em uma zona de guerra.

Uma denúncia com esse conteúdo foi feita em abril deste ano pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Comissão Pastoral da Terra, na Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG).

***“Não podemos fingir que nada está acontecendo”***

A colocação é de Eliana Torelly, procuradora Regional da República e integrante da 6ª Câmara do Ministério Público Federal, que cuida de questões relacionadas aos povos tradicionais. “Não podemos admitir falar de mortes e fingir que nada acontece. Fui até a comunidade de Croatá e vi como a área está bem preparada, com o uso tradicional e não predatório dos recursos naturais. Isso já habilita a titularidade, a ter um Taus (Termo de Autorização de Uso Ambiental). Foi um alívio muito grande conseguir a suspensão da liminar que pedia o despejo das famílias que vivem lá”.

Eliana também relata um encontro na Secretaria do Patrimônio da União (SPU) para falar sobre a preocupante situação o Norte de Minas Gerais. Ela espera que até 2020 a União demarque os terrenos que são do seu domínio, neste caso, as margens de um Rio São Francisco. Porém, de acordo com a procuradora, existem divergências entre a SPU no Distrito Federal e a superintendência no estado sobre exigências burocráticas. “A solução é relativamente simples, temos que concentrar esforços para a demarcação definitiva dessas áreas. Hoje o ambiente no Norte de Minas é de intranquilidade social”.

Afonso Henrique Teixeira, procurador de Justiça e Coordenador das Promotorias Agrárias do Ministério Público de Minas Gerais, lamenta a extinção, pelo atual governo federal, da Ouvidoria Agrária Nacional “Em 2017 não tivemos nenhuma família assentada e isso reflete a falta de políticas públicas. O Ministério Público vai para o enfrentamento contra o armamento no campo. Quem pegar em armas para expulsar comunidades vai enfrentar o MP. Precisamos levar a institucionalidade ao Norte mineiro, com a presença do Ministério Público, órgãos de segurança pública e governos do estado e federal. São propriedades públicas sendo utilizadas indevidamente por irresponsáveis, porque quem devia tomar conta, não faz o trabalho”, conclui Afonso.

Em Minas Gerais existe o único órgão de conciliação agrária do país, a Mesa de Diálogo de Negociação de Conflitos Urbanos, Rurais e Socioambientais, do governo estadual. O coordenador, Fernando Tadeu David, sugere a realização de diligência e audiência pública em Montes Claros, numa atuação conjunta entre as Comissões de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e da Assembleia Legislativa mineira.

*“O Norte de Minas representa hoje essa articulação imoral do latifúndio com setores do Estado.  A omissão do Estado está se concretizando na violência e eles estão com as mãos sujas de sangue, além disso é uma prática de racismo* *ambiental. Os entraves burocráticos técnicos já estão resolvidos, agora a questão é um embate político”.  Umezita, Pastoral dos Pescadores*

**Sonhos x realidade**

O Programa de Bolsa Permanência (PBP) foi criado em 2013 e concede auxílio financeiro para estudantes matriculados em instituições federais de ensino superior para estudantes indígenas e quilombolas. O recurso é pago diretamente ao estudante de graduação por meio de um cartão de benefício. Os estudantes usam o dinheiro para custear alimentação e moradia. Cada um recebe 900 reais por mês. Mas, este ano, o número de vagas foi reduzido e há atraso no repasse da bolsa. Por causa disso, estudantes estão voltando para casa e deixando para trás o que chamam um sonho "coletivo".

*Will Shutter/Câmara dos Deputados*

[](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/sonhos-x-realidade/image/image_view_fullscreen)

Segundo estudantes indígenas, o Ministério da Educação reduziu para 2.500 o número de bolsas de estudo, quando a demanda seria de 5 mil. E foram liberadas vagas apenas para o primeiro semestre deste ano. Além disso, ainda de acordo com eles, há atraso no pagamento. As inscrições para o segundo semestre iniciaram em junho e encerram dia 31 de agosto.

Para discutir o esvaziamento das políticas públicas voltadas para a permanência de indígenas e quilombolas nas universidades, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias, em parceria com a Comissão de Educação realizou, o dia 07/08, uma audiência pública.

Antônio Correa Neto, da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, afirma que, tanto o Programa Bolsa Permanência como o Programa Nacional de Assistência Estudantil, são estratégicos para o MEC e fazem parte das políticas de expansão e democratização do ensino superior. Ele destaca que até 2016 o Bolsa Permanência atendia índios, quilombolas e outras etnias. Desde então, está voltado aos dois primeiros grupos.

“Hoje são 19 mil bolsistas, nove mil índios e dez mil quilombolas. De 2013 até hoje foram investidos 600 milhões de reais. Não vai haver extinção do Programa, é boato. Tanto que as inscrições estão abertas. São 2.500 vagas e esse número já está quase completo, mas temos condições de oferecer cerca de mais 500. Além disso, parte dos estudantes já vai receber a parcela de julho. Vamos disponibilizar, por mês, 2 milhões e 700 mil reais”, informa Antônio.

***Preconceito e sonhos desfeitos***

Tanielson Rodrigues da Silva Porã Potiguara, estudante e bolsista da UnB, contesta o representante do MEC.

“Este ano não tivemos nenhuma inscrição homologada e não houve pagamento de ninguém. A situação está caótica. Além disso, inventaram mais um documento para a inscrição, que deve ser entregue pela Funai. Esqueceram que desde 1988 a Funai não tutela mais os índios. Uma declaração de residência”, diz.

Potiguara conta ainda que os indígenas deixam suas comunidades para realizar o sonho de ser um médico, um arquiteto, e voltar para ajudar a etnia.

“Entramos na faculdade com um sonho coletivo. Só na Unb, de 35 índios, cinco já voltaram porque não tinham como se manter. Outro problema é que algumas universidades, como na Federal do Tocantins, índios e quilombolas não podem acessar outros benefícios, como uma bolsa emergencial.  Isso é violência psicológica e racismo institucional estabelecido”, avalia o estudante.

***518 anos de luta e resistência***

Para o representante da etnia Xucuru, de Pernambuco, Júnior Xucuru, o preconceito é que move as decisões sobre o Bolsa Permanência.

“É uma dificuldade sair da base e enfrentar o preconceito e o racismo. Os cortes significam que não querem índios e quilombolas nas universidades. Pagamos impostos e queremos ver nossos jovens na escola. Queremos cobrar o Estado brasileiro. Falam em crise no Brasil. Para quem? Para os menos favorecidos, claro. Quem está em crise é o Congresso Nacional, que não tem pessoas competentes trabalhando em prol do povo. Nossos jovens se suicidam, sim. E isso é uma vergonha. Uma humilhação sair da aldeia para buscar a cura para um problema que um não índio deixou lá, e voltar porque não conseguiu terminar o curso”, desabafa.

Quanto ao documento que a Funai tem que dar para a inscrição nos programas do MEC, Júnior é sucinto. “A Funai não sabe quem são os nossos índios, sabe quem são os grandes produtores de soja que usam agrotóxico. Mas não vamos nos entregar, afinal são 518 anos de luta e resistência”.

O representante do MEC, Antônio Correa Neto, esclareceu que lista de documentos exigida é a mesma desde 2013.

Lucas Ramos Lopes, articulador da Rede Marista de Solidariedade, apresentou o trabalho feito pela instituição junto à crianças e jovens indígenas. “As violações de direitos dos índios mobilizaram nossa rede de atenção, não só no Brasil, mas outros países da América Latina”, ressalta. Ele apresentou o trailer do documentário “Flores da Terra” produzido pela Rede que mostra a vida de crianças Guarani Kaiowá. O documentário está disponível no Youtube.

***Ministério Público Federal***

No final da audiência pública, foi entregue ao presidente da CDHM, deputado Luiz Couto (PT/PB), cópia de uma representação que estudantes da UnB vão levar ao Ministério Público Federal, pedindo providências sobre a situação do Programa Bolsa Permanência junto ao Ministério da Educação.

Os deputados presentes devem fazer um requerimento à direção da Casa, sobre a possibilidade de incluir estudantes índios e quilombolas nos programas de estágio universitário da Câmara dos Deputados.

“A falta de garantias para continuar estudando faz que esse público deixe as universidades. A situação está complicada, mas a luta dos estudantes indígenas e quilombolas é nossa luta também. Temos que cobrar o compromisso do Ministério da Educação com a educação superior indígena”, conclui Luiz Couto.

Também participaram da audiência os deputados Janete Capiberibe (PSB/ AP), Marcon (PT/RS), Edmilson Rodrigues (PSOL/PA) e Adelmo Carneiro Leão (PT/MG).

**Brasil pode ter um milhão de presos até 2025**

De acordo com o Departamento Penitenciário Nacional, o país tem 726.712 pessoas presas. O número é do último levantamento, feito em 2016. Porém, o número de vagas é de 368 mil. Ou seja, taxa de ocupação chega a 197,4%. No lugar onde cabe um presidiário, estão dois ou mais. De todo esse contingente, 64% são negros ou pardos e quase 90% têm até o ensino fundamental. Para Vilma Reis, socióloga e ouvidora-geral da Defensoria Pública do Estado da Bahia, o sistema penitenciário brasileiro é perverso e atualiza a época da escravidão. Ainda de acordo com o Depen, a população carcerária deve bater em um milhão até 2025.

*Foto: Fernando Bola*

[](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/brasil-pode-ter-um-milhao-de-presos-ate-2025/image/image_view_fullscreen)

Vilma participou da audiência pública realizada no dia 08/08, pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias sobre a situação do encarceramento em massa no Brasil.

“Vivemos um populismo penal perverso. É um sistema colonial atualizado de vingança, enchendo as prisões querem se livrar daqueles que foram ineficientes ao capitalismo. O judiciário repete as regras da colonização em pleno século 21. Como diz Ângela Davis, temos que ter um abolicionismo penal e o fim das dinastias togadas”, pontua Vilma.

***Números***

Márcia Barreto, coordenadora-geral do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), apresenta números do sistema. As estatísticas mostram que nos últimos 25 anos a população carcerária aumentou impressionantes 707%. Hoje, são mais de 665 mil homens e quase 44 mil mulheres. Mais da metade dos presos são jovens entre 18 e 29 anos.

“O número de mulheres nas prisões está crescendo. Elas são presas, na maioria, por tráfico de drogas, por subsistência e até por levar para o companheiro que está preso. Setenta e cinco por cento delas têm filhos e, porque são jovens, são crianças que estão na primeira infância. Que futuro essa família vai ter? Os três níveis de governo são responsáveis por essa situação e a sociedade civil também. E depois de anos na prisão as portas do mercado de trabalho estão fechadas”, pondera Márcia.

Márcia informa ainda que o déficit de vagas, hoje, é estimado em quase 400 mil. Ela estima que, no ritmo atual, até 2025 o país pode chegar a ter um milhão de presos.

Dermeval Farias Gomes Filho, do Conselho Nacional do Ministério Público, traz números semelhantes. A Comissão do Sistema Carcerário, coleta dados três veze por ano durante as inspeções de controle externo.

“Entre março de 2017 e fevereiro de 2018 chegamos a contagem de 699 mil presos, com uma taxa de ocupação de 170%. Porém, o que mais nos preocupa é o mau uso dos recursos do Fundo Nacional Penitenciário. Em Roraima, por exemplo, foram destinados 45 milhões de reais para a construção de um novo presídio. Três milhões desapareceram. Não estamos enfrentando o problema como ele merece. São ações isoladas mesmo dentro do judiciário. Não podemos nos limitar ao desencarceramento, temos que discutir penas alternativas ou restritivas”, avalia Dermeval.

Ele também pede o cumprimento da Lei de Execução Penal e que os presos sejam classificados. E critica a elaboração de novas leis se mesmo a atual não é cumprida.

Márcio Schiefler, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), contesta as estatísticas apresentadas. “Temos um monte de números não confiáveis. Hoje, sabemos o número de presos pela quantidade de quentinhas servidas nas prisões. Nunca vi promotor ou defensor público contando preso. Se inspeção desse resultado, nosso sistema seria maravilhoso. Já vi unidades com apenas dois servidores, mas instituição que faz a inspeção chega com 20 pessoas”, critica.

***HIV, tuberculose e roubo por fome***

“A gente não consegue nem cuidar das crianças, com tantas doenças que estavam erradicadas voltando, quanto mais de quem está na prisão”, afirma Alberto Amaral, defensor público do Distrito Federal e representante da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep).

“A superlotação leva aos motins e às rebeliões. O percentual de negros dentro dos presídios é maior do que fora. Se aprisiona muito por furto, onde não existe violência. E isso é um aspecto social, de pobreza. Muitos pensam em se redimir, mas entram num ciclo de desestruturação pessoal dentro da prisão e acabam cedendo ao ciclo de violência da cadeia. Mais de 40% dos presídios não oferece nenhum tipo de educação”, analisa Alberto.

O defensor público também informa que o índice de contágio por HIV nas prisões é 66% maior do que para quem está livre. Além disso, os surtos de doenças de pele e tuberculose são constantes.

“E o pior de tudo, se é que existe, é que 40% dos presos são provisórios. Não foram julgados. Como podemos ser tão cruéis, podendo não ser?"

Para Raissa Belintani, do Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC), o sistema penitenciário está alicerçado no encarceramento. “Aumentar as penas e criar novas vagas não aumenta a sensação de segurança. Vivemos uma sanha punitiva e prisional. O número de mulheres presas passou de 10 mil para 42 mil em 2016. O governo expande o sistema para encarcerar os excluídos”.

Já o padre Gianfranco Graziola da Pastoral Carcerária denuncia a restrição, cada vez maior, que os integrantes da Pastoral enfrentam para dar assistência aos presos. “Nossos advogados não conseguem conversar com os assistidos e é muita burocracia para cadastrar agentes pastorais”, comenta.

“O próprio Estado faz apologia das facções quando pergunta a qual grupo o preso pertence. A pessoa adere na hora a qualquer um para ter mais garantia e segurança dentro da cadeia. A audiência da custódia, se fosse seguida à risca, seria um dos instrumentos de desencarceramento, mas infelizmente não é”, comenta José Ribamar Silva, do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate a Tortura.

“E há o aprisionamento por crimes famélicos, milhares estão presos por causa de comida”, acrescenta. Na audiência pública aconteceu também o lançamento do relatório anual do Mecanismo.

Para o deputado Adelmo Leão (PT/MG), que conduziu a audiência pública, o problema vai além dos números.

“Afora as estatísticas, o sistema penitenciário brasileiro está dominado pelo crime organizado. Além disso, a estrutura que condena é a estrutura dominante e que, infelizmente, também está inserida na cabeça dos dominados. A própria presidente do Supremo Tribunal Federal, a ministra Cármen Lúcia disse, após visitas aos presídios que, se a população soubesse que ela viu, não dormiria à noite”, conclui o deputado.

**Alimentação, ritos e tradições**

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados realizou, no dia 09/08, uma audiência pública para discutir o marco conceitual Povos Tradicionais de Matriz Africana. A alimentação que segue os ritos desses povos foi o tema principal da audiência.

*Foto: Fernando Bola*

[](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/alimentacao-ritos-e-tradicoes/image/image_view_fullscreen)

O recurso em análise no STF foi feito pelo Ministério Público estadual contra decisão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, que declarou a constitucionalidade da Lei 2.131/2004. A norma acrescentou ao Código Estadual de Proteção de Animais gaúcho a possibilidade de sacrifícios de animais, destinados à alimentação humana, dentro dos cultos religiosos africanos. Já para o MP-RS, a lei invade a competência da União para legislar sobre matéria penal, e privilegia os cultos das religiões de matriz africana para o sacrifício e ritual de animais. Ainda de acordo com o MP gaúcho, isso ofenderia a isonomia e iria contra o caráter laico do país.

“Alguém já viu a Justiça preocupada com abate de animais para a alimentação de judeus e muçulmanos”? Questiona a procuradora federal dos Direitos do Cidadão, Deborah Duprat, um dos participantes do encontro da CDHM.

“Podíamos falar de muitas convenções ou instrumentos jurídicos, mas o certo é que que as práticas religiosas são perseguidas. Será que o grande problema é o abate de uma ave criada sem ver a luz e sem voar, ou questões ambientais? Esse problema existe porque é uma prática que vem da diáspora africana. Também querem proibir velas e flores no mar, nas homenagens à Iemanjá, como se esse mar não estivesse cheio de plástico e óleo. Vamos parar com a hipocrisia. Queremos saber como ficará a liberdade religiosa neste país”, pontua Débora Duprat.

***“Difícil mesmo foi ser carregado da África”***

Regina Nogueira, do Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais e Matriz Africana, vai na mesma direção.

“O sistema não se dobra, ele pensa e se refaz através das leis e do judiciário. Os povos resistiram com sua língua e tradições. A nossa alimentação é um ritual e também um ato doméstico, sem nenhum tipo de sofrimento animal. Querem que a gente consuma o alimento que dá lucro. Queremos direito a uma alimentação de quantidade e adequada ao que acreditamos. E isso é garantir que se cumpra a Constituição brasileira.  Não queremos ser franqueados pelo Estado, muito menos orientados por deputados de um Congresso fundamentalista. Tradição alimenta, não violenta. Difícil mesmo foi ser carregado da África”, afirma Regina.

O procurador geral da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Fernando Bolzoni, considera que intervir nas tradições dos povos de matriz africana, é invadir a coisa mais íntima de uma pessoa, que é a maneira de se relacionar com o divino, ou até não se relacionar. “ Essa decisão que hoje está no STF, do sacrifício de animais em cultos, começou lá no Rio Grande do Sul, em 1991. No fundo, não é uma preocupação com a proteção dos animais, mas sim perseguição religiosa, querer dizer como as pessoas devem manifestar suas crenças. Isso é inadmissível”, considera.

A presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar, Elizabetta Recine, destaca a riqueza e a sabedoria do Brasil para formular políticas públicas de segurança alimentar.

“Hoje, temos a volta da fome ao Brasil, e para tentar resolver esse problema, temos que ouvir todos os segmentos para compactuar estratégias comuns e prioritárias. Os modos de comer, de preparar a comida, fazem parte da nossa ancestralidade, sejam quais forem. Temos que ouvir os diversos segmentos da população, e aí todas as diferenças estarão respeitadas para construir políticas públicas. Ouvir camponeses, mulheres, quilombolas, agricultores, índios, negros e misturar as nossas compreensões”, reflete Elizabetta.

***Bater os tambores e ir à luta***

 “São grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem dessa forma. Têm formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para se reproduzir de forma cultural, social, religiosa e econômica. Além disso, usam conhecimentos, inovações e práticas de geração em geração”, esclarece a deputada Erika Kokay (PT/DF), que pediu a realização do debate.

“ Esse povo de terreiro enfrenta toda sorte de discriminação, mas bate os tambores e vai à luta. Estamos falando não apenas da religião, mas também de espaços de alimentar a fome de pão, de justiça, de beleza e de direitos. Estamos falando de geração de renda, trabalho, respeito e homenagem à dignidade humana. O Estado persegue e consolida a discriminação”, conclui Erika.

Também participaram do encontro Rafael Moreira, da Federação de Umbanda e Candomblé de Brasília e Entorno e Maria Dolores de Lima e Silva, da Teia Nacional Legislativa dos Povos Tradicionais de Matriz Africana.

***Histórico***

O decreto 6.040 de 2007, do governo federal, instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). O decreto prevê, entre outros pontos, que a visibilidade dos povos e comunidades tradicionais aconteça através do pleno exercício da cidadania, do direito à segurança alimentar e nutricional, do desenvolvimento sustentável para promover a melhoria da qualidade de vida, tanto econômica como cultural.

**Impasse sobre novo traçado da BR 158 no Mato Grosso está perto do fim, após audiência pública da CDHM**

A BR 158, em parte do trecho que atravessa o Mato Grosso, na região nordeste do estado, passaria pela terra indígena Marãiwatsédé do povo Xavante. A área foi alvo de disputa e tem uma extensão de mais de 165 mil hectares e está registrada em nome da União. Depois de muita discussão, índios, empresários e órgãos públicos responsáveis pela construção da estrada estão chegando a um acordo. Um novo traçado já foi aprovado, contornando a terra indígena, e o asfaltamento desse trecho, parado há sete anos, deve ser retomado. A situação da BR 158 foi tema de uma audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), no dia 13/08.

*Foto: Fernando Bola*

[](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/impasse-sobre-novo-tracado-da-br-158-no-mato-grosso-esta-perto-do-fim-apos-audiencia-publica-da-cdhm/image/image_view_fullscreen)

De um lado do debate, os Xavantes, que pediam a mudança no traçado na BR 158, contornando a terra indígena e não mais atravessando em linha reta por dentro da reserva, como o plano original. Os Xavantes de Marãiwatsédé têm, durante todos esses anos, buscado a reconstrução do seu território tradicional e a mudança no trajeto da estrada.

Do outro lado, estavam os produtores e comerciantes, que queriam o projeto inicial sem desvios. Eles alegavam que o trecho em questão é uma rota de escoação da produção. Afirmam que o novo desenho, já aprovado em um acordo entre Funai, Ibama e Dnit, aumenta em 70 km o transporte de cargas e eleva e custo do frete.

Os deputados Patrus Ananias (PT/MG) e Nilton Tatto (PT/SP) pediram a realização do encontro.

“Consideramos que a audiência pública cumpriu os objetivos. O trabalho do legislativo é fiscalizar e questionar, pelas vias democráticas, o poder legislativo. Vamos continuar esse trabalho de acompanhamento da obra,  pressionando os responsáveis para o cumprimento do que já foi acordado, e mantendo o diálogo com os povos indígenas”, afirma Patrus.

O deputado pontua dois aspectos importantes da BR 158 nesse trecho do Mato Grosso. “ Um, é a importância da estrada para promover o desenvolvimento regional, a agricultura, as comunidades da região. Outro ponto, é que a estrada não pode passar pelos territórios indígenas. Temos que respeitar os planos de proteção ambiental, das águas, da cultura e da integridade do povo Xavante, e de outros que habitam a região. Ao mesmo tempo buscando a construção da estrada com um traçado que não passe pelo território, como já foi acordado com o Dnit, Funai de governo do estado”, pondera o deputado.

Dom Leonardo Steiner, secretário-geral da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil destaca que a estrada no novo traçado, traz benefícios para a região. “São vários municípios como Bom Jesus, Serra Nova, Santo Antônio, Alto da Boa Vista e São Felix do Araguaia e mais seis aldeias indígenas. Isso significa integração regional. O asfaltamento desse trecho traz o desenvolvimento da agricultura. O novo traçado aumenta o percurso, mas também traz lucro para todos. Da economia ao meio ambiente”, analisa Dom Leonardo.

André Martins de Araújo, diretor de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes (Dnit) informa que, com o novo traçado, esse trecho da BR 158 passa de 121 quilômetros para 195. “Já foi definido que haverá o contorno e por ali devem passar este ano três milhões de toneladas de soja e milho. São 2.242 veículos por dia após o asfaltamento. Já tivemos a emissão de licença prévia em abril deste ano e agora aguardamos a contratação do Plano Emergencial Ambiental Indígena para continuar o asfaltamento”.

Também participaram da audiência pública representantes da Superintendência Regional do Dnit de Mato Grosso, da Procuradoria da República no município de Barra do Garças, e do Conselho Indigenista e Missionário.

***Histórico***

Os índios, segundo a Fundação Nacional do Índio (Funai), ocuparam a terra na década de 1960. Naquela época, a Agropecuária Suiá-Missú foi instalada na região. Em 1967, os índios foram transferidos para a Terra Indígena São Marcos, na região sul de Mato Grosso, e lá ficaram por cerca de 40 anos.

Em 1980 a fazenda foi vendida para a petrolífera italiana Agip. Naquele ano, a empresa foi pressionada a devolver aos Xavantes a terra durante a Conferência de Meio Ambiente no ano de 1992, realizada no Rio de Janeiro. Dezoito anos depois, em 1998, houve a homologação, por decreto presidencial, da terra indígena. Mas o retorno dos Xavantes não aconteceu de forma pacífica. Só em 2013 foi entregue, pelo governo federal, a posse plena da terra, a partir de uma operação de retomada determinada pelo Supremo Tribunal Federal em outubro de 2012.

Porém, diversos recursos impetrados na Justiça marcaram a divisão de lados entre os produtores e indígenas.

 “A demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios decorre de imperativo constitucional, que determina que compete à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. Os Xavantes têm o direito de viver na terra deles protegendo o meio ambiente e produzindo alimentos da forma que escolherem, sem interferência externa, se assim desejarem”, afirma o deputado Luiz Couto (PT/PB), presidente da CDHM.

***A estrada***

A BR 158 atravessa o país de norte a sul. No planejamento do Ministério dos Transportes, o ponto inicial estaria entre as rodovias BR-230 e PA-415 no município de Altamira, no Pará. Entretanto, esta ligação com Altamira nunca foi colocada em prática. Na realidade, ela só está pavimentada a partir de Redenção, também no Pará. Passa depois pelos estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, onde termina, na fronteira com o Uruguai, no município de Santana do Livramento.

**Direitos Humanos querem levar propostas a presidenciáveis para superar violência**

Atlas da Violência mostra que maioria das vítimas de homicídio é de negros e jovens. Os deputados debateram, no dia 14/08, com representantes da sociedade civil e de órgãos públicos os resultados da última edição do Atlas da Violência (Ipea 2018).Os dados relativos a 2016 mostram o recorde de 62.517 homicídios no Brasil: 71,5% das vítimas eram negros ou pardos e 53,7% eram jovens, com idades entre 15 e 29 anos (veja infográficos abaixo).Organizador da audiência pública, o deputado João Daniel (PT-SE), quer levar esses dados e as sugestões em discussão na Câmara para o debate presidencial. "Nós vamos solicitar que todas as propostas sejam publicadas para que, além de todos terem acesso, a comissão possa entregar o debate desse tema aos candidatos à Presidência da República que têm compromisso".

[](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/direitos-humanos-quer-levar-propostas-a-presidenciaveis-para-superar-violencia/image/image_view_fullscreen)

**Guerra civil**

Representantes de movimentos socioculturais (Coletivo Quilombo, Movimento Hip-Hop, Levante Popular) que atuam nas periferias das cidades afirmaram que os números revelam uma "guerra civil não declarada" e se queixaram de "racismo" nas estruturas do Estado e de "naturalização" da violência contra negros e jovens.

Para reverter esse quadro, a vice-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Jessy Santos, defendeu um "programa de emergência", que inclua investimento em educação, emprego e renda, além da criação de um Instituto de Segurança Pública.

"Um instituto de produção de dados sobre segurança, parecido com um Ipea da segurança, que registre os dados e leve esse debate a sério. Infelizmente, quando se abre o debate sobre segurança e violência, a primeira proposta que aparece é reduzir a maioridade penal e encarcerar a juventude brasileira. Acho que a gente tem que dizer em alto e bom som que a nossa juventude não é um problema, ela é um potencial", declarou.

As sugestões da UNE incluem também cotas obrigatórias para negros no Judiciário e no Ministério Público. Outra reivindicação é o fim dos "autos de resistência" como justificativa em mortes provocadas por policiais.

***Autos de resistência***

A coordenadora de políticas étnico-raciais da Defensoria Pública da União, Rita de Oliveira, lembrou que é baixo o índice de elucidação de casos envolvendo os "autos de resistência" e acusou a Justiça criminal de "cúmplice" nesse processo. "A polícia tem um verdadeiro mandato de morte em nome do Estado e, muitas vezes, não precisa ser suficientemente habilidosa em deixar poucos vestígios de seus excessos para escapar de qualquer indagação por parte de quem deveria controlá-la", denunciou.

A defensora pública disse ainda que o Brasil precisa enfrentar os debates em torno da desmilitarização das polícias e de mudanças nas políticas antidrogas e prisional.   
  
**Vítimas**  
Na mesma audiência, o Ministério da Saúde revelou que houve 1,5 milhão de notificações de vítimas de violência entre 2011 e 2017, o que representa uma alta de 215% neste mesmo período. Por lei, essas notificações no atendimento do SUS são obrigatórias em caso de violência contra crianças, adolescentes, mulheres, idosos e LGBTs.

Maria de Fátima de Souza, da secretaria de vigilância e saúde do Ministério, trouxe outro dado alarmante da violência contra a mulher.

"Geralmente, ela começa com violência psicológica, depois transforma-se em física e chega no feminicídio ou no suicídio da vítima ou no adoecimento. Quanto à violência psicológica, foram 320 mil casos contra as mulheres e 65.570 contra homens (entre 2011 e 2017)", informou.

**Outros dados**

Outros dados do Atlas da Violência e das notificações do Ministério da Saúde revelam um preocupante aumento no número de suicídios no Brasil; que 71% dos homicídios ocorrem por meio de armas de fogo; que 68% dos registros de estupro têm menores de idade como vítimas e, que em 30% desses casos, os próprios familiares são os estupradores.

**A Lei da Anistia 39 anos depois: ainda restrita e parcial**

Cerca de 16 mil brasileiros recebem algum tipo de reparação através da Lei da Anistia assinada em 28 de agosto de 1979. Ela abrange o período que vai de 1961 a 1979. Muitos já morreram e os viúvos recebem o benefício. São dois tipos de concessão. Um, de prestação continuada com valor máximo de seis mil reais. Outro, de pagamento único com teto de 100 mil reais. Eles são pagos a pessoas que sofreram perseguição política, banimento, tortura, entre outros arbítrios. Cerca de mais 10 mil processos ainda estariam no Ministério da Justiça para julgamento da concessão. Esses processos beneficiariam civis, militares, índios e lavradores, por exemplo. Muito além dos números existem histórias de civis, indígenas, camponeses e militares que perderam direitos, família, trabalho, foram torturados, assassinados e muitos desaparecidos até hoje.

*Foto: Fernando Bola*

[](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/a-lei-da-anistia-39-anos-depois-ainda-restrita-e-parcial/image/image_view_fullscreen)

Esses números foram informados pela anistiada Rosa Cimiana dos Santos, da Associação dos Aposentados e Pensionistas Anistiados da Petrobrás e Subsidiárias. Ela também faz parte do grupo que acompanha o trabalho da Comissão Brasileira de Anistia do Ministério da Justiça. Rosa e mais dezenas de pessoas na mesma situação participaram de uma audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados, no dia 28/08.

O encontro marcou os 39 anos da Lei 6.683, promulgada pelo então presidente da República, o general João Batista Figueiredo.

***Comissão Interamericana de Direitos Humanos***

Passados esses anos todos a Lei, que era para ser ampla, geral e irrestrita, enfrenta ainda muitos obstáculos para ser cumprida como na ideia original.

Ivan Cláudio Marx, é procurador federal e faz parte do grupo de trabalho Memória e Verdade da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal. Ele detalha alguns desses impedimentos.

“Existem várias tentativas de impedir a investigação dos crimes praticados durante a ditadura militar. Organizamos investigações e criamos mais um grupo de trabalho chamado Justiça de Transição. Selecionamos casos apontados pela Comissão da Verdade e pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Hoje, temos mais de 30 ações penais barradas pelo Judiciário porque eles entendem que a Lei da Anistia é válida. Mas não é. Tanto não é, que a Comissão Interamericana de Direitos Humanos já condenou o Estado brasileiro nos casos da Guerrilha do Araguaia e, recentemente, pela morte do jornalista Vladimir Herzog. Mas continuamos localizando restos mortais de desaparecidos. O último foi do guerrilheiro conhecido como Dimas, através da ossada achada no cemitério de Perus, em São Paulo”, esclarece Ivan.

Eugênia Augusta Gonzaga, presidente da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e procuradora federal dos Direitos do Cidadão Adjunta, também lembra a decisão da CIDH.

“Essa Lei da Anistia, no tocante aos agentes da ditadura, já foi considerada inválida pela Comissão Interamericana do Direitos Humanos. Pedimos que o ministro Luiz Fux leve urgentemente para julgamento os recursos que estão no Supremo Tribunal Federal e questionam a validade da Lei 6.683 com base no que diz a CIDH. Ele está com esse material desde 2011, quando chegou no Supremo”, afirma Eugênia.

***Esvaziamento da Comissão de Anistia***

Ela também sugere que a Comissão de Direitos Humanos e Minorias convoque o ministro da Justiça, Torquato Jardim, para dar informações sobre o esvaziamento da Comissão de Anistia.

“No momento em que o ministro tira a autonomia da Comissão e aceita os despachos da Advocacia-Geral da União sobre os processos e anistia, ele está desautorizando um colegiado que é regido por lei. Ou seja, ele está descumprido a lei”, conclui.

O esvaziamento da Comissão de Anistia, que julga os processos de concessão de benefícios aos anistiados também foi levantado por João Paulo de Oliveira, presidente da Associação dos Metalúrgicos Anistiados do e representante da Plenária Paulista Reparação e Anistia.

“Uma pessoa que mandou matar e torturar, o secretário executivo do Ministério da Justiça, Gílson Libório, agora julga nossos processos. Quando assumiu o ministério trocou quase todos os conselheiros da Comissão, que agora são uns garotos que não conhecem a história. Em alguns julgamentos riem e zombam das pessoas. Queremos respeito sem ingerência, não precisamos da AGU para determinar o que deve ser feito. A Comissão é autônoma, e o que eles devem fazer é cumprir e interpretar a lei. Neste momento temos oitocentos processos deferidos sem pagamento. Algumas, eram pessoas esperando o benefício para comprar remédios, mas morreram antes”, relata.

“Não queremos que a Lei seja alterada, queremos que seja cumprida. Já está previsto nela que todos que cometem crime de lesa humanidade não podem ser anistiados. E esse tipo de crime foi cometido aos montes durante a ditadura”, esclarece o capitão José Wilson da Silva, presidente da Associação de Defesa dos Direitos dos Atingidos por Atos Institucionais. Ele mesmo um militar atingido por arbítrios do regime da época.

“Foram 604 oficiais, mais de 4 mil marinheiros e cabos e cerca de 1.300 sargentos que tiveram direitos cassados, foram perseguidos. E não porque éramos criminosos, mas porque pensávamos. E quem pensa no coletivo tem que ficar na cadeia, segundo as oligarquias que mandam no nosso país. O Estado é feito pela classe que domina e aplica as leis de acordo com os seus interesses. Nós, das classes subordinadas, temos o dever de nos unir. Não estamos pedindo favor, queremos aquilo que tiraram de nós na ponta da pistola, nosso trabalho e nossa dignidade”, conclui o capitão de 87 anos de idade.

***Ônus da prova***

Também conhecida como Segunda Guerrilha do Araguaia, a Revolta dos Perdidosfoi um conflito por terras que aconteceu na região de Piçarras, no Pará, mesmo local da guerrilha, porém em uma área bem menor. O movimento iniciou em 1976. A guerrilha aconteceu entre 1972 e 1974.

Agora, cerca de 250 agricultores remanescentes da Revolta dos Perdidos, querem do Ministério da Justiça a declaração da condição de anistiados políticos e a reparação econômica referente ao período que ficaram sem terra para poder plantar e colher, além de danos morais.

Algumas dessas famílias também passaram por restrições relacionadas a Guerrilha do Araguaia. Camponeses foram mortos e torturados.

Quatro agricultores que viveram essa realidade participaram da audiência pública.

“Assim que a Guerrilha do Araguaia terminou, começou a perseguição aos agricultores, ou porque achavam que eram guerrilheiros ou para tirar as terras deles. Até o Incra, na década de 80, pressionado pelos grileiros, militares e SNI, ajudou a expulsar os camponeses”, conta a advogada das famílias dos agricultores, Irene Gomes.

Ela acrescenta que um dos maiores problemas para os processos avançarem na Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, é a falta de provas documentais sobre a Revolta dos Perdidos. De acordo com Irene, tanto o Arquivo Nacional como as Secretarias de Segurança dos estados do Pará e Tocantins, por exemplo, dizem não possuir nenhum registro sobre o movimento.

“Queremos que a oralidade seja um meio de prova, como está sendo nos livros e pesquisas. Sem falar nos arquivos da ditadura, que foram abertos parcialmente. Os camponeses sempre foram invisíveis na nossa história e assim continuam. Também vamos propor o ônus da prova. Que o Estado prove que ele não fez nada ”, conclui Irene.

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias vai encaminhar ao Superior Tribunal Militar e Arquivo Nacional um pedido de informações e documentos sobre o que aconteceu na região em 1976.

Para Virginius Lianza da Franca, do Movimento pela Anistia na Paraíba, a audiência falou sobre a caminhada pela democracia no país.

“As mais respeitosas lições de vida estão aqui. Há 39 anos foi dado primeiro passo para se estabelecer a verdadeira anistia e não aquela que foi imposta. Não é essa anistia que queremos”.

***O outro lado***

Paulo Henrique Kuhn, presidente da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, destaca que a Lei da Anistia possibilitou a volta dos exilados, o retorno de servidores públicos aos seus postos e restabeleceu a justiça, com a consequente reparação. Ele apresenta números sobre o desempenho da Comissão.

“O critério agora para a concessão de benefício é pela data de protocolo. Temos feito um grande esforço para julgar processos. Em 2017 foram 120 por mês e este ano, na última sessão da Comissão foram 300”, informa.

**“Para que não se repita”**

“Em 1964 minha família foi perseguida porque éramos ligados ao Partido Comunista. A partir de 1967 fomos para a resistência armada na Aliança Libertadora Nacional. Minha mãe foi presa em 1970. Em janeiro de 1972 meu irmão Alex foi assassinado e sepultado com falsa identidade no cemitério de Perus. Em junho, outro irmão, o Iuri também foi assassinado. Em março de 1973 perdi meu marido morto pela ditadura e eu estava grávida de 3 meses. É uma luta com um componente pessoal muito grande, mas também tem uma luta por justiça para todos que se opuseram ao regime militar”, conta Iara Xavier, da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

“O que nós queremos é justiça, que o judiciário não aceite essa Lei da Anistia que perdoa os crimes de lesa humanidade. Queremos que a justiça leve a julgamento aqueles que praticaram esses atos. Não queremos simplesmente reparação, precisamos de uma justiça eficaz para que isso não se repita”, encerra Iara.

A audiência pública foi solicitada pelo presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, deputado Luiz Couto (PT/PB) e que também conduziu os trabalhos desta terça-feira. A iniciativa foi uma parceria com a Subcomissão Parlamentar Memória, Verdade e Justiça.

**Direitos das crianças e adolescentes em risco**

O Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), foi criado em julho de 1990. É um conjunto de medidas feitas a partir da Constituição de 1988, que reconhece as crianças e adolescentes como cidadãos com direito à educação, alimentação e convivência familiar e comunitária, entre outros pontos. Ao longo desses 28 anos, o ECA garantiu avanços significativos na construção e execução de políticas públicas. Além disso, consolidou marcos normativos e regulatórios relevantes para a área da infância e da adolescência. Porém, alguns problemas como o corte de recursos para os programas sociais, através da Emenda Constitucional 95 de 2016, preocupam instituições e a sociedade civil.

*Foto: Fernando Bola*

[](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/direitos-das-criancas-e-adolescentes-em-risco/image/image_view_fullscreen)

Esse foi o ponto de partida da audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM), no dia 29/08, para marcar essas quase três décadas de ECA.

“Estamos preocupados com as constantes ameaças de retrocessos, ainda em discussão no Legislativo, como a redução da idade penal, o aumento do tempo de internação e alterações da Lei do Jovem Aprendiz. Além das ameaças às políticas sociais no Brasil, o que impacta também na execução das políticas para a infância e adolescência e o impacto disso no Sistema de Garantia de Direitos", pondera Marco Antônio Soares, presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).

Marco coloca ainda a necessidade de implementação do Comitê de Participação de Adolescentes (CPA), formado por 47 jovens de diferentes regiões do país. A formação desse Comitê já foi deliberada nas três últimas Conferências Nacionais dos Direitos da Criança e do Adolescente. Mas, por questões burocráticas ainda não saiu do papel.

***Pontos de vista***

Nesses 28 anos, o ECA continua alvo de críticas e polêmicas. De um lado, especialistas afirmam que o estatuto ajudou o país a concretizar uma cultura de direitos à saúde, alimentação, educação e formação profissional, entre outros pontos. Mas, principalmente direito à dignidade. Porém, para crianças e adolescentes em conflito com a lei ou em situação de risco, sobrou um sistema socioeducativo superlotado e sem condições de fazer uma reabilitação adequada.

Para Luis Carlos Martins Alves, secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o ECA é a maior e mais importante conquista para os direitos dessa população.

“Uma conquista civilizatória, com avanços no campo da saúde, da educação e com a queda da mortalidade infantil, por exemplo. O Estatuto traz dignidade. Porém, vivemos um momento delicado, com um aumento macabro dos números de casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Pedimos também que o Congresso discuta o que está em pauta no STF, que é a educação formal dos jovens em casa com a orientação dos pais e não mais sendo obrigatória nas escolas”, enumera Luis Carlos.

“Tivemos avançamos em políticas públicas e leis nesses 28 anos de Estatuto. Foi criada uma estrutura com os conselhos tutelares e os conselhos de direitos, tudo depois do ECA. Mas está acontecendo um processo de desconstrução rápido e veloz de tudo isso que foi conquistado. Até na vacinação conseguiram retroagir. Estamos vivendo um estado de exceção”, alerta Domingos Sávio Dresch da Silveira, procurador federal substituto dos Direitos do Cidadão.

Márcia Rocha, secretária-executiva do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, lembra que o país tem a mais alta taxa mundial de letalidade de crianças e adolescente. De acordo com ela, uma pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o Atlas da Violência, aponta que os brasileiros entre 15 e 29 anos são a faixa da população que mais corre risco de morte.

A promotora de justiça de Defesa da Infância e Juventude do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Luisa de Marillac Xavier lembra que, com o ECA, crianças e adolescentes passaram a ser sujeitos com direitos.

“São pessoas em desenvolvimento e com prioridade absoluta. Construímos nesse período uma rede, uma organização com princípios de funcionamento, na defesa, promoção e controle das políticas públicas. Mas não precisamos só de políticas públicas, também precisamos de ações. O aprendizado continua e temos que ter coragem para deixar de criminalizar nossas crianças e adolescentes”, afirma.

Também participou do debate Glicia Salmerón, do Comitê Nacional de Enfrentamento contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. “Não podemos deixar de admitir a importância do protagonismo juvenil. Eles, os jovens, é que sentem na pele a falta da garantia que o Estado não dá”.

***"crianças e adolescentes não devem estar no chão das ruas, mas no orçamento da União"***

O adolescente David Alves da Silva, de 15 anos, do Comitê de Participação de Adolescentes, reiterou em breves palavras a preocupação com três pontos discutidos na audiência. “Não queremos a redução da idade penal, o aumento do tempo de internação e mudanças Lei Jovem Aprendiz, que tira muitos jovens da marginalidade”, conclui o rapaz.

O encontro foi proposto pela deputada Erika Kokay (PT/DF).

“O desmonte nas políticas sociais para a criança é notório, e é imperativo que os representantes dos órgãos que formam o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente estejam permanentemente articulados para impedir esses retrocessos de direitos até então conquistados. Nossas crianças e adolescentes não devem estar no chão das ruas, mas no orçamento da União. E a lógica de diminuir a idade penal e aumentar o tempo de internação é punitivista, e só serve como desculpa para não fazer o que deve ser feito corretamente, que é cumprir a lei”, observa a deputada.

**O fim da inocência**

“Três frases bastam. É questão de segundos. O criminoso, o pedófilo, lança a isca na internet e traz a vítima para o mundo real. Quando os pais percebem, o filho está aliciado há tempos”. O alerta é de Cassiana Saad de Carvalho, da unidade de repressão aos Crimes de ódio e à pornografia infantil na internet da Polícia Federal. Ela pontua o modo de agir dos abusadores e exploradores sexuais de crianças e adolescentes. Um tipo de crime que cresce no Brasil. De 2016 a 2017 houve um aumento de dez por cento de denúncias no Disque 100. Foram 20.330 casos de abuso sexual atendidos nesse serviço gratuito de denúncias de violações de direitos humanos.

*Foto: Fernando Bola*

[](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/o-fim-da-inocencia/image/image_view_fullscreen)

Agora, o combate aos crimes de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes deve tomar também o rumo da prevenção. A Polícia Federal tem conseguido, através de investigações detalhadas, localizar tanto quem produz material pornográfico infantil, como quem consome e abusa.

“Desde 2016 atuamos na repressão de crimes da internet e conexos. São centenas de vítimas que conseguiram falar depois de anos de silêncio, porque desenvolvem uma barreira imensa para falar, viram mortos-vivos. Nossa preocupação muito grande é não só prender, mas salvar. Além de desenvolver a repressão, estamos entrando na área da prevenção. Mais que salvar, prevenir”, continua a delegada Cassiana Saad.

Esse trabalho de prevenção tem incluído palestras sobre os sintomas de quem é abusado em escolas e delegacias de polícia por todo país.

“Atuamos depois que o crime aconteceu. Mas com o aumento do número de casos, fomos atrás de pais e professores para que prestem atenção, resgatem a confiança e a importância da conversa entre pais e filhos”, esclarece a também delegada da Polícia Federal Rafaela Vieira.

Elas participaram da audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, realizada no dia 05/09, que discutiu um crime que põe, cada vez mais, ponto final nos sonhos de crianças e adolescentes brasileiros.

***Mais crimes, menos idade***

Todos que participaram do encontro apontaram a diminuição da idade das vítimas de abuso sexual. Hoje, esse crime é praticado até em crianças de três anos de idade.

Thiago Tavares, presidente da ONG SaferNet Brasil, apresenta dados assustadores.

“A internet é um reflexo da sociedade e esse espelho vai refletir o que somos. Em 2006 implantamos um canal internacional de denúncias para casos de racismo, discriminação por gênero e violência sexual, por exemplo. Em 12 anos foram 4 milhões de denúncias.  Localizamos 701.224 páginas na internet com conteúdo criminoso em diversos países. As denúncias envolvendo abuso sexual de menores chegou a um milhão e 500 mil nesse período. No Brasil, com a Operação Turko, em parceria com a Polícia Federal, tivemos 643 perfis rastreados em redes sociais e investigados no Brasil. Foram 250 prisões nos últimos três anos. As meninas são 83 por cento das vítimas e com idade entre 3 e 13 anos”, aponta Thiago.

Ele destaca ainda uma peculiaridade no país.

“No mapa global de hospedagem de sites com conteúdo pornográfico infantil, o Brasil responde por apenas um por cento. Mas em compartilhamento e divulgação desse conteúdo estamos entre os cinco maiores do mundo. Só em 2016 foram 50 mil casos envolvendo brasileiros”, ressalta.

Para Thiago, uma das vitórias contra o crime, é que 74 por cento das imagens compartilhadas são removidas até 72 horas depois da denúncia, graças a essa rede internacional de combate à pedofilia. A ONG criou ainda, um curso de educação à distância oferecido para educadores, com apoio das principais empresas de internet.

***Os números do Disque 100***

O relatório de 2017 do Disque 100, serviço de atendimento telefônico gratuito para denúncias de violações de Direitos Humanos, registrou 84.049 denúncias de violações contra crianças e adolescentes, dez por cento a mais do que em 2016. Muitas denúncias envolvem mais de um tipo de violação e mais de uma vítima. Os casos de violência sexual foram 20.330.

“As outras ligações estavam relacionadas a mais violações como: pornografia infantil, exploração sexual no turismo e estupro. E este anos, até junho, já foram registradas no Disque 100, 36.757 denúncias de violência contra crianças e adolescentes”, informa Solange Xavier, coordenadora de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos.

Ela acrescenta que o Brasil passou a fazer para de um acordo internacional voluntário adotado por órgãos de turismo como hotéis, secretarias e e agências. A rede de hotéis Accor já aderiu. A iniciativa pretende atuar principalmente em grandes eventos como o carnaval e obras que geram migração de trabalhadores.

Luciana Santana Reis, da Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente, critica a falta de estrutura e investimento para um trabalho eficiente na proteção de crianças e adolescentes.

“As redes de proteção estão desarticuladas, o sistema de garantias de direitos fragilizado e o próprio Disque 100 passou por um período de sucateamento. E isso leva ao descrédito da população. Política pública para o abuso a gente até acha, mas para a exploração sexual, não. Os Centros de Defesa tentam sobreviver um dia após o outro. Tem casos que perduram anos, as vítimas precisam de psicoterapia por muito tempo e não conseguimos atender. E outro ponto, as fronteiras estão aí, e tem a imigração que não estávamos preparados para lidar”, pondera.

***Unicef apresenta documento com propostas para os candidatos nas eleições***

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) apresentou, durante o encontro, um documento que está sendo entregue a todos os candidatos dessa eleição. São desafios para a agenda eleitoral.

Os pontos são a superação da pobreza em suas múltiplas dimensões, a redução da violência contra crianças e adolescentes, promoção de uma educação de qualidade, garantia da saúde e do direito à vida a todas as crianças, oferta de uma alimentação saudável e a efetivação do direito à participação de crianças e adolescentes.

Florence Bauer, representante do UNICEF no Brasil, aponta situações que resultaram nessas sugestões.

“Em cada dez crianças brasileira, seis vivem em situação de pobreza. Trinta e um adolescentes são assassinados a cada dia, o maior índice do mundo. A maioria, negros. Precisamos do fim impunidade, de escolas que valorizem mais os professores tornem o ensino mais atrativo. São 3 milhões de crianças e adolescentes fora da escola. E voltamos a enfrentar o aumento da mortalidade infantil. O Brasil, que já foi exemplo em vacinação agora vê doenças voltarem”, observa Florence.

A audiência pública foi proposta pelo presidente da CDHM, deputado Luiz Couto (PT/PB) e coordenada pela deputada Erika Kokay (PT/DF).

“As crianças os adolescentes têm prioridade orçamentária. As denúncias são feitas, mas as vítimas não recebem atendimento. É preciso ter respostas.  Me lembro de um caso que tomei conhecimento no Nordeste. Uma menina de foi abusada aos 11 anos e aos 13 ainda aguardava atendimento de qualquer tipo. As estruturas estão precárias, das delegacias aos Creas.  Nada é feito pelo que foi falado. E as crianças falam com o corpo, com o silêncio ou com as lágrimas. Houve uma naturalização do abuso e da exploração sexual de crianças e adolescentes. E isso é um nível de crueldade que arranca a inocência e a vida”, conclui Erika.

***Como identificar***

A Childhood Brasil, organização que trabalha na proteção da infância através do enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes, coloca 10 pontos para identificar possíveis sinais de abuso sexual infanto-juvenil.  A criança deve levada para uma avaliação especializada se apresentar algumas dessas características.

**Mudanças de comportamento**: O primeiro sinal é uma possível mudança no padrão de comportamento da criança, como alterações de humor entre retraimento e extroversão, agressividade repentina, vergonha excessiva, medo ou pânico. Essa alteração costuma ocorrer de maneira imediata e inesperada. Em algumas situações a mudança de comportamento é em relação a uma pessoa ou a uma atividade em específico.

**Proximidades excessivas**: A violência costuma ser praticada por pessoas da família ou próximas na maioria dos casos. O abusador muitas vezes manipula emocionalmente a criança, que não percebe estar sendo vítima e, com isso, ganha confiança fazendo com que ela se cale.

**Comportamentos infantis repentinos**: É importante observar as características de relacionamento social da criança. Se o jovem voltar a ter comportamentos infantis, que já havia abandonado, algo pode estar errado. A criança e o adolescente sempre avisam, mas na maioria das vezes não de forma verbal.

**Silêncio predominante**: Para manter a vítima em silêncio, o abusador costuma fazer ameaças de violência física e mental, além de chantagens. Também usam presentes, dinheiro ou outro tipo de material para ter uma boa relação com a vítima. É essencial explicar à criança que nenhum adulto ou criança mais velha deve manter segredos com ela que não possam ser compartilhados com pessoas de confiança, como o pai e a mãe, por exemplo.

**Mudanças de hábito súbitas**: Uma criança vítima de violência, abuso ou exploração também apresenta alterações de hábito repentinas. Sono, falta de concentração, aparência descuidada, entre outros, são indicativos de que algo está errado.

**Comportamentos sexuais**: Crianças que apresentam um interesse por questões sexuais ou que façam brincadeiras de cunho sexual e usam palavras ou desenhos que se referem às partes íntimas podem estar indicando uma situação de abuso.

**Traumatismos físicos**: Os vestígios mais óbvios de violência sexual em menores de idade são questões físicas como marcas de agressão, doenças sexualmente transmissíveis e gravidez. Essas são as principais manifestações que podem ser usadas como provas à Justiça.

**Enfermidades psicossomáticas**: Unidas aos traumatismos físicos, enfermidades psicossomáticas também podem ser sinais de abuso. São problemas de saúde, sem aparente causa clínica, como dor de cabeça, erupções na pele, vômitos e dificuldades digestivas, que na realidade têm fundo psicológico e emocional.

**Negligência**: Muitas vezes o abuso sexual vem acompanhado de outros tipos de maus tratos que a vítima sofre em casa, como a negligência. Uma criança que passa horas sem supervisão ou que não tem o apoio emocional da família estará em situação de maior vulnerabilidade.

**Frequência escolar**: Observar queda injustificada na frequência escolar ou baixo rendimento causado por dificuldade de concentração e aprendizagem. Outro ponto a estar atento é a pouca participação em atividades escolares e a tendência de isolamento social.

***Como denunciar***

**-**Disque Direitos Humanos, ligue 100, funciona todos os dias 24h**.**

**-**Pela internet no [**www.disque100.gov.br**](http://www.disque100.gov.br/)**,** depois clicar em uma janela, preencher um formulário indicando o endereço do site que tem pornografia infantil. A denúncia é anônima.

**-**0800 970 11 70 no “Alô vida”

- Polícia Militar

- Delegacia da Criança e do Adolescente

- Delegacia da Mulher

- Conselhos Tutelares

**Mentes perigosas**

O título acima é também do livro escrito pela psiquiatra Ana Beatriz Barbosa Silva sobre a sociopatia, também chamada de psicopatia ou transtorno de personalidade antissocial. São pessoas que não conseguem ver o “outro”, têm total indiferença, não conseguem olhar as outras pessoas como alguém que merece respeito e muito menos respeitam os direitos alheios. “Os psicopatas são minoria no mundo, mas o poder de estrago é enorme. Não só de crimes graves, de morte, mas também de corrupção. Querem status, diversão e poder. Estão em todas as profissões, médicos, políticos.. Para eles, mentir é fácil. Difícil é dizer a verdade”, afirma a médica.

*Najara Araujo/Câmara dos Deputados*

[](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/mentes-perigosas/image/image_view_fullscreen)

Ana Beatriz participou da audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, no dia 17/10, sobre esse tipo de comportamento e as consequências na violação dos direitos dos cidadãos.

“Psicopata não tem culpa, só de deixar rastros. Não fica deprimido, apenas frustrado. Mente olhando nos olhos com muita tranquilidade. Porque o casal Nardoni jogou a filha pela janela? Porque Susane Von Richthofen planejou a morte dos pais? Perversidade”, exemplifica.

A doença pode ter início ainda na infância ou na adolescência e continuar para sempre. Segundo os especialistas, de 3 a 15 por cento da população mundial é composta de psicopatas, e eles reincidem na criminalidade três vezes mais que bandidos comuns.

“O psicopata tem um hipofuncionamento do sistema límbico, onde são processados os afetos do ser humano. Uma forma de identificar é o uso da Escala de Hare, um dos métodos mais conhecidos no mundo todo. São vinte questões, onde são dadas notas de 0 a 2. Queremos que esse teste seja usado no sistema penitenciário brasileiro, onde hoje temos 20% de sociopatas junto com os outros 80% de presos comuns, e eles são responsáveis por mais de 50% dos crimes graves”, explica Ana Beatriz. A psiquiatra defende a separação desses presos para ajudar na recuperação.

A Escala de Hare foi criada em 1991 pelo psicólogo canadense Robert Hare. O método avalia e diagnostica os graus de psicopatia de uma pessoa e identifica os critérios hoje universalmente aceitos. Apenas no ano 2000 Escala Hare PCL-R (Psyco­­pa­­thy Checklist Revised) foi traduzida e validada no Brasil.

***“Narconação”***

Tanto Ana Beatriz como a médica Hilda Morana, coordenadora do Departamento de Psiquiatria Forense da Associação Brasileira de Psiquiatria, afirmam que o sistema penitenciário brasileiro é dominado pelo crime organizado e pelas facções do narcotráfico, comandadas por sociopatas.

“O psicopata é um mostro, alguém que não desenvolveu o caráter. Tem o corporativo, o que está nas empresas, escolas, aqui no Congresso. Esses podem não matar, mas o mal que fazem é imenso. Mentem no currículo e fazem uma rede de intrigas. Já as nossas cadeias são comandadas por chefes do narcotráfico. Mandam nos secretários de Segurança e na vida do lado de fora das penitenciárias, Marcola e Fernandinho Beira-Mar são exemplos disso. Vivemos numa narconação”, conclui Hilda.

***Banalização da violência***

A psicóloga Juliana Ferreira da Silva, do Conselho Federal de Psicologia, faz outra abordagem.

“Não referendamos a categoria de 'monstro'. O que acontece é uma naturalização de características pessoais importadas de outros países. Ninguém é destinado ao crime, o que temos são pessoas que, por vários motivos desviaram da ordem socialmente construída.  Esse discurso da monstruosidade, da psicopatia, desconsidera a ordem social. No Brasil, até os negros já foram considerados monstros, inaptos para a vida social, para a educação. Mulheres que queriam se separar dos maridos já foram trancafiadas em hospícios. O crime que mais manda para cadeia é o furto, a nossa sociedade dá cada vez mais valor ao patrimônio que para a vida. Além disso, nossa justiça é seletiva. Oitenta por cento de quem reincide no crime não têm ensino fundamental. A psicologia brasileira não está aqui para dizer quem existem pessoas que merecem mais do que outras irem para a cadeia. Não existe ninguém diferente da gente”, pondera a psicóloga.

Juliana destaca ainda o tempo de ódio vivido no país. “Hoje, os conflitos são resolvidos através da violência. Brigas em acidentes de trânsito, briga de bar, motivados pelo ódio. Estamos abrindo mão de um modo de vida societário, estão banalizando a tortura, a violência e a violação dos direitos humanos”.

O psicólogo e policial militar Astronadc de Moraes defende a qualificação das policias para enfrentar a violência.

“Existe uma onda violenta no mundo todo para o mal vencer o bem. Nessas eleições estamos vivendo isso. Candidatos incentivam a violência e o desrespeito entre os brasileiros. Precisamos de uma reforma e modernização das polícias, para que funcionem de forma humana e promovam transformações”, considera.

Vinícius Monteiro de Barros, defensor público federal, esclarece que todo tipo de conduta criminal deve tipificado no Código Penal.

“Na legislação brasileira existem três possibilidades que a lei oferece para delitos cometidos por psicopatas: responsabilidade total; responsabilidade atenuada; e isenção de responsabilidade. Nessa última opção, o psicopata é considerado doente mental, com anomalia estrutural da personalidade, e deve ser encaminhado a um hospital psiquiátrico ou ao chamado manicômio judicial. Nossos presídios são universidades do crime” explica Vinícius.

***O perigo perto do poder***

Para o deputado Adelmo Leão (PT/MG), o psicopata deve ser tratado como um ser humano, mesmo com todos os problemas que tiver.

“Temos que seguir uma lógica humanista. O grande desafio agora é diminuir o estrago que eles possam causar, já que temos sociopatas em posições de poder e, dessa forma, podem influenciar no nosso presente e futuro”.

“O indivíduo adulto com o chamado transtorno da personalidade antissocial tem como características principais o engodo e a manipulação. Um padrão de comportamento repetitivo e persistente, com a violação dos direitos básicos dos outros”, explica o deputado Luiz Couto (PT/PB), presidente da CDHM e que pediu a realização do debate.

Luiz Couto alerta para o perigo que essa doença representa. “As pessoas com esses transtornos são responsáveis por violações de direitos alheios, além de tortura física e mental e até assassinatos. Vivemos em uma sociedade que se baseia no lucro. O psicopata é um predador, um destruidor. Nossa sociedade está ficando desumana, desumanizante e desumanizadora. Na política, sociopatas podem estar muito bem escondidos em suas personalidades acima de qualquer suspeita”, conclui Luiz Couto.

***Como identificar***

De acordo com a Escala de Hare, as principais manifestações para identificar um sociopata são boa lábia, ego inflado, reação estourada, sede por adrenalina, impulsividade, falta de culpa, sentimentos superficiais, comportamento antissocial, falta de empatia, má conduta na infância e irresponsabilidade. O diagnóstico só pode ser feito por profissionais especializados.

**Uma pastoral de risco**

Há 30 anos era criada na Paraíba, a Comissão Pastoral da Terra Nordeste 2. Hoje, no mesmo estado, essa CPT contabiliza 320 assentamentos da reforma agrária onde vivem 17 mil famílias, num total de 98 mil pessoas. Mas, nesse caminho, mulheres e homens trabalhadores rurais foram vítimas de violência, despejos e até assassinatos. Nos últimos anos, 29 foram mortos na Paraíba em conflitos agrários. Essa trajetória de lutas, vitórias e perdas também aconteceu nos outros três estados que formam a CPT Nordeste 2: Alagoas, Rio Grande do Norte e Pernambuco.

*Foto: Fernando Bola*

[](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/uma-pastoral-de-risco/image/image_view_fullscreen)

Para contar e lembrar essa história, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados realizou, no dia 31/10, uma audiência pública. São relatos de uma resistência que começou ainda na época do Brasil Colônia.

“Ainda hoje encontramos na região formas de produção do período de colonização, porque foi lá que tudo começou. Os grandes latifúndios, o trabalho escravo e a agricultura voltada só para exportação. E é nessa região cheia de contradições que fazemos nosso trabalho, que começou nos anos 70 e 80, quando ajudamos na retomada dos sindicatos que haviam sido tomados pelos militares. Logo depois, em 1980, a primeira ocupação de terra ainda sob resquícios da ditadura militar. De lá para cá, surgiu o MST e hoje atuamos também junto das populações tradicionais como quilombolas, pescadores artesanais, indígenas, posseiros e pequenos proprietários sem o título de posse”, conta Jose Plácido da Silva Júnior que é coordenador da CPT Nordeste 2 em Pernambuco.

José Plácido destaca que o desafio atual é enfrentar a força do poder privado na fruticultura. “Secularmente temos o poder dos empresários e do outro lado o poderio do Estado, que executa despejo, manda prender trabalhador e financia as empresas que empurram o agronegócio. As transformações não veem do planalto, mas da planície, no trabalho de base”, conclui Plácido.

Ele sugere, ainda, que todos os débitos das usinas da região junto ao estado e à União, sejam arrecadadas em terras para promover a reforma agrária.

Antônio Nilton Bezerra Júnior, coordenador da CPT Nordeste 2 do Rio Grande do Norte, lembra que a instituição surgiu em um momento conturbado, onde camponeses sofriam muita perseguição com os resquícios da ditadura militar.

“Foi na diocese de Mossoró, região oeste do estado, que concentra o maior número de famílias assentadas, que tivemos o primeiro apoio para o nosso trabalho. Uma região até hoje disputada por causa da qualidade da terra e muita água subterrânea. Lá, conseguimos construir um modelo produtivo a partir das comunidades camponesas com a agroecologia e na convivência com o semi árido. Porém, agora essa região, maior produtora de mel de abelha e caprinocultura, corre o risco de desaparecer por causa da atuação das grandes empresas frutíferas, que usam agrotóxicos na produção. Um estudo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte mostra que a incidência de câncer aumentou. Se nos anos 90 houve a luta pela terra, agora é pela permanência e também no zelo pela água também, que corre o risco de ser contaminada justamente por esse modelo de produção”, alerta Antônio Nilton.

**“Corre muito sangue naquelas terras”**

José Carlos da Silva Lima, que coordena a CPT Nordeste 2 em Alagoas, ressalta que o Nordeste é um espaço de resistência e de luta no país.

“Alagoas era um canavial, onde 80 por cento área era voltada para a produção da cana de açúcar. Terras usadas de forma irregular por propriedades particulares. Lembro que fizemos oficinas para quebrar o medo e, numa delas, uma mãe contou que o filho, criança, voltou para a casa brincando com um braço. E era um braço de gente encontrado no canavial, onde matavam e largavam os corpos dos trabalhadores. Um povo trabalhador silenciado pelo poder. Muitos foram mortos porque optaram pela luta agrária. Os senhores de engenho foram sucedidos pelos usineiros. E no sertão ainda sobrevive o coronelismo. Alagoas é sangrenta, corre muito sangue naquelas terras”, denuncia José Carlos.

***29 mil conflitos dos anos 80 até hoje***

Para Tânia Maria de Sousa, coordenadora da CPT Nordeste 2 na Paraíba, o trabalho é uma “pastoral de risco”.

“Surgimos num momento muito difícil com a expulsão de posseiros das terras. Hoje somos 10 equipes nos quatro estados para apoiar o povo camponês. São famílias que conquistaram suas terras, com escola, estrada, e produção agroecológica. Temos 40 feiras de agroecológicos em todo o estado. Essas equipes trabalham de acordo com as demandas de cada região. Seja na produção, com mulheres e com juventude camponesa, por exemplo”.

Irmã Jeane Bellini, da Executiva Nacional da CPT, lembra que a Comissão foi criada em 1975 pelos bispos da Amazônia para combaterem a expulsão de famílias de posseiros e o trabalho escravo de nordestinos, que eram levados para lá.

“A CPT é ecumênica e assume a feição de cada região, é a metodologia do trabalho popular, indo ao encontro das comunidades. Não importa a religião, o que conta é querer ajudar quem precisa. Seja os atingidos por barragens ou agricultores sem terra. Procuramos vias de participação popular, não como porta voz, mas como apoio. Também temos um levantamento único no país, com o registro dos conflitos agrários. Foram 29 mil casos de conflitos dos anos 80 até hoje. Também ajudamos na construção de conceitos importantes para a produção de conhecimento. Hoje são quase 20 categorias de pessoas que vivem do campo, quebradeiras de coco, seringueiros e muitos mais”, conta a religiosa.

“Sou filho da CPT, fundador da Comissão junto com leigos, religiosos e bispos. Tenho muito orgulho em ser formado e gestado dentro dessa Comissão. Assim como na Bíblia, a CPT acolhe quem está à margem, os que sofrem e principalmente os deserdados da terra. Acompanhei muitos despejos, violência, mulheres massacradas, trabalhadores assassinados. O meu chão é a luta pela terra”, testemunha o deputado estadual Frei Anastácio (PT/PB).

Para o presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, Luiz Couto (PT/PB), a Comissão Pastoral da Terra tem uma “mística” que fortalece a luta do dia a dia.

“Não podemos perder o sentido da indignação, como a cidadã. Temos que reagir. Temos que acender luzes nesse ambiente de trevas que o país está vivendo e reunir forças para reafirmar nossos compromissos. Essa audiência pública é para homenagear e agradecer a CPT. A reforma agrária foi um trabalho da CPT e dos movimentos sociais e não de cima para baixo.

**Direitos Humanos para imigrantes e refugiados no Brasil**

De acordo com a Agência das Organizações das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), o ano de 2017 teve o maior número de pedidos de refúgio no Brasil. No total, 33.866 pessoas solicitaram o reconhecimento da condição de refugiado nesse ano. Os venezuelanos representam mais da metade dos pedidos realizados, com 17.865 solicitações. Na sequência estão os cubanos (2.373), os haitianos (2.362) e os angolanos (2.036). Também em 2017, o Brasil reconheceu 10.145 refugiados de diversas nacionalidades. Já no que diz respeito à imigração, o IBGE calcula que, até o final de 2018, mais 9,7 mil venezuelanos imigrem para o Brasil. Ainda de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística o Brasil deve chegar em 2022 com cerca de 79 mil imigrantes do país vizinho.

*Divulgação/Internet*

[](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/direitos-humanos-para-imigrantes-e-refugiados-no-brasil/image/image_view_fullscreen)

Para debater a situação da política que regula a admissão e permanência desses estrangeiros no Brasil, e qual a relação dela com a garantia de preservar os direitos humanos, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM) realizou, no dia 07/11, uma audiência pública.

“Temos que lembrar que a situação dessas pessoas é de total vulnerabilidade, sem moradia adequada, sem acesso à políticas de saúde, educação e saneamento e ao mercado regular de trabalho. E isso fere totalmente os direitos humanos básicos. E o Estado Brasileiro ignora convenções internacionais que envolvem o tema”, argumenta o deputado Luiz Couto (PT/PB), presidente da CDHM.

A Lei 9.474 de 1997, chamada Lei de Refúgio, avalia as motivações de um pedido de refúgio e leva em consideração as condições políticas do país de origem do refugiado. Luiz Couto é o relator Projeto de Lei 844 de 2011 que prevê mudanças na Lei de Refúgio e que tramita na Câmara.

“Um pedido de refúgio requer urgência em sua apreciação e uma ação imediata do Estado, oferecendo proteção ao solicitante. Fui o relator desse PL e rejeitei porque inverte a lei vigente, coloca em primeiro lugar a extradição, se sobrepondo à a concessão da condição de refugiado, que tem como fundamento a proteção da vida e o respeito aos direitos humanos que são inalienáveis”, afirma o presidente da CDHM.

***Mais números***

Os sírios representam 35% da população de refugiados com registro ativo no Brasil. Os dados foram divulgados pelo Ministério da Justiça na 3ª edição do relatório Refúgio em Números. Do total, 52% moram em São Paulo, 17% no Rio de Janeiro e 8% no Paraná.

Os estados com mais pedidos de refúgio são Roraima (15.955), São Paulo (9.591) e Amazonas (2.864), segundo dados da Polícia Federal.

O Atlas Temático Observatório das Migrações em São Paulo, da Universidade Estadual de Campinas, apresentado em abril deste ano, mostra que, dos 5.570 municípios brasileiros, 3.432 tiveram ao menos um registro de imigrante internacional, como boliviano, haitiano e, mais recentemente, cubano e venezuelano, entre 2000 e 2015.

Esses fluxos de imigrantes contribuem para criar novos padrões da migração internacional em todo país.

***Audiência pública***

Devem participar da audiência representantes dos Ministérios da Segurança Pública e dos Direitos Humanos, Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, Conselho Nacional dos Direitos Humanos, Defensoria Pública da União, Comitê Nacional para Refugiados e da Agência das Organizações das Nações Unidas para Refugiados .

**Fé sem censura**

O Brasil é um Estado laico desde a Constituição de 1891, ou seja, não pratica uma religião oficial. Cada cidadão tem garantida a liberdade de consciência e de crença, o livre exercício dos cultos religiosos, além da proteção aos locais de culto e a suas liturgias. É o que prevê o artigo 5º da Constituição de 1988, de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

*Arte: Câmara Legislativa do Distrito Federal*

[](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/fe-sem-censura/image/image_view_fullscreen)

Nosso país tem diversas formas de adesão religiosa, com origem nas diversas matrizes indígenas, europeias e africanas. O exercício religioso é extremamente diversificado.

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM), promoveu nos últimos 4 anos uma série de audiências públicas sobre o tema. Também, em 2017, tomou providências junto à Procuradoria-Geral da República solicitando informações sobre ações para combater e investigar atos de violência contra lideranças religiosas de matriz africana, mas não obteve resposta até hoje.

Para acompanhar a situação atual sobre o respeito à diversidade religiosa e a laicidade nos órgãos públicos, a CDHM realizou, no dia 13/11**,** uma audiência pública.

“Os órgãos públicos precisam estar atentos, não apenas do ponto de vista emergencial, mas com um plano que assegure a liberdade religiosa. A ação estatal deve prevenir, investigar e combater as diversas formas de violência e intolerância religiosa. Queremos que o serviço público tenha um olhar multifacetado, nas vivências cotidianas e no diálogo com a população, em especial com os mais vulneráveis”, pondera o deputado Luiz Couto (PT/PB), presidente da CDHM e que pediu a realização dom debate.

***Denúncias***

Entre as denúncias recebidas pela CDHM, está o caso da  líder quilombola Maria Bernadete Pacífico, seguidora do candomblé que, ao ser homenageada com o título de cidadã do município na Câmara de Vereadores de Simões Filho (BA), foi presenteada com uma bíblia e vaiada. A CDHM oficiou as autoridades locais pedindo informações sobre esse ato de discriminação.

A Comissão também mandou ofício ao Secretário de Segurança Pública de Minas Gerais para averiguar a conduta omissa da polícia, chamada para investigar caso de depredação de terreiro de umbanda na cidade de Mário Campos. E, em 2016, diligenciou, em Goiás, para averiguar um incêndio criminoso em um terreiro de candomblé.

“É fundamental que os três Poderes da República estejam comprometidos com os mandamentos constitucionais que asseguram a liberdade religiosa, a proteção aos locais de culto, a diversidade cultural e social, a laicidade estatal, e nos direitos humanos na concepção mais ampla. As violações e a discriminação continuam e devem ser debatidas”, afirma Luiz Couto.

Devem participar da audiência pública representantes do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil, do Santo Daime, do Budismo, da Assembleia Nacional Bahá’i e de religiões de matriz africana.

**Intolerância política x democracia**

A Organização Não Governamental SaferNet Brasil fez durante as últimas eleições, um levantamento através de denúncias na hotline da empresa, sobre denúncias de violação dos direitos humanos no período de 17 de agosto a 28 de outubro. Foram 39.316 denúncias envolvendo racismo, xenofobia, LGBTfobia e violência contra a mulher. Em relação às eleições de 2014 o aumento em todos esses tipos de denúncia passou dos 100 por cento.

*Will Shutter/Câmara dos Deputados*

[](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/intolerancia-politica-x-democracia/image/image_view_fullscreen)

“Se considerarmos os 4 dias seguintes ao final do segundo turno, o total passa de 40 mil denúncias. O que estamos vivendo é uma desordem informacional. E tudo começa na falta de educação e acesso à informação de verdade, não a falsa. O Brasil tem 160 milhões de usuários de internet. Deste total, 60 por cento usam pacotes de franquias pré-pagos. Ou seja, quando sai do whatsapp gratuito oferecido pela operadora, para checar a veracidade de alguma informação, são consumidos dados e o pacote acaba. Então, são milhões de pessoas compartilhando informações que, muitas vezes, não são verdadeiras”, explica Thiago Tavares, que é presidente da SaferNet Brasil.

Thiago foi um dos participantes de uma audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM), realizada no dia 28/11, sobre crimes relacionados à intolerância política.

Ele afirma que, já nas eleições de 2012 e 2014, houveram ondas de mensagens incentivando a violência através das redes sociais. Tanto que, este ano, enviou ao Tribunal Superior Eleitoral vinte e duas recomendações para evitar a propagação de mensagens violentas ou as chamadas “fake news”.

“Desde que começamos a atuar no Brasil, em 2005, já recebemos cerca de 4 milhões de denúncias, mais de 700 mil páginas foram denunciadas e conseguimos remover 246 mil páginas da internet. Do total de denúncias, mais de 2 milhões estão relacionadas a crimes de ódio. Como 28 por cento envolvendo racismo e 69 por cento, violência contra mulheres”, informa.

***Das ruas para o virtual***

Déborah Duprat, procuradora federal dos Direitos do Cidadão, afirma que ficou surpresa com a proporção que esse tipo de crime tomou nas eleições.

“ São violências de todos os tipos, não só nos corpos, mas também nas palavras. Uma das análises que faço muito rapidamente, é que um dos grandes problemas que causaram essa onda, está na reforma eleitoral. Houve uma higienização das campanhas eleitorais. Não pode show, não pode certo tipo de comício ou santinho. Tiraram o debate das ruas, onde tudo pode ser dito sem subterfúgios e com direito à defesa na hora, para as discussões no espaço virtual onde as pessoas ficam invisíveis e escondidas. O contrário das ruas onde tudo é visível, frente a frente”, pondera Déborah.

A procuradora defende que os atos devem ser investigados e punidos. Mas sem a ideia punitivista de que tudo é crime no direito penal. “Temos que cobrar do judiciário. Todos fomos pegos num cenário pouco conhecido e que isso sirva para nos tornarmos mais fortes e, consequentemente, uma democracia também mais resistente”.

***“As minorias que se adaptem”***

Everaldo Bezerra Patriota, presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, sugere uma reorganização das forças democráticas.

“Em 1988 construímos um novo contrato social através da Constituição, com o foco principal na garantia dos direitos dos cidadãos. Porém, um discurso de intolerância, liderado pelo principal mandatário eleito, tornou a sociedade doente. Diga-se de passagem, um discurso admitido pelo Supremo Tribunal Federal. Junte a isso a demonização da classe política que, mesmo com todos os problemas, é a nossa cara. Mas o resultado das urnas está aí. Direitos humanos não são de esquerda nem de direita, são uma conquista civilizatória”, dia Everaldo.

“E para esse novo governo eleito e grande parte do Congresso, as minorias que se adaptem. Se é gay, que procure uma ‘cura’. Se é índio, que se aculture. Se é negro, clareie a pele. A escola não é mais para ensinar a pensar. Não se pode mais nada. A matriz do pensamento é a negação da liberdade. Se isso não for freado, vamos viver em guetos. Temos que cobrar dos eleitos o respeito à Constituição. E não é só jurar na hora da posse. Tempos difíceis e tenebrosos vêm pela frente, mas nós sobreviveremos”, alerta Patriota.

***O retorno de Saturno***

“Foram criados conflitos em arenas virtuais. Grupos de famílias e amigos se dividiram e atingiram níveis preocupantes. A dimensão que isso vem tomando é alarmante. E tudo isso coincide com os 30 anos da Constituição. É um verdadeiro desafio esse ‘retorno de Saturno”. Não precisamos reinventar a roda, mas voltar às nossas bases legais. É o momento de valorizar tudo que já existe, que já conquistamos. Não vamos aceitar a institucionalização da intolerância patrocinada pelo Estado”, coloca Eduardo Nunes de Queiroz, procurados da Defensoria Pública da União.

Para os astrólogos, o “retorno de Saturno” é quando estamos perto desta data de fazer 28, 29 ou 30 anos. Essa fase é marcada por uma pressão para que tenhamos estrutura. É como se fosse a hora que ficamos adultos mesmo e que realmente começamos a perceber o que queremos na nossa vida e o que não queremos mais. E principalmente a vida em si começa a nos impulsionar para deixarmos de lado algumas posturas e comportamentos que não cabem mais na nossa vida.

Gilberto dos Santos, do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, defende que foram abertos diversos espaços para um bom combate.

“Nessa guerra virtual e também real, com a morte de pessoas, houve desde a absurda divulgação de um suposto kit gay até o assassinato de uma mulher trans em São Paulo. É inegável o clima de violência contra mulheres, LGBTs, negros, índios e quilombolas. Ataques que ganharam guarida no discurso do candidato vencedor à Presidência e que repercutiram na sociedade brasileira. O discurso do governo eleito legitima e a impunidade é como se fosse um carimbo autorizando a violência”, afirma.

***Relatório da CDHM***

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias elaborou um minucioso relatório sobre os casos de violência envolvendo a intolerância política nas últimas eleições e que vai ser encaminhado à Comissão Interamericana dos Direitos Humanos e a Organização das Nações Unidas. O documento traz números e a descrição de casos de violência.

“Os direitos humanos sempre foram muito mal conceituados no coração e na mente da nossa população,seguindo conceitos elitistas. A CDHM sempre foi uma trincheira da defesa desses direitos para todos. Não podemos perder a esperança da ousadia, além da indignação e da coragem. Medo a gente tem, mas não usamos”, afirma o deputado Luiz Couto (PT/PB), presidente da CDHM.

“As instituições democráticas, inclusive esta Câmara dos Deputados, não podem se render às forças que denigrem a dignidade humana. Temos que discutir medidas eficazes contra a agressão a direitos, mediante ofensas, discriminação, ameaças ou mesmo violência física. Por causa disso fizemos debate. Precisamos fortalecer nossa democracia”, conclui Luiz Couto.

**Participantes de audiência pública alertam para tempo de combate e resistência**

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM) realizou, no dia 21/11, uma audiência pública para avaliar os rumos e perspectivas da democracia brasileira e dos direitos humanos para 2019, a partir da posse do novo presidente eleito. O debate avaliou ideias para a assegurar a continuação do exercício democrático num cenário de possíveis crises, sejam políticas, econômicas ou sociais.

*Cleia Viana/Câmara dos Deputados*

[](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/participantes-de-audiencia-publica-alertam-para-tempo-de-combate-e-resistencia/image/image_view_fullscreen)

“A luta pelos direitos humanos e pela democracia é, historicamente, feita em cima de situações de exclusão no nosso país. A sociedade brasileira é, desde o começo, pela exclusão. Seja do direito à terra, aos serviços de saúde ou à educação”, analisa Eduardo Nunes de Queiroz, defensor Nacional dos Direitos Humanos na Defensoria Pública da União.

Ele observa ainda que, atualmente, desde 2016 o Estado tem retrocedido na seguridade social da população.

“Um exemplo é a revisão do sistema previdenciário que está a caminho. A vida dos cidadãos é cada vez menos respaldada pelo Estado. Um exemplo é a Emenda Constitucional 95 de 2016, que prejudicou ainda mais a população. Além de desmontes como o da Funai e do Incra. Uma desestruturação de todo aspecto social do país e até dos direitos de manifestação e de resistência. Criminalizar a liberdade de expressão e também propor um Estado mínimo em todos os setores não é um horizonte promissor”, diz.

Mas Eduardo tem sugestões para enfrentar tempos difíceis.

“Estamos criando grupos para criar formas de colaboração. Não há instituição que vá conseguir lidar sozinha com tudo isso, sejam as Procuradorias ou Comissões de Direitos Humanos, teremos que atuar em formato de rede. E temos que lembrar que direitos humanos são uma obrigação do Estado brasileiro, cumprindo acordos internacionais. O Brasil não está isolado dos compromissos internacionais”, afirma.

Para Mario Teixeira, secretário de Assuntos Jurídicos da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, a população brasileira está vivendo momentos de sobressalto.

“Sempre defendemos o Estado inclusivo, seja de qualquer campo ideológico. Mas estamos perto de começar a viver um Estado de exclusão, que quer trazer de volta várias formas de discriminação. Também estamos assistindo demissões em massa. O governo eleito tem um programa completamente contrário aos direitos conquistados. A começar pela desregulamentação das relações de trabalho e criar uma quase informalização total dessas relações. Sugerimos que eventos como essa audiência pública devam se repetir várias vezes no ano que vem, para que possamos trazer mais pessoas para elaborar formas de resistência a tudo isso que está se formando”, observa Mario Teixeira.

***Cenário de combate e combatentes***

“Está se formando um cenário de bastante combate, principalmente na área de segurança pública por causa das propostas punitivistas, com a mudança da maioridade penal e o armamento da população. E sabemos que essas atitudes vão atingir principalmente as populações mais vulneráveis”, contextualiza Silvia Souza, Assessora de Advocacy da Conectas, uma organização não governamental brasileira sem fins lucrativos e criada para promover os direitos humanos e efetivar o Estado Democrático de Direito.

“Mas se tem combate, vamos ser combatentes. A democracia não acaba no pleito eleitoral, mas na construção diária da cidadania. Temos que exigir que a Constituição seja cumprida e não podemos nos curvar a qualquer governo autoritário”, afirma Silvia.

***Resistência***

“Individualmente ninguém vai conseguir nada. Em momentos de crise, precisamos debater propostas que envolvam e fortaleçam a democracia e os direitos humanos. Estamos diante de uma situação onde direitos e aspirações fundamentais do povo brasileiro estão correndo riscos. É preciso reagir. Não podemos ficar parados e lamentando. Mas a reação não pode ser individual e sim um conjunto de forças, uma profunda resistência”, afirma o presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, deputado Luiz Couto (PT/PB).

**Trabalhadores e especialistas sugerem cautela do Estado nas privatizações**

O processo de desestatização de empresas públicas iniciou no começo da década de 90, durante o governo do então presidente da República Fernando Collor de Melo, e continuou nos governos seguintes de Fernando Henrique Cardoso. Foi criado, na época, o Programa Nacional de Desestatização (PND), que alterou as estruturas, condicionou interesses aos processos de privatização e provocou a precarização do trabalho. A iniciativa incluía ainda os chamados Programas de Demissão Voluntária.

[](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/trabalhadores-e-especialistas-sugerem-cautela-do-estado-nas-privatizacoes/image/image_view_fullscreen)

*Foto: Vinícius Loures/Câmara dos Deputados*

 “Uma série de demissões arbitrárias tomou conta do Brasil,  em conjunto a instauração da Proposta de Emenda Constitucional 173 de 1995 que, por sua vez, deu origem a Emenda Constitucional 19 de 1998, onde há um artigo que não se responsabiliza pelo Acordo Coletivo previsto na Constituição Federal que trata também as demissões coletivas, e deixa claro que é crime hostilizar o trabalhador público concursado, que é assediado moralmente no ambiente de trabalho, sendo coagindo para que se demita com ou sem incentivos”, esclarece o deputado Luiz Couto (PT/PB), presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM).

Para discutir o Programa e defender o Projeto de Lei 3846 de 2008, em tramitação no Congresso, a CDHM promoveu, no dia 22/11, uma audiência pública. O PL, que está pronto para votação em plenário, é do ex-deputado federal Acélio Casagrande (PMDB/SC).

O PL propõe reparar eventuais injustiças cometidas aos empregados das empresas públicas que foram extintas, dissolvidas ou transformadas através da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990. Desde então, os empregados das empresas públicas que foram extintas não têm direito de pleitear a concessão de anistia, e pedir ao governo federal retorno ao posto de trabalho.

“Temos acompanhado a tramitação do PL 3846 e todos os apensados. Para nós, seria um reconhecimento histórico junto aos trabalhadores públicos que foram demitidos na década de 90. Porém, o que ficou foi um legado de desrespeito, muitos desenvolveram doenças advindas de dispensas desta natureza. No setor elétrico, que iniciou a privatização em 90, havia listas de trabalhadores para a demissão sem nenhum critério. Esperamos há dez anos por justiça. E temos que pensar o que vai ser feito agora, daqui para frente. O presidente eleito quer privatizar bancos, Correios, Eletrobras e Petrobras, entre outras empresas públicas. Somos parceiros para a aprovação do PL e acompanhamos ansiosos pelo desfecho”, expõe Fabíola Latino, diretora estadual da Central de Trabalhadores do Brasil/DF.

Bárbara da Silva Pires, defensora pública federal, sugere cautela nos processos de privatização.

“A desestatização deve ser feita com muito cuidado. Os reflexos de um desligamento desse tipo se prolongam por muito tempo, com efeitos na saúde tanto física como mental. Sugiro que esse debate continue para que os excluídos possam ser reparados”, afirma Bárbara.

“Fizeram um Programa de Demissão Voluntária e não perguntaram nada para ninguém. Teve desdobramentos que violaram a moralidade e a dignidade das famílias. O Brasil transferiu, de graça, conhecimento para a iniciativa privada. A desnacionalização rompe o equilíbrio social” adverte Valdemar da Silva Filho, diretor-geral da Associação Nacional dos Petroleiros e Petroleiras.

***“Privatizar não é para custeio”***

Daniel Arruda Coronel, da Universidade Federal de Santa Maria do Rio Grande Sul, resgata a história das privatizações e onde entram as demissões nesse processo.

“A partir da década de 90 houve intensificação dos investimentos internacionais no Brasil. Os Estados Unidos criaram o Consenso de Washington, que continha recomendações para os países pobres que quisessem se desenvolver. Entre as regras, corte de gastos, câmbio competitivo, investimento estrangeiro direto e restrição dos gastos públicos. A partir disso, o governo Collor de Melo abriu as portas para a entrada para muitas empresas internacionais entrarem no mercado. Vários setores nacionais não estavam preparados e empresas quebraram. Também vale lembrar que nos anos 90 houve forte inflação, com uma taxa diária de 4% de inflação quando o Plano Real foi lançado. Tudo isso acabou na precarização das relações trabalhistas. As privatizações não foram feitas com equidade ou com um estudo de quais setores deveriam ser privatizados. A Vale do Rio Doce é um exemplo fenomenal de como não fazer uma privatização. Um erro imenso para nossa infraestrutura. Um trem com 80 vagões equivale a 200 caminhões. O país abriu mãos de setores importantes para a inclusão social. Uma privatização bem pensada não é para custeio, mas sim para financiar o desenvolvimento como a educação, a infraestrutura e a saúde, por exemplo. Tem que ser feita com muito cuidado e estudo. Os recursos das privatizações feitas até hoje foram usados para custeio, e de um modo geral foram ineficazes. Perdemos uma oportunidade histórica”, pondera Daniel Arruda.

***Mobilizar para resistir***

O presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, deputado Luiz Couto, faz uma reflexão sobre os desafios pela frente.

“O presidente eleito quer privatizar os portos, os bancos, o BNB, o BNDES, entre outras empresas públicas. Também vamos ter um Congresso ultraconservador, unido ao agronegócio e junto com a ‘bancada da bala’. Enquanto isso, nossas instituições não se manifestam, ficamos reféns delas. Estão esperando que algo aconteça para depois protestar. De toda essa situação temos que tirar a lição de como se mobilizar e resistir”, conclui Luiz Couto.

# CDHM comemorou os os 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos

“Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade”.

*Arte: Fernando Bola*

[](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/amanha-na-cdhm-leonardo-boff-participa-de-audiencia-publica-sobre-os-70-anos-da-declaracao-universal-dos-direitos-humanos/image/image_view_fullscreen)

Princípios constitucionais e direitos humanos são uma construção permanente. Na passagem dos anos, das transformações sociais, políticas ou econômicas adquirem novas configurações e propõem novos desafios.

No ano de 2018 são comemorados os 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e os 30 da promulgação da Constituição Federal de 1988. Dois documentos fundamentais que convidam à uma reflexão sobre a situação atual dos direitos humanos expressos em suas páginas.

“Hoje, os padrões de convivência entre cidadãos, classes sociais e o Estado nacional estão fundamentados nesses dois documentos. Porém, tais princípios vêm sendo relativizados por interesses políticos sectários e práticas de intolerância”, pondera Luiz Couto (PT/PB), presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM).

Para marcar essas datas e debater alianças e estratégias na defesa dos direitos estabelecidos pela Constituição e inspirados na Declaração Universal, a CDHM promoveu uma audiência pública, no dia 12/12.

“Chegamos aos 70 anos da Declaração Universal e aos 30 da Constituição, infelizmente, com muitos retrocessos para lamentar. A fome, a carência de recursos básicos para a sobrevivência aflige grande parte da população mundial. O Brasil, depois de passar uma década de redução de desigualdades, está ficando mais pobre. A população na condição de pobreza extrema aumentou em 13% em 2017. Neste ano, 2018, tivemos indicadores de retrocessos em todas as áreas. Uma mulher é assassinada a cada duas horas e somos um dos países que mais mata LGBTs e o racismo estrutural tende a crescer”, pontua Luiz Couto.

***A audiência pública***

Participaram do encontro Nilmário Miranda, primeiro presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados e ex-ministro da Secretaria de Direitos Humanos; Paulo Vannuchi, ex-ministro de Estado dos Direitos Humanos; José Geraldo de Souza Júnior, doutor em Direito da UNB; Fabiana Severo, presidente do Conselho Nacional de Direitos Humanos; Deise Benedito, especialista em Relações Raciais, Gênero, Raça e Direitos Humanos, Política Criminal e Penitenciária; Antônia Francisca, coordenadora Nacional do Movimento do Trabalhadores Rurais Sem Terra; Eduardo Nunes de Queiroz, defensor Nacional de Direitos Humanos, da Defensoria Pública da União; Maria  Lima Nunes, secretária-executiva do Movimento Nacional de Direitos Humanos, Domingos Sávio Dresch da Silveira , procurador Federal dos Direitos do Cidadão Substituto (MPF), a ex-ministra  da Secretaria de Direitos Humanos, deputada **Maria do Rosário** (PT/RS) e**a deputada Luiza Erundina** (PSOL/SP), presidente da Subcomissão Parlamentar Memória, Verdade e Justiça.

***A Declaração***

Adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro 1948, logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, a Declaração Universal dos Direitos Humanos é um dos mais significativos documentos produzidos pela Humanidade e definiu os parâmetros para uma cultura de paz e de respeito.

“A proposta de um evento alusivo aos dois documentos fundamentais surgiu com a relação entre ambos. A Declaração Universal inspirou ao longo desses 70 anos a elaboração de numerosas constituições nacionais, inclusive a do Brasil. Nossa Constituição Federal, especialmente o artigo quinto e parte das Disposições Transitórias, além de estatutos, leis e programas governamentais criados no decorrer desses 30 anos, tiveram como referência os enunciados da Declaração Universal”, explica Luiz Couto.

**Diligência realizadas**

**11/05-** Diligência para realizar um fórum de debates para discutir a aplicabilidade da Lei nº 13.642/2018 – Lei Lola, sancionada no último dia 03 de abril, que atribui à Polícia Federal a investigação de crimes na internet que difundam conteúdo misógino.

Requerimento nº 22/2018 da Deputada Luizianne Lins

**14/05-** Diligência para debater com a sociedade civil o fechamento de 13 escolas no Município de Areia/PB e o impacto desta medida para a população local.

Requerimento nº 14/2018 do Deputado Luiz Couto

**21/22/05-** Diligência a Belém para reunião com autoridades e demais responsáveis pela execução penal e políticas de direitos humanos e cidadania no Estado do Pará, face às 22 mortes ocorridas no Centro de Recuperação Penitenciário do Pará III (CRPP III).

Requerimento n°28/2018 do Deputado Luiz Couto

**12/07-** Diligência a São Paulo para organizar o Cerimonial do Seminário sobre Moradia, na Câmara Municipal de São Paulo-SP, assessorar os membros da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM), Deputada Luiza Erundina (PSOL-SP) e Nilto Tatto (PT-SP), que em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU), sob a Presidência dos trabalhos, a Deputada Margarida Salamão (PT-MG) e Deputada Ana Perugini (PT-SP), assim como divulgar os encaminhamentos da atividade, que ocorreu no dia 12 de julho de 2018.

Requerimentos nº 55/2018 e nº 87/2018.

**02/04-** Diligência à João Pessoa para reuniões com Representantes do Governo do Estado e realização do Seminário intitulado **“Direitos dos Idosos, novos olhares”** com a Presença do Deputado Estadual e Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Legislativa de João Pessoa, Deputado Frei Anastácio, Secretários do Governo do Estado, autoridades do poder judiciário, diretores de Instituições de Longa Permanecia, Movimentos Sociais e Sociedade Civil, para tratar do panorama das ações instituídas pelo governo do estado para a pessoa Idosa e fiscalizar instituições que promovem moradias a idosos de ambos os sexos.

Requerimento nº 82/2018 do Deputado Luiz Couto

**13/08-** Diligência em João Pessoa para tratar de dois assuntos: a situação precária daqueles que residem em ocupações e lutam pelo direito à moradia, bem como a questão dos inquéritos inacabados e casos sem solução.

Requerimento nº 18/2018 do deputado Luiz Couto.

**26/11-** Reunião com autoridades federais, estaduais e municipais, além de representantes da sociedade civil para ajustar uma solução pacífica que resolva a melhor forma de cumprimento da ordem judicial de reintegração de posse das cerca de 450 famílias de trabalhadores rurais sem-terra do acampamento denominado Quilombo Campo Grande, na região sul de Minas Gerais.

Requerimento nº17/2018 do deputado Luiz Couto.

**Subcomissões criadas**

- Subcomissão sobre o abuso judicial no Brasil. Requerimento nº 33/2018, de iniciativa do Deputado Paulão.

- Subcomissão Parlamentar Memória, Verdade e Justiça. Requerimento nº 66/18, de iniciativa da Deputada Luiza Erundina.

**Outras atividades realizadas**

**Reunião na CDHM debate repressão contra manifestantes em defesa da UnB**

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM) realizou reunião pública em 14/05, por iniciativa da deputada Erika Kokay (PT-DF), para discutir as denúncias de repressão policial aos estudantes da Universidade de Brasília (UnB) que se manifestaram contra os cortes de verbas que o governo federal pretende realizar na universidade em 26 de abril.

*Leonardo Aragão / CDHM*

[](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/reuniao-na-cdhm-debate-repressao-contra-manifestantes-em-defesa-da-unb/image/image_view_fullscreen)

A reunião contou com a presença de estudantes, servidores da UnB, advogados populares e representantes de órgãos do Judiciário para apresentar denúncias e sugerir encaminhamentos para a questão.

Um dos integrantes da mesa foi Victor Brito Bezerra, um dos três estudantes detidos, fez um depoimento emocionado. Ressaltando que o acesso à educação é um direito, e não um privilégio, Victor relatou que desde as agressões que sofreu e a prisão por acusações indevidas, tem dificuldade de dormir. “Estamos acordados, vivos, e assim estaremos, assim resistiremos. O assunto está esquecido. O que é feito a partir desse esquecimento? A Polícia Militar que está no campus da UnB defende a quem? Por que somente ao serem agredidos os estudantes ganham voz em tantos espaços? Sigo na busca por essas respostas”, questionou Victor, cuja fala comoveu também aos que assistiam ao debate.

O direito dos advogados também foi cerceado no episódio, e vem sendo a tônica no trato das autoridades em manifestações, aponta Sandra Nascimento, do coletivo de advogados independentes do Distrito Federal. “A Polícia Civil descumpre regras elementares do direito à defesa quando se trata de manifestantes eventualmente detidos. Muitas vezes ficamos horas sem acesso aos clientes, e os policiais civis tratam os advogados populares com sarcasmo e ironia”, afirmou.

**Repressão está em contexto amplo de violações**

O integrante do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), Leonardo Pinho, entende que os fatos ocorridos em 26 de abril estão inseridos em um contexto nacional de violações de Direitos Humanos no Brasil. O próprio CNDH vem se debruçando em encontrar soluções para este tema, criando uma subcomissão de apuração de episódios similares, segundo Leonardo.

“A Polícia, que deveria garantir o direito constitucional às manifestações, age em posição de confronto, como se fosse para uma guerra contra os manifestantes. Há uma posição muito definida de confronto e combate contra quem luta por um direito”, avaliou o conselheiro do CNDH.

A procuradora federal dos Direitos do Cidadão da Procuradoria-Geral da República (PGR), Deborah Duprat, saudou a luta dos estudantes e traçou um comparativo entre as ações dos jovens brasileiros com os eventos de maio de 1968, que completam agora 50 anos e sacudiram os alicerces das políticas mundiais e foram duramente reprimidos inclusive no Brasil, causando a morte do estudante Edson Luís no Rio de Janeiro.

Deborah mencionou a revelação de arquivos da CIA apontando a participação de presidentes da ditadura militar que governou o país entre 1964 e 1985 na execução de opositores políticos para lembrar que a militarização não faz bem à democracia. “Hoje observamos uma tendência de exaltar a solução militar quando a História mostra que isso não é positivo. Precisamos desmilitarizar as ruas e defender a Constituição de 1988 e seus valores de cidadania e sociedade mais igualitária”, defendeu.

# Equipes da CDHM e PFDC fazem reunião de trabalho sobre temas de atuação conjunta

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM), representada pelo seu presidente, deputado Luiz Couto (PT-PB), e pela deputada Luiza Erundina (PSOL-SP), realizou em 07/05, uma reunião com a procuradora federal dos Direitos do Cidadão da Procuradoria-Geral da República (PFDC-PGR), Deborah Duprat, para tratar de temas em que a Comissão e a Procuradoria podem atuar e trocar informações no sentido de otimizar processos de apuração de violações de Direitos Humanos.

*Leonardo Aragão / CDHM*

[](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/equipes-da-cdhm-e-pfdc-fazem-reuniao-de-trabalho-sobre-temas-de-atuacao-conjunta/image/image_view_fullscreen)

A reunião, que contou com a participação das assessorias técnicas dos dois órgãos, tratou de temas de interesse comum das instituições.

O presidente da CDHM mencionou alguns temas que tramitam no Congresso e que requerem atenção do colegiado parlamentar, pois podem legitimar violações de Direitos Humanos.

“Há dois projetos de lei que podem ser alvo de atenção da PFDC no sentido de monitorar seus desdobramentos sobre a questão dos Direitos Humanos no Brasil e que muito me preocupam, o PL 5065/2016, que enquadra determinados movimentos reivindicatórios como ato de terrorismo, e o PL 8262/2017, que propõe a possibilidade de reintegração de posse com uso de força policial sem a necessidade de ordem judicial para tanto. A tramitação de tais iniciativas representa grave retrocesso nas lutas pelos Direitos Humanos”, avalia o parlamentar paraibano.

Em um contexto de debates e avaliações conjunturais dos retrocessos em curso no Brasil, Luiz Couto convidou Deborah Duprat para ser uma das expositoras de audiência pública em 16 de maio sobre o princípio da não-violência e garantia dos Direitos Humanos no contexto de manifestações e eventos públicos, que tratará do PL 6500/2013.

**Moradia e direito à cidade**

A deputada Luiza Erundina, por sua vez, lembrou de outro tema que chamou a atenção da opinião pública na última semana, em função do desabamento de um edifício ocupado no centro de São Paulo: o direito humano à moradia e do usufruto da cidade.

Erundina citou a importância da articulação entre as três esferas de poder executivo no sentido de planejar e implementar políticas públicas voltadas à habitação popular. “Tenho acompanhado há muitos anos, desde que eu fui prefeita de São Paulo, e vejo que há prédios ocupados que pertencem ao município, ao estado e à União. Não há uma integração de políticas, é o caso do edifício que desabou, que pertencia à Caixa Econômica Federal e passou para a Prefeitura de São Paulo, e ambos não fizeram nada quanto à definição de um uso ao prédio tampouco ajudaram as famílias que lá viviam”, ressaltou.

Deborah Duprat sugeriu, no âmbito das competências da PFDC, que pode atuar apenas em questões federais, a realização de um levantamento, solicitando à Secretaria de Patrimônio da União, indicando quantos prédios pertencentes à órgãos federais estão ocupados, o que pode favorecer a realização de projetos e políticas públicas que atendam o interesse público e o das populações em busca do direito à moradia, resguardado na Constituição Federal.

**Comissões de Direitos Humanos fortalecem parceria com o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura**

As Comissões de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e do Senado Federal participaram, junto com a coordenadora-geral do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, Valdirene Daufemback, e peritos do órgão, de uma reunião de trabalho, no dia 29/05, para análise de pontos técnicos do sistema prisional brasileiro e levar dados da agenda legislativa pelo desencarceramento.

[](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/comissoes-de-direitos-humanos-fortalecem-parceria-com-o-mecanismo-nacional-de-prevencao-e-combate-a-tortura/image/image_view_fullscreen)

A Comissão de Direitos Humanos da Câmara alerta que as políticas de encarceramento e aumento de pena se voltam, de regra, contra a população negra e pobre. Entre os presos, 61,7% são pretos ou pardos, enquanto 53,63 da população brasileira têm essa característica. Os brancos, inversamente, são 37,22% dos presos, enquanto são 45,48% na população em geral. Além disso, 75% dos encarcerados tem até ensino fundamental completo, indicador de baixa renda (Depen, 2014). Hoje mais de 60% das mulheres e 25% dos homens presos respondem por tráfico, que é a mais frequente causa de prisão para ambos os gêneros.

O presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara (CDHM), deputado Luiz Couto (PT/PB), representou os parlamentares das duas Comissões. “Viemos até aqui para fortalecer a parceria entre o Legislativo e órgãos que cuidam de possíveis violações dos direitos humanos, abrir novas formas de diálogo e trocar ideias sobre estratégias que aprimorem o sistema carcerário no país”, afirma Luiz Couto.

Para Valdirene Daufenback, a presença das Comissões da Câmara dos Deputados e do Senado Federal no Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura “legitima as nossas preocupações com questões ligadas ao cumprimento de penas e fortalece nossas ações para apoiar as instituições defensoras dos direitos humanos”.

**A Lei**

O Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura faz parte do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, criado através da Lei nº 12.847, de 2 de agosto de 2013, sancionada pela então presidenta da República, Dilma Rousseff. O Sistema ainda inclui o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

Na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, o projeto da Lei que criou o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura foi relatado pelo deputado Luiz Couto (PT/PB).

Entre as atribuições do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, estão a realização de visitas regulares a pessoas privadas de liberdade; a articulação com o Subcomitê de Prevenção da Organização das Nações Unidas com o objetivo de unificar estratégias e políticas de prevenção da tortura e outros tratamentos e práticas cruéis, desumanos ou degradantes;  fazer recomendações e observações às autoridades públicas ou privadas, responsáveis pelas pessoas em locais de privação de liberdade, para garantir os direitos humanos.

Um novo encontro deve ser realizado, entre as Comissões de Direitos Humanos e o MNPCT, para debater elementos técnicos sobre a Lei de Execuções Penais, e atividades correlatas entre as instituições.

# A cada cinco dias uma pessoa foi assassinada no campo em 2017

CDHM participou, no dia 04/06, do lançamento do relatório Conflitos no Campo Brasil 2017, feito pala Comissão Pastoral da Terra, na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em Brasília/DF

[](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/a-cada-cinco-dias-uma-pessoa-foi-assassinada-no-campo-em-2017/image/image_view_fullscreen)

É a 33ª edição do relatório que reúne dados sobre os conflitos e violências sofridas pelos trabalhadores e trabalhadoras do campo brasileiro, neles inclusos indígenas, quilombolas e demais povos tradicionais.

O relatório de 2017 destaca o maior número de assassinatos em conflitos no campo dos últimos 14 anos, com 71 assassinatos. Dez a mais que no ano anterior. Desses, 31 foram chacinas, o que corresponde a 44% do total. Os massacres aconteceram no Mato Grosso, Pará, Tocantins, Bahia e Amazonas.

Além do aumento no número de mortes, o relatório indica ainda um aumento em outras violências. As tentativas de assassinatos subiram 63% e ameaças de morte 13%, em relação a 2016.

O presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, Luiz Couto, representou a CDHM no lançamento. “ A violência no campo é muito grande e ocorre em terras públicas da União, como constatamos recentemente numa diligência no interior do Pará, em São João do Araguaia, onde houve tortura dos campesinos também. O relatório da CNBB mostra que as grandes organizações do agronegócio, os grandes bancos e a falta de políticas públicas, por exemplo, estão destruindo o Estado democrático de direito para vivermos num Estado de exceção”, observa o deputado.

Ainda em junho, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara deve fazer o lançamento do relatório em uma audiência pública.

Estavam presentes no evento o presidente da Comissão Pastoral da Terra, Dom André de Witte; o vice-presidente, Dom José Ionilton; integrantes da coordenação executiva nacional da CPT; o professor da Universidade Federal Fluminense, Carlos Walter Porto Gonçalves e Polliana Soares, do Acampamento Hugo Chávez, do Pará, despejado em dezembro do ano passado, além de representantes de movimentos sociais.

**Presidente da CDHM discute indenizações para vítimas de assassinatos na Paraíba**

20/06/2018 13h40

O presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM), deputado Luiz Couto (PT/PB), esteve reunido no dia 18/06, na Procuradoria Geral da República em João Pessoa, com representantes do Ministério dos Direitos Humanos, Ministério Público Federal e da Defensoria Pública Geral da União (DPU), para discutir possíveis indenizações para os casos de quatro assassinatos no estado.

[](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/presidente-da-cdhm-discute-indenizacoes-para-vitimas-de-assassinatos-na-paraiba/image/image_view_fullscreen)

***Caso Margarida Maria Alves***

A líder sindical foi assassinada no dia 12 de agosto de 1983, na porta da casa dela em Alagoa Grande. Ela lutava pela defesa dos direitos do homem do campo. Durante 19 anos, o Comitê Estadual-Nacional Margarida Maria Alves, formado por várias entidades da sociedade civil, esteve mobilizado contra a impunidade dos assassinos. O caso também foi no ano 2000, à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA. José Buarque de Gusmão Neto, apontado como um dos mandantes do crime ficou preso apenas três meses e foi levado a julgamento no Tribunal do Júri de João Pessoa, onde foi absolvido.

***Caso Márcia Barbosa***

 A estudante Márcia Barbosa foi encontrada morta no dia 17 de junho de 1998 em um terreno baldio na praia de Cabo Branco. Márcia morreu asfixiada, e pelas provas colhidas, um dos autores do citado crime teria sido um deputado estadual. O processo contra ele estaria suspenso pelo fato do deputado gozar de imunidade parlamentar. Em 2002, o Ministério Público concluiu que o Judiciário desse andamento ao processo, no Tribunal do Júri. Outras quatro pessoas, além do deputado, foram indiciadas pelo mesmo crime.

***Caso Almir Muniz da Silva***

O agricultor sem-terra Almir Muniz da Silva, de 40 anos, desapareceu em maio de 2002.  Na época, advogados da Comissão Pastoral da Terra acusaram policiais civis de torturarem oito sem-terra para que assumissem um atentado, no mesmo mês, a outro policial. Almir era vizinho do grupo e desapareceu 2 dias depois da suposta tortura.  
  
***Caso Manoel Luiz da Silva***

Manoel Luís da Silva, sem-terra, foi assassinado em 1997, quando um grupo sofreu uma emboscada preparada pelos acusados, que trabalhavam como capangas da Fazenda Taipú. A área era reivindicada por trabalhadores sem-terra acampados, na época, onde hoje está localizado o assentamento Novo Taipú, conquistado pelos trabalhadores em 1998. O ex-proprietário da fazenda, considerado mandante do crime, era conhecido pelo envolvimento em outros conflitos agrários na região.

“ Os casos da Margarida de e do Almir, que foram enviados à Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), geraram preocupação no atual governo federal, que teme a repercussão negativa da remessa do caso ao tribunal internacional. Por isso, foi enviado à Paraíba uma representante da Secretaria de Direitos Humanos para participar da reunião e tentar encontrar uma forma de solucionar o caso em âmbito brasileiro. Porém, nesta reunião, não se chegou a um denominador comum e o diálogo vai continuar no sentido de ser feita uma indenização simbólica à família e, sobretudo ao filho de Margarida, que assistiu ao assassinato da mãe e ficou desassistido com o falecimento dela”, informa o presidente da CDHM, deputado Luiz Couto.

Também participaram do encontro o deputado estadual Frei Anastácio, Guilherme Ferraz, procurador do Ministério Público Federal e Diana Freitas de Andrade da DPU.

***Estatística***

De janeiro a março deste ano, a Paraíba registrou 319 casos de homicídios dolosos ou qualquer outro crime doloso que resulte em morte. Em média, mais de três pessoas são assassinadas por dia no estado.

**Povos indígenas e quilombolas buscam apoio na CDHM contra cortes de bolsas para estudantes**

20/06/2018 18h01

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados recebeu, no dia 20/06, representantes de vários povos indígenas, como os Xucuru (PE), Terena (MS), Gavião (AM), Umutina (MT) e Xavante (MT), além de representantes de quilombolas. Eles solicitavam apoio da CDHM para reverter, junto ao Ministério da Educação, a redução do número de ofertas no Programa Bolsa Permanência.

*Foto: Fernando Bola*

[](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/povos-indigenas-e-quilombolas-buscam-apoio-na-cdhm-contra-cortes-de-bolsas-para-estudantes/image/image_view_fullscreen)

Estavam representados estudantes índios e quilombolas de 17 universidades federais. O Ministério da Educação reduziu para 2.500 o número de bolsas de estudo, quando a demanda seria de 5 mil bolsas desse tipo. E foram liberadas apenas para o primeiro semestre deste ano, para o segundo não há ainda previsão.

“Cada estudante recebe 900 reais para pagar casa, água, luz e, em alguns casos a alimentação. Estudantes do Amazonas, por exemplo, vão para São Paulo estudar. Como viver com essa quantia? Além disso, o processo para homologação dessas bolsas leva até 4 meses, ou seja, só vamos receber os valores do primeiro semestre em novembro”, informa Ed Angel dos Santos da etnia Terena. Ele acrescente que existem universidades que fornecem alimentação através do PNAE, Programa Nacional de Alimentação Escolar, que também sofreu cortes de recursos. “Queremos que o PNAE vire lei para não ficar sujeito à cortes e mudanças de gestão. Isso pode ser feito através da criação de um fundo nacional de educação ou que as próprias universidades sejam responsáveis pela execução do Programa”, sugere Ed Angel.

“A causa de vocês também é nossa. Tanto, que hoje aprovamos, aqui na Comissão, a realização de uma audiência pública conjunta com a Comissão de Educação para debater políticas públicas educacionais dos povos indígenas e quilombolas. Também queremos marcar uma reunião com o ministro da Educação, Rossieli Soares, para discutir essa situação”, afirmou o presidente da CDHM, deputado Luiz Couto.

O Programa de Bolsa Permanência (PBP) concede auxílio financeiro para estudantes matriculados em instituições federais de ensino superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica e para estudantes indígenas e quilombolas. O recurso é pago diretamente ao estudante de graduação por meio de um cartão de benefício.

Também participaram do encontro os deputados Janete Capiberibe (PSB/AP), Erika Kokay (PT/DF) e Sóstenes Cavalcante (DEM/RJ).

# Famílias de camponeses da Revolta dos Perdidos dão depoimento na Comissão de Direitos Humanos e Minorias

Familiares de camponeses da região do Rio Araguaia, que participaram da Revolta dos Perdidos, fizeram uma oitiva coletiva para registrar esse momento da história brasileira. O encontro aconteceu na Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, no dia 27/08.

*Foto: Guilherme Xavier Neto / Divulgação*

[](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/familias-de-camponeses-da-revolta-dos-perdidos-dao-depoimento-na-comissao-de-direitos-humanos-e-minorias/image/image_view_fullscreen)

*Moradores da região do Araguais, durante a Revolta dos Perdidos*

Também conhecida como Segunda Guerrilha do Araguaia, a Revolta dos Perdidosfoi um conflito por terras que aconteceu na região de Piçarras, no Pará, mesmo local da guerrilha, porém em uma área bem menor. O movimento iniciou em 1976. A guerrilha aconteceu entre 1972 e 1974.

Preocupado com uma possível retomada das ações dos grupos de esquerda, o governo federal manteve no local militares e integrantes do então Serviço Nacional de Informações (SNI).

Mas, além de confundir os agricultores que queriam terra para trabalhar, com um movimento para ressureição da Guerrilha do Araguaia, esse grupo de agentes da repressão passou também a atuar como “serviço de segurança” para grileiros de outros estados que começaram a invadir terras às margens do rio.

Os agricultores tiveram que fugir para o mato e muitos perderam tanto a produção como a época para um novo plantio.

Camponeses também foram presos, torturados e mortos durante a Revolta dos Perdidos.

Agora, cerca de 250 agricultores remanescentes da Revolta dos Perdidos, querem do Ministério da Justiça a declaração da condição de anistiados políticos e a reparação econômica referente ao período que ficaram sem terra para poder plantar e colher, além de danos morais.

Algumas dessas famílias também passaram por restrições relacionadas a Guerrilha do Araguaia.

“Assim que a Guerrilha do Araguaia terminou, começou a perseguição aos agricultores, ou porque achavam que eram guerrilheiros ou para tirar as terras deles. Na época, a Pastoral da Terra ajudou as famílias a resistirem. Mas até o Incra, na década de 80, pressionado pelos grileiros, militares e SNI, ajudou a expulsar os camponeses fazendo um novo desenho para a ocupação da área, sem os agricultores”, conta a advogada das famílias dos agricultores, Irene Gomes.

Irene vai além. “O aparato usado pelo SNI na época era maior do que o que estava nas capitais, por exemplo. Para ter uma ideia, ainda em 2001 o Ministério Público Federal localizou, comprovadamente, um serviço de informações semelhante atuando na região disfarçado de agência de notícias”, afirma.

Ela acrescenta também que um dos maiores problemas para os processos avançarem na Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, é a falta de provas documentais sobre a Revolta dos Perdidos. De acordo com Irene, tanto o Arquivo Nacional como as Secretarias de Segurança dos estados do Pará e Tocantins, por exemplo, dizem não possuir nenhum registro sobre o movimento.

“Queremos que a oralidade seja um meio de prova, como está sendo nos livros e pesquisas. Sem falar nos arquivos da ditadura, que foram abertos parcialmente. Os camponeses sempre foram invisíveis na nossa história e assim continuam”, conclui Irene.

# Cidadania arrancada”

Um relatório do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), de abril de 2018, sobre o sistema prisional brasileiro mostra que a situação do Distrito Federal é como em todo país: cadeias lotadas e com uma série de problemas. Estima-se que deveriam ser criadas 6.242 vagas para suprir o déficit.

[](http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdhm/noticias/201ccidadania-arrancada201d/image/image_view_fullscreen)

Com capacidade para 4.925 detentos, a situação na Papuda, o maior presídio do DF, é de superpopulação carcerária. No Centro de Internação e Reeducação (CIR), são 1.429 presos a mais do que suporta a unidade. Na Penitenciária do Distrito Federal I (PDF I), o excedente é de 2.200 pessoas; na PDF II, de 2.150. Já no Centro de Progressão Penitenciária (CPP), o déficit é de 463 vagas.

E essa superlotação produz outra série de problemas. Para debater quais são e como resolver, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM) promoveu, no dia 14 de dezembro, uma reunião que debateu a situação do Sistema Prisional do Distrito Federal, como a redução dos valores em dinheiro que podem ficar com internos e denúncias de constrangimentos sofridos por famílias de presidiários.

Recentemente, o Governo do Distrito Federal fez mudanças no sistema, entre elas o fechamento de cantinas nos presídios e a redução do valor em dinheiro que cada família pode levar ao detento.

Em novembro, a Subsecretaria do Sistema Penitenciário do Distrito Federal reduziu os valores em dinheiro para os internos do Complexo Penitenciário da Papuda. Quem fazia a visita quinzenal, por exemplo, podia levar R$ 125. A quantia caiu para R$ 25.

A quantidade de produtos que os familiares poderiam levar para os internos em uma sacola também havia diminuído através da decisão. Passou a ser permitida a entrada de seis frutas, sabão em pó e 500g de biscoito. Antes, entrava sabão, água sanitária, creme dental, sabonete e papel higiênico.

Porém, a juíza da vara de execução penal do TJDF, Leia Cury, vedou o fechamento das cantinas nas unidades prisionais e revogou o ato administrativo que reduziu o valor das importâncias em dinheiro que poderiam ser entregues aos presidiários.  Ela foi convidada para a reunião, mas não pode comparecer.

***“Sistema de moer gente”***

Michel Platini, presidente do Conselho Distrital de Promoção  e Defesa dos Direitos Humanos do Governo do Distrito Federal, admite que, se esses problemas não começarem a ser resolvidos, há iminência de mobilizações dentro dos presídios.

“E isso traz um perigo imenso para a segurança de todos. Fizeram mudanças nas regras do sistema sem consulta ampla à sociedade civil ou aos familiares. O estado é criminoso quando tortura o interno e deixa ele morrer por causa de furúnculo. Faltam produtos de higiene, dois sabonetes para celas com até 60 pessoas. Temos que enviar esses dados para a ONU. O sistema não existe só para punir, mas também para ressocialização e isso nunca vai acontecer nessas condições. Está acontecendo uma naturalização da perda dos direitos humanos, das doenças de pele, de cela para 8 pessoas com 60. Isso não pode acontecer. Precisa contratar mais agentes penitenciários. As cartas que saem do sistema prisional não chegam ao destino, e o contrário também. Quem é mais criminoso? O preso ou o Estado? Presos LGBTs em alas de crimes sexuais, mulheres transexuais têm o cabelo raspado. É um sistema de moer gente, é a cidadania arrancada”, conclui Michel.

Darlana Godóis, representante da Associação de Familiares de Internos e Internas do Sistema Penitenciário do DF e Entorno,  critica severamente as medidas adotadas pelo GDF.

“No último dia 6 de dezembro, o detento Jorge Wenscelau morreu por causa de uma simples infecção de pele, que pode ser curada com pomada ou higiene. As licitações feitas não se concretizaram como o previsto, não houve preocupação com a quantidade e muito menos com a qualidade. São dois sabonetes por cela, com 30 a 40 pessoas, dependendo do presídio. Um sabonete que passa de mão em mão e o mesmo com o barbeador, de pele em pele, num ambiente insalubre. Não tem a menor lógica ou respeito pela saúde das pessoas. Aí acontecem casos como este, morreu por falta de higiene. Como se cuidar se não tem água, material de higiene? Há três anos o CIR tem problemas hidráulicos, falta água. Falta escolta para ir ao médico, enterrar familiares, como filhos, pais ou mães. E a justiça já despachou mandando a família levar o caixão até o presídio. O que é isso? A gente não queria ter que levar comida, sabonete, pasta de dente. Mas a gente precisa levar porque o Estado não dá. Cadê o dinheiro do Fundo Penitenciário para dar curso de formação? Para criar bibliotecas? Isso nunca chegou nos presídios. Agora, para comprar viaturas e renovar carteira de motoristas com Fundo, tem”. Questiona Darlana.

Mariana Rosa, presidente da Associação Humanizando Presídio pede a revisão das licitações para material de higiene e comida.

“As quentinhas chegam pela manhã e ficam até o fim do dia sem local próprio para armazenamento. As licitações devem ser revistas. Tivemos cerca de 3 mil casos de doenças de pele em 2017, e isso com a gente levando água sanitária, pomadas. Não é uma situação isolada, acontece em todas as unidades prisionais do DF. A licitação é pelo menor valor e daqui a pouco vão dar carvão para os presos escovarem os dentes, como na idade média. Pedimos ao GDF que, pelo menos no agora no Natal e Ano Novo, as famílias possam entregar as sacolas completas, com insumos de higiene, frutas, comida”, afirma.

***Melhor sistema do país***

“Nosso sistema penitenciário tem muitos problemas e mesmo assim é considerado o melhor do país. Nossos maiores problemas são a falta de vagas e servidores e isso engessa qualquer iniciativa para mudar a realidade. Isso impacta na falta do banho de sol, na abertura de oficinas e salas de aula, da retomada da visita semanal.  Este ano chamamos cerca de 300 concursados e ainda faltam 230 serem chamados. Estamos com um Projeto de Lei no legislativo para a abertura de mais 1.400 vagas através de concurso público. O correto seria 1 servidor cuidar de 4 presos. Hoje, 1 servidor cuida de 10 detentos. Também temos um projeto para instalar placas solares para esquentar a água no CIR, que nos meses de frio é gelada e por causa disso os presos se negam a tomar banho”, coloca Celso Lima, subsecretário do Sistema Penitenciário do Distrito Federal e representante da Secretária de Segurança Pública.

Guilherme de Souza Panzennhagen, defensor público do Distrito Federal, divulgou a recente criação de um novo serviço da Defensoria para acompanhar questões ligadas ao sistema prisional.

“Fizemos um trabalho no PDF I para tornar mais eficiente os protocolos de higiene. Vamos dividir os resultados com todos que trabalham na unidade. As tornozeleiras eletrônicas poderiam diminuir o problema da superlotação para os presos em regime semiaberto, por exemplo, isso abriria mais de 800 vagas. Isso sem falar na economia. Um preso custa R$ 1.840,00 por mês. A monitoração pela tornozeleira, 140 reais. Vamos apresentar um recurso contra a decisão das visitas apenas durante os dias úteis. Criamos um grupo de trabalho para dar sugestões ao governador eleito e entre elas está a transformação, da Subsecretaria do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, em Secretaria”

***Mobilização***

 “Vamos entregar ao governador eleito do Distrito Federal um documento com sugestões para enfrentar reivindicações que vão se perpetuando. Como garantia de acesso à saúde, assistência médica e à higiene, já que os familiares estão proibidos de levar esses itens, acesso à educação básica educação básica e profissional que contribua à ressocialização. A alimentação é tão ruim que os presos não consomem. Queremos a criação de uma ouvidoria independente que funcione 24 horas para acolhimento de denúncias de violação de direitos humanos. A pena é estendida aos familiares. As visitas só podem ser em dias úteis e isso complica a vida das famílias. Queremos também o fim da revista vexatória, scanners foram comprados, mas muitos não estão sendo usados”, aponta a deputada Érika Kokay (PT/DF), da CDHM, que pediu a realização do encontro.

**Manifestações da CDHM (notas públicas, moção de repúdio e de apoio e outras manifestações)**

**12/04- Luiz Couto anuncia: CDHM acompanhará desdobramentos de mortes no Pará**

O deputado Luiz Couto (PT-PB), presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM), informou hoje (12/04) que o colegiado irá acompanhar com atenção os episódios violentos ocorridos no Pará na última semana. Para a tarefa, Luiz Couto designou o deputado Edmílson Rodrigues (PSOL-PA).

O primeiro caso foi no dia 9 de maio, quando uma chacina na região metropolitana de Belém resultou em 12 pessoas mortas. No dia seguinte, ao menos vinte pessoas morreram durante tentativa de fuga do Centro de Recuperação Penitenciário do Pará III, localizado na região metropolitana de Belém, capital do Estado. Há outras vítimas gravemente feridas, sem confirmação do total de atingidos.

“Esses fatos se relacionam aos persistentes problemas do sistema penitenciário, de violência policial e de segurança pública no Brasil e, tendo em vista a gravidade da situação, com mais de 30 mortos em apenas dois dias, vamos avaliar e investigar as denúncias que temos recebido de violações de Direitos Humanos nesses casos”, afirma Luiz Couto.

**13/04- CDHM vai monitorar investigações de ameaças a jornalista que criticou ataques à caravana de Lula no Sul**

O deputado Luiz Couto (PT-PB), presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, informou hoje (13/04) que irá monitorar as ameaças contra o radialista Marcos Rogério Weber, que apresenta um programa na rádio comunitária Palmeira FM, no município de Palma Sola, em Santa Catarina.

O jornalista foi ameaçado por cerca de 15 homens quando chegava ao trabalho devido a comentários críticos feitos no ar, um dia antes, contra os ataques violentos realizados à caravana que o ex-presidente Lula liderou na região Sul, no mês de março.

**04/05- Nota oficial sobre a diligência para averiguar as condições do ex-Presidente Lula**

*“(...) No dia 26 de abril de 2018 oficiei a Juíza da 12ª Vara Federal de Curitiba, Carolina Moura Lebbos, a fim de que ela assegurasse as condições de acesso às dependências da Superintendência, em visita programada para ocorrer no dia 8 de maio, às 14h. Portanto, o comunicado foi feito com 12 dias de antecedência.*

*(...) Ainda não obtive respostas da Juíza a meu ofício enviado no dia 26 de abril. Mas comunico aos membros do colegiado que estarei, no dia 8 de maio às 14 horas, às portas da DPF, a fim de que a missão constitucional e regimental deste colegiado possa ser exercida.*

*Preocupa-me não apenas a situação do preso político Lula, mas a reiterada violência que seus apoiadores vêm sofrendo – que foi objeto de diversos expedientes desta presidência às autoridades competentes. Os episódios fazem parte do gravíssimo estado de exceção em que vivemos, contexto no qual as violações de direitos humanos são a principal tônica*”.

**07/05- Nota oficial sobre decisão da Juíza Carolina Lebbos**

“*É a primeira na história vez que a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados é impedida de ter contato direto com algum cidadão custodiado. A CDHM já visitou inclusive pessoas cuja prisão foi objeto de polêmica, como Cesare Battisti.  O impedimento reforça o caráter de exceção da prisão de Lula.*

*A negativa é ainda uma interferência indevida nas prerrogativas do Congresso.*

*A juíza alega que o colegiado por mim presidido não fundamentou adequadamente o pedido de visita a Lula, por não apontar as violações de direitos humanos a que ele estaria submetido.*

*Mas o princípio da motivação da decisão é aplicado ao Poder Judiciário: os magistrados devem fundamentar todas as suas decisões (art. 93, IX, da Constituição). A legitimidade das decisões do judiciário vem da fundamentação. Já a legitimidade das decisões do Poder Legislativo, composto de membros eleitos, vêm dos mandados representativos que os legisladores exercem, dentro dos limites constitucionais e regimentais.*

*O Plenário da CDHM, dentro de suas atribuições de investigar ameaças ou violações de direitos humanos, aprovou diligência à Superintendência da Polícia Federal para averiguar a situação a qual ele está submetido. Não compete à juíza negá-lo, razão pela qual estarei, amanhã dia 8 de maio, às 14h, às portas da Polícia Federal, para cumprir o desiderato desta Comissão”.*

**15/05- Presidente da CDHM cobra revisão da interpretação da Lei da Anistia**

Posição de Luiz Couto surge após revelação de que execuções foram autorizadas pelos generais-presidentes no período tido como de abertura do regime militar

A revelação do documento da agência de inteligência dos Estados Unidos, segundo o qual os generais-presidentes Ernesto Geisel e João Baptista Figueiredo autorizaram pessoalmente e de forma individualizada a execução de opositores, apenas confirma que o regime militar que o Brasil viveu era organizado, desde sua cúpula, em princípios de exceção e terror.

A informação de que 194 indivíduos tenham sido executados nos anos finais do período ditatorial – anos considerados até então de distensão e progressiva abertura – choca pela brutalidade e pelo silêncio injustificado não apenas da corporação militar, como também do Judiciário brasileiro. Trata-se de fato novo que deve levar à revisão da interpretação da Lei da Anistia.

**30/05- Presidente da CDHM repudia exposição de imagem de mulher vítima de feminicídio**

*“Manifesto repúdio à publicação do “Jornal Polêmica e Debates”, do jornalista Adolfo Aparecido Januário Pedroso, com fotos do corpo da enfermeira Nelly Cristina Venite de Souza Maria, após ter sido encontrada morta dentro do seu apartamento na cidade de Conchal, São Paulo. De acordo com a investigação policial, Nelly foi assassinada pelo namorado Emilson Rodrigues de Jesus na madrugada de 25 de maio de 2018.*

*A exposição de foto da vítima nessas condições caracteriza o crime de vilipêndio ao cadáver, previsto no artigo 212 do Código Penal.*

*Nelly Cristina foi vítima de feminicídio, que ocorre quando uma mulher é morta tendo como motivador da ação criminosa o gênero feminino. O Mapa da Violência de 2015 aponta que, entre 1980 e 2013, 106.093 pessoas morreram por sua condição de ser mulher. O machismo e a misoginia atentam contra a humanidade das mulheres expondo-as a tão alarmantes índices de violência letal.*

*(...) Ao tempo em que presto solidariedade à família de Nelly Cristina, informo que solicitarei ao Ministério Público do Estado de São Paulo providências em relação ao caso”.*

**04/06- Luiz Couto denuncia: são 412 cortes, 50 em direitos humanos**

*“Para subsidiar a redução da cobrança do óleo diesel sem alterar a política de preços do petróleo atrelados ao dólar, Michel Temer editou a Medida Provisória de n° 839 de 2018, que prevê corte em nada menos que 412 ações do orçamento, 50 das quais com impacto direto aos direitos humanos.*

*(...) A lista desses 50 cortes prejudica políticas para juventude, mulheres, populações do campo, povos indígenas, quilombolas, catadores, ribeirinhos, negras e negros, e as políticas de segurança alimentar, contra violência sexual, saúde, saneamento básico, desenvolvimento sustentável e moradia.*

*Portanto, a fim de não contrariar os interesses dos acionistas minoritários e principalmente estrangeiros da Petrobras -- estatal que deveria atender à nação brasileira --, Temer promove uma atrocidade social, que aprofunda o quadro gravíssimo consolidado com o Novo Regime Fiscal – Emenda 95, que instituiu um teto de gastos por 20 anos.*

*Ao longo da história as políticas de redução do Estado aumentam os níveis de desigualdade e prejudicam os trabalhadores e os setores empobrecidos e vulneráveis da população, e é o que dramaticamente se acentua dia-a-dia no Brasil.*

*Ocorre que a titularidade da soberania é do povo, e não do mercado financeiro.  Trabalharemos para derrotar essa Medida Provisória, que tem graves consequências aos direitos humanos fundamentais, previstos da Constituição da República e nos acordos internacionais dos quais o Brasil é parte.*

*E, sobretudo, trabalharemos para o retorno da normalidade democrática em nosso país, o que só poderá ocorrer após a realização de eleições livres”.*

**21/06- Nota de Repúdio à política de imigração “tolerância zero” implementada há cerca de seis semanas pelo governo dos Estados Unidos**

*“Manifesto repúdio à política de imigração “tolerância zero” implementada há cerca de seis semanas pelo governo dos Estados Unidos da América, em uma expansão e consolidação de práticas desumanas que já estavam em vigor naquele país. Crianças imigrantes presas em gaiolas e separações forçadas de famílias – muitas ficam meses sem poder estabelecer qualquer tipo de contato – são repetições dos episódios mais lamentáveis da história recente da humanidade. Cenas que não esperávamos assistir novamente, especialmente em um país que se anuncia como democrático e defensor internacional da liberdade (...)”.*

***21/06- Nota Pública sobre o Quilombo de Mesquita***

Nota pública do presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM), deputado Luiz Couto (PT/PB), sobre a redução, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), das terras do Quilombo Mesquita, localizado em Cidade Ocidental (GO).

**31/07- CDHM apoia pedido de reunião das famílias das vítimas e sobreviventes da boate Kiss com Raquel Dodge**

Passaram mais de cinco anos e 28 pessoas foram apontadas como responsáveis pelas mortes. Dessas, oito foram consideradas culpadas pelo Ministério Público do estado e o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul decidiu, em dezembro de 2017, que elas não vão à júri popular. Essa decisão pode ser revertida no Superior Tribunal de Justiça (STJ), se o MPRS recorrer. Caso contrário, o caso vai ser julgado por um juiz criminal em Santa maria, sem jurados.

As famílias das vítimas pediram agilidade à Justiça. Alguns pais acabaram processados pelo Ministério Público gaúcho por desrespeito com autoridades. Eles escreveram artigos em jornais criticando o andamento das investigações. Em julho deste ano, os últimos 2 pais processados foram absolvidos pelo juiz por falta de fundamento.

Agora, a Associação dos Familiares das Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria (AVTSM), que representa 3.500 pais e irmãos das vítimas e sobreviventes, pede apoio da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM) para uma audiência com a procuradora-geral da República, Raquel Dodge. Eles entraram com um processo na Justiça pedindo a federalização do caso.

A CDHM já enviou à PGR dois ofícios para Raquel Dodge pedindo que audiência com as famílias das vítimas e sobreviventes seja realizada.

*“A Comissão de Direitos Humanos e Minorias acompanha os desdobramentos da tragédia da Boate Kiss. E estamos juntos no agendamento de audiência com a procuradora-geral da República. Agimos de acordo com fundamentos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados”, ressalta o deputado Luiz Couto (PT/PB), presidente da CDHM”.*

**06/08- Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias denuncia a repressão sistemática de protestos no Brasil para órgãos internacionais**

O presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM), Luiz Couto (PT/PB), enviou à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, à Relatoria Especial para Liberdade de Expressão da OEA e ao Relator Especial para liberdade de Expressão da ONU, nesta segunda-feira (6), um comunicado sobre a repressão nas manifestações e protestos no Brasil.

Couto pede que os órgãos atuem para que as violações de direitos humanos sejam investigadas e para que não voltem a ocorrer. Pede, ainda, que os órgãos estejam presentes em Brasília no próximo dia 15 de agosto, quando deve ocorrer uma manifestação por ocasião do registro de candidatura a Presidente da República de Luiz Inácio Lula da Silva. Para o parlamentar, isso se justifica diante do histórico de repressão, seletiva, às manifestações populares.

**20/08- Nota de pesar pela morte do companheiro Miguel Lobato, coordenador Nacional do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM).**

*“O deputado federal Luiz Couto, presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, lamenta profundamente a morte do companheiro Miguel Lobato, coordenador Nacional do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM). Ele morreu na madrugada deste domingo (19).*

*Luiz Couto lembrou a trajetória de luta de Miguel e sua decisiva participação na criação de políticas públicas para a habitação popular nos governos de Lula e Dilma. O parlamentar ainda citou que depois do impeachment, Miguel passou a denunciar o desmonte provocado pelo governo de Michel Temer (MDB) na área habitacional.*

*"Miguel era um guerreiro pelo bem da coletividade e sua memória sempre será homenageada em cada luta que travarmos pelo direito à moradia. Era um líder que cativava seguidores", disse Luiz Couto, que prestou solidariedade aos familiares e amigos de Miguel, bem como aos companheiros e companheiras do MNLM.*

*O velório de Miguel Lobato – Miguelzinho – aconteceu na própria residência do companheiro, no Condomínio Fé em Deus, Passagem das Flores, 128, em Belém (PA) ”.*

**20/08- CDHM pede informações ao Ministério da Defesa sobre a situação dos venezuelanos em Pacaraima**

Hoje, segunda-feira (20), o presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM), Luiz Couto (PT/PB), enviou ao ministro da Defesa, Joaquim Silva e Luna, um ofício onde solicita informações sobre as providências tomadas para abrigar os imigrantes e prevenir atos de violência e xenofobia.

O mesmo documento foi enviado para a procuradora-geral da República do Brasil, Raquel Dodge.

“*Queremos reforçar as conclusões do Relatório das Violações de Direitos Contra Imigrantes Venezuelanos no Brasil, feito pelo Conselho Nacional dos Direitos Humanos. Principalmente, no que diz respeito ao abrigo dos refugiados e policiamento constante nos locais onde eles estão*”, destaca Luiz Couto.

O governo federal deve enviar esta semana um reforço de 120 homens da Força Nacional.  Atualmente, já existem 31 agentes da Força em Pacaraima. Um abrigo deve ser construído fora da cidade e 36 profissionais da saúde, voluntários de hospitais universitários, serão enviados para atender os imigrantes.

**20/08- Presidente da CDHM considera “atropelamento e desrespeito ao povo tradicional” o pedido de ruralistas para que Temer revogue decreto**

O decreto 6.040 de 2007, assinado pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, criou a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. A iniciativa previa a atuação em quatro eixos principais: acesso aos territórios tradicionais e aos recursos naturais, infraestrutura, inclusão social e fomento à produção sustentável. Deveria, ainda, incentivar o desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais com acompanhamento dos órgãos do governo federal.

Agora, os presidentes da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), João Martins, e da Frente Parlamentar de Agricultura (FPA), deputada Tereza Cristina (DEM/MS), pediram ao presidente Michel Temer a revogação do decreto. Eles afirmam que o decreto “contém vícios de inconstitucionalidade formal, que comprometem sua validade e desautorizam sua permanência no ordenamento jurídico brasileiro”.

O presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM), Luiz Couto (PT/PB), reage com firmeza diante da atitude dos ruralistas.

*“Não podemos permitir que o governo revogue esse decreto que reconheceu, de forma histórica, a existência formal de todas as chamadas populações ‘tradicionais’ do Brasil. Ele promove o desenvolvimento sustentável, reconhece, fortalece e garante os direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais. Além disso, respeita a valorização da identidade dessa populações, suas formas de organização e instituições. Mexer com o povo tradicional, ou seja, o povo humilde que cultiva de forma legal e que reside há décadas nestas terras é sobretudo um pecado imperdoável. Não permitiremos este atropelamento e desrespeito ao povo tradicional”,* contesta Luiz Couto.

O deputado ressalta que o decreto é a garantia constitucional do Brasil como um estado pluriétnico e abre possibilidades de gestão mais enriquecedora para o conjunto da sua população.

*“Essas comunidades tradicionais trabalham, juntas, com o aval deste decreto, para desenvolver projetos e ações destinados a promover a inclusão, bem como a agricultura familiar, que hoje é um exemplo de sucesso para a América Latina”,* conclui o parlamentar.

**30/08- Nota de Pesar****pela morte do sargento do Corpo de Bombeiros da Paraíba, Josélio de Souza Leite**

*“Manifesto meu profundo sentimento de pesar pela morte do sargento do Corpo de Bombeiros da Paraíba, Josélio de Souza Leite, assassinado na manhã de hoje dentro do quartel do 1º Batalhão de Bombeiro Militar da Paraíba (BBM), em Mangabeira, na Zona Sul de João Pessoa.*

*Os bombeiros e demais profissionais da segurança pública salvam diariamente milhares de vidas, resgatando vítimas no contexto de catástrofes, incêndios e epidemias. A morte de um desses bravos guerreiros, de forma tão violenta, nos atinge e nos preocupa.*

*Ao tempo em que presto solidariedade à família do sargento Josélio Leite e a todo o Corpo de Bombeiros da Paraíba, solicito com urgência que seja investigada a autoria do crime e que os culpados sejam julgados e punidos de acordo com a lei”.*

**05/09- STF recebe solicitações da CDHM para questões indígenas**

O ministro Luís Roberto Barroso do Supremo Tribunal Federal (SFT), recebeu nessa terça-feira (4), integrantes da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM) para discutir pautas relacionadas à população indígena. A deputada Erika Kokay (PT/DF) representou o presidente da CDHM, deputado Luiz Couto (PT/PB). Também participaram do encontro os advogados Conselho Indigenista Missionário, Adelar Cupsinski e Rafael Modesto, além do assessor da CDHM, Leonardo Santana.

*“O direito dos indígenas à terra deles é garantido pela Constituição. Mas, por causa de disputa territorial, o Mato Grosso do Sul é o estado com maior incidência de assassinatos de indígenas no Brasil, de acordo com o Conselho Indigenista Missionário”, pondera Luiz Couto.*

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias já fez seis diligências ao Mato Grosso do Sul. Duas foram na região de Dourados-Amambai, um complexo de aldeias onde vivem mais de 5 mil índios. Uma das visitas oficiais foi em 2016 após o assassinato do indígena Clodiodi Aquileu.

*“Queremos evitar mais atos de violência e, preocupados com o histórico de conflitos na região, temendo outro evento de proporções drásticas em eventual despejo, é que estamos pedindo a apreciação com a máxima urgência do pedido contido no Agravo em Recurso Especial”, conclui Luiz Couto.*

**11/09- Nota de Repúdio** **às agressões da Guarda Municipal de Curitiba/PR contra Renato de Almeida Freitas Junior**

*“Manifesto repúdio à atuação violenta da Guarda Municipal de Curitiba/PR que, no dia 9/9/2018, disparou dois tiros de bala de borracha contra Renato de Almeida Freitas Junior, advogado, candidato a deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores (PT) no Paraná.*

*O candidato relata que estava fazendo panfletagem em uma praça quando recebeu ordem policial para sair do local e, ao responder que estava apenas distribuindo panfletos, foi atingido por um tiro na mão e outro nas costas: "Eu não falei nada, só falei que estava panfletando, o cara me deu um tiro à queima-roupa”.*

*A violência não é um episódio isolado. Em 2016, durante audiência pública realizada por esta Comissão de Direitos Humanos e Minorias que discutiu a repressão estatal contra manifestações políticas e reivindicatórias, Renato Freitas denunciou ter sido abordado por policiais da Guarda Municipal, torturado e conduzido arbitrariamente para a delegacia, além de ter sido alvo de diversas ofensas de cunho racista. De acordo com o relato colhido à época, os policiais da Guarda Municipal duvidaram da veracidade da sua carteira da Ordem dos Advogados do Brasil dizendo “Esse neguinho aí, com cara de dingo, não pode ser advogado”. Algemado, foi espancado e conduzido à delegacia.*

*Considero este caso mais uma manifestação do racismo estrutural que, em sua projeção institucional, submete pessoas negras a buscas detalhadas, verificação de identidade e investigações de forma violenta, baseados em generalizações e estereótipos, diferentemente do que ocorre com pessoas não-negras, violando assim os direitos humanos à igualdade e à não discriminação.*

*Ao tempo em que prestamos solidariedade a Renato Freitas, informo que solicitei providências ao Ministério Público do Paraná, Prefeitura de Curitiba e Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil para que adotem as medidas cabíveis no caso”.*

**11/09- Presidente da CDHM pede mobilização em torno da democracia e contra os discursos de ódio**

Nessa segunda-feira (10), a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), lançou uma nota pública onde afirma que o ataque ao candidato à Presidência Jair Bolsonaro “se conecta com o assassinato da vereadora Marielle Franco e os disparos de arma de fogo contra a caravana do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva”. Hoje (11), o presidente da CDHM, deputado Luiz Couto, alertou para a importância do respeito aos princípios constitucionais.

A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão pondera que é fundamental que o episódio de violência envolvendo o candidato, seja um divisor de águas para a retomada urgente do processo eleitoral e político em um ambiente democrático de respeito às diferenças e dissidências.

Hoje, terça-feira (11), o presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM), deputado Luiz Couto (PT/PB), se uniu às colocações da PFDC e pediu atenção ao momento político do país.

*“Venho alertando e me preocupando insistentemente com a onda de discursos de ódio que se instaurou nas redes sociais no Brasil e no mundo. Esse tipo de discurso fere os princípios constitucionais e tratados internacionais de direitos humanos. Ainda assim, mesmo com as várias leis nacionais e internacionais, que buscam restringir o discurso de ódio, elas não têm o poder de impedir de fato o preconceito e a discriminação de qualquer natureza. Mas punem essas manifestações e protegem os indivíduos sejam alvo desse ódio”,* esclarece Luiz Couto.

O deputado aponta para a necessidade de uma mobilização da sociedade civil, para a retomada do padrão democrático vivido pelos brasileiros até a deposição da presidente Dilma Rousseff.

**14/09- Presidente da CDHM lamenta agressões a moradores de rua e religioso em São Paulo**

Na manhã desta sexta-feira (14), integrantes da Guarda Civil Metropolitana de São Paulo (GCM) entraram no Centro Comunitário São Martinho de Lima, no bairro da Mooca, região central da cidade. O local é um espaço usado todos os dias por pessoas em situação de rua. Lá, fazem refeições e higiene pessoal. De acordo com testemunhas, os policiais tentavam recolher pertences das pessoas e isso provocou tumulto e agressões.

O padre Júlio Lancelotti, da Pastoral do Povo da Rua, estava no local e também foi agredido junto com usuários do Centro.

O presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM), deputado Luiz Couto (PT/PB), repudia o ato de violência e repressão que atingiu famílias sem teto e o religioso.

*“É mais uma manifestação da falta de tolerância que, em nível institucional, tem submetido pessoas pobres a constrangimentos, humilhações e atos de violência extremada, violando assim os direitos humanos à igualdade e à não discriminação”,* afirma Luiz Couto.

O presidente da CDHM vai além. *“São atos rotineiros de higienização social promovidos pela administração municipal que, assim como as elites, acredita que a pobreza de nossos irmãos e irmãs de rua, fere a beleza de seu mundo de conto de fadas. Um mundo onde as fraturas sociais devem ser retiradas de seus olhos, sem um comprometimento verdadeiro em combater e resolver o problema”,* conclui Luiz Couto.

**08/10- Presidente da CDHM lamenta crime por motivo político na Bahia**

O presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM), deputado Luiz Couto (PT/PB), lamenta o assassinato do mestre de capoeira conhecido como “Moa do Katende”, ocorrido em Salvador (BA), na madrugada de hoje. O crime teria acontecido durante uma discussão por motivos políticos.

O presidente da CDHM encaminhou, nesta segunda-feira (8), ao Secretário de Segurança Pública e Defesa Social da Bahia, Maurício Teles Barbosa, um ofício pedindo informações sobre o andamento do inquérito policial instaurado para apurar o homicídio.

*“O cerceamento à liberdade de expressão é típico de ditaduras e de momentos do autoritarismo, além de ser evidente desrespeito à Constituição da República, à Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e a outros instrumentos internacionais de direitos humanos”,* afirma Luiz Couto.

*“Ademais, a intolerância política tem acirrado os ânimos neste momento difícil que o Brasil atravessa, levando agressores a escolherem suas vítimas de acordo com seus ideais. Tais atos devem ser severamente repreendidos tanto civil quanto administrativamente, em todos setores da sociedade, evitando, assim, que tragédias como esta morte se repitam”,* alerta o presidente da CDH.

**11/10- Presidente da CDHM pede informações e providências ao governo do Pará sobre incêndio em rádio comunitária**

O presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM), Luiz Couto (PT/PB), enviou na noite dessa quarta-feira (10), um ofício ao secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará, Luiz Fernandes da Rocha, solicitando informações sobre o possível incêndio criminoso, por motivações políticas, de uma rádio comunitária em Gurupá, na região da Ilha do Marajó.

O incêndio aconteceu na madrugada do dia 10, onde houve também o furto de um computador usado em transmissões da rádio.

 “*Recebemos na Comissão, por telefone, denúncias anônimas falando do acirramento entre grupos políticos em Gurupá. Isso é reflexo dos ânimos da população neste momento difícil que o Brasil atravessa, que leva agressores a escolherem suas vítimas de acordo com seus ideais. Também é um exemplo do jeito como a população tem interagido nas redes sociais, esquecendo de que a política e os problemas sociais envolvem minorias que necessitam de atenção independente de posições políticas*”, analisa  Luiz Couto.

O presidente da CDHM recomenda, no documento, a severa repreensão de atos como esse. *“Tanto civil quanto administrativamente, em todos setores da sociedade e, dessa forma, evitar que tragédias aconteçam. Então, solicitamos ao secretário, que informe o andamento do inquérito policial instaurado para apurar o incêndio, e também sobre medidas adotadas pelo governo do estado, para combater e prevenir esse tipo de violência. Nós não podemos aceitar isso, o ódio não pode tomar conta*”, conclui Luiz Couto.

**11/10- Nota de Repúdio às agressões físicas e violação de direitos humanos no contexto da eleição presidencial brasileira.**

*"Manifesto repúdio às agressões físicas e violação de direitos humanos no contexto da eleição presidencial brasileira. A atuação de grupos contrários à afirmação de direitos fundamentais como a liberdade e a democracia, acirra a violência dirigida, especialmente, contra minorias políticas e militantes dos movimentos sociais.*

*Casos recentes de intolerância chamam a atenção pela motivação violenta ligada ao processo eleitoral.*

*No dia 06 de outubro, a transexual Jullyana Barbosa foi agredida em Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro, com gritos de homofobia e apologia ao candidato do PSL à Presidência, Jair Bolsonaro. De acordo com as declarações de Jullyana à imprensa “Começaram a gritar 'viado', 'lixo', 'tem que matar esse lixo', 'tomara que o Bolsonaro ganhe para matar esse lixo', tendo em seguida sido espancada com uma barra de ferro.*

*Um estudante da Universidade Federal do Paraná que usava um boné do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) foi violentamente atacado por um grupo da torcida da Império, do Coritiba. Aos gritos de “Aqui é Bolsonaro”, o grupo de cerca de 15 pessoas vestidas com a camisa do time espancou o rapaz que estava em frente à Casa da Estudante Universitária (CEUC). Houve depredação no local e também foram quebrados vidros da biblioteca da universidade.*

*A servidora pública Paula Pinheiro Ramos Pessoa Guerra foi espancada na noite do dia 07/10/2018 em um bar do Recife, após criticar ideias do candidato Jair Bolsonaro. Dois homens que estavam no local passaram a falar de mulheres em um tom bastante agressivo. Em seguida, uma mulher que estava com eles passou a agredi-la enquanto os homens imobilizavam os garçons para impedir o socorro.*

*Somado a isso, na Universidade de Brasília, cinco livros sobre direitos humanos do acervo da Biblioteca Central (BCE) foram propositalmente danificados, com algumas páginas rasgadas e riscadas. A destruição de livros é marca de regimes autoritários que não toleram a diversidade de narrativas sobre a história.*

*Os atos demonstram completa incompatibilidade com o respeito às diferentes opiniões políticas e ao diálogo, essenciais para a preservação da democracia. Por isso, externo preocupação diante desse contexto de intolerância e recomendo aos candidatos à presidência que se posicionem veementemente contra atos violentos e de desrespeito dos direitos humanos."*

**18/10- Presidente da CDHM pede providências ao Ministério Público de São Paulo no caso da travesti assassinada**

O presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, Luiz Couto (PT/PB), enviou nesta quinta-feira (18) ao procurador-geral de Justiça do Estado de São Paulo, Gianpaolo Poggio Smanio, um ofício solicitando informações sobre o assassinato da travesti Priscila na madrugada da última terça-feira (16), em São Paulo, capital.

*“De acordo com testemunhas ouvidas pela polícia, houve gritos e agressões verbais, seguidas de menções a um candidato à presidência da República e incentivando a violência contra a população LGBT.  A vítima foi esfaqueada e morreu. O crime é mais um na escalada de violência contra minorias políticas no contexto das eleições presidenciais. Portanto, solicito ao Ministério Público que adote todas as medidas cabíveis no caos”,* denuncia Luiz Couto.

**22/10/2018- Presidente da CDHM rechaça afirmações de candidato à Presidência sobre direitos humanos**

O Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM), Luiz Couto (PT/PB), criticou de forma veemente, na tarde desta segunda-feira (22), as afirmações do candidato à Presidência da República Jair Bolsonaro de que direitos humanos sejam empecilho ao desenvolvimento social e econômico em nosso país. O candidato usou hoje as redes sociais para falar em alterações no que chamou de "cultura de defesa dos direitos humanos".

Para esse candidato, atualmente, as instituições ligadas à defesa e promoção dos direitos humanos deveriam agir de forma diferente:*"Somente transformando a cultura da defesa de direitos humanos, que defende somente o direito de quem não era para ter tal representatividade excessiva, é que iniciaremos o verdadeiro desenvolvimento social e econômico em nosso país",* disse em uma publicação no Twitter.

O Presidente da CDHM responde: *“Primeiramente, vamos deixar claro que direitos humanos são os direitos de todos os seres humanos, sem exceção, e podem ser considerados sinônimos de direitos fundamentais. Não são uma organização, um grupo ou uma pessoa. É um conjunto de normas estabelecidas a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos e vigentes em todos os países desenvolvidos, o que prova que eles não atrapalham, mas são condições para o desenvolvimento social e econômico.*

*Assim, não existe "uma cultura de defesa dos direitos humanos”, uma vez que todos nós somos contemplados por essas normas. Por conta desse conjunto de normas e leis é que não podemos, de forma alguma, atentar contra a vida alheia e sair matando como bem entendermos. Que não podemos sair agredindo quem pensa diferente de nós. Que não podemos ser torturados pela polícia ou por qualquer outra pessoa”,* pontua Luiz Couto*.*

O Deputado vai além*. “Direitos humanos são um patrimônio inalienável de toda a humanidade. Agora, no que diz respeito aos autores de crimes, estes devem pagar sim, defensores de direitos humanos nunca defenderam outra coisa. Eles devem pagar conforme a legislação vigente, sejam esses criminosos pobres ou ricos.*

*Esse candidato expressa uma visão distorcida e ditatorial dos direitos fundamentais. O problema não é os direitos humanos. O problema é de alguém que pensa que metralhar cidadãos resolverá as lacunas sociais”.*

**26/10- CDHM pede informações sobre mais dois casos de violência ligados à eleição presidencial**

O presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados (CDHM), Luiz Couto (PT/PB), pediu, nesta sexta-feira (26/10), informações aos secretários de Segurança Pública do Ceará e de Sergipe, informações sobre dois crimes que estariam inseridos no contexto dos atos de violência das eleições presidenciais.

Um dos pedidos é para o secretário André Santos Costa, do Ceará. O presidente da CDHM solicita informações sobre as investigações e providências tomadas no caso do estupro de uma estudante, nos arredores da Universidade de Fortaleza (Unifor), nessa quinta-feira (25).

*“Há suspeita que o crime tenha ocorrido por motivação política, de acordo com as informações veiculadas pela imprensa. Consideramos que esse crime é mais um na escalada de violência no contexto das eleições presidenciais”,* avalia Luiz Couto.

**Anexo I –** Relatório para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)

Violações de Direitos Humanos no Brasil – Casos de Intolerância Política - 2018

**Contribuições da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados à Comissão Interamericana de Direitos Humanos – CIDH.**

Brasília, 26 de outubro de 2018.

# APRESENTAÇÃO

O presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) da Câmara dos Deputados do Brasil apresenta esta contribuição à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), com objetivo de agregar elementos para a avaliação do Brasil, no contexto da missão da CIDH ao País em 2018.

Gostaríamos que também fosse vista como uma contribuição à análise, pelos representantes dos países integrantes do Conselho de Direitos Humanos da ONU e pelos observadores de organismos e sociedade civil internacionais, das graves violações de direitos humanos motivadas por intolerância política ocorridas no Brasil.

Este documento é resultado da pesquisa “MAPA DA VIOLÊNCIA”, gerada no *google maps* a partir de 1º de outubro de 2018. Os casos apresentados, relacionados a crimes por intolerância política, foram todos registrados por matérias jornalísticas e relatos vivenciados por populares.

A equipe técnica da Comissão de Direitos Humanos e Minorias checou os testemunhos e registros jornalísticos, cotejando-os com os dados da mencionada pesquisa.

A Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados tem participado efetivamente de todos os ciclos democráticos desde 1995, quando foi instalada, e considera este momento um enfraquecimento do estado democrático de direito. Acompanhamos de perto os casos de intolerância política e realizamos a audiência pública intitulada "Crimes motivados por intolerância política" no dia 28 de novembro de 2018, por sugestão do Presidente da CDHM mediante o Requerimento n° 110/2018, aprovado por unanimidade neste colegiado.

A preocupação da Comissão reflete um momento delicado em que a intolerância encontrou um terreno sólido nas redes sociais. Pesquisa feita pelo Comitê Gestor da Internet do Brasil, em 2016, revelou que, de três jovens e crianças com acesso à internet, pelo menos um já teve conhecimento de alguém que sofreu discriminação. O estudo mostra também que 41% dos pesquisados afirmaram já ter visto uma vítima de preconceito na internet. Desse número, 24% referem-se a cor ou raça, 16% a aparência e 13% a homossexualidade. E outro estudo, da Safernet, ONG que atua na promoção e defesa dos direitos humanos na internet no país, revela que 39 mil páginas foram denunciadas por violações de direitos humanos, em razão de seus conteúdos racistas e de incitação à violência em 2016.

Os crimes de ódio e de intolerância ficam cada vez mais expostos e amplia-se o contingente de vítimas de racismo, homofobia, xenofobia, etnocentrismo, preconceito religioso e contra pessoas com deficiência. São crimes que ferem a dignidade humana e prejudicam a sociedade como um todo, subtraindo-lhe segurança e a confiança nas instituições democráticas.

Em tempos de polarização política, a intolerância atingiu todos os setores sociais, inclusive as universidades brasileiras, que registraram casos que vão de confrontos nos campi a disputas na justiça, ameaças de morte e até a utilização de explosivos.

**MAPA DA VIOLÊNCIA - CASOS DE INTOLERÂNCIA POLÍTICA**

O Mapa da Violência inclui casos a partir de 1º de outubro de 2018 e trata-se de um levantamento inicial, sujeito a imprecisões. Ou seja, o conjunto é mais importante que o caso particular; a investigação dos crimes indicados aqui pode e possivelmente já deve ter sido iniciada pelo Ministério Público e pelas polícias federal e civil, na medida de suas competências. O Mapa é um espaço reservado pelo google[[1]](#footnote-1), onde usuários registraram denúncias relacionadas a crimes por intolerância política espalhadas pelas redes sociais. Os casos abaixo, constantes desse mapa, foram confirmados por registros jornalísticos ou em redes sociais.

**Caso - Mestre de capoeira Moa do Katendê (Romualdo Rosário da Costa)**

Figura icônica nos círculos da cultura negra da Bahia, o mestre de capoeira e artista Moa do Katendê, 63 anos, foi atacado após uma discussão política. O autor do crime, identificado como Paulo Sérgio Ferreira de Santana, de 36 anos, foi preso em flagrante pela Polícia Militar[[2]](#footnote-2).

A confusão teria começado por volta das 2h40, após um homem gritar palavras de apoio ao candidato à Presidência Jair Bolsonaro (PSL). O mestre de capoeira teria respondido que, ali, as pessoas preferiam o Partido dos Trabalhadores (PT). Ainda de acordo com a SSP-BA, a perícia analisou o corpo da vítima e constatou que foram desferidas 12 facadas na região das costas. De acordo com as primeiras informações, o agressor e a vítima não se conheciam antes do fato.

Fonte: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/mestre-de-capoeira-morto-com-12-facadas-apos-dizer-que-votou-no-pt-em-salvador-23139302.html>

**Caso – Anielle Franco**

No dia 8 de outubro de 2018, a irmã de Marielle Franco relatou em sua página no Facebook ter recebido agressão verbal enquanto andava na rua com sua filha de dois anos no colo, sem qualquer roupa de político, partido ou bandeira. Leia abaixo o relato assustador de Anielle Franco:

*Medo!!!!*

*Desde o dia 14 de março eu assumi um outro lugar de fala. Lugar esse que me foi imposto. Eu preferia ela viva do que ter que passar e aturar o que tô passando. Digo isso de pessoas até fatos! Comecei a falar pela família da vereadora morta/assassinada cruelmente, e com isso algumas pessoas passaram a me reconhecer na rua. Uns reconhecem pra dizer apenas meus sentimentos... outros... isso....*

*Hoje, com minha filha de dois anos no colo, andando na rua, próximo a um shopping, sem nenhum adesivo, nenhum broche, nenhuma camisa, nenhuma bandeira (era só eu e Mariah, ela com roupa de creche e eu com roupa de trabalho) recebi gritos na minha cara - Repito: Gritos na minha cara - e consequentemente na dela (que ficou assustada claro) Gritos de que eu era "da esquerda de merda" "Sai daí feminista" "Bolsonaro... Piranhaaa" de homens devidamente uniformizados com a camisa do tal candidato.*

*Hoje eu tive medo! Medo mesmo. Não deveria, mas tive. Foi assustador. Ainda mais com minha filha no colo. Eu sozinha teria sido outra história (quem me conhece sabe)! Bom, não estou escrevendo pra que ninguém tenha pena. Mas para que repensem à sua maneira de fazer política. Por conta de um antipetismo vocês preferem propagar o ódio e a violência?! O seu candidato, em suma, defende esse tipo de postura, e outras coisa bem piores! Pensem bem!*

*Por fim... Seguimos na luta! Por aqui vai ter luta sim! Hoje e sempre. Na verdade, sempre teve. Nossa luta vem de muito antes disso tudo. Essa luta não acaba dia 27. Nem hoje, nem ano que vem, nem muito menos em 2020. Ela vai muito além. Ela se intensifica. Ela vira pública. Ela ganha força, apoio e forma!*

*É só pararem de nos matar!!!*

Fonte: <https://www.brasil247.com/pt/247/rio247/371542/Irm%C3%A3-de-Marielle-%C3%A9-agredida-com-a-filha-por-eleitores-de-Bolsonaro.htm>

**Caso - Thiago Viana Marques**

Thiago Viana Marques estava no trem com a Senhorita Larissa Melo e Matheus Rodrigues e relata: ‘próximos de nós, tinha um moço mandando áudio no whatsapp e deu pra notar um adesivo de apoio ao Haddad e Manuela na capinha do seu celular. Do lado dele havia um sem noção que DO NADA, DO NADA começou a xingar o garoto, disse que iria quebrá-lo, matar, chamou o menino de SODOMITA e disse que ou ele respeitava a família ou apanharia dele ali na hora. O garoto ignorou o cara e continuou enviando seu áudio. O homem sem noção alguma, continuou ameaçando o menino que deu uma resposta e saiu de perto dele”.

Segundo Thiago Viana, “agora eu paro para pensar que cenas como essa que já começavam a fazer parte do nosso dia a dia só vão aumentar”.

Fonte: <https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?ll=-23.548591799999983%2C-46.635534500000006&z=8&mid=1hNIxsASpLAxFjsWPMqFZtm-cuigr3jj9>

**Caso - José Carlos de Oliveira Mota**

No dia 03 de outubro deste, um crime chocou a comunidade LGBT de Curitiba. José Carlos de Oliveira Mota foi encontrado morto, amarrado nos pés e mãos, envolto em um cobertor, dentro do armário de seu apartamento no Centro da cidade. Ele foi golpeado na cabeça até ter traumatismo craniano.

Cabelereiro, declarado homossexual, de 57 anos, foi assassinado em mais um caso que se enquadra em intolerância política. Levou um homem estranho a sua casa e foi assassinado brutalmente com gritos de Viva Bolsonaro.

Fonte: <https://revistaladoa.com.br/2018/10/noticias/um-gay-morto-no-armario-e-um-assassino-obcecado-por-bolsonaro/>

**Caso – Repórter do Jornal do Commercio de Pernambuco**

Uma jornalista que trabalha no Jornal do Commercio de Pernambuco foi agredida e ameaçada de estupro neste domingo (7) de eleição, em Recife. A mulher foi atacada por dois homens no momento em que saía do local de votação, no bairro de Campo Grande, na zona norte do Recife.

A mulher foi atacada por dois homens no momento em que saía do local de votação, no bairro de Campo Grande, na zona norte do Recife. Segundo ela relatou à Polícia, um deles vestia camisa do candidato a presidente Jair Bolsonaro (PSL). O motivo da agressão, de acordo com a profissional, seria o fato de ela ser jornalista e mulher.

Fonte: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2018/10/jornalista-agredida-ameacada-de-estupro.html>

**Caso - Julyana Rezende Ramos**

Uma mulher identificada como Julyana Rezende Ramos Paiva foi agredida com um soco no rosto após declarar voto a um candidato a presidente da República na manhã deste domingo de eleição (7), próximo a Escola Municipal Padre Pinho, no bairro de Cruz das Almas, em Maceió.

Fonte: <https://maceio.7segundos.com.br/noticias/2018/10/07/122410/mulher-e-agredida-por-eleitores-de-bolsonaro-apos-declarar-voto-em-outro-candidato-em-maceio.html>

**Caso – Paulo Bezerra**

Um jovem foi espancado em Teresina (PI) por simpatizantes do presidenciável Jair Bolsonaro (PSL) por estar vestindo uma camiseta vermelha e ter respondido às agressões verbais que sofreu. O pai do arquiteto postou as imagens em seu Facebook no sábado (6), véspera de eleição.

De acordo com o depoimento de Paulo Bezerra, eles agrediram o jovem enquanto gritavam palavras de ordem. No vídeo é possível ouvir alguns falando “é comunista”, como justificativa para as agressões. Os homens que espancam o jovem vestem camisas com o rosto e nome do candidato militar.

Fonte: <https://www.revistaforum.com.br/e-comunista-jovem-veste-camiseta-vermelha-e-e-agredido-por-eleitores-de-bolsonaro/>

**Caso – Morro da fumaça em Criciúma, SC**

Um eleitor invadiu uma sessão de votação e, carregando uma marreta, desferiu várias marretadas na urna eletrônica.

Fonte: <http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/jornal-do-almoco/videos/t/edicoes/v/eleitor-destroi-urna-eletronica-no-morro-da-fumaca-presidente-de-mesa-e-preso-em-criciuma/7073316/>

**Caso – Curitiba – Homem com camisa do Lula**

Na madrugada de 8 de outubro de 2018, um homem que vestia uma camiseta do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva com adesivos do candidato do PT à presidência, Fernando Haddad, foi atropelado por um carro Renault Sandero branco no bairro de São Francisco, em Curitiba (PR).

Fonte: <https://www.causaoperaria.org.br/fascista-atropela-homem-com-camisa-de-lula-em-curitiba/#.W7vjJmJccq9.facebook>

**Caso – Morte de cachorro a tiros durante ato pró-Bolsonaro**

Na cidade de Muniz – BA, um cachorro foi alvejado por um homem que participava de um ato em apoio ao candidato à presidência Jair Bolsonaro. Segundo testemunhas, o homem que participava da carreata, desceu do carro e alvejou o cachorro no meio da rua. Após o ato, entrou em seu carro e seguiu a carreata livremente.

Fonte: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2018/10/cachorro-morto-tiros-ato-pro-bolsonaro-bahia.html>

**Caso – Praça São Salvador, Rio de Janeiro.**

Um grupo de apoiadores de Jair Bolsonaro se reuniu, na noite de quarta-feira 4/10/18, na Praça São Salvador, em Laranjeiras, na Zona Sul do Rio de Janeiro, e, segundo relatos, ouviram-se diversos tiros no local e houve confusão.

Fonte: <https://oglobo.globo.com/brasil/ato-pro-bolsonaro-na-praca-sao-salvador-reduto-da-esquerda-na-zona-sul-do-rio-termina-em-confusao-23126162>

**Caso -  Médico Márcio Tarradt Rocha**

O médico Márcio Tarradt Rocha estava com seu carro em via pública quando foi surpreendido por um motociclista que atirou um tijolo no vidro de seu veículo. O motivo ao que parece era que o médico estava com um adesivo do Haddad colado na parte traseira e que ao atirar o tijolo ouvia-se “Bolsonaro presidente”, xingamentos e palavras de ordem pró-Bolsonaro.

Fonte: <https://www.viomundo.com.br/voce-escreve/motoqueiro-pro-bolsonaro-atira-pedra-em-caminhonete-so-porque-tinha-o-adesivo-lulalivre.html>

**Caso – Professor de história Euclides Tavares**

No dia 5 de outubro de 2018, os alunos da turma do primeiro ano 'B' do ensino médio do CEI Mirassol, uma das mais tradicionais escolas privadas de Natal, RN, tiveram a aula de português interrompida pela coordenadora Ana Cristina Dias, que perguntou se na aula anterior, de história, teria havido menções políticas a algum candidato na disputa pelo Palácio do Planalto.

Segundo a apuração do Jornal Época, em um áudio de três minutos e dezessete segundos encaminhado a um grupo familiar no aplicativo de mensagens, o professor de história Euclides Tavares narrava esbaforido como estava em choque. Em aula dedicada à história do cinema, ele viu sua citação à Lei Rouanet tornar-se alvo de críticas dos seguidores do candidato do PSL, Jair Bolsonaro.

Ainda segundo a reportagem, a escola havia recebido uma ligação de um pai de algum dos alunos ameaçando o professor, com um discurso para a coordenadora: “resolva, resolva porque se não quem vai resolver sou. Eu vou aí com mais três pais armados e ele vai ver porque Bolsonaro é... pra ser presidente do Brasil” [*sic*]. E bateu o telefone.

Fonte: <https://epoca.globo.com/aula-de-historia-em-natal-terminou-com-um-professor-ameacado-de-morte-por-partidarios-de-bolsonaro-23132882>

**Caso – Publicitário Eloi Capucho**

O publicitário Eloi Capucho registrou um boletim de ocorrência no 23° Distrito Integrado da Policia (DIP), em que diz ter sido ameaçado de morte em uma discussão política. Segundo informação, a discussão aconteceu quando Eloi estava sentado no banco traseiro do carro motorista de aplicativo e que o condutor o puxou pelo braço e o ameaçou “Cala a boca, senão eu te jogo deste carro”.

Fonte: <http://d24am.com/amazonas/policia/em-bo-publicitario-diz-que-foi-ameacado-por-motorista-de-aplicativo-apos-discussao-politica/>

**Caso – Pichação homofóbica no Colégio Franco-Brasileiro, no Rio**

Foi encontrada no dia 8 de outubro deste ano uma pichação homofóbica em um banheiro feminino no colégio Franco-Brasileiro, na Zona Sul do Rio: “Sapatas vão morrer”. A diretora da instituição emitiu uma circular para todos os pais de alunos repudiando a manifestação de intolerância contra minorias.

Fonte: <https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/amp/um-dia-apos-1-turno-banheiro-feminino-de-colegio-e-pichado-no-rio-sapatas-vao-morrer.html>

**Caso – Jornalista Perseguidas em Botucatu- SP**

Segundo informações do blog *MídiaNinja*, uma jornalista de Botucatu, SP, estava com uma amiga em um bar e vários homens resolveram falar sobre política, referindo-se ao bolsa-família, Lula e Haddad com agressividade. No decorrer da conversa, a jornalista e sua amiga resolveram ir embora, quando a repórter percebeu que estava sendo perseguida por um dos rapazes no caminho de sua casa.

Fonte: <http://midianinja.org/news/relato-perseguida-e-ameacada-por-um-bolsominion/>

**Caso – Metrô de São Paulo**

O professor Ricardo Zamorra relatou, em seu facebook, que no dia 8 de outubro de 2018, um homem não identificado vestindo uma camisa com o rosto de Bolsonaro aproximou-se de uma aluna que estava com a namorada e tentou empurrá-la para o vão do metrô, gritando em seguida “Viva Bolsonaro”.

Fonte: <https://www.facebook.com/ricardo.zamora.54379/posts/1044314145749397>

**Caso – Tumulto em fila de votação em Lisboa**

Um grupo de pessoas estava na fila de votação em Lisboa dirigindo-se a qualquer pessoa que passava pelo local com a seguinte frase “Sou fascista com orgulho, sou branco, hétero e italiano”. O alvoroço provocou um tumulto no local de votação e a polícia foi chamada para apartar o movimento que gritava contra outros eleitores.

Fonte: <http://d.emtempo.com.br/cotidiano/123334/video-eleitores-de-bolsonaro-gritam-sou-fascista-em-lisboa>

**Caso – Maringá, SP**

Uma carreata de apoio a Haddad foi atacada, na tarde, do dia 6 de outubro de 2018, por apoiadores de Bolsonaro, na zona norte de Maringá. Um rapaz, numa motocicleta com adesivo do candidato Bolsonaro, quebrou uma janela de carro e feriu Vera Pedroso, presidenta do Sindicato dos Trabalhadores nas empresas de água, esgoto e saneamento de Maringá e região noroeste do Paraná (Sindaen). O agressor foi detido.

Fonte: <https://maringapost.com.br/angelorigon/2018/10/06/agressao-durante-a-carreata/>

**Caso – Manaus, AM**

O professor Marcondes, da Universidade Federal do Amazonas, foi perseguido e agredido por um aluno que afirmava ser eleitor de Bolsonaro. Marcondes estava exibindo um filme sobre fascismo para seus alunos, quando um dos alunos começou a xingar o professor e lançou uma mesa em sua direção.

Fonte: <https://www.portaldoholanda.com.br/noticia-hoje/professor-da-ufam-e-perseguido-e-agredido-por-aluno-defensor-de-bolsonaro>

**Caso – Itabuna, BA**

Jovens e artistas que se manifestaram contra a realização ilegal de reunião partidária no Centro de Cultura Adonias Filho, em Itabuna, BA, a favor de candidato do PSL, foram revistados, agredidos e conduzidos no fundo de um camburão a uma delegacia. Vale lembrar que o art. 73 da Lei nº 9.504/97 expressamente veda a utilização de espaço público em benefício de candidato ou partido político.

Fonte: <http://revistagambiarra.com.br/site/itabuna-grupo-pro-bolsonaro-incita-policia-e-ameaca-jovens-em-centro-cultural-3/>

**Caso – Cáceres, MT**

A transexual Alice Alexandre Pagan, sentido-se ameaçada, publicou relato em seu perfil do Facebook:

*“AINDA ESTOU VIVA PARA CONTAR. ATÉ QUANDO?*

*Hoje à tarde, quando vinha dirigindo só, de Cuiabá-MT rumo à casa dos meus pais, fazia um trajeto de quase 250 quilômetros que liga esta capital à cidade de Cáceres. (...) Em algumas paragens que contém lanchonetes e restaurantes, sempre costumamos fazer um lanche e esticar as pernas. (...) o local onde me sentei, eu ainda avistava a entrada dos banheiros, que ficam ao lado da lanchonete. Um dos rapazes, que deveria ter por volta de seus 25 anos, branco, de olhos claros, bermuda e boné, caminhou até a porta do banheiro masculino fazendo movimento de que iria entrar, contudo, voltou-se para trás e me olhou nos olhos, por alguns segundos, com uma expressão de prazer. Ele esticou os braços para baixo e em seguida os levantou como se estivesse empunhando uma espingarda, moldou os dedos como se simbolizasse uma arma, mirou em mim durante alguns segundos, uma eternidade, como se eu fosse um animal selvagem, que lhe serviria de troféu, e disparou: -“pá” (fazendo um som com a boca). Sorriu satisfeito e entrou no banheiro com cara de quem iria se masturbar”.*

Fonte: <https://www.facebook.com/100000484481230/posts/2673016619391128/>

**Caso – Brasília, DF – Livros de Direitos Humanos rasgados na UNB**

Livros que contam a história da luta por direitos humanos no Brasil foram rasgados na Biblioteca Central da Universidade de Brasília (UnB). Segundo um servidor do departamento, ao todo sete obras foram danificadas. O material será levado para a Polícia Federal.

O bibliotecário responsável pela reposição do estoque de livros afirmou ao site de notícias “G1”, que os danos são muito característicos e foram identificados em, pelo menos, sete exemplares. O funcionário preferiu manter a identidade em sigilo "por medo de ameaças".

Fonte: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2018/10/04/livros-de-direitos-humanos-sao-rasgados-na-biblioteca-da-unb.ghtml>

**Caso - Pampulha, Belo Horizonte: mulher é agredida ao dizer que não votaria em Bolsonaro**

Uma jovem de 24 anos foi agredida por um homem na Pampulha, em Belo Horizonte, após dizer que não votaria no candidato à Presidência Jair Bolsonaro (PSL). De acordo com o boletim de ocorrência, o caso aconteceu no bairro São Luiz, quando a jovem saiu para caminhar.

Fonte: <https://www.otempo.com.br/cidades/mulher-%C3%A9-agredida-em-bh-ap%C3%B3s-dizer-que-n%C3%A3o-votar%C3%A1-em-bolsonaro-1.2052750>

**Caso - Curitiba, PR: Apoiadores de Bolsonaro agridem e quase matam estudante na UFPR**

Um estudante da UFPR foi brutalmente agredido no dia 9 de outubro de 2018 por apoiadores do candidato a presidente Jair Bolsonaro, segundo informações do DCE da UFPR. O estudante sofreu lesões na cabeça causadas por inúmeras garrafas de vidro quebradas pelos agressores. "Além disso, houve depredação à Casa da Estudante Universitária de Curitiba (CEUC), que teve vidros quebrados. A justificativa da agressão foi o uso de um boné do MST pelo estudante", diz o DCE em nota. Mais cedo, Bolsonaro lavou as mãos sobre os casos de violência de seus apoiadores e disse "não ter controle" sobre eles.

Fonte: <https://www.brasil247.com/pt/247/sul/371685/Eleitores-de-Bolsonaro-agridem-e-quase-matam-estudante-na-UFPR.htm>

**Caso - Camaragibe, PE**

Relato de ameaças sofridas por um casal homossexual no dia da eleição, publicado no perfil de Renato Araújo:

“*Enquanto voltávamos do centro de Camaragibe, após ter votado na Escola Estadual Frei Caneca, um carro com adesivos de Bolsonaro 17, reduziu a velocidade e o motorista gritou: "BOLSONARO VAI ACABAR COM ISSO AI VIU" (...)*”

Fonte: <https://www.facebook.com/RenatoAraujoElapidae/posts/949814571879829>

**Caso - Natal, RN: Médica rasga receita após paciente idoso dizer que votou em Haddad para presidente**

Uma médica que trabalha em um hospital público de Natal rasgou a receita que tinha acabado de fazer para um paciente idoso, de 72 anos, após ele responder que votou no candidato do PT à Presidência, Fernando Haddad. O caso aconteceu no dia 8 de outubro, um dia após o primeiro turno das eleições, e foi registrado por meio de boletim de ocorrência na 7ª Delegacia de Polícia de Natal, no bairro das Quintas, Zona Leste da capital. O caso foi confirmado pela própria médica, a infectologista Tereza Dantas, que declarou estar arrependida de sua atitude.

Fonte: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2018/10/09/medica-do-rn-rasga-receita-apos-paciente-idoso-dizer-que-votou-em-haddad-para-presidente.ghtml?utm_source=twitter&utm_medium=social&utm_campaign=g1>

**Caso - Rio de Janeiro, RJ: preconceito contra cearense**

Moradora do Rio há 16 anos, a estudante de enfermagem Thiane Moura, 34, foi insultada quando chegava para estagiar em posto de saúde. Cinco mulheres discutiam o resultado das urnas do último domingo, 7, quando uma delas falou alterada:

"É, vocês mesmos. Bando de burro e cabeça achatada que vêm pra cá pro Rio de Janeiro matar a fome de vocês", relata a estudante. "Por que vocês não ficam lá?"

Fonte: <https://www.opovo.com.br/noticias/brasil/2018/10/no-rj-cearense-e-vitima-de-xingamentos-apos-resultado-das-eleicoes.html>

**Caso - Londrina, PR: Tio ameaça professora que "influencia aluno"**

Em relato no facebook, Viviane Vasconcelos desabafa “Mulheres, gays, lésbicas e professoras sendo ameaçadas”, ao publicar um *print* feito por uma professora no Paraná, Gabriela Kano, quando foi ameaça pelo tio de um aluno: "Se continuar a influenciar meu sobrinho, vou até às últimas consequências com você. Experimente! Acabo com você!", disse o tio.

Fonte: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=2014224768635665&set=a.463369980387826&type=3&theater>

**Caso - São Paulo, SP: presa, algemada e chutada**

Em São Paulo, Luisa Alencar escreveu em um muro perto de casa “ELE NÃO”, quando foi abordada por dois policiais muito agressivos, que deram-lhe chutes e gritavam “Ele sim sua puta e vagabunda”. De acordo com o relato, Luisa foi conduzida arbitrariamente à delegacia, agredida, humilhada e obrigada a despir-se.

Fonte: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10217473474526689&set=p.10217473474526689&type=3&theater>

**Caso - São Paulo, SP: psolista ameaçada por eleitor de Bolsonaro**

Uma funcionária do Partido Socialismo e Liberdade (Psol), na porta do comitê da campanha do candidato Guilherme Boulos, segundo um boletim de ocorrência, foi ameaçada por um homem que lhe apontou uma arma de fogo. A vítima, cuja identidade não foi revelada no documento policial por medida de segurança, conseguiu fotografar a placa do veículo.

Fonte: <https://oglobo.globo.com/brasil/funcionaria-da-campanha-de-boulos-diz-ter-sido-ameacada-com-arma-por-simpatizante-de-bolsonaro-23022998>

**Caso - São João de Meriti, RJ**

Eleitores de Bolsonaro postam foto com armas na urna. A atitude de fotografar e filmar a cabine de votação, e ainda com armas, foi uma resposta dos apoiadores de Bolsonaro a um apelo de seu filho, Eduardo Bolsonaro, candidato a deputado federal pelo PSL. Ele pediu, em suas redes sociais, para que os eleitores do pai gravem e filmem ao vivo seus locais de votação, o que é crime eleitoral.

Fonte: <https://www.revistaforum.com.br/eleitores-de-bolsonaro-postam-foto-com-armas-na-urna-video/>

**Caso - São Bernardo do Campo, SP**

Pastor da Igreja Renascer em Cristo foi expulso por declarar voto no presidenciável Cabo Daciolo (Patriota), em vez de apoiar o candidato do PSL à Presidência da República, Jair Bolsonaro, como defendia a direção da instituição religiosa.

Fonte: <https://www.dgabc.com.br/Noticia/2955658/pastor-e-expulso-de-igreja-evangelica-de-s-bernardo-por-rejeitar-bolsonaro>

**Caso - Indaiatuba, SP: mesário intimidado por PM**

Relato feito no Facebook, por um mesário eleitoral, Israel Oliveira dos Santos, conta que um policial, fardado e armado, abordou mesários com perguntas sobre suas preferências políticas, o que, por si só, é intimidador e incoerente com a postura esperada de um policial.

Fonte: h[ttps://www.facebook.com/israel.o.santos.79/posts/10216518112882034](https://www.facebook.com/israel.o.santos.79/posts/10216518112882034)

**Caso - Rio de Janeiro, RJ: Praça Floriano: placa em homenagem a Marielle é destruída por candidatos do PSL**

A imagem de dois homens comemorando a destruição de um cartaz que simulava uma placa em homenagem à vereadora Marielle Franco, morta em um ataque brutal em 14 de março de 2018, no Rio de Janeiro, viralizou nas redes sociais a partir do dia 3 de outubro, como uma nova morte simbólica da vereadora.

Os jovens que aparecem com a condecoração à parlamentar assassinada rasgada são Daniel Silveira e Rodrigo Amorim, que viriam a ser eleitos para a Câmara dos Deputados e para a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), respectivamente. Os dois são filiados ao Partido Social Liberal (PSL), mesma sigla do presidenciável Jair Bolsonaro (...) Em foto divulgada dias depois, revelou-se que também confraternizava-se ao lado dos dois que destruíram a placa o candidato a governador do estado do Rio de Janeiro, que veio a eleger-se, Wilson Witsel, do mesmo partido.

Fonte: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2018/10/03/interna_politica,710027/candidatos-quebram-placa-e-celebram-destruicao-de-homenagem-a-marielle.shtml>

**Caso - Porto Alegre, RS: jovem com camiseta #elenão tem suástica gravada na barriga; jovem será indiciada por falso testemunho**

Uma jovem de 19 anos registrou Boletim de Ocorrência na Polícia relatando ter sido agredida por três homens na rua Baronesa do Gravataí, bairro Cidade Baixa, em Porto Alegre, na noite da última segunda-feira, um dia após o primeiro turno das eleições. A vítima, que não quer falar com a imprensa por medo de sofrer novos ataques, relatou à Polícia Civil que após descer do ônibus, quando ia para casa, teria sido abordada pelos agressores porque estava usando uma camiseta com os dizeres #EleNão, em referência ao candidato Jair Bolsonaro (PSL). A jovem disse que não seguirá com a ação contra os agressores.

No entanto, um laudo apontou que a jovem seu automutilou ou teve os cortes feitos de forma consentida. Por conta disso, ela será intimada por falso testemunho:

Fonte: <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,jovem-marcada-com-suastica-no-rs-sera-indiciada-por-falso-testemunho,70002561424> e

[https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/11/mulher-suastica-nazismo-porto-alegre.htm](https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/11/mulher-suastica-nazismo-porto-alegre.htm )

**Caso - Ananindeua, PA: Vídeo mostra eleitores de Bolsonaro expulsando jovens homossexuais em condomínio**

Em um vídeo publicado por estudantes, é possível ver um grupo com aproximadamente 15 pessoas, supostamente moradoras do residencial, cercando três pessoas e gritando palavras ofensivas e homofóbicas como “vão embora calados porque vocês são viados”, “bicha não presta”, “isso não é coisa de família”, além de baterem palmas e citarem várias vezes o nome do candidato à Presidência da República, Jair Bolsonaro (PSL) e gritarem “Amanhã é pra votar 17!”.

Fonte: <https://falandoverdades.com.br/video-mostra-eleitores-de-bolsonaro-expulsando-joven-homossexuais-em-condominio-no-para/>

**Caso - Buenos Aires, Argentina: briga na porta da embaixada**

Cerca de 30 pessoas esperavam pela divulgação dos resultados do lado de fora da embaixada do Brasil na capital argentina, quando um grupo de manifestantes do movimento Barrios de Pie estendeu uma bandeira brasileira amarrada a uma argentina onde se lia "Lula Livre", em referência ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Depois, quando colocavam sobre a bandeira faixas com os dizeres "Bolsonaro não" e "fora fascistas e machos da América Latina", brasileiros apoiadores de Bolsonaro chegaram ao local e iniciou-se uma discussão.

Fonte: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2018/10/08/em-buenos-aires-brasileiros-e-argentinos-brigam-por-bolsonaro-e-lula-livre.htm>

**Caso - Nova Iguaçu, RJ: Eleitores de Bolsonaro atacam mulher transexual com barra de ferro**

Julyanna Barbosa, ex-vocalista do grupo Furacão 2000, foi agredida em passarela de Nova Iguaçu, após responder a ambulantes que a ameaçaram “Bolsonaro vai ganhar para acabar com os veados. Essa gente lixo tem que morrer”.

Fonte: <https://www.viomundo.com.br/denuncias/eleitores-de-bolsonaro-atacam-mulher-trans-com-barra-de-ferro-e-ameacam-ciclistas-na-avenida-paulista.html>

**Caso - São Paulo, SP**

No show de Roger Waters, observaram-se agressões de indivíduos da plateia:

Fonte: [https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10212832683107805&set=a.10212829884197834&type=3&theater e](https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10212832683107805&set=a.10212829884197834&type=3&theater%20e%20) h[ttps://g1.globo.com/pop-arte/musica/noticia/2018/10/10/roger-waters-e-vaiado-e-aplaudido-em-sao-paulo-depois-de-exibir-elenao-em-show-para-45-mil.ghtml](https://g1.globo.com/pop-arte/musica/noticia/2018/10/10/roger-waters-e-vaiado-e-aplaudido-em-sao-paulo-depois-de-exibir-elenao-em-show-para-45-mil.ghtml)

**Caso - Parintins, AM: Aluno que arremessou carteira em professor agride verbalmente outro docente**

Prof. Paulo Monte foi agredido e ofendido moralmente em sala de aula pelo mesmo aluno que jogou mesa em outro professor.

Fonte: <https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?ll=-2.6540000999999878%2C-56.748578899999984&z=8&mid=1hNIxsASpLAxFjsWPMqFZtm-cuigr3jj9>

**Caso - Campinas, SP: pichações nazistas e xenofóbicas em local turístico**

Um imóvel e um poste localizado próximos à Lagoa do Taquaral, um dos pontos turísticos da cidade, foram pichados com símbolos nazistas e frases de conteúdo racista, xenofóbico e de apologia ao hooliganismo. Uma das frases é direcionada a imigrantes haitianos: "back to haiti".

Fonte: <https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2018/10/06/imovel-e-poste-em-campinas-sao-pichados-com-simbolos-nazistas-e-frases-racistas-e-xenofobicas.ghtml>

**Caso - Brasília, DF: relatos de gritos homofóbicos no Metrô**

"*Um amigo, em companhia de uma amiga lésbica, foi hostilizado por várias pessoas dentro de um dos vagões do metrô de Brasília sob gritos e ameaças, entre as quais as que relatou ter escutado foi que 'Bolsonaro vai caçar veado'*".

Fonte: <https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?ll=-15.805961899999986%2C-47.88921429999999&z=8&mid=1hNIxsASpLAxFjsWPMqFZtm-cuigr3jj9>

**Caso - Petrópolis, RJ: deputado que quebrou placa de Marielle intimida diretora**

Antes mesmo de tomar posse, mas já falando como deputado federal, Daniel Silveira (PSL/RJ), que quebrou a placa em homenagem à vereadora Marielle Franco (PSol) durante a campanha, entrou no tradicional Colégio Estadual Dom Pedro II, em Petrópolis (RJ), e depois gravou vídeo com ameaças contra a diretora da escola no dia 24 de outubro.

Fonte: <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2018/11/antes-da-posse-deputado-que-quebrou-placa-de-marielle-entra-em-escola-e-intimida-diretora/>

**Caso - Santarém, PA: Comissão de DH relata intimidações por investigar ataques a indígenas**

"*As 34 organizações, do campo e da cidade, que compõem o Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos (CBDDH), manifestam sua preocupação e vêm a público denunciar as ameaças e intimidações sofridas à Comitiva da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), autoridades brasileiras, lideranças indígenas, defensoras e defensores de direitos humanos e representantes de organizações da sociedade civil, nesta quinta-feira (08), em Santarém (PA)*".

Fonte: <http://comiteddh.org.br/destaque/intimidacoes-durante-visita-da-cidh-em-santarem-pa-nao-nos-calaremos/>

**Caso - Guaíra, PR: Indígena Ava-Guarani sofre atentado a tiros**

"*Omissão e morosidade na regularização de terras indígenas fazem nova vítima em Guaíra/PR, na tarde dessa terça-feira (06). O indígena Ava-Guarani Donecildo Agueiro, de 21 anos, do Tekoha Tatury, sofreu atentado a tiros após sair de reunião da Coordenação Técnica Regional da Fundação Nacional do Índio (Funai), que tratava dos processos de licenciamento de duas linhas de transmissão que passam em Guaíra, com estudos ambientais iniciados. O indígena encontra-se internado no Hospital Regional de Toledo e será operado amanhã (08). Donecildo Agueiro não sente as pernas*".

Fonte: <https://cimi.org.br/2018/11/indigena-ava-guarani-donecildo-agueiro-sofre-atentado-a-tiros-em-guaira-pr/>

**Caso - Pau Brasil, BA: Índio é morto com mais de seis tiros na Bahia**

"*Um índio foi morto após ser atingido por mais de seis tiros, na madrugada desta quarta-feira (7), na reserva Caramuru, cidade de Pau Brasil, no sul da Bahia.*

*Segundo informações da Polícia Civil, a vítima, identificada como Reinaldo Silva Pataxó, de 40 anos, foi morto quando saía de casa. As investigações apontam que o índio sofreu uma emboscada após se envolver em uma discussão interna na tribo*".

Fonte: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2018/11/07/indio-e-morto-com-mais-de-seis-tiros-na-bahia-suspeita-e-de-emboscada-diz-policia.ghtml>

**Caso - Sorocaba, SP: Aluna negra é alvo de ameaças em pichações racistas**

"*A estudante de 22 anos do curso de engenharia florestal ameaçada com frases racistas nas portas do banheiro feminino do campus da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), em Sorocaba (SP), está assustada com as intimidações e em estado de alerta*".

Fonte: <https://www.geledes.org.br/aluna-negra-alvo-de-ameacas-em-pichacoes-racistas-desabafa-nao-esperava-tanto-odio/?utm_medium=ppc&utm_source=onesignal&utm_campaign=push&utm_content=onesignal&fbclid=IwAR2acZep639P7hxjng7SBhlxoR-m8h4cZnuiBZaCVFK1uxAoIfYjjkOhp6k>

**Caso - Brasília, DF: Lésbica é espancada por andar de mão dada com a namorada**

Segundo nota de repúdio da UNB, jovem foi espancada por sete pessoas.

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1884588918315010&set=a.117859738321279&type=3&theater>

**Caso - Colombo, PR: Relato de ameaça e homofobia**

<https://www.facebook.com/geovane.silveira1/posts/2448517041832567?notif_id=1539774160453967&notif_t=feedback_reaction_generic>

**Caso - Viçosa, MG: Agressão e homofobia contra palestrante**

<https://globoplay.globo.com/v/7097527/>

**Caso - Santo Amaro, BA: Professor aposentado é agredido com socos por postagens políticas**

"*Domingo pela manhã, 21, em Salvador, quatro jovens brancos e musculosos atacaram o professor aposentado da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Alberto Heráclito Ferreira, 57 anos. Ele voltava da procissão de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, no Pelourinho, quando tudo aconteceu, e foi salvo por um mototaxista que intercedeu em seu favor.*

*De acordo com informações do professor, os agressores deram murros em sua barriga enquanto o xingavam de 'seu viadinho comunista, você vai morrer'*".

<https://avoador.com.br/politica/professor-aposentado-da-uefs-e-agredido-com-socos-em-salvador/>

**Caso - Dourados, MS: Suástica pichada em espaço cultural**

<https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=1906554656095710&id=100002235813449&ref=content_filter>

**Caso - São Carlos, SP: Mulher transexual é agredida a marteladas**

"*A Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) vai investigar um caso de violência contra a transsexual Angela Lopes, de 43 anos, no domingo (28), em São Carlos (SP). A ativista LGBT foi agredida por um homem a marteladas e levou 15 pontos na cabeça e 5 na nuca. 'Achei que ia morrer', disse em entrevista ao G1. O agressor, que a chamou de 'viado desgraçado' durante a violência, fugiu e não foi encontrado. Um boletim de ocorrência foi registrado nesta quarta-feira (31)*".

<https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2018/10/31/trans-leva-15-pontos-na-cabeca-apos-agressao-a-marteladas-em-sao-carlos-achei-que-ia-morrer.ghtml>

<https://www.facebook.com/pdtdiversidadenacional/posts/1931229723845016?hc_location=ufi>

**Caso - Arapiraca, AL: Lideranças indígenas Tingui-Botó sofreram abordagem truculenta de policiais militares**

"*Lideranças indígenas Tingui-Botó, tiveram abordagem truculenta por policiais militares de Alagoas ao se deslocarem de sua aldeia, localizada no município de Feira Nova - AL a Arapiraca - AL, para participarem da etapa Local da 6° Conferência de Saúde Indigena, isso ocorreu na última terça-feira dia 30 de Outubro. A princípio seria uma blitz comum de rotina, mas quando um dos policiais perguntou ao cacique Eliziano e aos seus filhos para onde eles estariam indo e, eles desseram que eram Indígenas e, estavam indo para a Conferência de Saúde Indigena, um dos policiais se identificou como evangélico e, aumentou a agressividade das ações a ponto de algemar um dos filhos do cacique o liderança Marcos Sabaru e os encaminharem a delegacia de Arapiraca, sem acusação nenhuma, acreditamos simplesmente pelo fato de serem indígenas*".

<https://bit.ly/2CWOaSy>

**Caso - Salvador, Ba: PM agride e prende mulheres em ato pró-Haddad na noite de domingo em Salvador**

Uma mulher foi presa e outra ferida na noite deste domingo (28) no bairro Rio Vermelho, em Salvador, quando a Polícia Militar repreendeu violentamente um grupo de apoiadores de Fernando Haddad (PT).

<https://www.revistaforum.com.br/pm-agride-e-prende-mulheres-em-ato-pro-haddad-na-noite-de-domingo-em-salvador>

**Caso - São Paulo, SP: Produtor de moda de famosas da Globo sofre ataque homofóbico**

O ataque aconteceu na região dos Jardins, em São Paulo, na Alameda Santos, próximo à Rua da Consolação. Juliano voltava de uma produção de moda com a atriz Camila Queiroz e o companheiro, Zuel Ferreira, 39, com quem forma também uma dupla profissional.

<https://paulosampaio.blogosfera.uol.com.br/2018/10/30/produtor-de-moda-de-famosas-da-globo-sofre-ataque-homofobico-em-sp/>

**Caso - Nova Ponte, MG: Polícia investiga morte com suspeita homofóbica e política**

O operador de balança Michel Messias Cunha, 30, morreu após ser espancado por supostamente oito homens na madrugada de sábado (27), em Nova Ponte, no interior de Minas Gerais.

A família suspeita que Michel foi vítima de homofobia e diz que agressores gritavam o nome do presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL).

<https://www.msn.com/pt-br/noticias/brasil/pol%C3%ADcia-de-mg-investiga-morte-com-suspeita-homof%C3%B3bica-e-pol%C3%ADtica/ar-BBPbTpx?ocid=sf>

**Caso - Tambori, CE: Acampamento do MST é incendiado**

Na noite desta terça-feira, (30) por volta das 19 horas, o acampamento Comuna Irmã Dorothy localizado em Tamboril, Ceará, foi incendiado. De acordo com os acampados quatro homens se aproximaram, atearam fogo próximo aos barracos e saíram aos gritos correndo pegaram motocicleta e evadiram-se do local.

<http://www.mst.org.br/2018/10/31/acampamento-do-mst-e-incendiado-no-ceara.html?fbclid=IwAR1bJUqvWyC3R-I5IhBnN3Rp2RiR4IXS3ZuXZFqvNnEUJ4FZTp58EvlrkDo>

**Caso - Santa Maria, RS: Suástica, #B17 e inscrição racista no banheiro feminino**

A Polícia Federal (PF) tenta identificar o responsável por escrever uma frase com ameaça de morte a negros em um banheiro feminino da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), na Região Central do Rio Grande do Sul. Em letras pretas, os dizeres “Esses pretos fedidos vão morrer” foram escritos na parte interna da tampa de um vaso sanitário, junto ao desenho de uma suástica e da hashtag “b17”, que faria referência ao presidente eleito, Jair Bolsonaro.

A denúncia foi feita no dia 26 de outubro por professores da instituição, que se depararam com a frase no Colégio Politécnico da universidade.

<https://www.geledes.org.br/policia-federal-investiga-autoria-de-frase-com-ameaca-negros-em-universidade-de-santa-maria/>?

**Caso - Piracuruca, PI: Eleitor do Bolsonaro é morto depois de comemorar vitória de arma na mão**

Um homem que saiu às ruas, na manhã do dia 29 de outubro, em um carro com uma pistola na mão apontando para as pessoas em Piracuruca, no Norte do Piauí. Após ameaçar atirar em um policial militar, foi morto em confronto.

<http://comandovp190.com.br/eleitor-do-bolsonaro-e-morto-ao-comemorar-vitoria-com-arma-na-mao/?fbclid=IwAR1lEpkzAej1VA-7DdoPAQiFfnj6MI6p8n2KnRwdh0vNft7fXbxW6f8rEuQ>

**Caso - Manaus, AM: homem atira contra pessoas em frente a bar LGBT**

“*Um homem passou fazendo uma série de disparos com arma de fogo de dentro de um carro, contra um bar que tem como frequentadores pessoas do público LGBT*".

<https://amazonasnews.com/carro-passa-atirando-em-bar-lgbt-no-centro-de-manaus/?fbclid=IwAR2JLRMniKE4KtP1TwIK3yB2st9AKxDYlAypnHtoliCRYY4UefzQ1PRDlBg>

**Caso - Jatobá, PE: aldeia Pankaruru tem posto de saúde e escola incendiados**

Uma escola e um Posto de Saúde da Família da aldeia Bem Querer de Baixo, localizada no município de Jatobá (PE), foram incendiados na madrugada do dia 29 de outubro. Os dois prédios estavam localizados na principal área de conflito indígena com posseiros, dentro da Terra Indígena dos Pankararus, localizada na região do médio do São Francisco em Pernambuco. Ninguém ficou ferido no ataque criminoso. Segundo lideranças indígenas, a principal suspeita é retaliação de posseiros expulsos, que podem estar colocando medo na comunidade indígena depois que Jair Bolsonaro (PSL) foi eleito presidente da República. A aldeia Bem Querer de Baixo é a área de maior conflito de posseiros com os índios.

<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/10/29/aldeia-indigena-em-pe-tem-escola-e-posto-de-saude-incendiados-indios-temem-novos-ataques.htm?cmpid=copiaecola>

**Caso - São Paulo, SP: na Avenida Paulista, jornalista holandesa é assediada e perseguida**

A jornalista holandesa Sandra Korstjens, correspondente na América Latina da emissora RTL Nieuws há seis anos, contou em um post publicado no Facebook que sofreu assédio por parte de apoiadores de Jair Bolsonaro ao cobrir o ato em comemoração à vitória do presidente eleito no dia 28 de outubro na avenida Paulista, em São Paulo. "Nesta noite, fui à celebração de centenas de apoiadores de Bolsonaro na avenida Paulista, com a cabeça aberta, tentando explicar os dois lados dessa eleição, apenas fazendo meu trabalho", escreveu a jornalista no Facebook.

<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/29/correspondente-holandesa-denuncia-assedio-em-manifestacao-pro-bolsonaro.htm>

**Caso - Mauriti, CE: fogos disparados em comemoração à vitória de Bolsonaro causam incêndio**

Segundo o proprietário da casa incendiada, o ex-secretário de Cultura do município, Sr. Zé Fernandes, as chamas se espalharam rapidamente. Ninguém ficou ferido e nada dentro da casa foi atingido. Imagens gravadas por um celular mostram o fogo na residência e muitos populares do lado de fora da casa. As chamas são altas e causam a impressão de que atingiram todo o imóvel.

Ainda de acordo com o ex-secretário Zé Fernandes, a própria população ajudou a pagar o incêndio. As pessoas que atiraram os fogos também se desculparam pelo incidente.

<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/regiao/online/fogos-disparados-em-comemoracao-a-vitoria-de-bolsonaro-causam-incendio-numa-casa-de-mauriti-1.2019532>

**Caso - Humaitá, AM: Incendiadas sedes do Ibama e do ICMBio**

Incendiadas sedes do Ibama e do ICMBio. Escritórios de órgãos do Ministério do Meio Ambiente ficam em Humaitá, ao sul do Amazonas;

<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,sedes-do-ibama-e-do-icmbio-sao-incendiadas-no-amazonas,70002063732?fbclid=IwAR3T3Np8uCVO9L6Y13x2GpvUs_fWAifxWMzU-WkvQE87xYCi9J1zzVNxe-k>

**Caso - Fortaleza, CE: Jornalistas são agredidos ao cobrir festa no comitê de Bolsonaro**

Jornalistas de O POVO e do Sistema Verdes Mares sofreram agressões físicas e verbais enquanto trabalhavam na cobertura da festa de militantes do presidente eleito do Brasil, Jair Bolsonaro (PSL). Elas estavam no comitê do militar no Ceará, na Avenida Antônio Sales. O POVO Online não divulga os nomes das repórteres para preservar a segurança das vítimas.

A repórter do O POVO foi derrubada de cima de um equipamento de som da organização do evento. Na queda, ela feriu os dedos. Ela ainda foi agarrada pelo rosto e agredida verbalmente, assim como um repórter que a acompanhava, agarrado pelos braços. A mulher ainda foi assediada por militantes. Também mulher, jornalista da Verdes Mares ouviu ataques verbais enquanto tentava trabalhar. Carro da emissora foi apedrejado.

<https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2018/10/jornalistas-agredidas-durante-cobertura-da-festa-comite-de-bolsonaro.html>

**Caso - Rio de Janeiro, RJ: militante toma garrafada após tentar separar briga**

No Rio de Janeiro jovem é atingido por garrafa de vidro durante uma confusão na Praça São Salvador.

<https://www.facebook.com/MidiaNINJA/videos/277811526184898/>

**Caso - Dois Irmãos do Buriti, MS: Eleitores de Bolsonaro ateiam fogo em acampamento do MST no Mato Grosso do Sul**

O acampamento Sebastião Bilhar, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), localizado às margens da BR-262, próximo a Dois Irmãos do Buriti, no Mato Grosso do Sul, foi alvo de incêndio criminoso na noite deste sábado (27).

O crime aconteceu entre 20h e 21h. De acordo com testemunhas, antes de atear fogo no local, um grupo estava em uma caminhonete e gritou “Bolsonaro”, nome do candidato à presidência pelo PSL. Segundos depois, um dos barracos começou a pegar fogo.

<https://www.brasildefato.com.br/2018/10/28/eleitores-de-bolsonaro-ateiam-fogo-em-acampamento-do-mst-no-mato-grosso-do-sul/?fbclid=IwAR3NLDz8bxtVFhONXho-yYVppsx3yCpbIXj-4d_npm1ZBEFq_UHWs1xhCN4>

**Caso - Ponta Grossa, PR: criança morre com tiro disparado, supostamente, em comemoração à vitória de Bolsonaro**

Um menino de apenas 8 anos morreu na noite deste domingo (28), em Ponta Grossa, região Campos Gerais após ser atingida por um disparo de arma de fogo na cabeça. A tragédia aconteceu no Jardim Carvalho. Segundo o Tenente Ribeiro, que atendeu a ocorrência, o tiro teria sido acidental: "*Segundo os pais da criança, um amigo da família estava manuseando a arma, quando foram disparados dois tiros. Um deles atingiu a criança*", explicou ele, em entrevista ao programa COP.

Algumas testemunhas informaram que o homem estava comemorando a vitória de Jair Bolsonaro com tiros para cima e por isso manuseava a arma, mas a Polícia Militar não confirmou a informação. O caso está com delegado de plantão, que deve iniciar os depoimentos ainda nesta noite.

<https://www.bemparana.com.br/blog/plantaodepolicia/post/menino-morre-em-ponta-grossa-aposlevartiroacidentalnacabeca?fbclid=IwAR0kdWuFOPQ40ypbGpC4oyuh8WzIbwDJBzTxG7Kmn-W8pXZ6XxwYkVvHtkw>

**Caso - Pacajus, CE: homem é assassinado durante carreata pró-Haddad**

Um jovem de 23 anos, Charlione Lessa Albuquerque, foi morto a tiros durante uma carreata a favor do candidato Fernando Haddad (PT), na noite d dia 27 de outubro, em Pacajus, na Grande Fortaleza. A informação foi confirmada pela Secretaria de Segurança Pública do do Ceará. A vítima estava em um automóvel com a mãe quando foi baleado por homens que desceram armados de outro veículo. Segundo a secretaria, o Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa da Polícia Civil do Estado já está em diligências para localizar e capturar um indivíduo responsável por efetuar disparos de arma de fogo.

<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/27/homem-morto-tiros-carreatahaddadceara.htm?fbclid=IwAR0gUKB9q8zMRNRt4Pr7G5UkClpyAQpd7dY4CekV7pSTiVXIwlayIdmN4fM&cmpid=copiaecola>

**Caso - Fortaleza, CE: Polícia investiga denúncia de estupro de mulher ameaçada por racistas**

"*Uma estudante de 33 anos denunciou ter sido estuprada na noite desta quinta-feira (25), no bairro Edson Queiroz, em Fortaleza. O caso aconteceu no entorno da Universidade de Fortaleza, instituição particular onde estuda, dois dias após a universitária formalizar um boletim de ocorrência no qual declarou vir sofrendo ameaças que seriam motivadas por racismo e intolerância política. Um inquérito policial foi instaurado na Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) de Fortaleza, unidade responsável por crimes de estupro, e a investigação corre sob sigilo*".

<https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/26/politica/1540590970_937358.html>

**Caso - Rio de Janeiro, RJ: Corpo é achado dentro de carro em frente à UFRJ**

"*Um corpo foi encontrado no início da tarde desta sexta-feira (26) dentro de um carro, com marcas de tiro, em frente à Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no Centro do Rio*".

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/10/26/corpo-e-encontrado-dentro-de-carro-em-frente-a-ufrj-no-centro-do-rio.ghtml?fbclid=IwAR2o4vX-Jjj7IEziYao2pI2JzAQ7XR0uGIQIJfhzjCt9TMK7Shruf2EXsHM>

**Caso - São Paulo, SP: Editora Boitempo relata ameaças de eleitor de Bolsonaro**

"*Hoje um bolsominion ligou aqui na Boitempo fazendo ameaças. Queria informações sobre tiragem e distribuição de alguns livros, depois, berrou que isso daqui logo vai acabar, que domingo Bolsonaro "ganha a eleição e toma o poder”. Identificou-se como Arnaldo e nos aconselhou a comprar uma carabina*".

<https://www.facebook.com/ivana.jinkings/posts/1859007874218016?__tn__=C-R>

**Caso - Juazeiro do Norte, CE: Universitário é agredido com socos e golpes de fio por eleitores de Bolsonaro**

Mateus Lira de Souza, de 21 anos, registrou Boletim de Ocorrência na Delegacia Regional de Juazeiro do Norte. Segundo o relato registrado na Polícia, quando ele andava na rua, após sair de sua residência, três homens que passavam em um carro começaram a xingá-lo de “comunista safado”.

<http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/eleicoes-2018/universitario-e-agredido-com-socos-e-golpes-de-fio-por-eleitores-de-bolsonaro-em-juazeiro-do-norte/>

**Caso - São Paulo, SP: Jovem diz ter sido espancado por eleitores de Bolsonaro: "Comunista merece"**

Um estudante universitário afirma ter sofrido agressões físicas e verbais no dia 19 de outubro por apoiadores do candidato à Presidência Jair Bolsonaro (PSL). Luís Guilherme Tozelli, 22, conta que caminhava sozinho no centro de São Paulo quando percebeu que era perseguido por quatro homens por usar no peito um adesivo de apoio a Fernando Haddad (PT).

<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/24/estudante-espancado-apoiadores-bolsonaro.htm>?

**Caso - Passo Fundo, RS: Injúria racial contra menina de 9 anos é registrada**

Um bilhete com frases preconceituosas e discriminatórias como “*negro na senzala*”, “*gay no armário*” e “*retardado na APAE*” foi encontrado na mochila de uma menina de 9 anos, em Passo Fundo, conforme o boletim de ocorrência registrado pelo pai da criança na Delegacia de Polícia de Pronto Atendimento (DPPA). Segundo o documento, o conteúdo foi encontrado por volta do meio-dia desta quarta-feira (24). A família relatou à polícia que suspeita que o fato tenha ocorrido em decorrência da estudante ser portadora de Síndrome de Down.

<http://diariodamanha.com/noticias/injuria-racial-contra-menina-de-9-anos-e-registrada-em-passo-fundo>

**Caso - Rio Grande do Sul: El Pais: Gays, negros e indígenas já sentem nas ruas o medo de um governo Bolsonaro**

<https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/18/politica/1539891924_366363.html?fbclid=IwAR014fKQnjiAP7R6mwWw1Jc1yCYde5eGS3i_ocxI_lVCd-VM3uoQRoaR2yA>

**Caso - Assis, SP: Relato de bomba arremessada contra capoeiristas**

*"Na noite de hoje, 23 de outubro de 2018, o Ponto de Cultura Galpão Cultural foi alvo de um atentado. Isso mesmo!*

*Por volta das 21:30, logo após o término de minha aula de Capoeira Angola, pessoas em um carro, ainda sem identificação, jogaram uma bomba em direção ao espaço, que explodiu na calçada.*

*Ninguém foi atingido, mas ficamos feridos pelo discurso de ódio que toma conta da sociedade brasileira e ataca o estado democrático, respaldado pelo Jair Bolsonaro.*

*Não nos calemos diante das ameaças de dedos e de bombas. Meu carro segue com adesivo de Haddad para Presidente e Manuela para Vice-Presidência.*

*Espero que os amigos que travei diálogos acerca de suas posições políticas repensem seus votos, pois estamos entrando, sem dúvida, num estado de medo e de sombras*"

<https://www.facebook.com/marcioblanca/posts/10212622396135940>

**Caso - São Paulo, SP: Muçulmana é agredida verbalmente por apoiadores de Bolsonaro**

"*Uma muçulmana foi comprar pão perto de sua casa, no Parque Bristol (zona sul de São Paulo). Trajava o tradicional véu. No meio do caminho, cruzou com uma carreata de apoiadores de Jair Bolsonaro. Ao verem a mulher caminhando, pararam o comboio. Trinta desceram dos carros. Cercaram, agrediram e arrancaram o véu da moça.*

*Gritaram: “ Volta para a tua terra!”*

*Ela: “Eu sou brasileira!”*

*Eles: “Aqui vocês não vão ficar. Nós vamos matar assim que o capitão for eleito. Vocês vão ver!”*

<http://tutameia.jor.br/tudoquebolsonarodizecontraoalcorao/?fbclid=IwAR1GZazk61VTMR8P1ucQRz8h0stQQYIPzOukCArZ_hzfcMatQP9h58RW6cs>

**Caso - Cuiabá, MT: Prédio da UFMT é pichado com suástica e número 17**

Na pichação, uma das pernas do símbolo do regime nazista se transformou no número 1. Ao lado, foi desenhado o 7, numa referência ao número do candidato a presidente Jair Bolsonaro, 17.

<http://www.midianews.com.br/cotidiano/predio-da-ufmt-e-pichado-com-suastica-e-numero-17/335589>

**Caso - Rio de Janeiro, RJ: Jovem diz ter sido agredido com barra de ferro em campanha pró-PT**

"*Meu amigo negro, que é a pessoa mais doce e justa que conheço, tenta separar a briga. Pronto: os covardes encontraram seu alvo. Em branco, eles têm medo de bater. Vai que é filho de alguém (...). Fomos cercados pelos dois lados e a barra de ferro descendo sobre o L\*, uma amiga gritando de desespero, o L\* levantando cambaleante, caindo outra vez, levando um chute, no chão, completamente indefeso. A cena é assustadora*".

<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/20/estudante-e-agredido-com-barra-de-ferro-em-panfletagem-a-favor-do-pt-no-rio.htm>

**Caso - Rio de Janeiro, RJ: Miriam Leitão é alvo de ataques e mentiras em redes sociais**

A jornalista Miriam Leitão (Globo) é alvo de enxurradas de comentários agressivos e difamatórios. No WhatsApp, circulam montagens descontextualizadas com fotos dela quando presa durante a ditadura militar. Os ataques a Miriam se intensificaram no dia 5 de outubro, após a publicação de seu texto “*Críticas a Bolsonaro foram menos intensas do que deveriam*”, e depois de fazer na televisão considerações sobre o comprometimento com a democracia dos candidatos que disputam o segundo turno.

<http://www.abraji.org.br/noticias/miriam-leitao-e-alvo-de-ataques-e-mentiras-em-redes-sociais>

**Caso - São Paulo, SP: Suástica, KKK e "#Mito" aparecem pichados em colégio da zona oeste da capital**

"*A escola é de alunos do primeiro ciclo do ensino fundamental (de 6 a 9 anos) e, ainda segundo a secretaria, a instituição de ensino desenvolve trabalho de mediação de conflitos para casos de bullying e racismo. O muro pichado fica a um quarteirão de distância de uma escola para garotos judeus*".

<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,suastica-kkk-e-mito-aparecem-pichados-em-colegio-da-zona-oeste-de-sp,70002554761>

**Caso - Jaboatão dos Guararapes, PE: Criança negra é ameaçada por policial em escola**

“*Ayanna, aqui não é lugar para você. Você não vai poder estudar mais nesta escola porque não combina com sua cor. Sua família é negra e vocês têm que viver separados de nós. Bolsonaro já ganhou e garantiu que vai resolver essa mistura. Se seus pais vierem falar merda, a gente mete bala*”.

<http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/politica/2018/10/20/interna_politica,766006/por-politica-crianca-negra-e-ameacada-em-escola.shtml>

**Caso - Osasco, SP: Apoiadores de Bolsonaro atacam militantes no calçadão**

“*Tradicional ponto de defesa da democracia na cidade de Osasco, a tenda montada por militantes no calçadão da rua Antônio Agu foi atacada por apoiadores de Bolsonaro.*

*Na confusão ocorrida na manhã desta quinta-feira, até uma pessoa com deficiência foi atacada pelo sujeito que agrediu outros militantes, quebrou caixas de som e precisou ser contido pela polícia*”.

<https://jornalistaslivres.org/apoiadores-de-bolsonaro-atacam-militantes-em-osasco/>

**Caso - Viçosa, MG: Jovens universitários são vítimas de homofobia**

Estudante da Universidade Federal de Viçosa falou na Tribuna Livre na Câmara Municipal que homem agrediu física e verbalmente ele e amigos na rua no fim de semana. “*Aposto que as bichas votam no Haddad. Por isso voto no Bolsonaro, pra acabar com vocês*”, disse o agressor.

<http://g1.globo.com/minas-gerais/videos/t/todos-os-videos/v/jovem-denuncia-agressao-motivada-por-homofobia-em-vicosa/7097527/>

**Caso - Aracaju, SE: Morre transexual atacada por eleitor de Bolsonaro**

*“A transexual identificada como Laysa Fortuna, de 25 anos, esfaqueada na noite desta quinta-feira (18) na região do tórax, no Centro de Aracaju (SE), morreu na tarde desta sexta-feira (19) no Hospital de Urgência de Sergipe (Huse), onde estava internada. O corpo já seguiu para o Instituto Médico Legal (IML).*

*Laysa Fortuna teria sido atacada por um apoiador do presidenciável Jair Bolsonaro (PSL), segundo informações de Linda Brasil, amiga da jovem e que a socorreu após o ataque*.”

<https://www.brasil247.com/pt/247/brasil/372669/Morre-a-transexual-esfaqueada-no-Centro-deAracaju.htm?fbclid=IwAR0BndtS0qDhOaHFFr0DsS9TtNj7XiiY3I_gGLZGjRekHjrx0pLUfoZoqNs>

**Caso - Rio de Janeiro: estudantes da UniRio são atacados e ameaçados de morte durante panfletagem**

<https://www.facebook.com/leila.bianchi.18/posts/1953282194768849>

**Caso - Empresário divulga celular de repórter em rede social**

“*Na noite desta sexta-feira (19.out.2018) o empresário Luciano Hang, dono da rede de lojas Havan, publicou em seu perfil no Twitter o número de celular do repórter Ricardo Galhardo, do Estadão, encorajando assim ações contra o profissional.. Hang tem mais de 56 mil seguidores*”.

<http://abraji.org.br/noticias/empresario-divulga-celular-de-reporter-em-rede-social>

**Caso - Belo Horizonte, MG: Cinco jornalistas relatam ameaças de eleitores de Bolsonaro**

“*A onda de violência da campanha de Jair Bolsonaro (PSL), candidato à presidência da República, chegou até aos profissionais da informação. Em coletiva de imprensa na tarde de terça (16), o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais descreveu cinco casos denunciados pelas próprias vítimas*”.

<https://www.brasildefato.com.br/2018/10/17/em-bh-cinco-jornalistas-relatam-ameacas-de-eleitores-de-bolsonaro/>

**Caso - Taubaté, SP: Homem armado ameaça alunas em frente a departamento da Unitau**

“*Duas alunas do 4º semestre do curso de Letras da Universidade de Taubaté foram ameaçadas por um homem armado na última quinta-feira (11), em frente ao Departamento de Letras da faculdade, que fica na Rua Visconde do Rio Branco, no centro da cidade.*

*De acordo com o relato das alunas, o homem, que é segurança de uma pizzaria que fica em frente ao departamento, passou pelas duas em um carro adesivado com campanha ao candidato Jair Bolsonaro (PSL), mostrando sua arma em tom de ameaça*”.

<http://www.ovale.com.br/_templates/materia/mobile.php?materia=/_conteudo/2018/10/nossa_regiao/57296-homem-armado-ameaca-alunas-em-frente-a-departamento-da-unitau-em-taubate.html>

**Caso - Juazeiro do Norte, CE: Mulher é agredida após dizer que não vota em Bolsonaro**

Em entrevista ao Portal Badalo, ela contou que ao entrar em um bar para usar o banheiro, vestida com uma blusa do Partido dos Trabalhadores (PT), alguns homens que estavam sentados começaram a falar mal dos petistas. Ela retrucou e disse que de jeito nenhum votaria no candidato Bolsonaro. “*Um dos rapazes não aceitou meu ponto de vista. Quando eu ia saindo ele falou algo de Lula e eu olhei para trás. Depois só senti a pedrada e o sangue descendo*”, conta.

<https://badalo.com.br/featured/mulher-e-agredida-em-juazeiro-apos-dizer-que-nao-vota-em-bolsonaro>

**Caso - Curitiba, PR: Aluna é estuprada em universidade por ser contra candidatura de Bolsonaro**

Uma aluna da Universidade Federal do Paraná (UFPR) teria sido vítima de estupro dentro da instituição de ensino, segundo comunicado divulgado na página no *Facebook* do Centro Acadêmico de Ciências Sociais no dia 15 de outubro.

De acordo com relato da vítima, a agressão aconteceu como uma espécie de punição praticada por eleitores contrários ao seu posicionamento político. A jovem estava usando um adesivo da campanha “#EleNão” – contrária à candidatura de Jair Bolsonaro (PSL) ao cargo de presidente da república.

<https://catracalivre.com.br/cidadania/aluna-e-estuprada-em-universidade-por-ser-contra-bolsonaro>

**Caso - São Paulo, SP: Jornalista que fez matéria de denúncia contra Bolsonaro é alvo de ataques nas redes**

Patrícia Campos Mello, repórter da Folha que escreveu matéria sobre o suposto “Caixa 2” da campanha à presidência de Jair Bolsonaro, virou alvo de apoiadores do militar nas redes sociais.

<https://www.revistaforum.com.br/jornalista-que-fez-materia-de-denuncia-contra-bolsonaro-e-alvo-de-ataques-nas-redes/>

**Caso - São Paulo, SP: Trio de músicos é agredido e algemado por seguranças do Metrô de SP**

Uma das vítimas conta que, enquanto era agredido, um dos seguranças disse: “*o PT acabou, já era para vocês, aqui é Bolsonaro*”; na delegacia, o trio foi ameaçado: “*vocês nunca mais vão tocar*”.

<https://ponte.org/trio-de-musicos-e-agredido-e-algemado-por-segurancas-do-metro-de-sp>

**Caso - Recife, PE: Jornalistas viram alvo de ataques de apoiadores de Bolsonaro**

Um dos ataques a jornalistas relatados no levantamento da ABRAJI foi o da repórter Fernanda Villas Bôas, do Portal NE10. Ela estava com o crachá nas mãos quando foi abordada por dois homens com camisas de Bolsonaro na saída de seu local de votação, na Zona Norte do Recife, no último dia 7. “*Eles disseram: quando nosso comandante ganhar essa imprensa vai morrer! Um disse que iria me estuprar, mas o outro respondeu que era melhor me cortar toda. Foi quando ele pegou a faca e cortou meu rosto, meu braço e antebraço*”, recorda.

<http://marcozero.org/jornalistas-viram-alvo-de-ataques-de-apoiadores-de-bolsonaro/>

**Caso - São Paulo, SP: Seguidor de Bolsonaro manda e-mail com ameaça ao portal DCM e pedindo para ser chamado de fascista.**

<https://www.diariodocentrodomundo.com.br/seguidor-de-bolsonaro-manda-email-com-ameaca-ao-dcm-e-pedindo-para-ser-chamado-de-fascista/>

**Caso - Cotia, SP: Professora é ameaçada na rua: “*Fica na sua, se não vai saber o que é um estupro coletivo*”**

A professora Vanessa Gravino, presidente do Partido Socialismo e Liberdade (Psol) Cotia, diretora da Apeoesp e da Central Intersindical, afirma ter sido ameaçada por um homem na rua no dia 9 de outubro. Segundo Vanessa, ela estava andando quando foi abordada por um sujeito em uma moto que disse: “*Não fica assustada que não é um assalto. É só pra você ficar na sua nesse segundo turno. Se não, você vai saber o que é um estupro coletivo*”.

<https://www.revistaforum.com.br/professora-e-ameacada-na-rua-fica-na-sua-se-nao-vai-saber-o-que-e-um-estupro-coletivo/>

**Caso - Colniza: indígenas são mortos em frente a posto da Funai**

“*A Polícia Federal está investigando, em regime de urgência a pedido do Ministério Público Federal, as circunstâncias de um conflito entre indígenas e supostos madeireiros na frente de uma base da Frente de Proteção Etnoambiental Madeirinha-Juruena da Fundação Nacional do Índio (Funai), localizada na Terra Indígena Kawahiwa do Rio Pardo, em Colniza, no noroeste do Mato Grosso. No conflito, que aconteceu na quarta-feira (10/10) à noite, morreu a liderança Erivelton Tenharim, atingido por disparos de espingarda calibre 12. Cleomar Tenharin ficou ferido, também por arma de fogo, e teria morrido em sequência. Eles teriam sido confundidos pelos servidores com madeireiros. Não há registro de funcionários da Funai feridos”.*

<http://amazoniareal.com.br/um-indigena-tenharin-e-morto-e-outro-fica-ferido-em-conflito-com-servidores-da-funai-no-noroeste-do-mato-grosso/>

**Caso - Colombo, PR: Jovem relata ameaça por usar adesivo 'Ele Não - Ele Nunca'**

Um jovem estava se deslocando para instituição de ensino na qual estuda, quando um indivíduo em uma motocicleta parou e começou a ameaçar o agredido por estar com um adesivo na bolsa escrito "Ele Não - Ele Nunca". O motociclista afirmou que este era um aviso para que retirasse o adesivo, pois, na próxima, não seria mais brincadeira.

<https://www.facebook.com/geovane.silveira1/posts/2449656671718604>

**Caso - São Carlos, SP: Bilhete encontrado na UFSCar promete a morte de 'vagabas, pretos e aleijados'**

Um bilhete com ameaças de morte foi encontrado por alunos e funcionários da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) na noite de segunda-feira (15). De acordo com um internauta, que preferiu não se identificar, o recado foi deixado em um mural no Centro de Educação e Ciências Humanas (Cech). O departamento abriga cursos como Filosofia, Ciências Sociais, Pedagogia e Psicologia.

O bilhete encontrado trazia os dizeres "*Cech vai B17. Vagabas preto alejados vão morrê*" (sic).

<https://www.acidadeon.com/saocarlos/cotidiano/NOT,0,0,1380178,bilhete+encontrado+na+ufscar+promete+a+morte+de+vagabas+pretos+e+aleijados.aspx>

**Caso - Itapetinga, BA: Professora da UESB foi agredida dentro do próprio condomínio por apoiador do candidato do PSL**

"*No domingo do primeiro turno das eleições de 2018, a professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb) Marília Flores Seixas de Oliveira relatou um caso de violência em seu condomínio. A agressão partiu de um eleitor do candidato Bolsonaro (PSL), convidado de um vizinho da docente*".

<http://revistagambiarra.com.br/site/uesb-repudia-agressao-vinda-de-eleitor-de-bolsonaro-professora/>

**Caso - São Paulo, SP: Apartamentos da USP amanhecem com suásticas nas portas**

Alunos contam ter se assustado com símbolo nazista e relatam medo de posicionamento político.

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/apartamentos-da-usp-amanhecem-com-suasticas-nas-portas.shtml>

**Caso - Salvador, BA: Ameaça racista citando Bolsonaro é pichada em porta de banheiro de prédio da UFBA**

A porta do banheiro feminino do terceiro andar do prédio da Escola da Administração da Universidade Federal da Bahia (Ufba), no Vale do Canela, foi pichada com o desenho de uma suástica, símbolo do nazismo alemão, e afirmações racistas contra homossexuais, negros e pobres.

“*Bolsonaro vai limpar a EAUFA de pobres, gays e pretos. É 17*”, diz a frase escrita na porta do banheiro.

<http://www.clicknoticias.com.br/inicio/ameaca-racista-citando-bolsonaro-e-pichada-em-porta-de-banheiro-de-predio-da-ufba/>

**Caso - Rio de Janeiro, RJ: Sala de aula da PUC-Rio amanhece com suásticas desenhadas no quadro**

<https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/sala-de-aula-da-puc-rio-amanhece-com-suastica-desenhada-no-quadro.html>

**Caso - Recife, PE: Pichação com suástica nazista e ameaça na UFPE é removida**

"*O Centro de Artes e Comunicação (CAC), da Universidade Federal de Pernambuco, foi alvo de pichação nesta terça-feira (16) em um dos banheiros femininos da unidade localizada no campus universitário do Recife. Ao lado de uma suástica nazista, a frase “Vocês vão morrer p\*\*\*”, feita em lápis piloto na parede interna da toalete, soa em consonância com inúmeras ações criminosas que têm acontecido no Brasil desde o fim do primeiro turno das eleições presidenciais de 2018. Após tomar conhecimento via redes sociais, a diretoria do CAC deu ordem para que limpassem o registro*".

<https://www.folhape.com.br/politica/politica/politica/2018/10/16/NWS,84576,7,547,POLITICA,2193-PICHACAO-COM-SUASTICA-NAZISTA-AMEACA-REMOVIDA-CAC.aspx>

**Caso - Vila Velha, ES: Símbolo nazista é pichado em banheiro de universidade**

<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2018/10/simbolo-nazista-e-pichado-em-banheiro-de-universidade-em-vila-velha-1014152445.html>

**Caso - Juiz de Fora, MG: Ameaças a gays e imagem de suástica são pichadas na UFJF**

"*O motivo, segundo a postagem, foram pichações escritas nos banheiros da reitoria do campus em Juiz de Fora com os dizeres: "Morte aos gays", "morte aos viados", "morte a todos LGBT" - o desenho de uma suástica também aparece em imagens divulgadas nas redes sociais nesta semana*".

<https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2018/10/17/ameacas-a-gays-e-imagem-de-suastica-sao-pichadas-na-ufjf.ghtml>

**Caso - São Paulo, SP: Apoiadores de Bolsonaro pixam suástica contra LGBTs na USP**

<http://www.esquerdadiario.com.br/Apoiadores-de-Bolsonaro-pixam-suastica-contra-LGBTs-na-USP>

**Caso - Maceió, AL: Professor do Ifal sofre tentativa de atropelamento por eleitores de Bolsonaro**

“*Ao sair de casa em direção ao ponto de ônibus, fui abordado bruscamente por dois indivíduos numa Hilux Branca, com adesivos do Bolsonaro. O motorista de início fez um movimento brusco, puxou o carro para cima de mim. Eu pulei de lado. Estava junto com outro indivíduo raivoso. Os dois gritavam a verborragia de sempre: ‘vermes petistas têm que morrer’,’ vá pra Cuba’, “vá pra Venezuela’, entre outras expressões fascistas*”, denunciou em redes sociais o professor do campus Murici.

<http://www.sintietfal.org.br/2018/10/professor-do-ifal-sofre-tentativa-de-atropelamento-por-eleitores-de-bolsonaro/>

**Caso - Porto Alegre, RS: Homem gay sofre ataque homofóbico no Centro da capital**

“O estudante universitário Kauê Sant’Anna, que é negro e gay, foi vítima de um ataque homofóbico perpetuado por três homens no Centro de Porto Alegre, próximo ao Mercado Público, nesta segunda-feira (15). Ao ouvir xingamentos homofóbicos, Kauê respondeu e, em seguida, foi agredido”.

<https://www.sul21.com.br/ta-na-rede/2018/10/homem-gay-sofre-ataque-homofobico-no-centro-de-porto-alegre/#.W8Zu4RS11RE.facebook>

**Caso - Salvador, BA: Eleitores de Haddad sofrem ameaça de morte por seguidores de Bolsonaro**

A Mídia Lampião recebeu denúncias dos eleitores de Haddad onde afirmam que foram ameaçados de morte pelos seguidores de Bolsonaro nas redes sociais e nos grupos de WhatsApp.

<http://midialampiao.com.br/2018/10/15/eleitores-de-haddad-sofrem-ameaca-de-morte-por-seguidores-de-bolsonaro/>

**Caso - Cuiabá, MT: Eleitor relata agressão em supermercado e universitária denuncia ameaça**

"*Você tem cara de quem vota no 13",* disse um eleitor do presidenciável Jair Bolsonaro (PSL) ao contador Jean Douglas Kanashiro, de 38 anos, minutos antes de agredi-lo, em um supermercado de Cuiabá, no dia 7 de outubro, 1º turno das eleições.

<http://www.gazetadigital.com.br/editorias/cidades/eleitor-relata-agressao-em-supermercado-e-universitaria-denuncia-ameaca/553107>

**Caso - Brasília, DF: Presidente do TSE, Rosa Weber recebe ameaça de apoiador de Bolsonaro com críticas ao processo eleitoral**

Em tom ameaçador, o texto diz que Jair Bolsonaro (PSL) está eleito e haverá revolta popular se as urnas não confirmarem o resultado. “*A senhora vai ver o povo na rua e os caminhoneiros parando este Brasil até que tenha novas eleições e com voto impresso*”, diz a mensagem.

<https://www.revistaforum.com.br/presidente-do-tse-rosa-weber-recebe-ameaca-de-bolsonarista-com-criticas-ao-processo-eleitoral/>

**Caso - Itapema, SC: Motorista de aplicativo afirma ter sido agredido por eleitores do Bolsonaro**

“*Um motorista do aplicativo Uber usou suas redes sociais para denunciar agressões que diz ter sofrido de eleitores do presidenciável Jair Bolsonaro, enquanto trabalhava na cidade de Itapema na madrugada do último domingo (14)”.*

<https://www.visornoticias.com.br/motorista-de-aplicativo-afirma-ter-sido-agredido-por-eleitores-do-bolsonaro-em-itapema>

**Caso - Mossoró, RN: Pessoas relatam ameaças de eleitores de Bolsonaro**

Mossoró não está fora do clima de ódio que domina a política nacional neste segundo turno. Relatos nas redes sociais mostram ameaças de eleitores de Jair Bolsonaro (PSL), líder nas pesquisas presidenciais.

<http://blogdobarreto.com.br/pessoas-relatam-ameacas-de-eleitores-de-bolsonaro-em-mossoro/>

**Caso - Natal, RN: Jornalista denuncia que foi hostilizada por deputado ao dizer que não vota em Bolsonaro**

Nesta segunda(15), veio a público um relato da jornalista Juliana Celli, que integra o quadro da assessoria de comunicação da Assembleia Legislativa, sobre um diálogo ocorrido na última quinta-feira (11), dentro daquela casa parlamentar, entre ela e o deputado estadual Getúlio Rêgo (DEM).

<https://portalnoar.com.br/jornalista-diz-ter-sido-hostilizada-por-deputado-ao-revelar-que-nao-vota-em-bolsonaro/>

**Caso - Rio de Janeiro, RJ: Professora e pesquisadora trans é agredida na Cinelândia**

Jaqueline Gomes de Jesus usou a rede social para contar sobre a agressão; para ela, ato foi intencional e tem semelhança com ataques realizados por eleitores de Bolsonaro

<https://ponte.org/professora-e-pesquisadora-trans-relata-agressao-sofrida-na-cinelandia-rj/>

**Caso - Belo Horizonte, MG: Jornalista da capital é vítima de agressão e racismo por militante de Bolsonaro**

“A jornalista Gabi Coelho, repórter do jornal comunitário Voz das Comunidades, foi vítima de racismo e agressão por militante do candidato a presidência Jair Bolsonaro (PSL), na última quarta-feira (10), na região centro-sul da capital. O ataque se soma às agressões e desavenças políticas registradas em Minas Gerais nos últimos dias”.

<https://bhaz.com.br/2018/10/15/jornalista-capital-vitima-agressao-bolsonaro/>

**Caso - Campinas, SP: Guarda Municipal prende estudantes após ato político**

"O CAECO vem por meio deste comunicado relatar o fato ocorrido no dia de hoje, terça-feira (16/10/18), concernente à detenção de dois estudantes, sendo um deles oriundo do Instituto de Economia, pela Polícia Federal com sede na Rua Dr. Antônio Alvares Lobo 620, Botafogo, Campinas.

Os indivíduos, exercendo seu pleno direito de ir e vir e se manifestar politicamente, foram detidos por uma autoridade da Guarda Municipal de Campinas. A alegação para que houvesse tal cerceamento de liberdade foi a de que, tendo como base uma Lei Eleitoral que não permite panfletagens de caráter político em logradouros públicos, não se poderia praticar tal ato naquele local. A grande problemática envolvida em tal conduta dos representantes da segurança pública, no entanto, é que os estudantes estavam em uma área que não condiz com os termos previstos nessa suposta lei. É um ponto tradicional de panfletagem. Sendo assim, houve um claro abuso de autoridade, sendo evidenciado até pelo diálogo travado entre as partes, com clara e explícita apologia aos tempos sombrios de ditadura proferida pela parte acusadora"

[https://www.facebook.com/caeco/posts/2121997011383668?\_\_xts\_\_[0]=68.ARAvF0zPI-9-zDoiLFDERMhuU2HWI4hyCSP8qoupcFoo3hCts5mCYu\_64Cc0Tjz9rPuiLHeKR3MG44soH\_SxmScUk1qmtraNmST8BuvzAbNJ9mwoeWYooQjDbKVCZehouPyjDp3MKWMv81jiZtm6rVvhrpOlkqipOTgUvfdyWUO5F\_eBlvMzUw&\_\_tn\_\_=-R](https://www.facebook.com/caeco/posts/2121997011383668?__xts__%5b0%5d=68.ARAvF0zPI-9-zDoiLFDERMhuU2HWI4hyCSP8qoupcFoo3hCts5mCYu_64Cc0Tjz9rPuiLHeKR3MG44soH_SxmScUk1qmtraNmST8BuvzAbNJ9mwoeWYooQjDbKVCZehouPyjDp3MKWMv81jiZtm6rVvhrpOlkqipOTgUvfdyWUO5F_eBlvMzUw&__tn__=-R)

**Caso - São Paulo, SP: Travesti é morta após discussão; testemunhas relataram gritos pró-Bolsonaro**

"Uma travesti foi morta durante uma briga na madrugada desta terça-feira, no Largo do Arouche, região da República, Centro de São Paulo. Ao G1, uma testemunha disse que, durante a discussão em que a travesti foi agredida, em frente a um bar, ela ouviu alguns homens gritando o nome do candidato do PSL à Presidência da República, Jair Bolsonaro".

<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2018/10/16/travesti-e-morta-a-facadas-durante-briga-em-bar-no-centro-de-sp.ghtml>

**Caso - Salvador, BA: Aluno da UFBA é levado pela PM após convocar debate sobre eleições**

"É preciso trazer a público que hoje sentimos os efeitos da escalada do fascismo e das ofensas contra a liberdade de manifestação do pensamento na universidade. Hoje, 10 de outubro de 2018, um estudante de História da UFBA convidou os colegas para um debate sobre a conjuntura das eleições e a defesa da democracia. Um colega, com vinculação ao MBL e histórico de atitudes racistas, iniciou uma discussão com ofensas e agressões verbais que culminaram na tentativa de agressão física ao primeiro estudante, no que foi contido pelos colegas de classe. Após, o estudante agressor saiu das dependências da Universidade correndo e mobilizou a polícia militar, na estrada de São Lázaro, alegando que havia sido ameaçado de morte pelo colega. Em uma atitude precipitada e sem amparo legal, os policiais acompanharam o estudante de volta à Universidade, a pretexto de protegê-lo, e convidou ambos os estudantes para prestar esclarecimentos na 7ª Delegacia de Polícia (Rio Vermelho). É importante registrar que não havia uma situação de flagrante, já que o estudante já se encontrava fora da Universidade quando encontrou os policiais, o que torna ilegítimo o ingresso dos policiais militares em área federal. A possibilidade de patrulhamento de conflitos e discussões entre estudantes pela PM reporta ao passado autoritário da Ditadura Militar e não pode passar desapercebida. Isto se torna mais grave quando esse acesso é mobilizado por um grupo político que fomenta um discurso militarista e de violência.

O estudante agredido contou com apoio de colegas que imediatamente conduziram uma plenária com mais de 300 pessoas para repudiar a atitude e prestar solidariedade ao colega agredido. Na delegacia o estudante contou com o apoio e de professoras e professores da UFBA e advogados voluntários que vão acompanhar o desdobramento do caso.

É preciso repudiar todas as iniciativas de cerceamento da liberdade de pensamento, sobretudo no espaço de debate de ideias, que é a Universidade. O enfrentamento de práticas fascistas tem de ser parte do cotidiano de todas e todos os que defendem a Democracia".

<https://acoluna.co/aluno-da-ufba-e-levado-por-pms-apos-convidar-pessoas-para-reuniao-sobre-eleicoes/>

**Caso - São Paulo, SP: grupo persegue rapazes e chuta carros**

“O aumento dos grupos neonazistas no Sul e Sudeste é preocupante, li que o Paraná tem o maior número seguido do Rio Grande do Sul e São Paulo, ontem a noite na Paulista fui surpreendida por um grupo que perseguia rapazes que subiam a Augusta, eles estavam com bandeiras que não identifiquei, ficamos cercados no farol, não tinha saída ficamos todos aterrorizados, era jogar o carro na calçada do Center três e machucar inocentes, ou ficar parado vendo eles chutarem nossos carros enquanto corriam atrás da sua caça que acredito serem gays, antes no boteco conversamos sobre a possibilidade das pessoas comprarem armas para se defender, o farol abriu e fui embora, uma noite de sobrevivência, meu carro sofreu um amassadinho vi agora de manhã, alguém ainda vai acelerar o carro e pode ser eu, se entrar em pânico, sou alvo sou preta e mulher. Abriram as portas do inferno.”

<https://www.facebook.com/maria.c.oliveira/posts/10209736799656116>

**Caso - Feira de Santana: universitária agredida pelo irmão**

“Uma seguidora minha, estudante de Letras da UEFS, acaba de ser agredida em casa pelo irmão por conta da intolerância religiosa - ela é de Asè e a família evangélica e política. Ela ganhou uma imagem de Iemanjá e levou para casa, foi ameaçada caso não retirasse a imagem. Hoje, quando soube da defesa de seus irmãos ao candidato Jair Bolsonaro, foi falar com a mãe sobre como isso lhe era ofensivo. O irmão, eleitor de Bolsonaro, o mesmo que a ameaçou, entrou na conversa, que virou briga, e cumpriu sua violenta promessa e esta menina de 19 anos levou um murro violento na cara e chutes na cabeça quando caiu.

Esta menina está em Feira de Santana sozinha, foi a DEAM mas foi mandada agora para um posto de saúde e voltará ainda hoje para a DEAM, pq lá esteve e não pode registrar queixa por estar sangrando muito.”

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1863461757024263&set=p.1863461757024263&type=3&theater>

**Caso - Curitiba, PR: Denúncia de estupro cometido por apoiadores de Bolsonaro; vítima teria adesivo contra o candidato**

“NOTA DE REPÚDIO

A gestão aqui se Respira Lucha! Foi comunicada de uma denúncia anônima sobre um caso de estupro ocorrido dentro do Centro Acadêmico de Ciências Sociais, cometido por apoiadores do candidato Jair Bolsonaro contra uma mulher que usava o adesivo da campanha #EleNão. Viemos por meio desta nota expressar nosso repúdio, além de nos colocarmos à disposição da vítima para auxiliá-la no que for necessário, inclusive para tomar medidas legais e na procura de apoio psicológico. Não podemos banalizar esse como mais um caso estatístico, mas qualificar a discussão que se coloca sobre a crescente onda de violência em nome da candidatura fascista que concorre à presidência hoje em nosso país"

<https://www.facebook.com/cacsufproficial/photos/a.386832068374024/872367149820511/?type=3&theater>

**Caso - São Paulo, SP: Mulher relata violência de grupos neonazistas que perseguiam gays na Rua Augusta**

“Postagem em rede social: "O aumento dos grupos neonazistas no Sul e Sudeste é preocupante, li que o Paraná tem o maior número seguido do Rio Grande do Sul e São Paulo, ontem à noite na Paulista fui surpreendida por um grupo que perseguia rapazes que subiam a Augusta, eles estavam com bandeiras que não identifiquei, ficamos cercados no farol, não tinha saída ficamos todos aterrorizados, era jogar o carro na calçada do Center três e machucar inocentes, ou ficar parado vendo eles chutarem nossos carros enquanto corriam atrás da sua caça que acredito serem gays, antes no boteco conversamos sobre a possibilidade das pessoas comprarem armas para se defender, o farol abriu e fui embora, uma noite de sobrevivência, meu carro sofreu um amassadinho vi agora de manhã, alguém ainda vai acelerar o carro e pode ser eu, se entrar em pânico, sou alvo sou preta e mulher. Abriram as portas do inferno".

<https://www.facebook.com/maria.c.oliveira/posts/10209736799656116>

**Caso - Manaus, AM: mulher é confundida com travesti e agredida por homem após festa**

A empresária Sandy Morais Salum foi agredida por um homem em frente a uma festa em Manaus, após ser confundida com travesti. Após puxar o cabelo de uma amiga de Sandy, o homem falou ‘o que que é, sua travesti? sua escória da humanidade, puta'.

<https://www.revistaforum.com.br/confundida-com-travesti-empresaria-e-agredida-em-manaus-escoria-da-humanidade/>

**Caso - São Carlos, SP: Jornalista é agredido por vereador que o acusou de "espalhar mentiras"**

O jornalista Jeferson Vieira, da Rádio São Carlos, foi agredido na rua pelo vereador Leandro Guerreiro, do PSB. Segundo o parlamentar, o radialista havia "espalhado mentiras" a seu respeito, fato que teria levado à violência.

<https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2018/10/15/video-camera-flagra-vereador-agredindo-jornalista-em-sao-carlos.ghtml>

**Caso - Recife, PE: jornalista teve uma janela de seu carro quebrada; o veículo tinha adesivos de apoio a Haddad**

“Uma jornalista teve uma janela de seu carro quebrada neste sábado (13), na Rua Pessoa de Melo, na Madalena, Zona Oeste do Recife. O carro dela tinha três adesivos. "Fora, Temer, golpista", "Haddad é Lula 13" e "Humberto 130". Ela contou que não estava dentro do veículo enquanto a violência foi praticada. E frisou que os adesivos continuarão lá, no carro, porque a intimidação faz parte da estratégia dos adversários para desmobilizar as pessoas do campo contrário”.

<http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/politica/2018/10/13/interna_politica,765400/jornalista-e-professora-agredidas-por-militantes-de-bolsonaro.shtml>

**Caso - Recife, PE: professora aposentada de 75 anos sofre agressões de apoiador de Bolsonaro**

"Uma professora aposentada do IFPE e ex-professora da Universidade Católica de Pernambuco também sofreu agressões, ao atravessar a Avenida Real da Torre. Ela tem 75 anos, é professora desde os 16, sertaneja e doutora em linguística. Segundo relatos de sua filha, o agressor acelerou carro, “*parou do lado dela, baixou o vidro e soltou o veneno. O motivo? Ela usava uma camisa #EleNao. Os xingamentos mais leves foram: petralha e vagabunda*”. “*É ou não é uma ditadura? Agradeço não ter acontecido nada pior, mas a luz amarela já tá acesa faz tempo!*”, declarou. O nome das fontes foram preservados porque todas estão assustadas".

<http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/politica/2018/10/13/interna_politica,765400/jornalista-e-professora-agredidas-por-militantes-de-bolsonaro.shtml>

**Caso - São Paulo, SP: Padre é alvo de críticas em plena missa por dar hóstia a Manuela e Haddad**

"Seguidores de Bolsonaro atacam padre em plena missa pelo fato dele ter dado a hóstia a Manuela e Hadadd. Eleger Bolsonaro é legitimar seus seguidores que não aceitam quem pensa diferente. Que Deus tenha misericórdia da nossa nação".

<https://twitter.com/FBechior/status/1051610115814645761>

**Caso - Florianópolis, SC: jovem é arremessada para fora de carro por criticar Bolsonaro**

Uma militante foi agredida após pegar carona com dois homens nas imediações da Universidade Federal de Santa Catarina. Após entrar no carro, os homens a questionaram sobre Bolsonaro. Ao dizer que não votava no candidato e nem compactuava com seu discurso, a jovem foi agredida verbalmente e lançada para fora do carro. A violência aconteceu mesmo após a vítima afirmar que não era eleitora do PT, mas só contra Bolsonaro. Com a queda, a militante sofreu escoriações.

<https://centospe.libertar.org/2018/10/14/eleitores-do-bolsonaro-agridem-uma-estudante-da-ufsc/>

**Caso - Guarujá, SP: apoiadores de Bolsonaro ameaçam linchar jovem negro**

Um grupo de pessoas imobilizou e agrediu um jovem negro na Praia das Astúrias, litoral do Estado de São Paulo. O rapaz que aparece no vídeo é suspeito de roubar uma corrente. Após cercarem o suspeito, diversas pessoas fazem gritos de apoio a Jair Bolsonaro, dizendo que "no dia primeiro isso vai acabar" - sugerindo que, caso o candidato do PSL seja eleito, casos como este sejam solucionados à base da violência.

<https://ponte.org/apoiadores-de-bolsonaro-ameacam-linchar-jovem-negro-n-o-guaruja/>

**Caso - Campo Grande, MS: homem atira contra jovem após gritos homofóbicos em frente a bar**

Aos gritos de "*bando de viado*", um homem atirou três vezes contra um jovem em frente ao BarFly, em Campo Grande. Na noite em que o crime ocorreu, o estabelecimento fazia uma festa para o público LGBT.

<https://www.midiamax.com.br/policia/2018/bando-de-viado-apos-gritos-de-odio-homem-da-tres-tiros-e-acerta-jovem-em-frente-a-bar/>

**Caso - Foz do Iguaçu, PR: UNILA diz estar preocupada com ataques a estudantes**

“Estamos profundamente preocupados com a intensificação das tensões políticas que tem desdobrado episódios de intolerância e violência, tanto direta quanto simbólica, contra a comunidade universitária da UNILA e, em especial, contra estudantes. Isso não é algo novo, mas o período tem aquecido ânimos e animosidades que já estavam presentes e se expressavam episodicamente, apontando um cenário de acirramento, cujas consequências nos cabe trabalhar para prevenir”.

Leia mais: <https://www.unila.edu.br/democracia-seguranca-e-nao-violencia>

**Caso - Nova Friburgo, RJ: paróquia pichada com suásticas**

“A capela mais antiga da cidade de São Pedro da Serra, em Nova Friburgo, na região serrana do Rio, amanheceu neste domingo (14) pichada com suásticas nazistas. Ainda não há suspeitos. A Polícia Civil informou, em nota, que o caso foi registrado na 151ª DP (Nova Friburgo) e que "diligências estão em andamento". A igreja vai fornecer imagens de suas câmeras de segurança para as investigações”.

<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2018/10/igreja-em-nova-friburgo-rj-amanhece-pichada-com-suasticas>

**Caso - Amarante, MA: indígena do povo Gavião é assassinado a tiros**

“Na madrugada da última sexta-feira, 12/10, o indígena Davi Mulato Gavião foi encontrado morto na cidade de Amarante do Maranhão, distante 736km da capital São Luís. Davi tinha transtornos mentais e costumava sair da Aldeia Rubiácea (Aldeia Nova Gavião Maranhão), na Terra Indígena Governador, para circular pela cidade. O corpo do indígena apresentava sinais de quatro perfurações produzidas por arma de fogo”.

<http://www.observatoriosocioambiental.org/2018/10/indigena-do-povo-gaviao-e-assassinado_14.html>

**Caso - Itatiba, SP: jovem é agredido por eleitores de Bolsonaro em lanchonete**

"*Me chamavam de 'viadinho de merda' e diziam que 'Bolsonaro vai acabar com isso*'", relatou Vinícius. Além do agressor, uma psicóloga, de nome não informado, estava junto com o grupo, que incluía uma de suas pacientes. No momento da discussão, ela teria começado a agredir verbalmente Paula, amiga de Vinícius. "*Berrava insultos, a chamando de 'gorda', 'puta', 'imunda' e outras barbaridades, enquanto esbravejava que não aceitaria 'Kit Gay'*", continuou. <https://bit.ly/2CeYy7H>

**Caso - UFC, Fortaleza: Professor denuncia agressão homofóbica e racista de apoiadores de Bolsonaro dentro do campus universitário**

O professor Júlio Araújo relata que foi vítima de agressões homofóbicas e racistas dentro da Universidade Federal do Ceará (UFC), onde trabalha. Ele conta que na tarde do último dia 9 de outubro, uma terça-feira, foi abordado por quatro homens vestidos com camisas do candidato à Presidência da República Jair Bolsonaro (PSL) que o ofenderam verbalmente.

<https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2018/10/professor-denuncia-agressao-homofobica-e-racista-de-apoiadores-de-bols.html>

**Caso - Lagoa Nova, RN: universitário acusa apoiadores de Bolsonaro de agressão**

“Homem de 28 anos alega ter sido agredido quando chegava à universidade após ficar calado diante de um comentário favorável ao candidato do PSL

O caso teria acontecido na manhã da quinta-feira, por volta das 8h, quando ele chegava a um dos prédios da universidade onde estuda, que fica na Avenida Salgado Filho, bairro de Lagoa Nova”.

<https://www.op9.com.br/rn/noticias/universitario-acusa-apoiadores-de-bolsonaro-de-agressao/>

**Caso - Fortaleza, CE: Casal é vítima de ataque homofóbico em shopping**

A vítima, que afirma ser delegada, ainda contou que aquela era a primeira vez que havia sofrido um ataque do tipo desde que se assumiu homossexual, há 15 anos. "Eu já contribuí tanto e contribuo diariamente com esse País, já coloquei na cadeia pedófilos, feminicidas, estupradores, tirando da sociedade uma escória de criminosos que poderiam estar nas ruas colocando em risco a vida de inúmeras famílias, inclusive a desses criminosos cretinos que me ameaçaram hoje!", desabafou.

<https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2018/10/casal-e-vitima-de-ataque-homofobico-em-shopping-de-fortaleza.html>

**Caso - Aracaju, SE: candidato ao governo do PSL decide apoiar Haddad e relata ameaças à família**

Segundo reportagem da Folha de São Paulo, em nota, Cassini lamentou as ameaças e disse que, numa democracia, discordâncias são debatidas, compreendidas e resolvidas de forma política, não em forma de violência. Disse ainda que se sente “acuado e intimidado” e que teme por sua vida e de seus familiares.

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/candidato-do-partido-psl-apoia-haddad-em-sergipe-e-se-diz-ameacado.shtml>

**Caso - Belém, PA: Professor e umbandista é agredido por quatro homens.**

Travessa Benjamin Constant, no centro de Belém. Nas duas versões sobre a agressão, a motivação foi a intolerância e o ódio que tomam conta do Brasil nestes dias agitados e tensos de campanha eleitoral”.

<http://www.ver-o-fato.com.br/2018/10/professor-e-umbandista-e-agredido-por.html>

**Caso - Rio de Janeiro, RJ: estudante é atacada por eleitor de Bolsonaro**

"Na madrugada desta sexta-feira (12), foi registrado mais um caso de agressão motivado por eleitores de Bolsonaro, desta vez, no Rio de Janeiro. Uma estudante da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) foi atacada com socos no bairro de Botafogo, na zona sul da cidade".

<https://www.brasildefato.com.br/2018/10/12/estudante-e-atacada-por-eleitor-de-bolsonaro-no-rio-de-janeiro>

**Caso - Salvador, BA: fotos de exposição homoafetiva são alvo de vandalismo: ‘Só bala’**

“Uma exposição fotográfica que retrata troca de afeto entre dois homens foi atacada por vândalos, na terça-feira (2), em Salvador. Instaladas em muros no centro da capital baiana, as imagens foram rasgadas e riscadas. Em uma das fotos, que mostra o rosto do idealizador da obra, foi escrito “Só bala”. A frase foi deixada na testa do artista”.

<http://www.gay1.com.br/2018/10/fotos-de-exposicao-homoafetiva-nas-ruas-de-salvador-sao-alvo-de-vandalismo-so-bala/>

**Caso - Porto Alegre, RS: jovens contrários a Bolsonaro relatam agressões, laços rompidos com parentes e ameaças online**

"Os casos de pessoas agredidas e ameaçadas devido a motivações políticas, especialmente em ataques feitos por apoiadores do candidato Jair Bolsonaro (PSL) contra minorias sociais e opositores da candidatura têm aumentado exponencialmente no país. No Rio Grande do Sul, a situação mais chocante até agora registrada foi a agressão a uma jovem lésbica na última quarta-feira (10), na Cidade Baixa, em Porto Alegre, que a deixou com um machucado feito com um canivete na barriga".

<https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/politica/2018/10/rs-jovens-contrarios-a-bolsonaro-relatam-agressoes-lacos-rompidos-com-parentes-e-ameacas-online/>

**Caso - Brasília, DF: jornalista que divulgou episódio de jovem com corpo marcado por canivete é ameaçada**

“A jornalista de Brasília que divulgou o caso da garota de Porto Alegre que teria sido marcada com cortes em forma de suástica está sofrendo ameaças via internet. Até por isso, ela desativou algumas redes sociais, como o Facebook, incluindo a postagem que fez sobre o episódio, que tinha mais de 10 mil compartilhamentos”.

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2018/10/jornalista-que-divulgou-episodio-de-jovem-com-corpo-marcado-por-canivete-e-ameacada-cjn4vccy904aa01rxnianmj2o.html>

**Caso - Cabo Frio, RJ: Professor é ameaçado de morte por aluno eleitor de Bolsonaro**

Um professor da Escola Municipal Edith Castro, em Cabo Frio, sofreu uma ameaça de morte por meio de uma pichação na escola, na última semana. A mensagem dizia “*Alex vai morrer gay*”.

<http://www.rc24h.com.br/noticia/ver/32860/Professor-de-Cabo-Frio-e-ameacado-de-morte-por-aluno-eleitor-de-Bolsonaro>

**Caso - Chapada Diamantina, BA: Jovem gay de Itaberaba afirma ter sido ameaçado por eleitor de Bolsonaro**

Em áudio enviado ao Jornal da Chapada, um jovem de Itaberaba, município do estado da Bahia, localizado na região da Chapada Diamantina, afirmou que nesta quarta-feira (10) foi seguido e depois ameaçado por um eleitor do candidato à Presidência do Brasil, Jair Bolsonaro (PSL), por conta de ser gay assumido. Em sua denúncia, ele disse que percebeu que alguém o seguia quando foi à casa de um amigo, quando estava retornando foi abordado. Um homem, que ele não conseguiu identificar, disse que havia votado no candidato para “matar viado como ele”

<https://jornaldachapada.com.br/2018/10/10/chapada-jovem-gay-de-itaberaba-afirma-ter-sido-ameacado-por-eleitor-de-bolsonaro/>

**Caso - Teresina, PI: Aluna da UFPI é ameaçada de morte por apoiador de Bolsonaro**

Uma estudante da Universidade Federal do Piauí (UFPI), foi vítima de ameaças e discriminação racial em seu perfil em uma rede social.

"*Aceita que dói menos. Vai para Venezuela. Quando eu tiver porte de arma e te [sic] encontrar na UFPI, toma cuidado. Ninguém vai sentir falta de uma preta burra", diz um trecho da mensagem*".

<https://www.portalr10.com/noticia/14689/aluna-da-ufpi--ameaada-de-morte-por-apoiador-de-bolsonaro>

**Caso - Pelotas, RS: Professor da UFPel sofre ameaça política**

Um professor da UFPel recebeu, via e-mail "anônimo", com assinatura falsa, ameaças de uma pessoa que afirma estar envolvida “*diretamente na campanha de Jair Bolsonaro*”. Na mensagem, a ameaça cita uma suposta “campanha comunista” que o professor estaria fazendo na Universidade. Ainda, o remetente diz que o próprio Bolsonaro está ciente da situação e que, caso eleito, “*a teta vai secar e o governo não irá mais financiar pesquisas inúteis*”.

<http://www.adufpel.org.br/site/noticias/professor-da-ufpel-sofre-ameaa-poltica>

**Caso - Teresina, PI: Gay relata ameaça, “*Quando Bolsonaro ganhar, vamos bater em viado*”**

“A vítima é estudante e se chama Crisnando Pinho Lima. Em entrevista ao OitoMeia, na manhã desta terça-feira (09/10), ele confirmou a ocorrência e disse que ouviu o seguinte, após ter sido puxado pela camisa: “Quando o Bolsonaro ganhar, vamos comemorar batendo em ‘viado’” e “Eu quero ver sangue de ‘viado’ escorrer”.

<https://www.oitomeia.com.br/noticias/2018/10/09/gay-de-teresina-relata-ameaca-quando-bolsonaro-ganhar-vamos-bater-em-viado/>

**Caso - Rio de Janeiro, RJ: Marcelo Adnet sofre ameaça de morte após imitar presidenciáveis**

"Adnet se mostrou muito assustado durante uma entrevista no “Conversa com Bial”, da TV Globo, na última quarta-feira (10). O humorista contou que chegou a sofrer ameaças de morte por ter feito imitações dos candidatos à Presidência".

<http://famosidades.com.br/tv/marcelo-adnet-sofre-ameaca-de-morte-apos-imitar-presidenciaveis/>

**Caso - Cáceres, MT: Professores e alunos da Unemat denunciam ameaças sofridas por apoiadores de Bolsonaro**

"Uma nota de repúdio foi emitida, nesta quarta-feira (10), pela diretoria da Associação dos Docentes da Universidade do Estado de Mato Grosso (Adunemat), relatando que professores, funcionários e alunos estariam sofrendo perseguição de parte dos apoiadores do candidato à presidência da República, Jair Bolsonaro (PSL). Tudo porque eles teriam demonstrado apoio à Fernando Haddad (PT)".

<http://www.olhardireto.com.br/noticias/exibir.asp?id=450953&noticia=professores-e-alunos-da-unemat-denunciam-ameacas-sofridas-por-apoiadores-de-bolsonaro>

**Caso - Maceió, AL: seguidor de Bolsonaro agride produtora por broche #EleNão**

"A produtora cinematográfica Ismélia Tavares Balduce foi agredida nesta terça-feira, na avenida Fernandes Lima, em Maceió, por um seguidor de Jair Bolsonaro, que dirigia uma moto".

<http://reporternordeste.com.br/noticias/brasil/maceio-seguidor-de-bolsonaro-agride-produtora-por-broche-elenao/>

**Caso - Brasília, DF: Eleitores de Bolsonaro hostilizam Haddad e cercam carro do candidato**

"Um veículo conduzido por eleitores de Jair Bolsonaro (PSL) causou um princípio de tumulto durante um ato de campanha de Fernando Haddad (PT) em Brasília nesta quinta-feira (11). O caso veio à tona na noite de quinta quando Paulo Teixeira, vice-presidente nacional do PT, falou sobre o assunto em uma rede social. O deputado afirmou que os manifestantes teriam impedido a saída do veículo em que o presidenciável estava".

<https://congressoemfoco.uol.com.br/eleicoes/eleitores-de-bolsonaro-hostilizam-haddad-e-cercam-carro-do-candidato-em-brasilia/>

**Caso - Fortaleza, CE: Mulher relata agressão e ofensa após discutir com apoiadores de Bolsonaro**

Uma agente de saúde de 36 anos relatou ter sido agredida fisicamente e xingada por duas apoiadoras do presidenciável Jair Bolsonaro (PSL) nesta sexta-feira, 12/10, em Fortaleza.

<http://blogs.opovo.com.br/politica/2018/10/13/mulher-diz-que-foi-agredida-e-xingada-de-negra-imunda-por-apoiadores-de-bolsonaro/>

**Caso - São Paulo, SP: jovem de origem asiática é agredido por três pessoas com camisetas do Bolsonaro**

<https://www.facebook.com/laLEliLLOlu/posts/10218578086582699>

**Caso - Brasília, DF: apoiador de Bolsonaro ataca a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)**

<https://www.facebook.com/alberto.c.almeida.7/posts/10212200682312253>

**Caso - São Paulo, SP: EE Ruy Barbosa Conselheiro, ofensas racistas a professora de sociologia**

Estudantes do ensino médio da escola estadual Rui Barbosa Conselheiro, no Tremembé, Zona Norte de São Paulo, cometeram ofensas raciais e de cunho sexista contra uma professora de sociologia negra ao escrever na porta da sala de aula dela “*preta galinha do c\*\*\*”*.

Os alunos também desenharam a suástica nazista.

As ofensas foram vistas e registradas em vídeo pela professora no último dia 2, mas o boletim de ocorrência por injúria racial foi registrado nesta quarta-feira (5) na Delegacia de Crimes Raciais.

<https://g1.globo.com/google/amp/sp/sao-paulo/noticia/2018/10/10/estudantes-de-sp-chamam-professora-de-preta-galinha-e-desenham-suastica-em-escola.ghtml>

**Caso - Recife, PE: Apoiadores de Bolsonaro espancam servidora pública em PE**

Apoiadores de Bolsonaro espancaram a servidora pública Paula Pinheiro Ramos Pessoa Guerra, 37 anos, na noite deste domingo (7), num bar no bairro do Arruda, Zona Norte do Recife, após a servidora criticar o candidato à presidência Jair Bolsonaro (PSL).

<https://br.noticias.yahoo.com/bolsonaristas-espancam-servidora-publica-em-pe-185452964.html>

**Caso - Altamira, PA: Líder sem-terra é assassinado em Castelo dos Sonhos**

O líder sem-terra Aluisio Sampaio, conhecido como "Alenquer", foi assassinado no dia 11 de outubro em Castelo dos Sonhos, Pará, às margens da BR-163. Segundo o jornal Folha do Progresso, Sampaio foi baleado na cabeça com vários tiros. Um dos assassinos teria sido preso, e o outro, conseguido fugir.

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/lider-sem-terra-e-assassinado-no-sul-do-para.shtml>

**Caso - São Paulo, SP: pichação com suástica na Universidade São Judas Tadeu**

Menos de 12 horas depois do término do primeiro turno da eleição deste ano, pichações racistas foram flagradas em um banheiro unissex da Universidade São Judas Tadeu, no Butantã. Na ocasião, foram escritas nas paredes frases como: “*vão se f\*\*\*\* seus negros e feministas de merda, gays do demo, burn jews* (queime judeus)”, além de uma grande suástica (símbolo do nazismo). Em outra cabine “*ideologia de gênero é o c\*\*\*\*\*\**” era o que estava pichado.

<https://jovempan.uol.com.br/eleicoes-2018/presidenciais/instituicoes-de-ensino-sao-pichadas-com-frases-preconceituosas-em-todo-brasil.html?utm_content=buffer7b921&utm_medium=social&utm_source=facebook.com&utm_campaign=buffer>

**Caso - São Bernardo do Campo, SP: "limpar" a faculdade de "preto e viado"**

Uma das portas do banheiro trazia a mensagem “Bolsonaro vai limpar essa faculdade de preto e viado”, seguido do número 17, que representa a candidatura do presidenciável. Abaixo do número ainda estava escrito “preto vai morrer”.

<https://jovempan.uol.com.br/eleicoes-2018/presidenciais/instituicoes-de-ensino-sao-pichadas-com-frases-preconceituosas-em-todo-brasil.html?utm_content=buffer7b921&utm_medium=social&utm_source=facebook.com&utm_campaign=buffer>

**Caso - São Pedro da Aldeia, RJ: professora tem carro vandalizado**

Um dos casos registrados é o da ativista trans e professora Sara York, moradora de São Pedro da Aldeia, na Região dos Lagos (RJ), cujo carro foi depredado. "Vandalizaram meu carro. Furaram os pneus, riscaram a pintura e escreveram Bolsonaro 2018", conta.

**Caso - Brasília, DF: relatos de machismo e apoio a Bolsonaro em um transporte de aplicativo**

"Entrei para as estatísticas! (update: tive que fechar o post para amigos porque comecei a receber ameaças de *bolsonaristas*. Só piora).

Estou bem fisicamente, mas a violência psicológica que sofri vai demorar um pouco para passar.

Hoje passei por uma situação que não desejo a ninguém. Fui vítima de um machismo escroto por parte de um apoiador do Bolsonaro. Evito dizer o nome desse candidato mas hoje é preciso. Entrei no carro do aplicativo sem ver que ele vestia uma camiseta com a foto do candidato. Assim que ele arrancou o carro foi direto: vc vota em quem? Ainda sem ver a camiseta disse que meu título era de outra cidade, mas que torcia pelo Haddad.

Aí começaram as agressões verbais. Como é inteligente, ele não me ameaçou diretamente mas disse que a partir do ano que vem mulheres “esquerdistas comunistas” teriam outro “tratamento” - essa última palavra foi dita com um sorrisinho me olhando pelo retrovisor.

Disse que o Bolsonaro mostraria que o Brasil não é lugar desse “tipo de gente” e que seria preciso fazer “uma limpeza”! Pedi que parasse o carro e ele disse: tá com medinho? Pedi que me deixasse ali onde estávamos ou eu ligaria para a Polícia. Com a maior cara lavada me disse: “ótimo, sou PM, vou com a senhora até a corporação”. Sempre com um sorrisinho no rosto e me olhando pelo retrovisor.

Enfim, foi horrososo, ainda estou tremendo e com muito, muito medo. Já reportei tudo ao app. Mas ele sabe onde moro. Sabe meu nome. Meu medo é real. Mas meu medo é maior por imaginar como será a partir do ano que vem.

Só peço aos amigos e parentes que não comentem com a minha mãe.

Sejamos fortes! Bom dia! #elenão #elejamais

**Caso - São Paulo, SP: pichações racistas e pró-Bolsonaro**

Em uma das unidades do cursinho Anglo, no bairro da Liberdade, em São Paulo, uma série de pichações que pedem a "morte de negros, lésbicas e gays".

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2018/10/pichacao-pro-bolsonaro-em-cursinho-pede-morte-aos-negros-e-aos-gays.shtml>

**Caso - Santo André, SP: relatos de violência verbal e discriminação política**

"Solicitei a parada do ônibus público em sp (situação normal, levantar a mão no ponto para o transporte parar e assim subir). Motorista parou o transporte e ficou olhando para mim com a porta ainda fechada, depois de eu ter que praticamente implorar para ele abrir a porta, visto que eu estava no ponto, ele abriu e começou a gritar de maneira extremamente violenta que eu não poderia pegar o ônibus pois tinha 'cara de comunista'"

smo de tomar posse, mas já falando como deputado federal, Daniel Silveira (PSL/RJ), que quebrou a placa em homenagem à vereadora Marielle Franco (PSol) durante a campanha, entrou no Colégio Estadual Dom Pedro II, em Petrópolis (RJ), e depois gravou vídeo com ameaças contra a diretora da escola neste sábado (24)".

<https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2018/11/antes-da-posse-deputado-que-quebrou-placa-de-marielle-entra-em-escola-e-intimida-diretora/>

**Caso - Santarém, PA: Comissão de DH relata intimidações por investigar ataques a indígenas**

"As 34 organizações, do campo e da cidade, que compõem o Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos (CBDDH), manifestam sua preocupação e vêm a público denunciar as ameaças e intimidações sofridas à Comitiva da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), autoridades brasileiras, lideranças indígenas, defensoras e defensores de direitos humanos e representantes de organizações da sociedade civil, nesta quinta-feira (08), em Santarém (PA)".

<http://comiteddh.org.br/destaque/intimidacoes-durante-visita-da-cidh-em-santarem-pa-nao-nos-calaremos/>

**Caso - Guaíra, PR: Indígena Ava-Guarani sofre atentado a tiros**

"Omissão e morosidade na regularização de terras indígenas fazem nova vítima em Guaíra/PR, na tarde dessa terça-feira (06). O indígena Ava-Guarani Donecildo Agueiro, de 21 anos, do Tekoha Tatury, sofreu atentado a tiros após sair de reunião da Coordenação Técnica Regional da Fundação Nacional do Índio (Funai), que tratava dos processos de licenciamento de duas linhas de transmissão que passam em Guaíra, com estudos ambientais iniciados. O indígena encontra-se internado no Hospital Regional de Toledo e será operado amanhã (08). Donecildo Agueiro não sente as pernas".

<https://cimi.org.br/2018/11/indigena-ava-guarani-donecildo-agueiro-sofre-atentado-a-tiros-em-guaira-pr/>

**Caso - Pau Brasil, BA: Índio é morto com mais de seis tiros na Bahia**

"Um índio foi morto após ser atingido por mais de seis tiros, na madrugada desta quarta-feira (7), na reserva Caramuru, cidade de Pau Brasil, no sul da Bahia.

Segundo informações da Polícia Civil, a vítima, identificada como Reinaldo Silva Pataxó, de 40 anos, foi morto quando saía de casa. As investigações apontam que o índio sofreu uma emboscada após se envolver em uma discussão interna na tribo".

<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2018/11/07/indio-e-morto-com-mais-de-seis-tiros-na-bahia-suspeita-e-de-emboscada-diz-policia.ghtml>

**Caso - Sorocaba, SP: Aluna negra é alvo de ameaças em pichações racistas**

"A estudante de 22 anos do curso de engenharia florestal ameaçada com frases racistas nas portas do banheiro feminino do campus da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), em Sorocaba (SP), está assustada com as intimidações e em estado de alerta".

<https://www.geledes.org.br/aluna-negra-alvo-de-ameacas-em-pichacoes-racistas-desabafa-nao-esperava-tanto-odio/?utm_medium=ppc&utm_source=onesignal&utm_campaign=push&utm_content=onesignal&fbclid=IwAR2acZep639P7hxjng7SBhlxoR-m8h4cZnuiBZaCVFK1uxAoIfYjjkOhp6k>

**Caso - Brasília, DF: Lésbica é espancada por andar de mão dada com a namorada**

Segundo nota de repúdio da UNB, jovem foi espancada por sete pessoas.

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1884588918315010&set=a.117859738321279&type=3&theater>

**Caso - Colombo, PR: Relato de ameaça e homofobia**

<https://www.facebook.com/geovane.silveira1/posts/2448517041832567?notif_id=1539774160453967&notif_t=feedback_reaction_generic>

**Caso - Viçosa, MG: Agressão e homofobia contra palestrante**

<https://globoplay.globo.com/v/7097527/>

**Caso - Santo Amaro, BA: Professor aposentado é agredido com socos por postagens políticas**

"Domingo pela manhã, 21, em Salvador, quatro jovens brancos e musculosos atacaram o professor aposentado da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Alberto Heráclito Ferreira, 57 anos. Ele voltava da procissão de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, no Pelourinho, quando tudo aconteceu, e foi salvo por um mototaxista que intercedeu em seu favor.

De acordo com informações do professor, os agressores deram murros em sua barriga enquanto o xingavam de 'seu viadinho comunista, você vai morrer'".

<https://avoador.com.br/politica/professor-aposentado-da-uefs-e-agredido-com-socos-em-salvador/>

**Caso - Dourados, MS: Suástica pichada em espaço cultural**

<https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=1906554656095710&id=100002235813449&ref=content_filter>

**Caso - São Carlos, SP: Mulher trans é agredida a marteladas**

"A Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) vai investigar um caso de violência contra a transsexual Angela Lopes, de 43 anos, no domingo (28), em São Carlos (SP).

A ativista LGBT foi agredida por um homem a marteladas e levou 15 pontos na cabeça e 5 na nuca. 'Achei que ia morrer', disse em entrevista ao G1.

O agressor, que a chamou de 'viado desgraçado' durante a violência, fugiu e não foi encontrado. Um boletim de ocorrência foi registrado nesta quarta-feira (31)".

<https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2018/10/31/trans-leva-15-pontos-na-cabeca-apos-agressao-a-marteladas-em-sao-carlos-achei-que-ia-morrer.ghtml>

**Caso - Arapiraca, AL: Lideranças indígenas Tingui-Botó sofreram abordagem truculenta por policiais militares**

"Lideranças indígenas Tingui-Botó, tiveram abordagem truculenta por policiais militares de Alagoas ao se deslocarem de sua aldeia, localizada no município de Feira Nova - AL a Arapiraca - AL, para participarem da etapa Local da 6° Conferência de Saúde Indigena, isso ocorreu na última terça-feira dia 30 de Outubro. A princípio seria uma blitz comum de rotina, mas quando um dos policiais perguntou ao cacique Eliziano e aos seus filhos para onde eles estariam indo e, eles desseram que eram Indígenas e, estavam indo para a Conferência de Saúde Indigena, um dos policiais se identificou como evangélico e, aumentou a agressividade das ações a ponto de algemar um dos filhos do cacique o liderança Marcos Sabaru e os encaminharem a delegacia de Arapiraca, sem acusação nenhuma, acreditamos simplesmente pelo fato de serem indígenas".

<https://bit.ly/2CWOaSy>

**Caso - Salvador, Ba: PM agride e prende mulheres em ato pró-Haddad na noite de domingo em Salvador**

Uma mulher foi presa e outra ferida na noite deste domingo (28) no bairro Rio Vermelho, em Salvador, quando a Polícia Militar repreendeu violentamente um grupo de apoiadores de Fernando Haddad (PT).

<https://www.revistaforum.com.br/pm-agride-e-prende-mulheres-em-ato-pro-haddad-na-noite-de-domingo-em-salvador>

**Caso - São Paulo, SP: Produtor de moda de famosas da Globo sofre ataque homofóbico**

O ataque aconteceu na região dos Jardins, em São Paulo, na Alameda Santos, próximo à Rua da Consolação. Juliano voltava de uma produção de moda com a atriz Camila Queiroz e o companheiro, Zuel Ferreira, 39, com quem forma também uma dupla profissional.

<https://paulosampaio.blogosfera.uol.com.br/2018/10/30/produtor-de-moda-de-famosas-da-globo-sofre-ataque-homofobico-em-sp/>

**Caso - Nova Ponte, MG: Polícia investiga morte com suspeita homofóbica e política**

O operador de balança Michel Messias Cunha, 30, morreu após ser espancado por supostamente oito homens na madrugada de sábado (27), em Nova Ponte, no interior de Minas Gerais.

A família suspeita que Michel foi vítima de homofobia e diz que agressores gritavam o nome do presidente eleito, Jair Bolsonaro (PSL).

<https://www.msn.com/pt-br/noticias/brasil/pol%C3%ADcia-de-mg-investiga-morte-com-suspeita-homof%C3%B3bica-e-pol%C3%ADtica/ar-BBPbTpx?ocid=sf>

**Caso - Tambori, CE: Acampamento do MST é incendiado**

Na noite desta terça-feira, (30) por volta das 19 horas, o acampamento Comuna Irmã Dorothy localizado em Tamboril, Ceará, foi incendiado. De acordo com os acampados quatro homens se aproximaram, atearam fogo próximo aos barracos e saíram aos gritos correndo pegaram motocicleta e evadiram-se do local.

<http://www.mst.org.br/2018/10/31/acampamento-do-mst-e-incendiado-no-ceara.html?fbclid=IwAR1bJUqvWyC3R-I5IhBnN3Rp2RiR4IXS3ZuXZFqvNnEUJ4FZTp58EvlrkDo>

**Caso - Santa Maria, RS: Suástica, #B17 e inscrição racista no banheiro feminino**

A Polícia Federal (PF) tenta identificar o responsável por escrever uma frase com ameaça de morte a negros em um banheiro feminino da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), na Região Central do Rio Grande do Sul. Em letras pretas, os dizeres “Esses pretos fedidos vão morrer” foram escritos na parte interna da tampa de um vaso sanitário, junto ao desenho de uma suástica e da hashtag “b17”, que faria referência ao presidente eleito, Jair Bolsonaro.

A denúncia foi feita na sexta-feira (26) por professores da instituição, que se depararam com a frase no Colégio Politécnico da universidade.

<https://www.geledes.org.br/policia-federal-investiga-autoria-de-frase-com-ameaca-negros-em-universidade-de-santa-maria/>?

**Caso - Piracuruca, PI: Eleitor do Bolsonaro é morto ao comemorar vitória com arma na mão**

"Um homem que saiu às ruas, na manhã desta segunda-feira (29), em um carro com uma pistola na mão apontando para as pessoas, foi morto, em Piracuruca, no Norte do Piauí, em confronto com o policial militar. O policial se apresentou na Delegacia de Polícia Civil, prestando depoimento para o delegado Hugo, informaram o secretário estadual de Segurança, coronel Rubens Pereira e o delegado geral da Polícia Civil, Riedel Batista".

<http://comandovp190.com.br/eleitor-do-bolsonaro-e-morto-ao-comemorar-vitoria-com-arma-na-mao/?fbclid=IwAR1lEpkzAej1VA-7DdoPAQiFfnj6MI6p8n2KnRwdh0vNft7fXbxW6f8rEuQ>

**Caso - Manaus, AM: homem atira contra pessoas em frente a bar LGBT**

Um homem passou fazendo uma série de disparos com arma de fogo de dentro de um carro, contra um bar que tem como frequentadores pessoas do público LGBT".

<https://amazonasnews.com/carro-passa-atirando-em-bar-lgbt-no-centro-de-manaus/?fbclid=IwAR2JLRMniKE4KtP1TwIK3yB2st9AKxDYlAypnHtoliCRYY4UefzQ1PRDlBg>

**Caso - Jatobá, PE: aldeia Pankaruru tem posto de saúde e escola incendiados**

Uma escola e um PSF (Posto de Saúde da Família) da aldeia Bem Querer de Baixo, localizada no município de Jatobá (PE), foram incendiados na madrugada desta segunda-feira (29). Os dois prédios estavam localizados na principal área de conflito indígena com posseiros, dentro da Terra Indígena dos Pankararus, localizada na região do médio do São Francisco em Pernambuco. Ninguém ficou ferido no ataque criminoso. Segundo lideranças indígenas, a principal suspeita é retaliação de posseiros expulsos, que podem estar colocando medo na comunidade indígena depois que Jair Bolsonaro (PSL) foi eleito presidente da República. A aldeia Bem Querer de Baixo é a área de maior conflito de posseiros com os índios.

<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/10/29/aldeia-indigena-em-pe-tem-escola-e-posto-de-saude-incendiados-indios-temem-novos-ataques.htm?cmpid=copiaecola>

**Caso - São Paulo, SP: na Avenida Paulista, jornalista holandesa é assediada e perseguida**

A jornalista holandesa Sandra Korstjens, correspondente na América Latina da emissora RTL Nieuws há seis anos, contou em um post publicado no Facebook que sofreu assédio por parte de apoiadores de Jair Bolsonaro ao cobrir o ato em em comemoração à vitória do presidente eleito no domingo (28), na avenida Paulista, em São Paulo. "Nesta noite, fui à celebração de centenas de apoiadores de Bolsonaro na avenida Paulista, com a cabeça aberta, tentando explicar os dois lados dessa eleição, apenas fazendo meu trabalho", escreveu a jornalista no Facebook.

<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/29/correspondente-holandesa-denuncia-assedio-em-manifestacao-pro-bolsonaro.htm>

**Caso - Humaitá, AM: Incendiadas sedes do Ibama e do ICMBio**

Incendiadas sedes do Ibama e do ICMBio. Escritórios de órgãos do Ministério do Meio Ambiente ficam em Humaitá, ao sul do Amazonas;

<https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,sedes-do-ibama-e-do-icmbio-sao-incendiadas-no-amazonas,70002063732?fbclid=IwAR3T3Np8uCVO9L6Y13x2GpvUs_fWAifxWMzU-WkvQE87xYCi9J1zzVNxe-k>

**Caso - Fortaleza, CE: Polícia investiga denúncia de estupro de mulher ameaçada por racistas**

"Uma estudante de 33 anos denunciou ter sido estuprada na noite desta quinta-feira (25), no bairro Edson Queiroz, em Fortaleza. O caso aconteceu no entorno da Universidade de Fortaleza, instituição particular onde estuda, dois dias após a universitária formalizar um boletim de ocorrência no qual declarou vir sofrendo ameaças que seriam motivadas por racismo e intolerância política. Um inquérito policial foi instaurado na Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) de Fortaleza, unidade responsável por crimes de estupro, e a investigação corre sob sigilo".

<https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/26/politica/1540590970_937358.html>

**Caso - Rio de Janeiro, RJ: Corpo é achado dentro de carro em frente à UFRJ**

"Um corpo foi encontrado no início da tarde desta sexta-feira (26) dentro de um carro, com marcas de tiro, em frente à Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no Centro do Rio".

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/10/26/corpo-e-encontrado-dentro-de-carro-em-frente-a-ufrj-no-centro-do-rio.ghtml?fbclid=IwAR2o4vX-Jjj7IEziYao2pI2JzAQ7XR0uGIQIJfhzjCt9TMK7Shruf2EXsHM>

**Caso - Juazeiro do Norte, CE: Universitário é agredido com socos e golpes de fio por eleitores de Bolsonaro**

Mateus Lira de Souza, de 21 anos, registrou Boletim de Ocorrência na Delegacia Regional de Juazeiro do Norte. Segundo o relato registrado na Polícia, quando ele andava na rua, após sair de sua residência, três homens que passavam em um carro começaram a xingá-lo de “*comunista safado*”.

<http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/eleicoes-2018/universitario-e-agredido-com-socos-e-golpes-de-fio-por-eleitores-de-bolsonaro-em-juazeiro-do-norte/>

**Caso - São Paulo, SP: Jovem diz ter sido espancado por eleitores de Bolsonaro: "Comunista merece"**

“Um estudante universitário afirma ter sofrido agressões físicas e verbais na última sexta-feira (19) por apoiadores do candidato à Presidência Jair Bolsonaro (PSL). Luís Guilherme Tozelli, 22, conta que caminhava sozinho no centro de São Paulo quando percebeu que era perseguido por quatro homens por usar no peito um adesivo de apoio a Fernando Haddad (PT)”.

<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/24/estudante-espancado-apoiadores-bolsonaro.htm>?

**Caso - Assis, SP: Relato de bomba arremessada contra capoeiristas**

"Na noite de hoje, 23 de outubro de 2018, o Ponto de Cultura Galpão Cultural foi alvo de um atentado. Isso mesmo!

Por volta das 21:30, logo após o término de minha aula de Capoeira Angola, pessoas em um carro, ainda sem identificação, jogaram um bomba em direção ao espaço, que explodiu na calçada.

Ninguém foi atingido, mas ficamos feridos pelo discurso de ódio que toma conta da sociedade brasileira e ataca o estado democrático, respaldado pelo Jair Bolsonaro.

Não nos calemos diante das ameaças de dedos e de bombas. Meu carro segue com adesivo de Haddad para Presidente e Manuela para Vice Presidência.

Espero que os amigos que travei diálogos acerca de suas posições políticas repensem seus votos, pois estamos entrando, sem dúvida, num estado de medo e de sombras"

<https://www.facebook.com/marcioblanca/posts/10212622396135940>

**Caso - Aracaju, SE: Morre transexual atacada por eleitor de Bolsonaro**

A transexual identificada como Laysa Fortuna, de 25 anos, esfaqueada na noite desta quinta-feira (18) na região do tórax, no Centro de Aracaju (SE), morreu na tarde desta sexta-feira (19) no Hospital de Urgência de Sergipe (Huse), onde estava internada. O corpo já seguiu para o Instituto Médico Legal (IML).

Laysa Fortuna teria sido atacada por um apoiador do presidenciável Jair Bolsonaro (PSL), segundo informações de Linda Brasil, amiga da jovem e que a socorreu após o ataque.

<https://www.brasil247.com/pt/247/brasil/372669/Morre-a-transexual-esfaqueada-no-Centro-deAracaju.htm?fbclid=IwAR0BndtS0qDhOaHFFr0DsS9TtNj7XiiY3I_gGLZGjRekHjrx0pLUfoZoqNs>

**Caso - Empresário divulga celular de repórter em rede social**

Na noite desta sexta-feira (19.out.2018) o empresário Luciano Hang, dono da rede de lojas Havan, publicou em seu perfil no Twitter o número de celular do repórter Ricardo Galhardo, do Estadão. Hang tem mais de 56 mil seguidores.

<http://abraji.org.br/noticias/empresario-divulga-celular-de-reporter-em-rede-social>

**Caso - Belo Horizonte, MG: Cinco jornalistas relatam ameaças de eleitores de Bolsonaro**

A onda de violência da campanha de Jair Bolsonaro (PSL), candidato à presidência da República, chegou até aos profissionais da informação. Em coletiva de imprensa na tarde de terça (16), o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais descreveu cinco casos denunciados pelas próprias vítimas.

<https://www.brasildefato.com.br/2018/10/17/em-bh-cinco-jornalistas-relatam-ameacas-de-eleitores-de-bolsonaro/>

**Caso - Taubaté, SP: Homem armado ameaça alunas em frente a departamento da Unitau**

Duas alunas do 4º semestre do curso de Letras da Universidade de Taubaté foram ameaçadas por um homem armado na última quinta-feira (11), em frente ao Departamento de Letras da faculdade, que fica na Rua Visconde do Rio Branco, no centro da cidade.

De acordo com o relato das alunas, o homem, que é segurança de uma pizzaria que fica em frente ao departamento, passou pelas duas em um carro adesivado com campanha ao candidato Jair Bolsonaro (PSL), mostrando sua arma em tom de ameaça.

<http://www.ovale.com.br/_templates/materia/mobile.php?materia=/_conteudo/2018/10/nossa_regiao/57296-homem-armado-ameaca-alunas-em-frente-a-departamento-da-unitau-em-taubate.html>

**Caso - São Paulo, SP: Trio de músicos é agredido e algemado por seguranças do Metrô de SP**

Uma das vítimas conta que, enquanto era agredido, um dos seguranças disse: ‘o PT acabou, já era para vocês, aqui é Bolsonaro’; na delegacia, o trio foi ameaçado: ‘vocês nunca mais vão tocar’

<https://ponte.org/trio-de-musicos-e-agredido-e-algemado-por-segurancas-do-metro-de-sp>

**Caso - Itapetinga, BA: Professora da UESB foi agredida dentro do próprio condomínio por apoiador do candidato do PSL**

"No domingo do primeiro turno das eleições de 2018, a professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb) Marília Flores Seixas de Oliveira relatou um caso de violência em seu condomínio. A agressão partiu de um eleitor do candidato Bolsonaro (PSL), convidado de um vizinho da docente".

<http://revistagambiarra.com.br/site/uesb-repudia-agressao-vinda-de-eleitor-de-bolsonaro-professora/>

**Caso - São Paulo, SP: Apartamentos da USP amanhecem com suásticas nas portas**

Alunos contam ter se assustado com símbolo nazista e relatam medo de posicionamento político.

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/apartamentos-da-usp-amanhecem-com-suasticas-nas-portas.shtml>

**Caso - Salvador, BA: Ameaça racista citando Bolsonaro é pichada em porta de banheiro de prédio da UFBA**

A porta do banheiro feminino do terceiro andar do prédio da Escola da Administração da Universidade Federal da Bahia (Ufba), no Vale do Canela, foi pichada com o desenho de uma suástica, símbolo do nazismo alemão, e afirmações racistas contra homossexuais, negros e pobres.

“*Bolsonaro vai limpar a EAUFA de pobres, gays e pretos. É 17*”, diz a frase escrita na porta do banheiro.

<http://www.clicknoticias.com.br/inicio/ameaca-racista-citando-bolsonaro-e-pichada-em-porta-de-banheiro-de-predio-da-ufba/>

**Caso - Rio de Janeiro, RJ: Sala de aula da PUC-Rio amanhece com suásticas desenhadas no quadro**

<https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/sala-de-aula-da-puc-rio-amanhece-com-suastica-desenhada-no-quadro.html>

**Caso - Recife, PE: Pichação com suástica nazista e ameaça na UFPE é removida**

"O Centro de Artes e Comunicação (CAC), da Universidade Federal de Pernambuco, foi alvo de pichação nesta terça-feira (16) em um dos banheiros femininos da unidade localizada no campus universitário do Recife. Ao lado de uma suástica nazista, a frase “*Vocês vão morrer p\*\*\**”, feita em lápis piloto na parede interna da toalete, soa em consonância com inúmeras ações criminosas que têm acontecido no Brasil desde o fim do primeiro turno das eleições presidenciais de 2018. Após tomar conhecimento via redes sociais, a diretoria do CAC deu ordem para que limpassem o registro".

<https://www.folhape.com.br/politica/politica/politica/2018/10/16/NWS,84576,7,547,POLITICA,2193-PICHACAO-COM-SUASTICA-NAZISTA-AMEACA-REMOVIDA-CAC.aspx>

**Caso - Vila Velha, ES: Símbolo nazista é pichado em banheiro de universidade**

<https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2018/10/simbolo-nazista-e-pichado-em-banheiro-de-universidade-em-vila-velha-1014152445.html>

**Caso - Juiz de Fora, MG: Ameaças a gays e imagem de suástica são pichadas na UFJF**

"O motivo, segundo a postagem, foram pichações escritas nos banheiros da reitoria do campus em Juiz de Fora com os dizeres: "*Morte aos gays*", "*morte aos viados*", "*morte a todos LGBT*" - o desenho de uma suástica também aparece em imagens divulgadas nas redes sociais nesta semana".

<https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2018/10/17/ameacas-a-gays-e-imagem-de-suastica-sao-pichadas-na-ufjf.ghtml>

**Caso - São Paulo, SP: Apoiadores de Bolsonaro pixam suástica contra LGBTs na USP**

“A frase é uma reprodução da homofobia desferida pelo candidato Bolsonaro. A extrema-direita só será derrotada na mobilização a partir dos locais de trabalho e de estudo. Nenhum passo atrás”.

<http://www.esquerdadiario.com.br/Apoiadores-de-Bolsonaro-pixam-suastica-contra-LGBTs-na-USP>

**Caso - Maceió, AL: Professor do Ifal sofre tentativa de atropelamento por eleitores de Bolsonaro**

“Ao sair de casa em direção ao ponto de ônibus, fui abordado bruscamente por dois indivíduos numa Hilux Branca, com adesivos do Bolsonaro. O motorista de início fez um movimento brusco, puxou o carro para cima de mim. Eu pulei de lado. Estava junto com outro indivíduo raivoso. Os dois gritavam a verborragia de sempre: ‘*vermes petistas têm que morrer’*,’ *vá pra Cuba’*, “*vá pra Venezuela’*, entre outras expressões fascistas”, denunciou em redes sociais o professor do câmpus Murici”.

<http://www.sintietfal.org.br/2018/10/professor-do-ifal-sofre-tentativa-de-atropelamento-por-eleitores-de-bolsonaro/>

**Caso - Porto Alegre, RS: Homem gay sofre ataque homofóbico no Centro da capital**

“O estudante universitário Kauê Sant’Anna, que é negro e gay, foi vítima de um ataque homofóbico perpetuado por três homens no Centro de Porto Alegre, próximo ao Mercado Público, nesta segunda-feira (15). Ao ouvir xingamentos homofóbicos, Kauê respondeu e, em seguida, foi agredido”.

<https://www.sul21.com.br/ta-na-rede/2018/10/homem-gay-sofre-ataque-homofobico-no-centro-de-porto-alegre/#.W8Zu4RS11RE.facebook>

**CONCLUSÃO**

O elevado número de crimes por motivação política representa um atentado ao estado democrático de direito, pois inibem a livre expressão do pensamento em diversos segmentos da sociedade. Após as declarações verbais de alguns candidatos durante as eleições, esse tipo de crime tomou uma proporção incontrolável em todas as regiões do País.

A Constituição Federal de 1988 já prevê no artigo 5º que "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza". Também garante, no mesmo dispositivo, que "é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato" (inciso IV); e que "é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença" (inciso IX). A manifestação de pensamentos, mormente na seara política, pode se dar de modo individual ou coletivo: “todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização".

As instituições democráticas, inclusive a Câmara dos Deputados, não podem se render às manifestações e ações que violam a dignidade humana. Precisamos, urgentemente, discutir e efetivar medidas eficazes contra a agressão a direitos, mediante ofensas, discriminação, ameaças ou mesmo violência física. Desta forma, estaremos fortalecendo a nossa democracia.

Também alertamos a imprensa, para que não se transforme em um instrumento de quem está interessado na disseminação de rumores e não da informação correta. Ser crítica é papel fundamental da mídia nas democracias.

Por último, reiteramos que é preciso haver respeito. Respeitar não é concordar, é reconhecer que todos têm o direito de pensar como quiserem e levar adiante a sua ideia, a sua bandeira. Afinal, isto sim, é democracia.

1. <https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?ll=-22.90751289999998%2C-43.18033439999999&z=8&mid=1hNIxsASpLAxFjsWPMqFZtm-cuigr3jj9> [↑](#footnote-ref-1)
2. [↑](#footnote-ref-2)